



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

SUPLEMENTO AO Nº 153

CÁPITAL FEDERAL

SÁBADO, 26 DE NOVEMBRO DE 1966

## SENADO FEDERAL

### EXPEDIENTE

ATA DA 161ª SESSÃO,  
EM 25 DE NOVEMBRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,  
da 5ª Legislatura  
(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. MOURA  
ANDRADE

As 19 horas e 30 minutos  
acham-se presentes os Senhores  
Senadores:

José Guimard.  
Oscar Passos.  
Vivaldo Lima.  
Edmundo Levi.  
Cattete Finheho.  
Lobato da Silveira.  
Eugênio Barros.  
Sebastião Archer.  
Victorino Freire.  
Joaquim Parente.  
José Cândido.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Manoel Villaga.  
Argemiro de Figueiredo.  
Domício Gondim.  
José Ermirio.  
Rui Palmeira.  
Arnon de Melo.  
Heribaldo Vieira.  
Júlio Leite.  
José Leite.  
Josaphat Marinho.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Aarão Steinbruch.  
Afonso Arinos.  
Aurélio Vinha.  
Gilberto Marinho.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Filinto Miller.  
Bezerra Neto.  
Irineu Bornhausen.  
Atílio Fontana.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá. (43)

Abertura em 25 de novembro de  
1966, às 19,31 (Extraordinária).

O SR. PRESIDENTE (Moura  
Andrade) — A lista de presença  
acusou o comparecimento de 43  
vrs. Senadores. Havendo número  
gal, declarou aberta a Sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procede à  
leitura da Ata da Sessão anterior,  
que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**MENSAGEM**  
Nº 418, de 1966

(Nº 583, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente  
do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a  
Vossa Excelência que no uso das  
atribuições que me conferem os arti-  
gos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição  
Federal resolvi negar sanção ao  
Projeto de Lei da Câmara número  
2.721-A-61 (no Senado nº 188-66),  
que revalida a transferência gra-  
tuita, à Fundação Darcy Vargas, do  
terreno de acrescido de Marinha  
descrito no Decreto-Lei nº 5.440, de  
30 de abril de 1943, por considerá-lo  
contrário ao interesse público, em  
face das razões que passo a expor:

“Os terrenos de Marinha e os  
acrescidos da zona portuária são  
necessários à execução de obras  
e instalações do Porto do Rio de  
Janeiro. Por força de disposição  
legal e de interesse coletivo, de-  
vem ser utilizados no desenvolvi-  
mento dos serviços portuários,  
nos termos do art. 8º, do De-  
creto-Lei nº 3.198, de 1941,  
apenas sendo permitida sua  
utilização por terceiros, quan-  
do absolutamente desnecessários  
aqueles fins.

Dentre os projetos de amplia-  
ção do porto, integra-se o uso  
de maiores áreas insistentemen-  
te solicitadas pela Administração  
do Porto do Rio de Janeiro, nas  
quais se identificam os terrenos  
acrescidos de marinha, reserva-  
dos exclusivamente aos serviços  
daquela Administração.

Resalte-se, por outro lado, a  
incapacidade financeira da en-  
tidade financeira, falta pelo  
descumprimento da obrigação  
contida no art. 5º, do Decreto-  
Lei nº 5.440, de 1943.”

São estas as razões que me le-  
varam a negar sanção ao projeto  
em causa, as quais ora submeto à  
elevada apreciação dos Senhores  
Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 13 de setembro de  
1966. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE  
O VETO

Revalida a transferência gratuita, à  
Fundação Darcy Vargas, do ter-  
reno de acrescido de marinha, des-  
crito no Decreto-Lei nº 5.440, de  
30 de abril de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revalidada, em todos  
os seus termos, a transferência gra-  
tuita que, pelo Decreto-Lei nº 5.440,  
de 30 de abril de 1943, foi feita à  
Fundação Darcy Vargas, do terreno  
de acrescido de marinha, com área  
de 1978.7880 m2, nele descrito, des-  
tinado à ampliação dos serviços de  
assistência social a cargo da bene-  
ficiária.

Art. 2º É concedido o prazo de  
2 (dois) anos, a contar da vigência  
desta Lei, para o início das obras  
de ampliação a que alude o art. 1º,  
sob pena de reverter o domínio útil  
dos terrenos ao patrimônio da União,  
sem que esta responda por indeniza-  
ção de qualquer espécie, ainda mes-  
mo quanto as construções e ben-  
feitorias incorporadas ao solo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor  
na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições  
em contrário.

Senado Federal, em 1º de setembro  
de 1966. — Camillo Nogueira da  
Gama, 1º Vice-Presidente, no exer-  
cício da Presidência.

**MENSAGEM**

Nº 419, de 1966

(Nº 608, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente  
do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a  
Vossa Excelência que, no uso das  
atribuições que me conferem os arti-  
gos 70, § 1º e 87, II, da Constituição  
Federal, resolvi vetar, parcialmente,  
o Projeto de Lei da Câmara número  
2.259-E-60 (no Senado nº 238-65),  
que “Institui o Código Nacional de  
Trânsito”.

Incide o veto sobre as seguintes  
partes, que considero contrárias ao  
interesse público:

1) O § 1º do art. 34.

Razões: A discussão do que seja  
insuficiência ou incorreção de sinali-  
zação nas ações preventivas ou re-  
pressivas dos agentes da autoridade  
de trânsito redundará na criação de  
situações que poderão comprometer  
a rapidez da ação policial, como,  
também, acarretar o desprestígio da

autoridade, pela dúvida na sua ca-  
pacidade técnica. Nada impede que,  
nesses casos, o infrator use do di-  
reito que lhe é estabelecido no Ca-  
pítulo XII do Código em exame.

2) O art. 62 e seu parágrafo  
único.

Razões: Esses dispositivos con-  
trariam o disposto na Emenda Cons-  
titucional nº 18, que não permite, à  
União conceder isenções de tributos  
estaduais e Municipais.

3) O § 5º do art. 72.

Razões: A redação do dispositivo  
em exame é imprecisa, podendo en-  
sejar burlas e fraudes à lei, visto  
não ficar garantida a inclusão obri-  
gatória, na previdência social, dos  
condutores desses veículos, para fins  
lucrativos ou mediante frete.

4) O § 1º do art. 80.

Razões: A exigência contida nes-  
se parágrafo impedirá a habilitação  
de condutores de tratores, máquinas  
agrícolas e outros veículos onde não  
haja “técnicos de repartições oficiais  
de agricultura”. Além disso, são  
pouquíssimas as escolas de mecani-  
zação no país, o que viria a trazer  
uma série enorme de problemas e  
dificuldades, que poderiam inclusi-  
ve, retardar o desenvolvimento na-  
cional.

São estas as razões que me le-  
varam a vetar, parcialmente, o pro-  
jeto em causa, as quais ora submeto  
à elevada apreciação dos Senhores  
Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 21 de setembro de  
1966. — H. Castello Branco.

**MENSAGEM**

Nº 420, de 1966

(Nº 629, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente  
do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a  
Vossa Excelência que, no uso das  
atribuições que me conferem os arti-  
gos 70 § 1º e 87, II, da Constituição  
Federal, resolvi vetar parcialmente o  
Projeto de Lei da Câmara número  
2.824-B-61 (no Senado nº 156-66)  
que dispõe sobre a nomeação e a  
admissão de servidores e emprega-  
dos da União, das Autarquias e de  
outras entidades, e dá outras provi-  
dências.

Incide o veto sobre as seguintes  
partes, que considero inconstitucio-  
nais.

Art. 5º e seu parágrafo único.

Razões:

O artigo em exame, ao restringir  
a competência do Presidente da Re-

pública e dos dirigentes das Autarquias, quanto à exoneração de interinos, institui para os atuais funcionários naquela condição uma estabilidade relativa, com violação do princípio estabelecido no artigo 188 da Constituição Federal.

Por outro lado, o parágrafo único, ao conceder estabilidade aos funcionários que especifica, após contarem 3 (três) anos de serviço público, implica na efetivação de funcionários interinos o que viola igualmente os arts. 186 e 188, item I, da Constituição Federal.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de setembro de 1966.  
— H. Castello Branco.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

*Dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda e qualquer nomeação para as vagas de classe singular ou inicial de série de classes, bem como para cargos isolados de provimento efetivo, dos Quadros de Pessoal da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias, só poderá ser feita mediante concurso público de provas ou de títulos, respeitado o acesso previsto em lei.

Parágrafo único. Fica ressalvada do preceituado neste artigo a admissão ou a nomeação de candidato que tenha participado de teatro de operações de guerra na Itália, incorporado na Força Expedicionária Brasileira, no 1º Grupo de Caça ou Força Aérea Brasileira, ou que tenha participado de operações ativas de guerra, navegando em missão de escolta, combóio ou patrulhamento, incorporado na Marinha Mercante, cuja nomeação ou admissão continuará a ser feita conforme preceitua o Decreto nº 53.073, de 3 de dezembro de 1963, ratificado pelo § 3º do art. 2º do Decreto nº 54.003, de 7 de julho de 1964.

Art. 2º A medid. que forem surgindo vagas nas classes singulares, série de classes ou classes ou cargos isolados de provimento efetivo no Quadros de Pessoal da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias, o Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Serviço Público, providenciará a abertura imediata do concurso previsto nesta Lei, respeitada a ressalva do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3º As normas estabelecidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, para o concurso público de provas e títulos, da União, dos Órgãos Autônomos e das Autarquias serão seguidas pelas demais entidades estaduais e paracetatais.

Art. 4º Qualquer nomeação ou admissão de servidores ou empregados fora do regime ora instituído acarretará a nulidade do ato e a responsabilidade do administrador que o praticar, vedado o provimento em caráter interino, de cargos públicos como o de cargos e funções nas demais entidades de que trata esta Lei, ressalvado o candidato que se enquadra nas exceções previstas nos arts. 1º e 2º da presente Lei.

Art. 5º Os atuais funcionários interinos só poderão ser exonutados após a efetivação de concurso público, realizado na conformidade dos dispositivos estatutários, salvo se lhes for aplicada punição disciplinar de acordo com o Estatuto do Funcio-

nalismo Público Civil da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Parágrafo único. Serão considerados estáveis, para todos os efeitos, após contarem 3 (três) anos de serviço público, os funcionários interinos que tenham participado do teatro de operações de guerra na Itália, incorporados na Força Expedicionária Brasileira, no 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, ou de operações ativas de guerra, navegando em missão de escolta, combóio ou patrulhamento, incorporados na Marinha de Guerra ou na Marinha Mercante.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de setembro de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

#### MENSAGEM Nº 421, de 1966

(Nº 631, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara número 2.676-B-61 (no Senado nº 196-66), que autoriza a Rede Ferroviária Federal S. A. a ceder terreno à Sociedade de Pediatría de Pernambuco, sediada em Recife, para construção de sua sede própria, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

Dispõe o projeto em exame sobre a cessão de terreno pertencente ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal S. A. à Sociedade de Pediatría de Pernambuco.

Por força da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, assim como, pelos atos constitutivos, aprovados pelo Decreto nº 42.330, de 30 de setembro de 1957, a Rede Ferroviária Federal S. A., foi instituída em Sociedade Anônima, adquirindo personalidade própria, diversa da personalidade da União. Em consequência, não pode a União dispor de bens que não mais lhe pertencem, incorporados que foram ao patrimônio da referida empresa.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de setembro de 1966.  
— H. Castello Branco.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

*Autoriza a Rede Ferroviária Federal S. A. a ceder terreno à Sociedade de Pediatría de Pernambuco, sediada em Recife, para construção de sua sede própria.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a Rede Ferroviária Federal S. A. a ceder à Sociedade de Pediatría de Pernambuco, sediada em Recife, para construção de sua sede, o terreno de 30m (trinta metros) de frente por 23,5m (vinte e três e meio) de fundos, situado entre a Avenida Norte e a Rua Castro Alves, na Encruzilhada, no Extremo Letra A da Planta, a ser desmembrado do Poligonal pertencente à mesma Rede e, outrossa, à Rede Ferroviária do Nordeste.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de setembro de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

#### MENSAGEM Nº 422, de 1966

(Nº 664, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara nº 3.000-C de 1961 (no Senado nº 92-64), que reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências, por considerá-lo contrário ao interesse público em face das razões que passo a expor:

A regulamentação do projeto, apesar das emendas oferecidas, se preocupa em forçar um mercado de trabalho por meio de privilégios conferidos a uma certa classe de diplomados, bem como delimita artificialmente as atividades do sociólogo, tornando-se na prática, impossível de distinguir o que é próprio da pesquisa sociológica e da pesquisa de outras ciências sociais. Logo a definição de sociólogo é arbitrária e demasiadamente restrita. Por outro lado, cria privilégio de ensino para os sociólogos, incompatível com todos os princípios de formação de docentes do ensino superior.

O princípio básico inscrito na Constituição Federal (art. 141, § 14) é o de que é livre o exercício de qualquer profissão observadas as condições de capacidade que a lei exigir. O princípio de liberdade profissional somente pode sofrer limitações legais, quando estas foram exigidas por motivo de ordem pública. Assim, para o exercício de certas profissões relacionadas diretamente com a saúde pública, como a medicina e a odontologia; com a segurança pública, como a engenharia e a arquitetura; com a segurança dos negócios e das transações, como a contabilidade; com a garantia das liberdades individuais e dos direitos, como a advocacia; pode a lei exigir de seus titulares, para que possam exercê-las, a conclusão de determinados cursos de formação profissional, bem como a inscrição e registro em certas corporações cujos membros ficam sujeitos a determinadas normas de ética profissional.

A própria dificuldade, ainda existente, de se delimitar com precisão o âmbito das atividades específicas do sociólogo bem como da pesquisa sociológica em geral, e o estado nascente da profissão nos indicam ser ainda prematura a regulamentação do exercício profissional da sociologia.

Ademais, tais regulamentações, na forma em que se apresentam, vêm se erigindo, num complexo cada vez maior, e dentro em pouco formarão, na realidade, direitos, especialismos do trabalho, compartimentos estanques, em paralelo à Consolidação das Leis do Trabalho, já que esta mesma admite um sistema de normas especiais de tutela do trabalho.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de outubro de 1966. — H. Castello Branco.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

*Reconhece a profissão de Sociólogo e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

#### TÍTULO I

*Dos Sociólogos*

#### CAPÍTULO I

*Da Profissão de Sociólogo*

Art. 1º A designação profissional de Sociólogo passa a ser privativa:

a) dos bacharéis em Sociologia e Política, diplomados pelas Escolas de Sociologia e Política do Brasil, oficiais ou reconhecidas;  
b) dos diplomados em Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia, oficiais ou reconhecidas;  
c) dos diplomados no Brasil em outros cursos legalmente equiparados aos casos previstos nos itens a e b;  
d) dos que houverem feito cursos similares no estrangeiro, após a revalidação do diploma de acordo com a legislação em vigor;

e) dos que, exercendo funções definidas como privativas dos sociólogos, tenham adquirido, em face da Lei, estabilidade nas respectivas funções e se registram nesta categoria profissional, na forma que a Lei estabelecer;

f) dos que sejam titulares de cátedra de disciplinas privativas dos currículos das Escolas de Sociologia e Política e dos Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia, bem como dos livres-docentes e assistentes efetivos dessas matérias.

Art. 2º Os sociólogos de que trata o artigo anterior, alíneas a, b, c e d, só poderão exercer a profissão após registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

#### CAPÍTULO II

*Do Campo Profissional*

Art. 3º Constituem atividades a serem exercidas, privativamente, pelos sociólogos, as seguintes:

I — Projetar, dirigir e efetuar pesquisas sociais promovidas por entidades privadas ou públicas, ressalvadas as que correspondem à área própria das demais ciências sociais;

II — Ensinar em Escolas de Sociologia e Política, nos Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia e nos demais estabelecimentos onde se ministrem cursos em cujo currículo constar a disciplina Sociologia e as conexas.

Parágrafo único. O ensino privativo, referido neste artigo, limita-se às disciplinas incluídas, exclusivamente, nos currículos das Escolas de Sociologia e Política e dos Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia ou dos que lhes sejam legalmente equiparados.

Art. 4º Compreende-se, também, entre atividades a serem exercidas por sociólogos, as que seguem:

I — Participar na elaboração e execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento;

II — Assessorar empresas de economia mista, de economia privada, associações de classe, entidades autárquicas ou órgãos do poder público, relativamente a problemas sociais.

§ 1º Obedecidas as normas legais referentes à matéria, serão criados, no quadro do funcionalismo federal, cargos de Sociólogo, a cujos ocupantes se atribuirão os mesmos direitos e vantagens conferidos ao pessoal de nível técnico-científico.

§ 2º Os organismos públicos, as empresas de economia mista e as entidades privadas, que realizem estudos de caráter econômico-social, visando a intervir na realidade do País, ou de reger a deste, manterão

em caráter permanente ou enquanto durar a investigação, em suas equipes especializadas, um ou mais sociólogos legalmente habilitados.

## CAPÍTULO III

## Das atividades profissionais

Art. 5º As atividades do Sociólogo podem ser autônomas ou na dependência de um contratante, respeitadas sempre as normas éticas e técnicas características da profissão.

Art. 6º Poder-se-á, ainda, exercer em grupo as atividades profissionais do Sociólogo, admitindo-se a constituição de empresas destinadas à prestação de serviços previstos nesta Lei, desde que haja Sociólogo responsável e, que não se cometam atividades privadas, que realizem estas atividades privativas dos sociólogos a pessoas não habilitadas.

## TÍTULO II

## Da Fiscalização da Profissão

## CAPÍTULO I

## Da Fiscalização

Art. 7º A fiscalização do exercício profissional será feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, através das delegacias regionais.

Art. 8º A fiscalização do disposto no art. 3º, item II, ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

## CAPÍTULO II

## Das Penalidades

Art. 9º Não se reconhecerá validade jurídica a qualquer documento elaborado com desrespeito às normas desta Lei.

Art. 10. Ao Sociólogo que infringir ou favorecer a infração dos dispositivos desta Lei, aplicar-se-á a pena de suspensão do exercício profissional, cuja duração poderá variar de um a seis meses.

Art. 11. As pessoas físicas e jurídicas que agirem em desacordo com o aqui disposto, aplicar-se-á a pena de multa, que variará de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), a Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros). Qualquer interessado poderá promover a responsabilidade do faltoso, sendo a este facultada ampla defesa.

Art. 12. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 28 de setembro de 1966. — *Adauto Lucio Cardoso*.

## MENSAGEM

Nº 423, de 1966

(Nº 635, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 3.231-B-65 (no Senado nº 212-66), que altera a denominação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor.

Embora a proposição, em seu texto, apenas altere a denominação do Curso de Museu, do Museu Histórico Nacional, na realidade vem criar uma Escola Nacional de Museologia, sem prever as seguintes consequências implícitas em tal medida:

- 1 — A previsão dos recursos necessários para sua manutenção;
- 2 — A criação dos cargos exigidos para o seu funcionamento;
- 3 — A devida estrutura didática e administrativa indispensável ao

seu desempenho como Escola de Nível Superior.

Por outro lado, a criação de uma escola com tal finalidade, envolveria um estudo mais apurado em todos os aspectos que a matéria exige.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de outubro de 1966. — *H. Castello Branco*.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, criado pelo Decreto-lei nº 6.889, de 13 de julho de 1944, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de setembro de 1966. — *Vivaldo Lima*, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

## MENSAGEM

Nº 424, de 1966

(Nº 635, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara número 50-E-63 (no Senado nº 136-65), que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

A proposição visa, tal como outras que foram vetadas, a criar, em favor de determinada atividade profissional, um conjunto de vantagens e regalias que importam no estabelecimento de mais um departamento estanque na legislação trabalhista.

Como já se salientou, o princípio constitucional é o livre exercício profissional e as exceções têm sempre em vista razões de ordem pública.

Por outro lado, a presente regulamentação se preocupa em forçar um mercado de trabalho, por meio de privilégios conferidos a uma classe de diplomados, bem como delimita artificialmente as atividades de Nutricionista, incluindo algumas que não se coadunam com a profissão e que se confundem com as que são privativas do Médico.

Solmente-re, ainda, que é preciso agir com a máxima cautela nas restrições ao exercício profissional, tendo em vista que somos um país novo, ainda pouco dotado de material humano capaz, especializado, em número suficiente às nossas necessidades.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 12 de outubro de 1966. — *H. Castello Branco*.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A designação profissional de Nutricionista é privativa dos habilitados na forma da presente Lei.

Art. 2º. O exercício da profissão de Nutricionista, em qualquer dos seus ramos, só será permitido:

a) aos possuidores de diploma de Nutricionista, expedido no Brasil por escolas de formação de Nutricionistas, de nível superior, oficiais ou reconhecidas;

b) aos diplomados em Cursos de Nutricionista ou Dietista, existentes até a data desta Lei;

c) aos que houverem feito cursos equivalentes, no estrangeiro, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata este artigo só poderão exercer a profissão após registro do diploma no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura e no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Ministério da Saúde.

Art. 3º. Para provimento e exercício do cargo de Nutricionista, na administração pública, autárquica ou paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias do serviço público, é obrigatória a apresentação de diploma de Nutricionista, devidamente registrado, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Parágrafo único. A apresentação de tal documento não dispensa a prestação de concurso, quando este for exigido, para provimento do cargo.

Art. 4º. Fica assegurado aos funcionários públicos, paraestatais autárquicos e de empresas de economia mista aos servidores das empresas sob intervenção governamental ou das concessionárias de serviços públicos, o exercício dos cargos e funções, sob denominação de Nutricionista ou Dietista, em que já tenham sido providos, em caráter efetivo, na data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º. Constituem atividades a serem exercidas privativamente pelos nutricionistas as seguintes:

I — direção e supervisão de escolas ou cursos de graduação de nutricionistas;

II — planejamento, organização e chefia dos serviços de alimentação, em estabelecimentos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista, bem como inspeção dos mesmos serviços nos aludidos estabelecimentos;

III — orientação de inquéritos sobre alimentação;

IV — regência de cadeiras ou disciplinas que incluam, com exclusividade, no currículo do curso de Nutricionista;

V — execução dos programas de educação alimentar.

§ 1º. Nas localidades em que não residam Nutricionistas em número suficiente, ou não se disponham eles a aceitar contrato de trabalho, é permitida a efetivação, do que se contém no item V deste artigo, por agentes que se tenham habilitado em cursos de nível inferior ao de Nutricionista.

§ 2º. Nas Universidades, o provimento do cargo de Diretor das Escolas de nutricionistas obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 6º. Compreende-se, também, entre atividades a serem exercidas por nutricionistas, as que seguem:

I — elaboração de dietas para sadios, indivíduos ou coletividades, e, sob prescrição médica, planejamento e elaboração da alimentação de enfermos. Observada a legislação em vigor, tal atividade poderá ser exercida em consultórios dietéticos particulares;

II — organização e participação oficial de congressos, comissões, seminários e outros tipos de reunião destinados ao estudo da nutrição e da alimentação;

III — participação nas pesquisas de laboratório e nos trabalhos de saúde pública, relacionados com a nutrição e a alimentação.

Art. 7º. A fiscalização do exercício profissional de Nutricionista será procedida pelos órgãos regionais de fiscalização da Medicina.

Parágrafo único. A tais órgãos compete impor penalidades aos infratores da presente Lei, exceto no que respeita às pessoas de Direito Público, as quais se aplicará a legislação vigente.

Art. 8º. A fiscalização do disposto no art. 3º, item IV, ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 9º. Ao Nutricionista que infringir ou favorecer a infração dos dispositivos desta Lei, aplicar-se-á a pena de suspensão do exercício profissional, cuja duração poderá variar de um a seis meses.

Art. 10. As pessoas físicas ou jurídicas que agirem em desacordo com o aqui disposto, aplicar-se-á a pena de multa, que variará de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros). Qualquer interessado poderá promover a responsabilidade do faltoso, sendo a este facultada ampla defesa.

Art. 11. Os diplomados, até a data desta Lei, em cursos de Nutricionista ou Dietista deverão requerer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ao órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, o registro profissional de seu diploma, ficando com todos os direitos que a presente Lei concede aos nutricionistas.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1966. — *Adauto Cardoso*.

## MENSAGEM

Nº 425, de 1966

(Nº 693, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei na Câmara número 3.634-66 (no Senado nº 138-66) que dispõe sobre isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares.

Incide o veto sobre o § 3º do artigo 1º, que considera contrário ao interesse público, pelas razões que passo a expor:

O objetivo do Executivo era o de conceder isenção do imposto de consumo aos bens importados, mediante financiamento, pelas instituições hospitalares e para-hospitalares oficiais, federais, estaduais, municipais ou autárquicas e instituições privadas de caráter filantrópico ou beneficente, sem finalidade lucrativa, conforme estabelecido no art. 1º.

Esse dispositivo ajusta-se às normas tributárias em vigor, enquanto que o § 2º retirava do favor isencional aqueles aparelhos, materiais e equipamento com similar produzido no país, mesmo os importados com financiamento e para os fins indicados no art. 1º.

O parágrafo vetado, resultante de emenda apresentada durante sua tramitação no Congresso Nacional, ao dispor que tais materiais e equipamentos, quando produzidos no país, são isentos do imposto de consumo e quaisquer outros tributos ou contribuições fiscais, se adquiridos pelas entidades relacionadas no art. 1º do projeto, não se coaduna com o espírito da proposição e colide com os princípios da legislação do imposto

de consumo, não devendo ser transformado em lei.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto em causa, as quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 20 de outubro de 1966.  
— H. Castello Branco.

## MENSAGEM Nº 426, de 1966

### Nº 703, NA ORIGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei na Câmara número 3.663-D-66 (no Senado nº 148-66) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.

Incide o veto sobre o parágrafo único do artigo 11, que considero contrário ao interesse público.

Dispõe o parágrafo em exame que o pessoal técnico e administrativo da Universidade Católica do Maranhão será aproveitado nos quadros da Fundação Universidade do Maranhão, assegurados seus direitos e vantagens.

Ora, essa medida não convém aos interesses da Fundação, que ficará onerada com um Quadro de Pessoal excessivo às suas necessidades.

Para atender a seu funcionamento, o projeto já previu, no "caput" do art. 11, o aproveitamento do pessoal do Serviço Público Federal lotado nas duas Faculdades incorporadas à Fundação. E esse pessoal é suficiente para manter a continuidade das atividades administrativas e escolares da nova entidade.

Nessas condições, a medida prevista no dispositivo vetado é onerosa e desnecessária.

São essas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 21 de outubro de 1966  
— H. Castello Branco.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO PRESIDENCIAL

*Autoriza o Poder executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade do Maranhão, que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República, depois de homologados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 2º A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar, e será dirigida por um Conselho Diretor.

Art. 3º A Fundação terá por objetivo implantar, progressivamente, a Universidade do Maranhão, instituição de ensino superior, de pesquisa e de estudo em todos os ramos do saber, visando, imediatamente, a contribuir para a solução de problemas regionais de natureza econômica, social e cultural.

Art. 4º Organizada a Fundação Universidade do Maranhão, e empossado seu primeiro Conselho Diretor, ficam revogados os efeitos do Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961, e, conseqüentemente, extinta a Universidade do Maranhão, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior.

Art. 5º O patrimônio da Fundação Universidade do Maranhão será constituído:

I — pelos bens de propriedade da União que, na data da publicação desta Lei, integram os patrimônios da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão, federalizadas de conformidade com o item II do art. 3º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, compreendendo imóveis, móveis e instalações, veículos e semoventes;

II — pelos bens móveis e imóveis pertencentes à Universidade Católica do Maranhão e que, na data da publicação desta Lei, estiverem sendo utilizados pelas Escolas integrantes da referida Universidade, ora incorporadas à Fundação;

III — pelos bens e direitos que, no ato constitutivo da Fundação, forem oferecidos por outras entidades e pessoas interessadas nos seus objetivos; e

IV — pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas pela União, por Estados, por Municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras.

Art. 6º Para auxiliar a manutenção da Fundação, a lei orçamentária federal consignará, anualmente, recursos sob a forma de dotação global.

Art. 7º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto de 6 (seis) membros e 2 (dois) suplentes escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, e se renovará, cada 2 (dois) anos, pela sua metade.

§ 1º O Conselho Diretor elegerá entre os seus membros o Presidente da Fundação.

§ 2º De uma lista tripartite apresentada pelo Conselho Universitário, de pessoas de ilibada reputação e notória competência, o Conselho Diretor elegerá o Reitor, cujas funções serão executivas e didáticas e definidas nos Estatutos da Universidade.

§ 3º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 4º Os membros e suplentes do Conselho Diretor serão escolhidos pelo Presidente da República, obedecendo o seguinte critério:

a) 2 (dois) de listas tripartites apresentadas pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior;

b) 2 (dois) de listas tripartites apresentadas pelas congregações da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão;

c) 2 (dois) de livre escolha do Presidente da República.

§ 5º Os suplentes serão escolhidos pelo Presidente da República das listas tripartites referidas nas letras "a" e "b" do parágrafo anterior.

§ 6º Feita a escolha pelo Presidente da República, este fixará mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos para cada metade do primeiro Conselho Diretor e para os suplentes.

§ 7º A renovação do Conselho Diretor se fará por escolha e nomeação do Presidente da República, obedecendo, no preenchimento das vagas, o critério previsto nas alíneas do § 4º deste artigo.

§ 8º Nenhuma medida de marcante significação na vida da Fundação ou na Universidade, tais como a aprovação do orçamento a ser apresentado ou adotado, a criação de novas unidades universitárias ou de cursos de pós-graduação e de especialização, critérios para escolha do pessoal docente, poderá ser tomada pelas autoridades dirigentes da Fundação ou da Universidade sem prévia consulta e aprovação do Conselho Diretor.

Art. 8º Passam, desde logo, a integrar a Universidade do Maranhão,

criada por esta Lei, os seguintes estabelecimentos de ensino superior:

I — Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950);

II — Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950), que se desdobrará em Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia;

III — Faculdade de Filosofia de São Luiz do Maranhão (Decretos números 39.663, de 28 de julho de 1956, e 40.231, de 31 de outubro de 1959), integrantes da antiga Universidade do Maranhão com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;

IV — Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão (autorizada pelo Decreto nº 43.941, de 3 de julho de 1958), integrante da antiga Universidade do Maranhão;

V — Faculdade de Serviço Social do Maranhão (Decreto nº 33.322, de 30 de abril de 1956) e Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (Decreto nº 40.662, de 8 de outubro de 1960), quer como agregadas, quer como incorporadas sob a administração comum da Universidade criada por esta Lei.

Art. 9º A Universidade do Maranhão gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos do art. 80 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, dos seus próprios estatutos, elaborados pelo Conselho Diretor de conformidade com as disposições desta Lei, e dos Estatutos da Fundação Universidade do Maranhão, ambos homologados pelo Conselho Federal de Educação e aprovados por decretos do Presidente da República.

Parágrafo único. Os Estatutos da Universidade só poderão ser reformados pelo seu Conselho Universitário, na forma que for estabelecida, e qualquer modificação, com parecer favorável do Conselho Diretor, deverá ser aprovada por decreto do Poder Executivo, nos termos deste artigo.

Art. 10. Os Quadros do pessoal da Fundação e da Universidade terão as seguintes designações:

I — docente;

II técnico; e

III — administrativo.

§ 1º Os contratos de pessoal da Fundação e da Universidade, das três designações acima, reger-se-ão pela legislação do trabalho, admitindo-se a requisição, para elas, de servidores públicos ou autárquicos.

§ 2º Os quadros do pessoal da Fundação e da Universidade e o preenchimento das respectivas vagas observarão as normas da legislação em vigor.

§ 3º Na contratação de pessoal docente, serão observadas, no que couber, as disposições do Estatuto do Magistério Superior.

§ 4º Nenhum docente ou técnico poderá ser admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço, reservados os casos de admissão para organização e imediato funcionamento de um novo serviço.

§ 5º Aos atuais professores das Faculdades integrantes da Universidade Católica do Maranhão, incorporadas à Fundação, será assegurada a contratação nas cátedras que anteriormente, regiam.

§ 6º São extintos, à medida que se vagarem, os cargos públicos federais da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão, devendo então os cargos correspondentes ser providos nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 11. O pessoal do serviço público federal, ora lotado nas duas Faculdades incorporadas à Fundação Universidade do Maranhão, passará, automaticamente, à disposição da

mesma, assegurados os direitos e vantagens dos seus cargos.

Parágrafo único. Será, igualmente, aproveitado nos quadros da Fundação Universidade do Maranhão o pessoal técnico e administrativo da Universidade Católica do Maranhão, assegurados seus direitos e vantagens.

Art. 12. O Poder Executivo por ato do Ministro de Estado da Educação e Cultura, designará um representante para os atos de constituição da Fundação Universidade do Maranhão.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 12 de outubro de 1966. —

## MENSAGEM Nº 427, de 1966

### (Nº 723, NA ORIGEM).

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 13-66 (CN) que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicável à União, Estados e Municípios.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias ao interesse público:

I — Inciso III do § 3º do art. 52. Razões: — O dispositivo vetado consagra flagrante impropriedade.

Em seus incisos I e II, o referido § 3º define os casos de não incidência do imposto estadual de circulação, reproduzindo ou interpretando a própria norma constitucional.

O inciso III, ora vetado, pretendia estender o conceito de "não incidência" aos "casos de isenção legal vigente".

Ora, a outorga ou revogação de isenções de impostos estaduais constitui matéria de competência de lei específica.

O Código Tributário Nacional é lei complementar da Constituição e seria inexplicável erigir em norma para-constitucional disposições próprias e contingentes de lei específica, da esfera estadual.

Além do mais, o dispositivo vetado incorre em erro de técnica legislativa.

Posta de lado a confusão, já assinalada, entre os conceitos de não incidência e isenção, o inciso III significaria, literalmente, afirmação óbvia de que o imposto de circulação não incide no caso de isenção.

Acresce, ainda, a circunstância de se referir o inciso a "isenção legal vigente".

Em primeiro lugar, toda isenção, para produzir efeito, tem que ser forçosamente legal. Do contrário, ter-se-ia que admitir a existência de isenções ilegais, ou pelo menos, não decorrentes de disposição legal o que seria inadmissível em face de um princípio fundamental do direito tributário, consagrado expressamente pelo próprio Código.

Em segundo lugar, parece evidente que a isenção só será válida se apoiada em disposição legal vigente. Isenções não vigentes ou decorrentes de leis já táticas ou expressamente revogadas constituem, por definição, isenções nulas ou inexistentes.

II — Parágrafo 4º do art. 52.

Razões: O dispositivo em exame pretende assegurar o direito de compensar, na operação seguinte o imposto relativo à primeira venda efetuada pelo produtor, quando beneficiada com isenção temporária. Para tal fim, a isenção seria equiparada a um "pagamento simbólico".



O referido parágrafo contém aspectos que entram em contradição com a norma constitucional.

Ao dispor sobre o caráter não-cumulativo do imposto sobre circulação de mercadorias, dispõe o § 2º do artigo 12, da Emenda Constitucional número 18, que, para tal fim, se abaterá em cada operação, o "montante cobrado nas anteriores". Ora, só pode ser cobrado o imposto realmente devido. Se há isenção de um mesmo de ser devido, e em consequência, não poderá ser "cobrado" pelo Estado.

A figura do "pagamento simbólico" constitui anomalia em face dos princípios consagrados do direito tributário, e, particularmente, da norma expressa do Código, ao definir a natureza do crédito tributário e as modalidades de sua extinção.

Nas vendas de um para outro Estado, o dispositivo ora vetado iria provocar um conflito de competência. Em face do disposto no artigo 12, da Emenda Constitucional número 18, seria perfeitamente lícito ao Estado destinatário recusar ao comprador o direito de se creditar por um montante de imposto não efetivamente pago no Estado de origem. E o dispositivo se tornaria letra morta porque a lei complementar cabe não violar a norma constitucional, mas regular sua aplicação.

Pretendendo estabelecer uma regra particular de compensação do imposto aplicável e determinado tipo de contribuinte (produtor) em determinado tipo de operação (operação venda) e em determinado tipo de isenção (isenção temporária), o § 4º perde o caráter de norma geral de direito tributário.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília em 25 de outubro de 1966.  
H. Castello Branco.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO PRESIDENCIAL

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional número 18, de 1º de dezembro de 1955, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no artigo 5º, inciso XV, alínea b, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

### LIVRO PRIMEIRO

#### SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

##### TÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional número 18, de 1º de dezembro de 1955, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificação:

I — a denominação e demais características formais adotada pela lei;

II — a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

##### TÍTULO II

#### Competência Tributária

##### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Art. 8º O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

##### CAPÍTULO II

#### Limitações da Competência Tributária

##### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvado quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65;

II — cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III — estabelecer limitações ao tráfico, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV — cobrar imposto sobre:

a) o patrimônio; a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo;

d) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

§ 1º O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso IV aplica-se, exclusivamente, aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerentes aos seus objetivos.

Art. 10. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que im-

porte distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

Art. 11. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

##### SEÇÃO II

##### Disposições Especiais

Art. 12. O disposto na alínea a do inciso IV do artigo 9º, observado o disposto nos seus §§ 1º e 2º, é extensivo às autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

Art. 13. O disposto na alínea a do inciso IV do artigo 9º não se aplica aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente, no que se refere aos tributos de sua competência ressalvado o que dispõe o parágrafo único.

Parágrafo único. Mediante lei especial e tendo em vista o interesse comum, a União pode instituir isenção de tributos federais, estaduais e municipais para os serviços públicos que conceder, observado o disposto no § 1º do artigo 9º.

Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I — não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;

II — aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III — manterem escrituração de receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º N a afeta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais pode instituir empréstimos compulsórios:

I — guerra externa, ou sua iminência;

II — calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;

III — conjuntura que exija a cobrança temporária de poder aquisitivo.

Parágrafo único. A lei fixará obrigatoriamente o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate, observando, no que for aplicável, o disposto nesta Lei.

##### TÍTULO III

#### Impostos

##### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Art. 17. Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam deste Título, com as competências e limitações nele previstas.

Art. 18. Compete:

I — à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuí-

dos aos Estados e, se aqueles não forem, divididos em Municípios, cumulativamente os atribuídos a estes;

II — ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.

##### CAPÍTULO II

#### Impostos sobre o Comércio Exterior

##### SEÇÃO I

##### Imposto sobre a Importação

Art. 19. O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional.

Art. 20. A base de cálculo do imposto é:

I — quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária;

II — quando a alíquota seja ad valorem, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País;

III — quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação.

Art. 21. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

Art. 22. Contribuinte do imposto é:

I — o importador ou quem a lei equiparar;

II — o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.

##### SEÇÃO II

##### Imposto sobre a Exportação

Art. 23. O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional.

Art. 24. A base de cálculo do imposto é:

I — quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária;

II — quando a alíquota seja ad valorem, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação em uma venda em condições de livre concorrência.

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso II considera-se a entrega como efetuada no porto ou lugar da saída do produto, deduzidos os tributos diretamente incidentes sobre a operação de exportação e, nas vendas efetuadas a prazo superior aos correntes no mercado internacional, o custo do financiamento.

Art. 25. A lei pode adotar como base de cálculo a parcela do valor ou do preço, referidos no artigo anterior, excedente de valor básico, fixado de acordo com os critérios e dentro dos limites por ela estabelecidos.

Art. 26. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

Art. 27. Contribuinte do imposto é o exportador ou quem a lei a ele equiparar.

Art. 28. A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

## CAPÍTULO III

## Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

## Seção I

## Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.

Art. 30. A base do cálculo do imposto é o valor fundiário.

Art. 31. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

## Seção II

## Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I — meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II — abastecimento de água;

III — sistema de esgotos sanitários;

IV — rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V — escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

## Seção III

## Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos

Art. 35. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I — a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II — a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantias;

III — a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único. Nas transmissões causa mortis, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.

Art. 36. Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide

sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior;

I — quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II — quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 37. O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 38. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 39. A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, que distinguirá, para efeito de aplicação de alíquota mais baixa, as transmissões que atendam à política nacional de habitação.

Art. 40. O montante do imposto é dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o art. 43, sobre o provento decorrente da mesma transmissão.

Art. 41. O imposto compete ao Estado da situação do imóvel transmitido, ou sobre que versarem os direitos cedidos, mesmo que a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta no estrangeiro.

Art. 42. Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

## Seção IV

## Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I — de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II — de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Art. 44. A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

Art. 45. Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade a que se refere o artigo 43, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

Parágrafo único. A lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe cabem.

## CAPÍTULO IV

## Impostos sobre a Produção e a Circulação

## Seção I

## Imposto sobre Produtos Industrializados

Art. 46. O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador:

I — o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;

II — a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do art. 51;

III — a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.

Art. 47. A base de cálculo do imposto é:

I — no caso do inciso I do artigo anterior, o preço normal, como definido no inciso II do art. 20, acrescido do montante:

a) do imposto sobre a importação;

b) das taxas exigidas para entrada do produto no País;

c) dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;

II — no caso do inciso II do artigo anterior:

a) o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

b) na falta do valor a que se refere a alínea anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;

III — no caso do inciso III do artigo anterior, o preço da arrematação.

Art. 48. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.

Art. 49. O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.

Parágrafo único. O saldo verificado, em determinado período, em favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes.

Art. 50. Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de um para outro Estado, ou do ou para o Distrito Federal, serão acompanhados de nota fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos necessários ao controle fiscal, os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas.

Art. 51. Contribuinte do imposto é:

I — o importador ou quem a lei a ele equiparar;

II — o industrial ou quem a lei a ele equiparar;

III — o comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça aos contribuintes definidos no inciso anterior;

IV — o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.

## Seção II

## Imposto Estadual sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias

Art. 52. O imposto, de competência dos Estados, sobre operações relativas à circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimentos comerciais, industriais ou produtores.

§ 1º Equipara-se à saída a transmissão da propriedade de mercadoria quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

§ 2º Quando a mercadoria seja transferida para armazém geral, no mesmo Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:

I — no momento da retirada da mercadoria do armazém, salvo se para retornar ao estabelecimento de origem;

II — no momento da transmissão da propriedade da mercadoria.

§ 3º — O imposto não incide:

I — sobre a saída decorrente da venda a varejo, diretamente a consumidor, de gêneros de primeira necessidade, definidos como tais por ato do Poder Executivo estadual;

II — sobre a alienação fiduciária, em garantia;

III — nos casos de isenção legal vigente.

§ 4º Quando a primeira operação de venda for feita pelo produtor que goze de isenção legal temporária, a lei estabelecerá a forma de registro de pagamento simbólico de tributo não incidente para efeito da aplicação do disposto nos artigos 54 e 55.

Art. 53. A base de cálculo do imposto é:

I — o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

II — na falta do valor a que se refere o inciso anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente.

§ 1º O montante do imposto de que trata o artigo 46 não integra a base de cálculo definida neste artigo:

I — quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos, como definido nos artigos 46 e 52;

II — em relação a produtos sujeitos ao imposto de que trata o art. 46, com base de cálculo relacionada com o preço máximo de venda no varejo marcado pelo fabricante.

§ 2º Na saída para outro Estado, a base de cálculo definida neste artigo:

I — não inclui as despesas de frete e seguro;

II — não pode exceder, nas transferências para estabelecimento do próprio remetente ou seu representante, o preço de venda do estabelecimento destinatário, no momento da remessa, diminuído de 20% (vinte por cento).

§ 3º Na saída decorrente da formação de que trata o § 2º do artigo 71, a base de cálculo será 50% (cinquenta por cento) do valor total da operação.

Art. 54. O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente às mercadorias saídas do estabelecimento e o pago relativamente às mercadorias nele entradas.

§ 1º O saldo verificado, em determinado período, em favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes.

§ 2º A lei poderá facultar aos produtores a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa, a título do montante do imposto pago relativamente às mercadorias entradas no respectivo estabelecimento.

Art. 55. Em substituição ao sistema de que trata o artigo anterior, poderá a lei dispor que o imposto devido resulte da diferença a maior entre o montante do imposto relativo à operação a tributar e o pago na incidência anterior sobre a mesma mercadoria.

Art. 56. Para os efeitos do disposto nos artigos 54 e 55, nas remessas de

mercadorias para fora do Estado, o montante do imposto relativo à operação de que decorram figurará destacadamente em nota fiscal, obedecendo, com as adaptações previstas na legislação estadual, ao modelo de que trata o art. 50.

Art. 57. A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias, não excedendo, nas saídas decorrentes de operações que as destinem a outro Estado, o limite fixado em resolução do Senado Federal.

Parágrafo único. O limite a que se refere este artigo substituirá a alíquota fixada na lei do Estado, quando esta lhe for superior.

Art. 58. Contribuinte do imposto é o comerciante, industrial ou produtor que promova a saída da mercadoria.

§ 1º Equipara-se a comerciante industrial ou produtor qualquer pessoa, natural ou jurídica, que pratique, com habitualidade, operações relativas à circulação de mercadorias.

§ 2º A lei pode atribuir a condição de responsável:

I — ao comerciante ou industrial, quanto ao imposto devido por produtor pela saída de mercadoria a eles destinada;

II — ao industrial ou comerciante atacadista, quanto ao imposto devido por comerciante varejista, mediante acréscimo, ao preço da mercadoria a ele remetida, de percentagem não excedente de 30% (trinta por cento) que a lei estadual fixar;

III — à cooperativa de produtores, quanto ao imposto relativo às mercadorias a ela entregues por seus associados.

§ 3º A lei pode considerar como contribuinte autônomo cada estabelecimento, permanente ou temporário, do comerciante, industrial ou produtor, inclusive quaisquer veículos utilizados por aqueles no comércio ambulante.

### Seção III

*Imposto Municipal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias*

Art. 59. O Município poderá cobrar o imposto a que se refere o art. 52, relativamente aos fatos geradores ocorridos em seu território.

Art. 60. A base de cálculo do imposto é o montante devido ao Estado a título do imposto de que trata o art. 52, e sua alíquota, não excedente de 30% (trinta por cento), é uniforme para todas as mercadorias.

Art. 61. O Município observará a legislação estadual relativa ao imposto de que trata o art. 52, tendo a respectiva fiscalização acesso aos livros e demais documentos fiscais nela previstos, mas não poderá impor aos contribuintes ou responsáveis obrigações acessórias salvo nos casos em que a cobrança do imposto lhe é assegurada pelo artigo seguinte.

Parágrafo único. As infrações à legislação deste imposto poderão ser punidas pela autoridade municipal com multas não superiores a 30% (trinta por cento) do montante que resultaria da aplicação da legislação estadual a infração idêntica.

Art. 62. Ressalvado o disposto no § 3º do art. 52, é assegurada ao Município a cobrança do imposto nos casos em que da lei estadual resultar suspensão ou exclusão de créditos, assim como a antecipação ou o diferimento de incidências relativamente ao imposto de que trata aquele artigo.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o Município cobrará o imposto como se a operação fosse tributada pelo Estado.

### Seção IV

*Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários*

Art. 63. O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre opera-

ções relativas a títulos e valores mobiliários, tem como fato gerador:

I — quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado;

II — quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este;

III — quanto às operações de seguro, a sua efetivação pela emissão da apólice ou do documento equivalente, ou recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável;

IV — quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes, na forma da lei aplicável.

Parágrafo único. A incidência definida no inciso I exclui a definida no inciso IV, e reciprocamente, quanto à emissão, ao pagamento ou resgate do título representativo de uma mesma operação de crédito.

Art. 64. A base de cálculo do imposto é:

I — quanto às operações de crédito, o montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros;

II — quanto às operações de câmbio, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição;

III — quanto às operações de seguro, o montante do prêmio;

IV — quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários:

a) na emissão, o valor nominal mais o ágio, se houver;

b) na transmissão, o preço, ou o valor nominal, ou o valor da cotação em Bolsa, como determinar a lei;

c) no pagamento ou resgate, o preço.

Art. 65. O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

Art. 66. Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

Art. 67. A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

### Seção V

*Imposto sobre Serviços de Transportes e Comunicações*

Art. 68. O imposto, de competência da União, sobre serviços de transportes e comunicações tem como fato gerador:

I — a prestação do serviço de transporte, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, salvo quando o trajeto se contenha inteiramente no território de um mesmo Município;

II — a prestação do serviço de comunicações, assim se entendendo a transmissão e o recebimento, por qualquer processo, de mensagens escritas, faladas ou visuais, salvo quando os pontos de transmissão e de recebimento se situem no território de um mesmo Município e a mensagem em curso não possa ser captada fora desse território.

Art. 69. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Art. 70. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

### Seção VI

*Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza*

Art. 71. O imposto, de competência dos Municípios, sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não confi-

gure, por si só, fato gerador de imposto de competência da União ou dos Estados.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço:

I — o fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;

II — a locação de bens imóveis;

III — locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza.

§ 2º As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas do fornecimento de mercadorias, serão consideradas de caráter misto para efeito de aplicação do disposto no § 4º do art. 53, salvo se a prestação do serviço constituir o seu objeto essencial e contribuir com mais de 75% (setenta e cinco por cento) da receita média mensal da atividade.

Art. 72. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, salvo:

I — quando se trata de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, caso em que o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço e outros fatores pertinentes, não compreendida nestes a renda proveniente da remuneração do próprio trabalho;

II — quando a prestação do serviço tenha como parte integrante operação sujeita ao imposto de que trata o art. 52, caso em que este imposto será calculado sobre 50% (cinquenta por cento) do valor total da operação.

Art. 73. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

### Seção VII

#### Impostos Especiais

#### Seção I

*Imposto sobre Operações Relativas a Combustíveis, Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais do País*

Art. 74. O imposto, de competência da União, sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais do País tem como fato gerador:

I — a produção, como definida no art. 48 e seu parágrafo único;

II — a importação, como definida no art. 19;

III — a circulação, como definida no art. 52;

IV — a distribuição, assim entendida a colocação do produto no estabelecimento consumidor ou em local de venda ao público;

V — o consumo, assim entendida a venda do produto ao público.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, a energia elétrica considera-se produto industrializado.

§ 2º O imposto incide, uma só vez, sobre uma das operações previstas em cada inciso deste artigo, como dispuser a lei, e exclui quaisquer outros tributos, sejam quais forem sua natureza ou competência, incidentes sobre aquelas operações.

Art. 75. A lei observará o disposto neste Título relativamente:

I — ao imposto sobre produtos industrializados, quando a incidência seja sobre a produção ou sobre o consumo;

II — ao imposto sobre a importação, quando a incidência seja sobre essa operação;

III — ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, quando a incidência seja sobre a distribuição.

### Seção II

#### Impostos Extraordinários

Art. 76. Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos nesta lei, supri-

mentos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

### Título IV

#### Taxas

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de ser prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondem a imposto.

Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública, que, limitando ou disciplinando direito, interesse, ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, a higiene, a ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o art. 77 consideram-se:

I — utilizados pelo contribuinte;

a) efetivamente, quando por ele utilizados a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II — específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção de utilidade, ou de necessidades públicas;

III — divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 80. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.

### Título V

#### Contribuição de Melhoria

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 82. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I — publicação prévia dos seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização



para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II — fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III — regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento, e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

#### TÍTULO VI

#### Distribuições de Receitas Tributárias

##### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 83. Sem prejuízo das demais disposições deste Título, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto referido no art. 43, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas, e no art. 46, excluído o incidente sobre o fumo e bebidas alcoólicas.

Parágrafo único. O processo das distribuições previstas neste artigo será regulado nos convênios nele referidos.

Art. 84. A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à arrecadação dos impostos de competência dos Estados, cujo produto estes venham a distribuir, no todo ou em parte, aos respectivos Municípios.

##### CAPÍTULO II

#### Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Art. 85. Serão distribuídos pela União:

I — aos Municípios da localização dos imóveis, o produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 29;

II — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o art. 43, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

§ 1º Independentemente de ordem das autoridades superiores e sob pena de demissão, as autoridades arrecadadoras dos impostos a que se refere este artigo farão entrega, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, das importâncias recebidas, à medida que forem sendo arrecadadas, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de cada recolhimento.

§ 2º A lei poderá autorizar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a incorporar definitivamente a

sua receita o produto da arrecadação do imposto a que se refere o inciso II, estipulando as obrigações acessórias a serem cumpridas por aqueles no interesse da arrecadação, pela União, do imposto a ela devido pelos titulares da renda ou dos proventos tributados.

§ 3º. A lei poderá dispor que uma parcela não superior a 20% (vinte por cento), do imposto de que trata o inciso I seja destinada ao custeio do respectivo serviço de lançamento e arrecadação.

##### CAPÍTULO III

#### Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios

##### SEÇÃO I

##### Constituição dos Fundos

Art. 86. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 43 e 46, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante será distribuído à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. Para cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 43 a parcela distribuída nos termos do inciso II do artigo anterior.

Art. 87. O Banco do Brasil S. A., a medida em que for recebendo as comunicações do recolhimento dos impostos a que se refere o artigo anterior, para escrituração na conta "Receita da União", efetuará automaticamente o destaque de 20% (vinte por cento), que creditará, em partes iguais ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. Os totais relativos a cada imposto, creditados mensalmente a cada um dos Fundos, serão comunicados pelo Banco do Brasil S. A. ao Tribunal de Contas da União, até o último dia útil do mês subsequente.

##### SEÇÃO II

#### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados

Art. 88. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal a que se refere o art. 86, será distribuído da seguinte forma:

I — 5% (cinco por cento), proporcionalmente à superfície de cada entidade participante;

II — 95% (noventa e cinco por cento), proporcionalmente ao coeficiente individual de participação, resultante do produto do fator representativo da população pelo fator representativo do inverso da renda per capita, de cada entidade participante, como definidos nos artigos seguintes.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se: I — a superfície territorial apurada e a população estimada, quanto a cada entidade participante, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

II — a renda per capita, relativa a cada entidade participante, no último ano para o qual existam estimativas efetuadas pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 89. O fator representativo da população, a que se refere o inciso II do artigo anterior, será estabelecido da seguinte forma:

Percentagem que a população da entidade participante representa da população total do País:

|  | Fator |
|--|-------|
| I — Até 2% .....                               | 2,0   |
| II — Acima de 2% até 5%:                       |       |
| a) Pelos primeiros 2% .....                    | 2,0   |
| b) Para cada 0,3% ou fração excedente, mais .. | 0,3   |

III — Acima de 5% até 10%:

|   |     |
|---|-----|
| a) Pelos primeiros 5% .....                       | 5,0 |
| b) Para cada 0,5% ou fração excedente, mais ..... | 0,5 |

IV — Acima de 10% .....

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se como população total do País a soma das populações estimadas a que se refere o inciso I do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 90. O fator representativo do inverso da renda per capita, a que se refere o inciso II do art. 88, será estabelecido do seguinte forma:

Inverso do índice relativo à renda per capita da entidade participante:

| capita da entidade participantes | Fator |
|----------------------------------|-------|
| Até 0,0045 .....                 | 0,4   |
| Acima de 0,0045 até 0,0055 ....  | 0,5   |
| Acima de 0,0055 até 0,0065 ....  | 0,6   |
| Acima de 0,0065 até 0,0075 ....  | 0,7   |
| Acima de 0,0075 até 0,0085 ....  | 0,8   |
| Acima de 0,0085 até 0,0095 ....  | 0,9   |
| Acima de 0,0095 até 0,0110 ....  | 1,0   |
| Acima de 0,0110 até 0,0130 ....  | 1,2   |
| Acima de 0,0130 até 0,0150 ....  | 1,4   |
| Acima de 0,0150 até 0,0170 ....  | 1,6   |
| Acima de 0,0170 de 0,0190 ....   | 1,8   |
| Acima de 0,0190 até 0,0220 ....  | 2,0   |
| Acima de 0,0220 .....            | 2,5   |

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, determina-se o índice relativo à renda per capita de cada entidade participante, tomando-se como 100 (cem) a renda per capita média do País.

##### SEÇÃO III

#### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Art. 91. A distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, a que se refere o art. 86, far-se-á atribuindo, a cada Município, um coeficiente individual de participação, estabelecido da seguinte forma:

Categoria do Município segundo seu número de habitantes:

|   | Coeficiente |
|---|-------------|
| I — Até 10.000, para cada 2.000 ou fração excedente ..... | 0,2         |
| II — Acima de 10.000 até 30.000:                          |             |
| a) Pelos primeiros 10.000 ..                              | 1,0         |
| b) Para cada 4.000 ou fração excedente, mais .....        | 0,2         |
| III — Acima de 30.000 até 60.000:                         |             |
| a) Pelos primeiros 30.000 ..                              | 2,0         |
| b) Para cada 6.000 ou fração excedente, mais .....        | 0,2         |
| IV — Acima de 60.000 até 100.000:                         |             |
| a) Pelos primeiros 60.000 ..                              | 3,0         |
| b) Para cada 8.000 ou fração excedente, mais .....        | 0,2         |
| V — Acima de 100.000 .....                                | 4,0         |

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, consideram-se os Municípios regularmente instalados até 31 de julho dos anos de milésimos 0 (zero) e 5 (cinco), atribuindo-se a cada Município instalado nos anos intermediários uma parcela deduzida das quotas dos Municípios de que se desmembrarem, calculada proporcionalmente ao número de habitantes das áreas a ele incorporadas.

§ 2º. Os limites das faixas de números de habitantes previstas neste artigo serão reajustados sempre que, por meio de recenseamento demográfico geral, seja conhecida oficialmente a população total do País, estabe-

lecendo-se os novos limites na proporção do aumento percentual daquela população, por referência ao recenseamento de 1960.

§ 3º. Aos Municípios resultantes de fusão de outras unidades será atribuída quota equivalente à soma das quotas individuais dessas unidades, até que se opere a revisão nos anos de milésimos 0 (zero) e 5 (cinco).

##### SEÇÃO IV

#### Cálculo e Pagamento das Quotas Estaduais e Municipais

Art. 92. Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S. A. os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no art. 88, e de cada Município, calculados na forma do disposto no art. 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

Art. 93. Até o último dia útil de cada mês, o Banco do Brasil S. A. creditará a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município as quotas a eles devidas, em parcelas distintas para cada um dos impostos a que se refere o art. 86, calculadas com base nos totais creditados ao Fundo correspondente, no mês anterior.

§ 1º. Os créditos determinados por este artigo serão efetuados em contas especiais, abertas automaticamente pelo Banco do Brasil S. A., em sua agência na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e na sede de cada Município, ou, em sua falta, na agência mais próxima.

§ 2º. O cumprimento do disposto neste artigo será comunicado pelo Banco do Brasil S. A. ao Tribunal de Contas da União, discriminadamente, até o último dia útil do mês subsequente.

##### SEÇÃO V

#### Comprovação da Aplicação das Quotas Estaduais e Municipais

Art. 94. Do total recebido nos termos deste Capítulo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinam obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de despesas de capital, como definidas em lei de normas gerais de direito financeiro.

§ 1º. Para comprovação do cumprimento do disposto neste artigo, as pessoas jurídicas de direito público nele referidas remeterão ao Tribunal de Contas da União:

I — cópia autêntica da parte pertinente das contas do Poder Executivo, relativas ao exercício anterior;

II — cópia autêntica do ato de aprovação, pelo Poder Legislativo, das contas a que se refere o inciso anterior;

III — prova da observância dos requisitos aplicáveis, previstos, em lei, do normas gerais de direito financeiro, relativamente ao orçamento e aos balanços do exercício anterior.

§ 2º. O Tribunal de Contas da União poderá suspender o pagamento das distribuições previstas no art. 88, nos casos:

I — de ausência ou vício da comprovação a que se refere o parágrafo anterior;

II — de falta de cumprimento ou cumprimento incorreto do disposto neste artigo, apurados diretamente ou por diligência determinada às suas Delegações nos Estados, mesmo que tenha sido apresentada a comprovação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º. A sanção prevista no parágrafo anterior subsistirá até comprovação, a juízo do Tribunal, ter sido sanada a falta que determinou sua imposição, e não produzirá efeitos quan-



no a responsabilidade civil, penal ou administrativa do Governador ou Prefeito.

#### CAPÍTULO IV

**Imposto sobre Operações Relativas a Combustíveis, Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais do País**

Art. 55. Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 74 serão distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir sobre operações relativas a combustíveis lubrificantes e energia elétrica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo será regulada em resolução do Senado Federal, proporcionalmente à superfície, à produção e ao consumo, nos respectivos territórios dos produtos a que se refere o imposto.

### LIVRO SEGUNDO

#### NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

##### TÍTULO I

##### Legislação Tributária

##### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

##### Seção I

##### D. posição Preliminar

Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

##### Seção II

##### Leis, Tratados e Convenções Internacionais e Decretos

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I — a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II — a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos arts. 21, 26, 39, 57 e 65;

III — a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, ressalvado o disposto no inciso I do § 8º do art. 52, e do seu sujeito passivo;

IV — a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos arts. 21, 26, 39, 57 e 65;

V — a combinação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI — as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários ou de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1º Equivale-se a majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art. 98. Os tratados e as convenções internacionais regem ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.

Art. 99. O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em tuncho das quais sejam expedidos, e os atos com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.

#### Seção III

##### Normas Complementares

Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

I — os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II — as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III — as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV — os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

#### CAPÍTULO II

##### Vigência da Legislação Tributária

Art. 101. A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste Capítulo.

Art. 102. A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

Art. 103. Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

I — os atos administrativos a que se refere o inciso I do art. 100, na data da sua publicação;

II — as decisões a que se refere o inciso II do art. 100, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;

III — os convênios a que se refere o inciso IV do art. 100, na data neles prevista.

Art. 104. Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte aquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda;

I — que instituem ou majoram tais impostos;

II — que definem novas hipóteses de incidência;

III — que extinguem ou reduzem isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte, e observado o disposto no artigo 178.

#### CAPÍTULO III

##### Aplicação da Legislação Tributária

Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes assumidos entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa nos termos do art. 115.

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I — em qualquer caso quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade a infração dos dispositivos interpretados;

II — tratando-se de ato não definitivamente julgado;

III — quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência, de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

#### CAPÍTULO IV

##### Interpretação e Integração da Legislação Tributária

Art. 107. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I — a analogia;

II — os princípios gerais de direito tributário;

III — os princípios gerais de direito público;

IV — a equidade.

§ 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º O emprego de equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 109. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I — suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II — outorga de isenção;

III — dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhes comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I — à capitulação legal ou fato;

II — à natureza ou as circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III — à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV — à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

#### TÍTULO II

##### Obrigação Tributária

##### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

#### CAPÍTULO II

##### Fato Gerador

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I — tratando de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II — tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que essa, definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Art. 117. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I — sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II — sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstratamente:

I — da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II — dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

#### CAPÍTULO III

##### Sujeito Ativo

Art. 119. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Art. 120. Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

#### CAPÍTULO IV

##### Sujeito Passivo

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I — contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II — responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 122. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para mo-

definir a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

## Seção II

### Solidariedade

Art. 124. São solidariamente obrigadas:

I — as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II — as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 125. Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I — o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II — a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III — a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

## Seção III

### Capacidade Tributária

Art. 126. A capacidade tributária passiva independe:

I — da capacidade civil das pessoas naturais;

II — de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III — de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

## Seção IV

### Domicílio Tributário

Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I — quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II — quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III — quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 1º. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilita ou dificulta a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

## CAPÍTULO V

### Responsabilidade Tributária

#### Seção I

##### Disposição Geral

Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pe-

lo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

## Seção II

### Responsabilidade dos Sucessores

Art. 129. O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

I — o adquirente ou remittente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou recebidos com inobservância do disposto no art. 191;

II — o sucessor a qualquer título e o cônjuge meior, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III — o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 132. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I — integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II — subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

## Seção III

### Responsabilidade de Terceiros

Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I — os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II — os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III — os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV — o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V — o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI — os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII — os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I — as pessoas referidas no artigo anterior;

II — os mandatários, prepostos e empregados;

III — os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

## Seção IV

### Responsabilidade por Infrações

Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 137. A responsabilidade é pessoal ao agente:

I — quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticados no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II — quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III — quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente do dolo específico;

a) das pessoas referidas no artigo 134, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas ou de direito privado, contra estas.

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

## TÍTULO III

### Crédito Tributário

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 140. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

## CAPÍTULO II

### Constituição do Crédito Tributário

#### Seção I

##### Lançamento

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 143. Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considerava ocorrido.

Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I — impugnação do sujeito passivo;

II — recurso de ofício;

III — iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149.

Art. 146. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

## Seção II

### Modalidade de Lançamento

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou

outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 148. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I — quando a lei assim o determinar;

II — quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III — quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV — quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V — quando se comprove omissão ou inexistência, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI — quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII — quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII — quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX — quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente lhe a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo ex-

tingue o crédito, sob condição resolutoria da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

### CAPÍTULO III

#### Suspensão do Crédito Tributário

##### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I — moratória;

II — o depósito do seu montante integral;

III — as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV — a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

##### SEÇÃO II

##### Moratória

Art. 152. A moratória somente pode ser concedida:

I — em caráter geral:

a) pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira;

b) pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado;

II — em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.

Parágrafo único. A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 153. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I — o prazo de duração do favor;

II — as condições da concessão do favor em caráter individual;

III — sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

Art. 154. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado aquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 155. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I — com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário, ou de terceiro em benefício daquele;

II — sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

### CAPÍTULO IV

#### Extinção do Crédito Tributário

##### SEÇÃO I

##### Modalidades de Extinção

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

I — o pagamento;

II — a compensação;

III — a transação;

IV — a remissão;

V — a prescrição e a decadência;

VI — a conversão de depósito em renda;

VII — o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 150 e seus §§ 1º e 4º;

VIII — a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164.

IX — a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X — a decisão judicial passada em julgado.

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos arts. 144 e 149.

##### SEÇÃO II

##### Pagamento

Art. 157. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 158. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I — quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II — quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 159. Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§ 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 162. O pagamento é efetuado:

I — em moeda corrente, cheque ou vale postal;

II — nos casos previstos em lei, em estampilha, em papel selado, ou por processo mecânico.

§ 1º A legislação tributária pode determinar as garantias exigidas para o pagamento por cheque ou vale postal, desde que não o torne impossível ou mais oneroso que o pagamento em moeda corrente.

§ 2º O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§ 3º O crédito pagável em estampilha considera-se extinto com a inutilização regular daquela, ressalvado o disposto no art. 150.

§ 4º A perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, não dão direito à restituição, salvo nos casos expressamente previstos na legislação tributária, ou naquelas em que o erro seja imputável à autoridade administrativa.

§ 5º O pagamento em papel selado ou por processo mecânico equipara-se ao pagamento em estampilha.

Art. 163. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecendo as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:

I — em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II — primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;

III — na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV — na ordem decrescente dos montantes.

Art. 164. A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I — de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II — de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III — de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### Seção III

##### Pagamento Indevido

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

I — cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.

II — erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III — reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I — nas hipóteses dos incisos I e II do art. 165, da data da extinção do crédito tributário;

II — na hipótese do inciso III do art. 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 169. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, reconhecendo o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

#### Seção IV

##### Demais Modalidades de Extinção

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, au-

torizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, ceder redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Art. 171. A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e consequente extinção de crédito tributário.

Parágrafo único. A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I — à situação econômica do sujeito passivo;

II — ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III — à diminuta importância do crédito tributário;

IV — a considerações de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V — a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I — do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II — da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I — pela citação pessoal feita ao devedor;

II — pelo protesto judicial;

III — por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV — por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

#### CAPÍTULO V

##### Exclusão do Crédito Tributário

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

I — a isenção;

II — a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

#### Seção II

##### Isenção

Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita e determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I — às taxas e às contribuições de melhoria;

II — aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 178. A isenção, salvo se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104.

Art. 179. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

§ 1º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido aplicando-se quando cabível o disposto no art. 155.

#### Seção III

##### Anistia

Art. 180. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede não se aplicando:

I — aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II — salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conclusão entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 181. A anistia pode ser concedida:

I — em caráter geral;

II — limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 182. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetiva-

da, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

#### CAPÍTULO VI

##### Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 183. A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 184. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

#### Seção II

##### Preferências

Art. 186. O crédito tributário prevalece a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I — União;

II — Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e *pro rata*;

Art. 188. São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendo, exigíveis no decurso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acessórios, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma ouvido, quanto à natureza e valor dos bens



reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 189. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 190. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 191. Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos à sua atividade mercantil.

Art. 192. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou as suas rendas.

Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

## TÍTULO IV

### Administração Tributária

#### CAPÍTULO I

##### Fiscalização

Art. 194. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se referam.

Art. 196. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados,

sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará, a pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Art. 197. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar a autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I — os tabeliães, ecrivães e demais serventuários de ofício;

II — os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III — as empresas de administração de bens;

IV — os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V — os inventariantes;

VI — os síndicos, comissários e liquidatários;

VII — quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designar, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 199. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Art. 200. As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embargo ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

#### CAPÍTULO II

##### Dívida Ativa

Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I — o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II — a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III — a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundada;

IV — a data em que foi inscrita;

V — senão caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão contra, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativo e pode ser elidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

#### CAPÍTULO III

##### Certidões Negativas

Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 207. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 208. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

##### Disposições Finais e Transitórias

Art. 209. A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei sem qualificação, abrange a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 210. Os prazos fixados nesta Lei ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua conta-

gem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 211. Incumbe ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, prestar assistência técnica aos governos estaduais e municipais, com o objetivo de assegurar a uniforme aplicação da presente Lei.

Art. 212. Os Poderes Executivos federal, estaduais e municipais expedirão, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, reeditando-se esta providência até o dia 31 de janeiro de cada ano.

Art. 213. Os Estados pertencentes a uma mesma região geo-econômica celebrarão entre si convênios para o estabelecimento de alíquota uniforme para o imposto a que se refere o artigo 52.

Parágrafo único. Os Municípios de um mesmo Estado procederão igualmente, no que se refere à fixação da alíquota de que trata o art. 60.

Art. 214. O Poder Executivo promoverá a realização de convênios com os Estados, para excluir ou limitar a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, no caso de exportação para o exterior.

Art. 215. A lei estadual pode autorizar o Poder Executivo a reajustar, no exercício de 1967, a alíquota de imposto a que se refere o art. 52, dentro de limites e segundo critérios por ela estabelecidos.

Art. 216. O Poder Executivo proporá as medidas legislativas adequadas a possibilitar, sem compressão dos investimentos previstos na proposta orçamentária de 1967, o cumprimento do disposto no artigo 21 da Emenda Constitucional nº 18, de 1965.

Art. 217. Esta Lei entrará em vigor, em todo o território nacional, no dia 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 854, de 10 de outubro de 1949.

Brasília, de outubro de 1966.

## MENSAGEM

Nº 428, de 1966

(Nº 729, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 19.66 (CN), que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias ao interesse público;

I — § 2º do artigo 59.

Razões: O dispositivo em exame concede vantagem injustificada a uma parte dos servidores do novo órgão, desfigurando a linha mestra da organização da SUDAM, que é a flexibilidade através da utilização de pessoal exclusivamente sob o regime da legislação trabalhista. A norma ora vetada permitiria o absurdo de optantes iniciarem seu trabalho gozan-

do de privilégios inconciliáveis com a finalidade da lei, que é assegurar eficiência operacional à SUDAM, como condição essencial, no interesse público, ao êxito das medidas programadas em benefício da Amazônia. Por outro lado, como a opção prevista no projeto é livre, nada impede que se faça com a observância de certas condições que o optante deve considerar antes de exercer o direito que lhe é garantido. Diante de seu caráter amplo, o dispositivo em apreço viria invalidar os propósitos que levaram os Poderes Executivo e Legislativo a buscar instrumentos de ação eficazes para o desenvolvimento da Região Amazônica.

## II — Artigo 61.

### Razões:

Este artigo estabelece que os recursos destinados à SUDAM, de acordo com o disposto no artigo 199 da Constituição, sejam calculados com base na receita estimada para o exercício em que deverão ser aplicados. Tal determinação não se ajusta aos critérios que vêm presidindo a elaboração orçamentária, no sentido de ajustá-la aos objetivos do orçamento-programa e assegurar um ritmo cada vez maior à execução orçamentária, retirando-a, em definitivo, das imprecisões de que se vinha revestindo. Há manifesta conveniência em basear os cálculos em dados devidamente contabilizados e não em estimativas que, sujeitas às oscilações que lhes são características, contribuem para inserir elemento de insegurança na destinação dos recursos financeiros em que se terá de apoiar a SUDAM para tornar profícua sua atuação na Região Amazônica, infundindo confiança cada vez maior no ordenado cumprimento de seus programas de trabalho.

São estas as razões que me levaram a votar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 27 de outubro de 1966.  
— H. Castello Branco.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO PRESIDENCIAL

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

### CAPÍTULO I

#### Do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a que se refere o art. 199 da Constituição da República, obedecerá às disposições da presente Lei.

Art. 2º A Amazônia, para os efeitos desta Lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará, Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.

Art. 3º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá como objetivo promover o desenvolvimento auto-sustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional.

Parágrafo único. O plano de que trata este artigo deverá conter:

- a) diretrizes adotadas;
- b) objetivo, descrição e custo dos programas;

c) custo, desembolso anual e fontes de financiamento dos projetos e atividades;

d) medidas necessárias à eficiente execução do Plano.

Art. 4º O Plano será desenvolvido com apoio na seguinte orientação básica:

a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a longo prazo;

b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;

d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;

e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;

f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;

g) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

h) incentivo e amparo à agricultura como base de sustentação das populações regionais;

i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências de desenvolvimento da Região;

j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;

l) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:

I — assegurar a elevação da taxa de reinversão na Região dos recursos nela gerados;

II — atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região.

m) revisão e adaptação contínua da ação federal na Região;

n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

Art. 5º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá duração plurianual, será aprovado por decreto do Poder Executivo e revisado anualmente.

Art. 6º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, os recursos correspondentes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 1º Os recursos destinados aos órgãos da administração centralizada e descentralizada para execução de seus programas específicos, são partes integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 2º Os recursos destinados à realização do Plano não excluem nem substituem a atribuição de dotações próprias aos órgãos da administração centralizada e descentralizada para

execução de seus programas específicos, em especial, despesa de custeio.

Art. 7º As obras e serviços constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia terão caráter prioritário para efeito de sua execução pelos órgãos e entidades responsáveis;

Art. 8º São agentes de elaboração, controle e execução do Plano:

a) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);

b) Banco da Amazônia S. A.;

c) órgãos de administração centralizada do Governo Federal;

d) outros órgãos e entidades credenciados através de contratos, convênios, ajustes e acordos.

### CAPÍTULO II

#### Da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Art. 9º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM — entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com o objetivo principal de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia.

§ 1º A SUDAM poderá instalar, onde julgar conveniente e mediante aprovação dos órgãos próprios, escritórios regionais, que a representarão.

§ 2º A SUDAM vincula-se ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, responsável pela orientação superior da ação federal na Amazônia.

Art. 10. São atribuições da SUDAM

a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;

b) revisar, uma vez por ano, o Plano mencionado no item anterior e avaliar os resultados da sua execução;

c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;

d) coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;

e) prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM;

f) coordenar programas de assistência técnica nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades federais;

g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da Região a cargo de outros órgãos ou entidades federais;

h) fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas;

i) julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região, visando a concessão de benefícios fiscais ou de toda-

horação financeira, na forma da legislação vigente;

j) sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista a sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades;

l) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades regionais;

m) praticar todos os demais atos necessários às suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação do desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitada a legislação em vigor.

Parágrafo único. Para aprovação pela SUDAM terão preferência os projetos de industrialização de matéria-prima regional.

Art. 11. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

a) Conselho de Desenvolvimento da Amazônia;

b) Conselho Técnico;

c) Unidades Administrativas.

Art. 12. O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República por indicação do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais e demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado por um Secretário Executivo, nomeado pelo Presidente da República por indicação daquele e demissível *ad nutum*.

Art. 13. Compete ao Superintendente o exercício dos poderes que a legislação lhe conferir e especialmente:

a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições estabelecidas para a SUDAM;

b) elaborar o regulamento da entidade a ser aprovado pelo Poder Executivo;

c) aprovar o Regimento Interno;

d) submeter à apreciação do CODAM os planos e suas revisões anuais;

e) representar a autarquia ativa e passivamente em juízo ou fora dele.

Parágrafo único. O Secretário Executivo é o substituto eventual do Superintendente e desempenhará as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 14. Compete ao Conselho de Desenvolvimento da Amazônia:

a) opinar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as suas revisões anuais e encaminhá-las à aprovação da autoridade competente;

b) acompanhar a execução do plano através de relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;

c) apreciar o orçamento-programa da autarquia;

d) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia;

e) aprovar o seu regimento interno.

Art. 15. O Conselho de Desenvolvimento da Amazônia se reunirá, pelo menos, uma vez em cada trimestre, na sede da SUDAM ou em outros locais da Amazônia.

§ 1º. O Conselho decidirá por maioria de votos, sob a presidência de

um dos seus membros, escolhidos na forma do seu regimento interno.

§ 2º Os membros do Conselho, no exercício de suas funções, perceberão uma representação diária, durante o tempo ocupado pelas reuniões ou de sua estada no local delas, fixada pelo Ministro de Estado por proposta do Superintendente.

§ 3º O Superintendente da SUDAM proverá o Conselho dos meios administrativos e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 16. O Conselho de Desenvolvimento da Amazônia é integrado pelo Superintendente da SUDAM, por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um de cada Ministério Civil da República, um de cada Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um do Banco da Amazônia S. A., um de cada Universidade Federal da Amazônia, um recurso destinados ao Plano de Valorização dos empregadores e um dos empregados dos setores rural, comercial e industrial, mediante indicação das Federações estaduais e dos Territórios Federais, ou entidades que suas vezes fizer, através das Conferências Nacionais respectivas.

Parágrafo único. Os Governadores dos Estados, sempre que o desejarem, assumirão pessoalmente a representação dos respectivos Estados.

Art. 17. Compete ao Conselho Técnico:

a) sugerir e apreciar as normas básicas de elaboração dos planos plurianuais e suas revisões anuais;

b) apreciar e apresentar sugestões sobre o Regulamento e Regimento Interno da SUDAM;

c) homologar a escolha de firma ou firmas auditoras a que se referem os artigos 30 e 31 da presente Lei;

d) opinar sobre as necessidades de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUDAM;

e) aprovar os critérios da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada, com terceiros;

f) aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação de incentivos fiscais;

g) aprovar relatórios mensais e anuais apresentados pelo Superintendente;

h) aprovar balancetes mensais e balanço anual da autarquia;

i) aprovar projetos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma da legislação vigente;

j) aprovar as propostas do Superintendente, relativas à alienação de bens móveis, imóveis e ações de capital integrantes do patrimônio da Autarquia;

l) aprovar o orçamento da SUDAM e os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinação prevista em lei;

m) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUDAM e seus órgãos subordinados, quando se referirem à execução de obras.

Art. 18. O Conselho Técnico é composto do Superintendente, que o presidirá, do Secretário Executivo, do Presidente do Banco da Amazônia S. A., e mais 4 (quatro) membros nomeados pelo Presidente da República, dentre pessoas de notório conhecimento técnico e indicados pelo Superintendente da SUDAM.

Art. 19. O Superintendente da SUDAM articular-se-á com o Minis-

tro de Estado a que estiver vinculado, em todas as etapas relativas à elaboração do Plano de Valorização e suas revisões anuais, para o fim de compatibilização com a política geral do Governo no respectivo setor.

Art. 20. Constituem recursos da SUDAM:

I — quantia não inferior a 2% (dois por cento) da renda tributária da União, dos recursos a que se refere o artigo 159 da Constituição Federal;

II — 3% (três por cento) da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios da Amazônia, previstos no parágrafo único do artigo 129 da Constituição Federal;

III — as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

IV — o produto de operações de crédito;

V — o produto de juros de depósitos bancários, de multas e de emolumentos, devidos à SUDAM;

VI — a parcela que lhe couber do resultado líquido das empresas de que participe;

VII — os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

VIII — as rendas provenientes de serviços prestados;

IX — a sua renda patrimonial

Parágrafo único. Os recursos não utilizados em um exercício poderão ser-lhe nos exercícios subsequentes.

Art. 21. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais, destinados à SUDAM, serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Os contratos, acordos ou convênios firmados pela SUDAM independem de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 22. A importância das dotações e créditos mencionados no artigo anterior será depositada pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia S. A., à disposição da SUDAM.

§ 1º Os saldos não entregues à SUDAM até o fim do exercício serão escriturados como "Restos a Pagar".

§ 2º Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais ou provenientes de outras fontes atribuídas à SUDAM incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Art. 23. A SUDAM, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Técnico da Autarquia, poderá contrair empréstimos no País ou no exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 1º As operações em moeda estrangeira dependerão de autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com os próprios recursos da SUDAM.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito externo ou interno, destinadas à realização de obras e serviços básicos previstos no Orçamento do Plano.

§ 4º A garantia de que tratam os parágrafos anteriores será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUDAM ou com sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado do Superintenden-

te, aprovado pelo seu Conselho Técnico.

§ 5º As operações de crédito mencionadas neste artigo serão isentas de todos os impostos e taxas federais.

§ 6º Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUDAM a amortização e o pagamento de juros relativos a operações de crédito por ela contratadas para aplicação em programas ou projetos afins às destinações dos mesmos recursos.

Art. 24. A SUDAM poderá cobrar emolumentos por serviços prestados a particular.

Parágrafo único. Os emolumentos de que trata este artigo serão fixados pelo Superintendente depois de aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 25. Os recursos da SUDAM sem destinação prevista em lei e as dotações globais que lhe sejam atribuídas serão empregados nos serviços e obras do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, de acordo com os programas de aplicação propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 26. Os recursos orçamentários destinados ao pagamento de subsídios, subvenções e auxílios, qualquer que seja a sua natureza ou a entidade beneficiada, somente serão entregues mediante convênio em que estabeleça o programa de sua aplicação.

Art. 27. A SUDAM deverá depositar, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhe forem destinados no Banco da Amazônia S. A. enquanto não fizer aplicação desses recursos nos fins a que se destinam, salvo se, no Município onde devam ser movimentados, não existir agência ou escritório do referido estabelecimento bancário.

Parágrafo único. Os recursos entregues total ou parceladamente, pela SUDAM, através de convênios, aos Estados, autarquias estaduais ou sociedades de economia mista de que o Estado participe com a maioria das ações com direito a voto poderão, também, ser depositados em conta especial, em banco oficial do respectivo Estado, devendo a sua aplicação ser realizada de acordo com a programação estabelecida pela mencionada autarquia federal.

Art. 28. É a SUDAM autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até 5 (cinco) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 29. A coordenação dos programas dos organismos federais com ação na Região Amazônia, a ser desempenhada pela SUDAM, terá por objetivo assegurar a necessária compatibilização das diferentes áreas ou setores de atuação federal entre si e com os propósitos da política nacional de desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º Para a consecução do objetivo definido neste artigo, deverá a SUDAM manifestar-se sobre os programas e orçamentos de cada um dos organismos que atuam na Amazônia, bem como aferir suas possibilidades e necessidades e analisar os resultados da execução dos seus programas.

§ 2º O parecer da SUDAM será remetido ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica para consideração na elaboração da proposta orçamentária.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento da Amazônia traçará normas visando a assegurar a coordenação prevista no caput deste artigo.

Art. 30. A SUDAM exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com recursos destinados ao Plano de Valo-

rização Econômica da Amazônia, expedido laudo técnico em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1º A fiscalização de que trata este artigo tem por finalidade comprovar a observância das disposições pactuadas com a SUDAM, bem como dos planos, programas, projetos e especificações aprovadas.

§ 2º O laudo técnico mencionado neste artigo constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços e obras.

§ 3º O representante da União ou da SUDAM nas assembleias-gerais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo técnico referido neste artigo.

§ 4º A gestão financeira das entidades que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia fica sujeita à fiscalização da SUDAM, que a exercerá diretamente ou mediante contrato com firma especializada de auditoria, de notória idoneidade.

Art. 31. No controle dos atos de gestão da SUDAM será adotada, além da auditoria interna, o regime de auditoria externa independente, a ser contratada com firma ou firmas brasileiras de reconhecida idoneidade moral e técnica.

Art. 32. A SUDAM terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeiro e orçamentário.

Parágrafo único. Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUDAM remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro de Estado a que estiver vinculada, e, através deste, ao Ministério da Fazenda.

Art. 33. A SUDAM poderá alienar bens imóveis ou móveis integrantes de seu patrimônio, mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico e homologada pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. A alienação de bens, que, por sua natureza em virtude de lei, plano ou programa, forem destinados à revenda de terceiros, independência das formalidades previstas neste artigo.

Art. 34. As cauções, que devam ser dadas à SUDAM em garantia do cumprimento de obrigações assumidas para o fornecimento de material ou prestação de serviços, serão realizadas, preferentemente, no Banco da Amazônia S. A.

Parágrafo único. A SUDAM poderá aceitar, para garantia da execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 35. Fica o Superintendente da SUDAM autorizado a dispensar licitação e contratar formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 36. O Superintendente da SUDAM, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139, da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 37. São extensivos à SUDAM os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviços, aos prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custos.



Art. 38. A SUDAM goza da imunidade estatuida no artigo 31, item V, letra a, da Constituição Federal, bem como de todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 39. A SUDAM, diretamente ou através de entidades públicas federais, estaduais ou municipais ou sociedades de economia mista de que o Poder Público detenha o controle acionário, prestará assistência ao conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia.

§ 1º A assistência de que trata este artigo poderá ser prestada através de financiamento a longo prazo e juros módicos, ou através de investimento a fundo perdido na forma das normas propostas pelo Superintendente da SUDAM aprovado pelo seu Conselho Técnico e homologada pelo Ministro de Estado.

§ 2º A SUDAM poderá cobrar, segundo a capacidade de pagamento do beneficiário, a indenização de despesas que efetuar na prestação dos serviços de assistência técnica.

§ 3º O produto das operações de que trata este artigo será reaplicado nas mesmas finalidades nele indicadas.

Art. 40. A SUDAM desempenhará suas funções especializadas, preferentemente através da contratação de prestação de serviços técnicos ou de natureza especializada com pessoas físicas ou jurídicas devidamente habilitadas, segundo os critérios que forem aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 41. A SUDAM remeterá ao Ministro de Estado cópia das resoluções adotadas pelos Conselhos da Autarquia, sem prejuízo de sua execução.

Art. 42. A SUDAM apresentará relatórios mensais e anuais das suas atividades ao Ministro de Estado.

Art. 43. A SUDAM contará exclusivamente com pessoal sob o regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, ouvido o Conselho Técnico.

Art. 44. O Superintendente e Secretário Executivo perceberão, respectivamente, 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) a mais do maior salário pago pela SUDAM aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente Lei.

#### CAPÍTULO III

*Do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia.*

Art. 45. Fica criado o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM — que será constituído dos seguintes recursos:

a) quantia não inferior a 1% (um por cento) da Renda Tributária da União, dos recursos a que se refere o artigo 199 da Constituição Federal;

b) o produto da colocação das "Obrigações da Amazônia", emitidas pelo Banco da Amazônia S. A.;

c) da receita líquida resultante de operações efetuadas com seus recursos;

d) de dotações específicas, doações, subvenções, repasses e outros;

e) dos depósitos deduzidos do Imposto de Renda, não aplicados em projetos específicos, no prazo e pela forma estabelecidos na legislação de Incentivos Fiscais em favor da Amazônia;

f) dos recursos atuais do Fundo de Fomento à Produção, criado pelo

artigo 7º da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, modificado pelo artigo 37, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

§ 1º As emissões de Obrigações da Amazônia não poderão exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) da importância do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior.

§ 2º As Obrigações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e resgatáveis no prazo de até 10 (dez) anos, com as condições e vantagens estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º O depósito da percentagem estabelecida na alínea a deste artigo será efetuado pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia S. A., que se incumbirá de sua aplicação exclusivamente na área amazônica, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, destinando-se pelo menos 60% (sessenta por cento) desta parcela para aplicação em crédito rural, na forma da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e do artigo seguinte da presente Lei.

§ 4º A dotação prevista neste artigo, para ser distribuída independentemente de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 46. Os recursos do FIDAM serão aplicados na Região Amazônica pelo Banco da Amazônia S. A. diretamente ou através de repasse ou refinanciamentos por ele feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pela SUDAM, sem prejuízo das atribuições específicas no Banco Central:

a) através de créditos à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região;

b) através de financiamento à iniciativa privada para pesquisas que visem ao aproveitamento de recursos naturais e agrícolas da Região.

Parágrafo único. A concessão pelo Banco da Amazônia S. A. de financiamento para projeto de valor superior a 6.000 (seis mil) vezes o maior salário-mínimo do País, a conta dos recursos do FIDAM, fica sujeita à prévia homologação da SUDAM, sem prejuízo das atribuições do Conselho Monetário Nacional.

Art. 47. Com exceção do disposto no presente capítulo, os recursos do Plano somente serão vinculados aos empreendimentos através do orçamento-programa da SUDAM, ficando revogadas as demais vinculações atualmente existentes.

#### CAPÍTULO IV

*Das Disposições Gerais e Transitórias*

Art. 48. As Unidades Administrativas terão as atribuições definidas no Regulamento Interno da entidade.

Art. 49. Os recursos da SUDAM destinados a investimentos infraestruturais que devam ser aplicados sob a forma de operações de créditos, embora por intermédio de órgãos públicos ou entidades controladas pelo poder público, serão repassados por instituições financeiras públicas federais ou estaduais atuantes na área.

Art. 50. Os Estados, Territórios e Municípios da Região poderão fazer diretamente à SUDAM o recolhimento de suas contribuições ou aplicá-las, sujeito a comprovação, na realização de serviços e obras preconizadas pelo Plano mediante convênio previamente celebrado com a SUDAM.

Art. 51. As Universidades Federais sediadas na Região integrar-se-ão ao Plano através de:

I — preparação de pessoal técnico e científico necessário ao desenvolvimento da Região;

II — realização de pesquisas e estudos que se tornem indispensáveis aos objetivos do Plano.

Parágrafo único. Nenhum recurso do Plano será consignado às Universidades, senão com destinação específica, para execução das incumbências definidas neste artigo.

Art. 52. O disposto no artigo anterior aplica-se, no que couber, aos estabelecimentos de ensino que se dediquem à formação e treinamento de pessoal técnico de qualquer nível.

Art. 53. Fica extinta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 54. Ficam incorporados ao Patrimônio da SUDAM todos os bens da SPVEA, inclusive documentos e papéis de seu arquivo.

Art. 55. Ficam transferidos para a SUDAM todos os recursos entregues à SPVEA ou a ela destinados, inclusive os provenientes de convênios ou contratos.

§ 1º. A aplicação dos recursos de que trata este artigo poderá ser revista em programa de aplicação proposto pelo Superintendente, aprovado pelo Conselho Técnico e homologado pelo Ministro de Estado.

§ 2º As dotações consignadas no Orçamento da União para o exercício de 1967 em favor do Fundo de Fomento à Produção, a que se refere a Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, passam a fazer parte do FIDAM a que se refere o artigo 45 da presente Lei.

Art. 56. A SUDAM deverá alienar ações e participações de capital, integrantes do seu patrimônio e oriundas do acervo da SPVEA, através da Bolsa de Valores do Estado em que for sediada a sociedade, mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico e homologada pelo Ministro de Estado.

§ 1º. A alienação das ações, referida neste artigo, poderá ser feita pelo seu valor nominal, sem a intervenção da Bolsa de Valores, se o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno ou sociedade de economia mista em que entidade pública detenha o controle acionário.

§ 2º Os recursos oriundos da alienação de que tratam os parágrafos anteriores serão aplicados nos programas e projetos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

§ 3º Dentro do prazo máximo de 12 meses a SUDAM tomará as providências necessárias para a alienação das ações e participações de capital de que trata o caput deste artigo.

Art. 57. O pessoal pertencente à extinta SPVEA poderá ser aproveitado na SUDAM, uma vez verificada, em cada caso, a necessidade desse aproveitamento e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

§ 1º O pessoal não aproveitado pela SUDAM, segundo os critérios que esta estabelecer, será relatado em outros órgãos da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

§ 2º Até 31 de março de 1967, o pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUDAM, caso não tenha sido relatado em outros órgãos da Ad-

ministração Federal, na forma do parágrafo anterior.

Art. 58. O servidor do órgão extinto ao ser admitido pela SUDAM passa a reger-se pela Legislação Trabalhista e será considerado, em caráter excepcional, automaticamente licenciado de sua função pública, sem vencimentos, por esta, e, em prazo não excedente a 2 (dois) anos.

Art. 59. Até 4 (quatro) meses antes de se esgotar o prazo a que se refere o artigo anterior, o servidor da antiga SPVEA deverá declarar por escrito ao Ministro encarregado de superintender a ação federal na Amazônia, sua opção quanto à situação que preferir adotar.

§ 1º A opção pela permanência a serviço da SUDAM significa a imediata perda da condição de servidor.

§ 2º Os servidores da extinta SPVEA que optarem pela permanência a serviço da SUDAM nos termos do parágrafo anterior terão o tempo de serviço prestado ao órgão extinto contado para todos os efeitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 3º Esgotado o prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação desta lei, a SUDAM não poderá ter, em sua lotação de servidores, pessoal algum no gozo da qualidade de funcionário público.

Art. 60. Fica a SUDAM autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajustes e convênios firmados pela extinta SPVEA, a fim de ratificá-los, bem como promover a sua modificação ou seu cancelamento, em consonância com as normas desta lei.

Art. 61. Os recursos da SUDAM serão calculados de acordo com o disposto no art. 199 da Constituição de 1946 e com base na receita estimada para o exercício em que deverão ser aplicados.

Art. 62. A SUDAM far-se-á representar no Conselho de Política Aduaneira, através de um membro efetivo e um suplente, nos termos do art. 24 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 63. Fica revogada a Lei número 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

Art. 64. Esta lei entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, outubro de 1966.

#### MENSAGEM

Nº 429, de 1966

(Nº 730, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 18-66 (CN) que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica, e dá outras providências.

Incide o veto sobre o § 6º do artigo 7º, que considero contrário ao interesse público, pelas razões que passo a expor:

Dispõe o parágrafo em exame que as importâncias depositadas pela pessoa jurídica na forma deste artigo devem ser registradas em conta especial do seu ativo realizável, sendo dedutíveis no cálculo do imposto de renda.

A redação do dispositivo em causa conduz a interpretações divergentes que, em última análise, por ensejar a possibilidade de glosas e aplicações de multas fiscais, desencorajariam os



contribuintes investidores, com real prejuízo para a SUDAM.

De notar é também que aquelas importâncias não representam para as pessoas jurídicas despesa, mas investimentos e seus registros contábeis poderão ser estabelecidos na regulamentação desta lei.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Srs. Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de outubro de 1956. —  
H. Castello Branco.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO PRESIDENCIAL

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica, e das outras providências.

#### CAPÍTULO I

##### Das Isenções em Geral

Art. 1º Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica, conforme normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo:

I — em 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente lei;

II — em 100% (cem por cento) para os empreendimentos:

1) que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971 (mil novecentos e setenta e um);

2) que, já instalados à data da publicação da presente lei, ainda não tiverem iniciado fase de operação;

3) que, já instalados à data da publicação da presente lei, antes do fim do exercício financeiro de 1967, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações.

§ 1º O valor de qualquer das isenções amparadas por este artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada, até o fim do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver sido gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital" a fração do valor nominal das ações ou o valor da isenção que não possa ser comodamente distribuída entre os acionistas.

§ 2º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º O direito à isenção só incidirá sobre os resultados financeiros obtidos de estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDAM, o que deverá ser demonstrado nos assentos contábeis da empresa, com clareza e exatidão.

§ 4º As pessoas jurídicas que, à data da publicação da presente lei, tiverem obtido o reconhecimento à isenção de que trata a Lei número 4.069-B, de 12 de junho de 1962, deverão observar o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 5º A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente e à vista

de declaração emitida pela SUDAM, de que o empreendimento satisfaz às condições exigidas pela presente lei.

§ 6º O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda.

Art. 2º As pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, ou de serviços básicos estabelecidos na área de atuação da SUDAM, gozarão de isenção de impostos e taxas federais com relação:

I — à correção do registro contábil do valor dos bens de seu ativo imobilizado, e ao correspondente aumento de capital;

II — ao aumento de capital, com recursos provenientes de reservas ou lucros em suspense.

§ 1º A correção e os aumentos de capital de que trata este artigo deverão ser efetivados até 1 (um) ano após a data da publicação do regulamento respectivo.

§ 2º A correção referida neste artigo deverá ficar compreendida nos limites dos coeficientes fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

§ 3º Entende-se por valor do bem a importância em moeda nacional pela qual tenha sido adquirido pela firma ou sociedade, ou a importância em moeda nacional pela qual tenha sido o bem incorporado à empresa, nos casos de despesas ou valor de incorporação expressa em moeda estrangeira.

§ 4º A conversão do valor em moeda estrangeira para moeda nacional será feita à taxa vigente na época da aquisição ou incorporação, e, não sendo conhecida essa taxa, adotar-se-á a que representar a média do ano.

§ 5º O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência da capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda.

Art. 3º Para cumprimento da Lei nº 5.072, de 12 de agosto de 1956, e a SUDAM também competente para sugerir ao Conselho Monetário Nacional quais os produtos regionais que devem ser incluídos ou eliminados da lista de mercadorias sujeitas ao imposto de exportação, bem como as respectivas alíquotas.

Art. 4º Mediante reconhecimento pela autoridade competente, definida em regulamento, será isenta de quaisquer impostos e taxas, mesmo as cobradas por órgãos de administração indireta, a importação de máquinas e equipamentos, destinados à Amazônia, para execução de empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários para o desenvolvimento econômico da Região.

§ 1º As empresas que tenham requerido ou venham a requerir à SUDAM o favor previsto neste artigo poderão desembaraçar as máquinas ou equipamentos importados para a efetivação de projeto em estudo, mediante termos de responsabilidade ou prestação de fiança idônea, desde que façam prova, perante a repartição aduaneira competente, de que submeteram à SUDAM o projeto acima referido e de que o processo nestas entidades se encontra em tramitação regular.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas poderão também importar motores marítimos com os benefícios constantes do presente artigo, independentemente de apresentação de projeto, na forma definida em regulamento.

§ 3º A venda de câmbio para a importação de máquinas ou equipa-

mentos, declarada, na forma deste artigo, como prioritária, assim como a destinada a importação de motores marítimos, independência de recolhimento ou depósito de qualquer natureza que venha a constituir ônus adicional sobre o custo das divisas necessárias à importação pretendida.

§ 4º A isenção de que trata este artigo não poderá beneficiar máquinas ou equipamentos:

a) cujos similares, no País, registrados com esse caráter, forem produzidos de maneira a atender em tempo hábil, qualitativa e quantitativamente, e de forma econômica, às necessidades da Região, reconhecida em deliberação fundamentada da SUDAM;

b) considerados pela SUDAM tecnicamente obsoletos para o fim a que se destinaram.

Art. 5º As máquinas e equipamentos, inclusive motores marítimos, integrantes de empreendimentos ou atividades que se tenham beneficiado de quaisquer dos fatores previstos nesta lei, não poderão ser alienados ou transferidos para serem utilizados fora da Região Amazônica.

§ 1º Mediante solicitação justificada por parte do interessado, liquidação dos créditos oficiais recebidos, pagamentos dos impostos e taxas de cuja isenção tenha sido beneficiado, poderá a SUDAM autorizar a transferência, para fora da área amazônica, de máquinas e equipamentos, integrantes de empreendimentos e atividades contemplados com quaisquer dos favores referidos no art. 4º da presente lei, exclusive motores marítimos.

§ 2º A transgressão ao disposto no parágrafo anterior submeterá os infratores, sem prejuízo da ação penal cabível:

a) no caso de máquinas e equipamentos, exclusive motores marítimos importados, ao pagamento imediato, com correção monetária, dos impostos e taxas devidos à época de seu ingresso no País, acrescido de juros de 12% a.a. e multa de 20%;

b) no caso de máquinas e equipamentos nacionais, à imediata reposição dele, ou sua substituição por similares adequados, acrescida da multa de 20% sobre o seu valor;

c) no caso de motores marítimos, a transferência para fora da região implicará na sua apreensão e sujeitará os infratores às penas cominadas para o crime de contrabando.

Art. 6º A importação de bens doados à SUDAM, por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, independência de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos bens doados por organizações públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a entidades que, sem fins lucrativos, os destinem à educação, saúde ou assistência social, reconhecido esse direito mediante atestado fornecido pela SUDAM, da existência legal da entidade na área amazônica.

§ 2º Os bens de que trata o parágrafo anterior não poderão ser transferidos ou vendidos, a qualquer tempo, sem expressa autorização da SUDAM.

#### CAPÍTULO II

##### Das Deduções Tributárias para Investimentos

Art. 7º Todas as pessoas jurídicas, registradas no País poderão deduzir

no imposto de renda e seus adicionais:

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S. A. com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo de que trata o art. 11 desta lei;

b) até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a SUDAM declare, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º Os serviços básicos referidos na alínea b, deste artigo, são os relativos à energia, ao transporte, às comunicações, à colonização, ao turismo, à educação e à saúde pública, conforme o regulamento próprio baixado pela SUDAM.

§ 2º Os recursos do imposto de renda e adicionais destinados a projetos relativos com os serviços de que trata o parágrafo anterior serão empregados em caráter complementar, sem prejuízo da aplicação, pelos Poderes Públicos responsáveis, dos recursos normalmente exigidos para a implantação e funcionamento dos referidos serviços.

§ 3º O benefício de que trata a alínea b supra somente será concedido se o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizer as demais exigências desta lei, concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo, aplicados ou reinvestidos no projeto, devendo a proporcionalidade de participação ser fixada pelo regulamento, com o reconhecimento de prioridade a projetos que estimulem a ocupação territorial da Amazônia e o mais intenso aproveitamento de mão de obra e matérias-primas regionais, assim como o fato de serem essas empresas e entidades sediadas na região.

§ 4º Para pleitear os benefícios de que trata a alínea b deste artigo, a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, indicar, na sua declaração de rendimentos, que pretende obter os favores da presente lei, válida, para esse fim, a remissão às disposições legais sobre incentivos fiscais anteriormente em vigor para a Amazônia.

§ 5º A pessoa jurídica deverá, em seguida, depositar no Banco da Amazônia S. A. as quantias que deduzir do seu imposto de renda e adicionais, em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após a aprovação de projeto específico, na forma desta lei.

§ 6º As importâncias depositadas pela pessoa jurídica na forma deste artigo devem ser registradas em contra-escritural do seu ativo realizável, sendo dedutíveis no cálculo do imposto de renda.

§ 7º A análise dos projetos e programas que absorvam recursos dos incentivos fiscais previstos nesta lei proceder-se-á, na forma seguinte, com vistas à descentralização e delegação de atividades:

I — no caso de projetos ou programas de investimento que não exijam financiamento bancário complementar, caberá à SUDAM providenciar a respectiva análise, determinando em seguida a liberação dos fundos, podendo a SUDAM delegar a análise do projeto e programas a entidades financeiras ou técnicas, ou com elas contratar a prestação deste serviço;

II — no caso de projetos ou programas de investimento, cuja

execução exija financiamento complementar ou qualquer outra responsabilidade bancária, caberá ao Banco da Amazônia S. A., ou ao agente financeiro que receber o repasse dos fundos, responsabilizar-se pela análise do projeto, segundo prioridade e normas fixadas pela SUDAM.

§ 8º Os projetos que impliquem investimentos totais, iguais ou superiores a seis mil (6.000) vezes o maior salário-mínimo vigente no País estarão sujeitos à homologação da SUDAM, previamente à liberação de fundos.

§ 9º Os títulos de qualquer natureza, ações, quota ou quinhões de capital representativos dos investimentos decorrentes da utilização do benefício fiscal de que trata este artigo terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco (5) anos, a partir da data da subscrição.

§ 10. Excepcionalmente, poderá a SUDAM admitir que os depósitos a que se refere a alínea b deste artigo sejam aplicados no projeto beneficiado, sob a forma de crédito, em nome da pessoa jurídica depositante (registrados em conta especial, e somente exigíveis em prestações anuais não inferiores a 20%, cada uma, depois de expirado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no parágrafo anterior deste artigo.

§ 11. O mesmo contribuinte poderá utilizar a dedução de que trata a alínea b deste artigo em mais de um projeto aprovado na forma da presente lei, ou efetuar novos descontos em exercícios financeiros subsequentes, para aplicação no mesmo projeto, válida a remissão às deduções feitas de acordo com a Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963, e art. 27 da Emenda Constitucional nº 18.

§ 12. Verificado que a pessoa jurídica não está aplicando, no projeto aprovado, os recursos liberados ou que este está sendo executado diferentemente das especificações com que foi aprovado, poderá a SUDAM tornar sem efeito os atos que reconheceram o direito da empresa aos favores desta lei e tomar as providências para a recuperação dos valores correspondentes aos benefícios já utilizados.

§ 13. Conforme a gravidade da infração a que se refere o parágrafo anterior, caberão as seguintes penalidades, a critério da SUDAM:

a) multa de até 10% e juros legais, no caso de inobservância de especificações técnicas;

b) multa mínima de 50% e máxima de 100%, nos casos de mudança integral da natureza do projeto ou de desvio dos recursos para aplicação fora da área amazônica, ou em projeto diverso do aprovado.

§ 14. No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata a alínea b deste artigo:

a) não prevalecerá para a pessoa jurídica depositante a exigência de pagamento de 10% do capital, e seu respectivo depósito, prevista nos incisos 2º e 3º, do art. 38, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;

b) 50% (cinquenta por cento), pelo menos, das ações representativas da referida subscrição serão preferenciais sem direito a voto, independentemente do limite estabelecido no parágrafo único do art. 9º, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 15. Os descontos previstos nas alíneas a e b, deste artigo, não poderão exceder, isolada ou conjuntamente,

em cada exercício financeiro, de 50% (cinquenta por cento) do valor total do imposto de renda e adicionais a que estiver sujeita a pessoa jurídica interessada.

Art. 8º Para aplicar os recursos deduzidos na forma da alínea b do art. 7º desta lei, a pessoa jurídica depositante deverá, até 2 (dois) anos após a data do último recolhimento do imposto de renda a que estava obrigada:

a) apresentar, de conformidade com os §§ 7º e 8º do art. 7º, dentro de normas estabelecidas pela SUDAM, projeto próprio para investir o imposto devido;

b) ou indicar o projeto já aprovado na forma da presente lei, para investir esses recursos.

Art. 9º As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

a) efetuarem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos naturais, inclusive a prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por esta aprovados;

b) fizerem, como doações, a instituições especializadas, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para a realização de programas especiais de ensino tecnológico ou de pesquisas de recursos naturais e de potencialidade agrícola e pecuária, aprovados pela SUDAM.

Art. 10. As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de suas declarações de rendimentos as quantias correspondentes às despesas previstas no art. 9º relativos ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 11. Se, até o dia 31 de dezembro do terceiro ano seguinte à data do último recolhimento a que estava obrigada, a pessoa jurídica não houver vinculado os recursos deduzidos na forma da alínea b do art. 7º desta lei, serão estes transferidos pelo Banco da Amazônia S. A. para o "Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM", cujos recursos passarão a integrar.

Art. 12. Mediante solicitação da pessoa jurídica depositante, poderá a SUDAM, caso julgue procedentes as razões do pleito, prorrogar o prazo de que trata o art. 8º, respeitado o prazo estabelecido no art. 11.

Art. 13. Nas assembleias gerais convocadas para aprovar a composição ou o aumento do capital social das empresas beneficiárias dos recursos previstos na alínea b do art. 7º, será assegurado aos acionistas titulares desses recursos, detentores de ações ordinárias, o direito de eleger um membro da Diretoria, sempre que representem nas referidas assembleias o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do capital da empresa.

### CAPÍTULO III

#### Das Disposições Gerais

Art. 14. Os titulares das Delegacias do Imposto de Renda, nas áreas de sua respectiva jurisdição, são também competentes para reconhecer os benefícios fiscais respectivos de que trata a presente lei.

Art. 15. É a SUDAM o órgão competente para emitir declaração sobre as atividades consideradas de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia, para os fins de que tratam as letras a do item IV e c do item VI do art. 28 da Lei nú-

mero 4.505, de 30 de novembro de 1964.

Art. 16. Ressalvados os casos de pendência administrativa ou judicial, deverão os contribuintes não ter débitos relativos a imposto de renda e adicionais para poder gozar das isenções asseguradas pela presente lei ou aplicar os recursos financeiros deduzidos na forma do art. 7º.

Parágrafo único. Este impedimento se aplicará, também a critério da SUDAM ou do Banco da Amazônia S. A., quando se tratar de contribuinte inadimplente com qualquer dessas instituições.

Art. 17. As deduções do imposto de renda previstas nesta lei e na legislação dos incentivos fiscais da SUDENE poderão no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas pelas duas regiões, desde que não ultrapassem, no total, a 50% do imposto devido.

Art. 18. Na administração da política de incentivos fiscais preconizada na presente lei, poderá a SUDAM criar escritórios especializados não só na Região Amazônica como fora dela.

Art. 19. Ficam revogadas a Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963, e a Lei nº 4.069-B, de 12 de junho de 1962, ressalvadas, quanto a esta, isenções já concedidas.

Parágrafo único. As empresas que estejam nas condições estabelecidas nas Leis ns. 4.069-B, de 12 de junho de 1962, e 4.239, de 27 de junho de 1963, estendida à Amazônia pela Emenda Constitucional nº 18, e que se tenham instalado após a vigência dos citados diplomas legais, poderão, no prazo de 1 (um) ano, requerer à SUDAM e à autoridade fiscal competente, o reconhecimento de direito à situação prevista nessas mesmas leis.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, ... de outubro de 1966.

### MENSAGEM

Nº 430, de 1966

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos Senhores Membros do Senado Federal a anexa Exposição de Motivos do Senhor Prefeito do Distrito Federal, na qual, nos termos do artigo 33 da Constituição Federal, solicita autorização para aquisição, no exterior, por intermédio do Ministério da Saúde, de equipamento destinado aos hospitais do Distrito Federal.

Brasília, em 24 de novembro de 1966.

Brasília, 5 de outubro de 1966

E.M. nº 14 G.P.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência, solicitação constante de Exposição de Motivos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que passo a expor:

O Ministério da Saúde, por solicitação daquela Secretaria, e em consonância com sua política de melhorar os hospitais existentes e instalar novos, procurou junto aos tradicionais mercados de materiais hospitalares, as melhores condições para compra de equipamento destinado aos hospitais do Distrito Federal, uma vez que, a indústria nacional ainda não está preparada para competir com a de

outros países, no que concerne à facilidade de venda.

A Alemanha Ocidental foi quem ofereceu melhor proposta, dando 1 (um) ano de carência e 5 (cinco) anos para o resgate da compra efetuada, conforme processo nº 36.374 de 1966, anexo.

O Ministério, na qualidade de intermediário, submeteu aquela Secretaria a proposta, solicitando, na oportunidade, um plano das necessidades, que foi aprovado, com o financiamento abaixo especificado.

Hospital de Sobradinho — 236.940 marcos alemães, equivalentes a ..... Cr\$ 130.317.000 (cento e trinta milhões, trezentos e dezessete mil cruzeiros);

Hospital do Gama — 265.003 marcos alemães, equivalentes a ..... Cr\$ 145.751.650 (cento e quarenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros);

Hospital São Vicente de Paula — 146.982 marcos alemães, equivalentes a Cr\$ 80.340.100 (oitenta milhões, oitocentos e quarenta mil e cem cruzeiros);

1º Hospital Distrital de Brasília — 333.343 marcos alemães, equivalentes a Cr\$ 183.338.100 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e oito mil e cem cruzeiros).

Total de marcos alemães — 982.263

Valor em cruzeiros — ..... Cr\$ 540.246.850

O "Plano de Saúde" posto em execução pelo Conjunto Administrativo do Distrito Federal, prevê aquelas melhorias e o financiamento será de grande importância para se atingir o objetivo colimado.

Em expediente semelhante, o Excelentíssimo Senhor Consultor-Geral da República, interpretando o Art. 33, da Constituição Federal, emitiu parecer no expediente PR-32.183-64 — Nº 142-H, de 16 de fevereiro de 1965, de interesse do Estado da Paraíba, concluindo pela necessidade da autorização do Senado.

Diante do exposto, venho solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento do referido expediente ao Senado Federal, para a necessária autorização.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência os protestos de maior respeito e distinta consideração. — Plínio Cantanhede, Prefeito.

As Comissões do Distrito Federal e em seguida de Constituição e Justiça.

### MENSAGEM

Nº 431, de 1966

(Nº 782, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Nos termos dos artigos 53, item I e 76, § 1º da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal, o nome do Doutor Vitor do Amaral Freire, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ernani do Amaral Peixoto.

Brasília, em 25 de novembro de 1966.

"CURRICULUM VITAE"  
VICTOR AMARAL FREIRE

Em novembro de 1941, nomeado avaliador do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, poste-

riormente promovido a Chefe de Avaliações da sua Carteira Predial;

Em 1943, designado para as funções de Assistente Técnico Jurídico da Carteira Predial do Referido Instituto;

Em 1946, designado para as funções de Assistente Técnico da Assistência Técnica e Atuarial do mesmo Instituto;

Em março de 1947, nomeado Supervisor Técnico do quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

Em janeiro de 1951, com exercício até julho de 1952, nomeado Chefe do Gabinete do Presidente do mencionado Tribunal;

Em agosto de 1952, nomeado Assistente Técnico da Secretaria do referido Tribunal, e designado para as funções de Assistente Técnico Chefe;

Em julho de 1957, encarregado de fazer estudos preliminares de uma reforma do Tribunal de Contas de São Paulo;

Em julho de 1958, nomeado membro de uma Comissão, integrada por dois Ministros, para redigir o anteprojeto de reforma do indicado Tribunal;

Em janeiro de 1959, com exercício até maio, designado para as funções de Assistente Técnico-Geral da Secretaria Executiva do 3º Congresso Internacional das Instituições de Controle das Finanças Públicas, realizado no Rio de Janeiro;

Em maio de 1959, com exercício até dezembro de 1960, nomeado Chefe do Gabinete do Presidente do referido Tribunal;

Em outubro de 1960, a pedido do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e por indicação do Tribunal de Contas de São Paulo, colaborou na organização daquele órgão;

Em janeiro de 1961, com exercício até agosto de 1962, reconduzido à Chefia do mesmo Gabinete;

Em agosto de 1962, até outubro do citado ano, designado Presidente da Comissão de Planejamento do Controle Jurisdicional e Financeiro e dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas de São Paulo;

Em dezembro de 1962, até junho de 1963, nomeado pelo Governador do Estado, membro da Comissão de acordo de contas entre a União e aquele Estado;

Em março de 1963, até julho do mesmo ano, nomeado pelo Ministro Amiral Peixoto, Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, para integrar o grupo de estudos de normas orçamentárias e de administração financeira;

Em fevereiro de 1963, até junho do mesmo ano, exerceu concomitantemente, as funções de Assessor do Gabinete do Secretário da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo;

No período de agosto de 1962 a outubro de 1962, presidiu, na Secretaria do Tribunal de Contas de São Paulo, várias Comissões de Reorganização de seis serviços, entre elas: Comissão de Instalação do Tribunal na nova sede (1962), Comissão de Revisão das Normas de Controle das Autarquias Estaduais (1963), Comissão de Reorganização dos serviços do Protocolo (1963), Comissão de Reorganização dos Serviços de Registro de Empenhos e de Contratos (1963) e Comissão de Simplificação de Rotinas Administrativas (1960);

Trabalho Publicado: "Despesa Pública do Estado" — primeiro prêmio do 1º Concurso de Monografia, promovido pelo Departamento Estadual de Administração (São Paulo), em 1958;

Primeiro Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, São Paulo, maio de 1958;

I — a fiscalização da gestão financeira deve ser feita "a posteriori";

II — devem os Tribunais de Contas ser armados para a execução de seus julgados;

III — normas para a fiscalização da guarda dos bens públicos;

IV — normas para o controle da gestão dos órgãos desligados da administração direta e para a tomada de contas de seus administradores.

Terceiro Congresso Internacional das Instituições de Controle das Finanças Públicas (Rio de Janeiro, maio de 1959):

I — Atribuições do Organismo Superior de Controle no que concerne às receitas;

II — Métodos de apresentação orçamentária e contábil que permitam avaliar o custo e o rendimento dos Serviços Públicos.

Segundo Congresso de Tribunais de Contas do Brasil (Salvador — novembro de 1960):

I — fixação das responsabilidades dos ordenadores e pagadores;

II — Normas processuais concernentes aos feitos nos Tribunais de Contas;

III — tipo de sanções dos atos lesivos ao patrimônio público e sua efetividade;

IV — contas de obras públicas — normas relativas ao processo e julgamento respectivos;

V — das fundações de direito público (em colaboração com o Professor João Baptista Fernandes, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de São Paulo).

#### A Comissão de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Na sessão conjunta do Congresso Nacional de 22 de setembro foi encerrada a discussão, sendo adiada a votação por falta de número, de dois vetos presidenciais, referentes aos Projetos de Lei ns.:

— 19-60 no Senado e 2.083-B-64 na Câmara, que regula o exercício da Odontologia (veto parcial);

— 3.070-B-65 na Câmara e número 141-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás — o crédito empenhado de Cr\$ 116.946.200, para reforço das subconsignações orçamentárias que menciona (veto total).

No expediente lido na presente sessão figuram Mensagens que dão conta de mais de 12 vetos, opostos aos Projetos de Lei ns.:

— 2.721-B-61 na Câmara e número 188-66 no Senado, que revalida a transferência gratuita, à Fundação Darcy Vargas, do terreno, acrescido de marinha, descrito no Decreto-lei nº 5.440, de 30 de abril de 1943 (veto total);

— 2.259-C-60 na Câmara e número 238-66 no Senado, que institui o Código Nacional do Trânsito (veto parcial);

— 2.824-B-61 na Câmara e número 156-66 no Senado, que dispõe sobre a nomeação e a admissão de servidores e empregados da União, das Autarquias e de outras entidades, e dá outras providências (veto parcial);

— 2.676-B-61 na Câmara e número 196-66 no Senado, que autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a ceder terreno à Sociedade de Pediatria de Pernambuco, sediada em Recife, para construção de sua sede própria (veto total);

— 3.000-B-61 na Câmara e número 92-64 no Senado, que reconhece a profissão de Sociólogo e dá outras providências (veto total);

— 3.231-B-65 na Câmara e número 212-66 no Senado, que altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso (veto total);

— 50-B-63 na Câmara e número 136-65 no Senado, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências (veto total);

— 3.634-B-66 na Câmara e número 138-66 no Senado, que concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico hospitalares (veto parcial);

— 3.663-B-66 na Câmara e número 148-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências (veto parcial);

— 13-66 (C.N.), que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios (veto parcial);

— 18-66 (C.N.), que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências (veto parcial);

— 19-66 (C.N.), que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e dá outras providências (veto parcial);

Nos poucos dias que restam desta sessão legislativa não seria possível ao Congresso Nacional ocupar-se dessa matéria, não só porque não haveria tempo para o preparo dos relatórios e avisos referentes aos novos vetos, como porque não seria prudente desviar as duas Casas dos trabalhos de elaboração orçamentária, que deveriam absorver-las durante todos esses dias, sabido como é que o Orçamento terá que ser encaminhado à sanção até o dia 30 do corrente, impreterivelmente.

Por esse motivo, a Presidência deixará para a sessão legislativa subsequente a convocação do Congresso Nacional, para apreciação dos vetos mencionados.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Não há oradores inscritos.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.102, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 1 (Receita).

Em discussão a redação final — (Pausa).

#### 1. Receitas Correntes

|                                |               |               |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Receita Tributária .....       | 6.036.122.075 |               |
| Receita Patrimonial .....      | 45.168.816    |               |
| Receita Industrial .....       | 115.515.426   |               |
| Transferências Correntes ..... | 202           |               |
| Receitas Diversas .....        | 486.424.816   | 6.683.231.335 |

|                              |               |  |
|------------------------------|---------------|--|
| 2. Receitas de Capital ..... | 612.401       |  |
| Total .....                  | 6.683.843.736 |  |

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para a discussão, deu-se como encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovar queriam permanecer sortados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar o estudo das emendas do Senado na Câmara, designo o Sr. Senador Mem de Sá, relator do assunto na Comissão de Finanças.

É a seguinte a redação final aprovada:

#### FARECER

Nº 1.102, de 1966

La Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 1 — Receita.

Relator Mem de Sá

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 1 — Receita.

Anexo 1 — Receita.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1966. — *Irineu Bortoluzzi*, Presidente, — *Mem de Sá*, Relator. — *Bezerra Neto* — *Wilson Gonçalves* — *Victorino Freire* — *Luiz da Silveira* — *Mancel Villaga* — *Adolpho Franco* — *Domicio Gondim* — *José Leite*.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 1, (Receita).

Nº 1

Dê-se nova redação ao art. 1º:

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício de 1967 discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 6.683.843.736.000 (seis bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões e setecentos e trinta e seis mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 6.943.191.536.000 (seis bilhões novecentos e quarenta e três milhões, cento e noventa e sete milhões e quinhentos e trinta e oito mil cruzeiros).

Nº 2

Dê-se nova redação ao art. 2º

Art. 2º Será a Receita realizada mediante a arrecadação dos tributos, vendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. Receitas Correntes .... Cr\$ 1.000

Nº 3

Suprima-se a seguinte especificação:

(Em Cr\$ 1.000)

Código Especificação da Fonte Geral — Receita

2.0.0.00 Receita de Capital

2.1.0.00 Operações de crédito

1.00 Outros títulos de responsabilidade do Tesouro 20.000.000

Nº 4

Dê-se nova redação ao art. 3º:

Art. 3º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis nºs 1.749, de 28 de novembro de 1952, 2.975, de 27 de novembro de 1956, 4.452, de 5 de novembro de 1964, e revigorando, pela Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e pelo Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, cujo produto será aplicado de acordo com o disposto na legislação vigente.

Nº 5

Substitua-se a redação do art. 4º pela seguinte:

Art. 4º A Recita Tributária é revigorada e cobra-se segundo os textos legais enumerados na legislação da Receita, na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e na Legislação a ela complementar.

Nº 6

Dê-se nova redação ao art. 5º:

Art. 5º Os recursos destinados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para formação do Fundo de Reaparelhamento Econômico, serão constituídos, no exercício de 1967, à conta da Reserva Monetária criada pelo art. 14 da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965.

Nº 7

Dê-se nova redação ao art. 8º e respectivos parágrafos:

Art. 8º Serão organizados no prazo de 10 dias a contar da data da publicação desta Lei, para cada subanexo, os quadros analíticos da Despesa.

§ 1º Quando necessário e até 31 de outubro, os quadros a que se refere este artigo poderão ser alterados, obedecidos os limites máximos dos recursos para cada elemento da Despesa.

§ 2º Os quadros de detalhamento, dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas da União, serão publicados obrigatoriamente no Diário Oficial.

§ 3º O Tribunal de Contas da União, à vista do documento de que trata o § 2º, registrará os créditos nos termos da legislação que rege a matéria.

Nº 8

Inclua-se após o art. 8º o artigo seguinte, que passará a ser o 9º, renumerando-se os demais artigos:

Art. 9º No decorrer do exercício, os recursos destinados aos Programas, Subprogramas, Projetos e Atividades poderão ser alterados, respeitado o total da Despesa por Subanexo e obedecidos os limites máximos para cada elemento da Despesa.

Nº 9

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. As dotações incluídas na presente Lei como Despesas de Capital serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas da União, à vista da publicação desta Lei, e distribuídas ao Tesouro Nacional para aplicação de acordo com o programa financeiro que for aprovada por decreto do Poder Executivo, observa-

do, no tocante a material permanente, o disposto no artigo 66 e respectiva alínea b, da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949.

Nº 10

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os órgãos centrais de administração geral, conforme dispõe o art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, quando necessário, movimentarão as dotações destinadas a Despesas de Custeio, Obras Públicas, Despesas Permanentes, que se acham discriminadas por unidade orçamentária.

Nº 11

Inclua-se, onde couber:

Art. Fica o Tesouro Nacional autorizado a colocar letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de Cr\$ 259.353.802.000 (duzentos e cinquenta e nove bilhões, trezentos e cinquenta e três milhões oitocentos e dois mil cruzeiros), para realizar o equilíbrio orçamentário, cobrindo o "déficit" resultante da diferença entre a Receita Estimada e a Despesa Orçada.

Nº 12

Inclua-se na Legislação da Receita os dispositivos seguintes:

Imposto de Importação — Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966.

Imposto de Consumo — Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

Imposto sobre a Propriedade Rural — Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza — Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.103, de 1966), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 1966 (número 2.890-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 2.00.00 (Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares).

Em discussão a redação final — (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar as emendas do Senado naquela Casa, designo o nobre Senador José Ermírio. Relator: da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 1.103, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 2.00.00. Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares.

Relator: Senador José Ermírio.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final da

emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 2.00.00. — Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares.

Sala das Comissões, em de novembro de 1966 — Irineu Bornhausen, Presidente. — José Ermírio, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Adolpho Franco. — Lobão da Silveira. — Mem de Sá. — Domicio Gondim. — Manoel Villaga. — José Leite.

EMENDA A QUE SE REFERE O PARECER

Nº 1 — CF

2.00.00 — Poder Legislativo

2.01.00 — Câmara dos Deputados

Onde se lê:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil .. 32.216.000

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.3.0 — Inativos ..... 1.700.000

Leia-se:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil .. 31.816.000

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.3.0 — Inativos ..... 2.100.000

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Item 2.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.104, de 1966), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-B-66 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4 Subanexo nº 4.01 (Presidência da República).

Em discussão a redação final. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar o estudo das emendas do Senado na outra Casa do Congresso, designo o nobre Senador José Leite, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 1.104, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00. Poder Executivo, Subanexo 4.01.00. Presidência da República.

Relator: Senador José Leite.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final da

emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00. Poder Executivo, Subanexo 4.01.00. Presidência da República.

Sala das Comissões, em de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — José Leite, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Victorino Freire. — Lobão da Silveira. — Adolpho Franco. — Manoel Villaga. — Domicio Gondim.

Nº — CF

4.01.00 — Presidência da República

3.1.4.0 — Encargos Diversos, sendo Cr\$ 100.000.000 para o Gabinete da Vice-Presidência da República — Cr\$ 4.150.000.000.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 4:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.105, de 1966), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-66, na Casa de origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao anexo nº 4 — Subanexo nº 4.02 (Estado Maior das Forças Armadas).

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-la, irei declarar encerrada a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar a tramitação das emendas do Senado, designo o Senhor Senador Adolpho Franco, relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 1.105, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.02.00 — Estado Maior das Forças Armadas.

Relator: Senador Adolpho Franco. A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.02.00 — Estado Maior das Forças Armadas.

Sala das Comissões, em de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Adolpho Franco, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Lobão da Silveira. — Manoel Villaga. — José Leite. — Domicio Gondim.



## EMENDA Nº 1 — OF

- 3.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.1.0.0 — Despesas de Custeio  
3.1.1.0 — Pessoal

Onde se lê:

- 3.1.1.1 — Pessoal Civil  
01.00 — Vencimentos e Vantagens  
Fixas — Cr\$ 60.016  
02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Civil — Cr\$ 24.720  
3.1.1.2 — Pessoal Militar  
01.00 — Vencimentos e Vantagens  
Fixas — Cr\$ 100.000  
02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Militar — Cr\$ 13.000

Leia-se:

- 3.1.1.1 — Pessoal Civil  
01.00 — Vencimentos e Vantagens  
Fixas — Cr\$ 39.600  
02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Civil — Cr\$ 50.136  
3.1.1.2 — Pessoal Militar  
01.00 — Vencimentos e Vantagens  
Fixas — Cr\$ 100.000  
02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Militar — Cr\$ 8.000.

Discussão, em turno único da Redação Final (oferecida pela Comissão de Finanças, em seu Parecer nº 1.106, de 1966) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao anexo nº 4 — Subanexo nº 4.03 (Coordenação dos Organismos Regionais).

Em discussão. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores declarar discuti-la, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa)

Está aprovada.

Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Victorino Freire, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

À seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.106, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00. — Poder Executivo, Subanexo 4.03.00. — Coordenação dos Organismos Regionais.

Relator: Senador Victorino Freire

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00. — Poder Executivo, Subanexo 4.03.00. — Coordenação dos Organismos Regionais.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Meneses Pimentel. — Lobão da Silveira. — Adolpho Franco. — Manoel Villaca. — José Leite. — Domício Gondim.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.03.00 — Coordenação dos Organismos Regionais.

## Nº 1 (1-T)

4.03.05 — Comissão do Vale do São Francisco  
Ajudagem

Onde se lê:

15.03.1.0469 — Irrigação do Rio Grande etc. — 3.000.000

Leia-se:

15.03.1.0469 — Irrigação do Rio Grande etc. — 2.580.000  
Conforme discriminação do Adendo "A" ..... 420.000

## Nº 2 (2-T)

4.03.03 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos  
4.1.1.0 — Obras Públicas  
Y.02 — Valorização Econômica da Amazônia  
Serviços em Regime de Programação Especial — 43.802.396

Destaque-se para discriminação no Adendo "A" — 720.000

## Nº 3 (3-T)

4.03.04 — Superintendência do Plano de Valorização da Região da Fronteira Sudoeste do País

4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos  
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial — 2.674.060

Destaque-se para discriminação no Adendo "A" — 240.000

## Nº 4 (4-T)

4.03.05 — Comissão do Vale do São Francisco  
São Francisco

4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos  
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Nº 04.02.1.0427

Inclua-se no Adendo "A":

K.02 — ALAGOAS  
Ginásio Imaculada Conceição — Coruripe ..... 5.000.000  
Colégio Normal S. Francisco de Assis — Arapiraca ..... 5.000.000  
Escola Profissional (man- tida pelas Obras Sociais da Paróquia de Belmiro Gouveia) ..... 5.000.000  
Colégio Imaculada Conceição ..... 5.000.000

K.05 — BAHIA  
Ginásio Santa Cruz — Monte Santo ..... 20.000.000  
Fundação Educacional Custódia Rocha de Carvalho, para manutenção de seus cursos de ensino médio — Barreiras ..... 15.000.000  
Ginásio Nossa Senhora de Brotas — Brotas de Macaúbas ..... 5.000.300  
Ginásio Estadual de Macaúbas, para construção do prédio de sua instalação definitiva ..... 10.000.000  
Escola Comercial de Santa Maria da Vitória — CNEG ..... 5.000.000

K.10 — GOIAS  
Ginásio e Escola Normal São José — Formosa ..... 20.000.000

K.14 — MINAS GERAIS  
Ginásio Mariquinha Silveira — Francisco Sá ..... 5.000.000

Educandário Padre José Pereira Coelho — Pará de Minas ..... 5.000.000  
Escola Agroprofissional Madre Palmira — Cachoeira do Campo ..... 5.000.000  
K.27 — SERGIPE  
Ginásio Diocesano de Propriá ..... 8.000.000  
Ginásio Nossa Senhora das Graças de Propriá ..... 6.000.000  
Escola Técnica de Comércio de Propriá ..... 6.000.000  
Ginásio Graciano Cardoso, da CNEG, mantido pela Associação Rural de Estância — Estância ..... 20.000.000  
Nº 05.03.1.0429

Inclua-se no Adendo "A":

K.02 — ALAGOAS  
Pósto de Saúde e Maternidade de Coruripe ..... 5.000.000  
Santa Casa de Misericórdia de São Gonçalo — Garcia — Penedo ..... 5.000.000  
Hospital Regional e Maternidade de Pão-de-Açúcar ..... 10.000.000

K.05 — BAHIA

Associação Barreirense de Assistência, para ajuda aos serviços hospitalares que mantém ..... 5.000.000  
K.14 — MINAS GERAIS  
Hospital São José — Botelhos ..... 5.000.000  
Hospital de Cataguases — Cataguases ..... 5.000.000  
Hospital São Sebastião, para a Maternidade Hilda Nogueira da Gama — Três Corações ..... 5.000.000  
Pósto de Puericultura e Maternidade Elisa Nogueira da Gama — Poço Fundo ..... 5.000.000  
Santa Casa de Misericórdia de Caeté — Caeté ..... 5.000.000  
Santa Casa de Misericórdia de Corinto — Corinto ..... 5.000.000  
Hospital Regional de Montes Claros ..... 5.000.000  
Hospital Nossa Senhora da Conceição — Pará de Minas ..... 10.000.000

K.18 — PERNAMBUCO

Maternidade de Petrolândia ..... 5.000.000  
Maternidade de Cabrobó ..... 5.000.000  
Para construção de um hospital de Floresta ..... 5.000.000  
Para Maternidade de Orocó ..... 5.000.000  
Unidade Sanitária Mista de Santa Maria da Boa Vista ..... 5.000.000  
Hospital Don Malan — Petrolina ..... 5.000.000  
Pósto de Saúde de Belém do São Francisco ..... 5.000.000  
Pósto de Saúde do Exu ..... 5.000.000  
Pósto de Saúde de Oricuri ..... 5.000.000  
Pósto de Saúde de Bodocó ..... 5.000.000  
Pósto de Saúde de Floresta ..... 5.000.000  
Pósto de Saúde de Paranamirim ..... 5.000.000

K.27 — SERGIPE

Associação de Caridade de Japarutuba, para sua Maternidade — Japarutuba ..... 5.000.000  
Hospital São Vicente de Paula — Propriá ..... 5.000.000  
Hospital de Carmópolis, para conclusão de suas obras e equipamentos — Carmópolis ..... 5.000.000  
Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara — Capela ..... 5.000.000

Nº 10.02.7.0465

Inclua-se no Adendo "A":

K.19 — PIAUÍ

São Raimundo Nonato — Para abastecimento de água ..... 20.000.000

## Nº 5 (5-T)

403.04 — Superintendência do Plano de Valorização da Região da Fronteira Sudoeste do País  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos  
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

## Nº 04.09.2.0399-A

Inclua-se no Adendo "A":  
K.13 — MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Ladário ..... 5.000.000  
Prefeitura Municipal de Jardim ..... 5.000.000  
Prefeitura Municipal de Pôrto Murinho ..... 5.000.000  
Prefeitura Municipal de Bela Vista ..... 5.000.000

K.17 — PARANÁ

Prefeitura Municipal de Guaíra ..... 5.000.000  
Prefeitura Municipal de Graçaçuva ..... 5.000.000  
Prefeitura Municipal de Cascavel ..... 5.000.000  
Prefeitura Municipal de Barracão ..... 5.000.000  
Escola Normal Regional Nossa Senhora de Belém — Guarapuava ..... 5.000.000

K.22 — RIO GRANDE DO SUL

Escola Técnica Rural S. Nicolau — São Nicolau ..... 15.000.000  
Associação Cultural Sta. Rosa — Santa Rosa ..... 5.000.000  
Escola Normal Sta. Rosa de Lima — Santa Rosa ..... 5.000.000

K.25 — SANTA CATARINA

Para construção de prédios escolares, em convênio com a Prefeitura Municipal de Concórdia ..... 5.000.000  
Escola Agrícola Profissional Itapiranga — Itapiranga ..... 5.000.000  
Para construção de prédios escolares em convênio com a Prefeitura Municipal de Videira ..... 5.000.000  
Para construção de prédios escolares em convênio com a Prefeitura Municipal de Tangará ..... 5.000.000  
Escola Manual N. S. Navagantes — Capinzal ..... 5.000.000  
Escola Normal Regional Santos Anjos — Rio das Antas ..... 5.000.000

Nº 05.03.1.0404-A

Inclua-se no Adendo "A":

Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar ..... 5.000.000  
Hospital de Caridade de Corumbá ..... 5.000.000

K.17 — PARANÁ

Cr\$

Hospital Regional Diocesano — Campo Mourão ..... 5.000.000

K.22 — RIO GRANDE DO SUL

Santa Casa de Misericórdia de Bagé ..... 5.000.000  
Santa Casa de Misericórdia de Alegre ..... 5.000.000  
Santa Casa de Misericórdia de Uruguaiana ..... 5.000.000  
Sociedade Hospitalar de Piratini ..... 5.000.000  
Hospital São Patricio — Itaquí ..... 5.000.000

K.25 — SANTA CATARINA

Santa Casa Rural do Instituto de Educação e Assistência São João — Itapiranga ..... 5.000.000  
Soc. Beneficente Hospitalar Guarujá — Guarujá do Sul ..... 5.000.000

Nº 06.04.1.0409-A

Inclua-se no Adendo "A":

K.13 — MATO GROSSO

Energia e rede de distribuição no Município de Bela Vista ..... 5.000.000

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| <b>K.17 — PARANÁ</b><br>Ampliação da rede de energia elétrica de Cascavel, em convênio com a Prefeitura Municipal ..... 10.000.000<br><b>K.22 — RIO GRANDE DO SUL</b><br>Para eletrificação rural do Município de Jaguarí, segundo planos do CEEE ..... 5.000.000<br>Nº 10.03.1.0417-A<br>Inclua-se no Adendo "A":<br><b>K.13 — MATO GROSSO</b><br>Continuação de obras do reservatório e rede de distribuição de água de Glória de Dourados ..... 5.000.000<br>Para o Município de Corumbá, serviço de abastecimento de água ..... 20.000.000  | <b>K.15 — PARÁ</b><br>Escola Industrial Salesiana — Belém ..... 20.000.000<br>Nº 06.04.1.0326-A<br>Inclua-se no Adendo "A":<br><b>K.01 — ACRE</b><br>Instalação e funcionamento da Usina Diesel em Porto Walter, Município de Mário Lobão — Cruzeiro do Sul ..... 20.000.000<br>Instalação e funcionamento da Usina Diesel em Vila Taumaturgo — Município de Cruzeiro do Sul ..... 20.000.000<br><b>K.10 — GOIÁS</b><br>Serviços de abastecimento de energia elétrica em Xambioá ..... 25.000.000<br><b>K.12 — MARANHÃO</b><br>Para serviços de energia elétrica em Loreto ..... 20.000.000<br>Para serviços de energia elétrica em Sambaíba ..... 20.000.000<br>Para Rede Elétrica de São Luís, em convênio com a Prefeitura Municipal ..... 15.000.000<br>Para Rede Elétrica de Carolina, em convênio com a Prefeitura Municipal ..... 10.000.000<br><b>K.13 — MATO GROSSO</b><br>Continuação do serviço de rede e distribuição de energia elétrica de Alto Paraguai ..... 10.000.000<br><b>K.15 — PARÁ</b><br>Contribuição aos Serviços de Força e Luz do Pará Município de Magalhães Barata, para serviço de energia elétrica ..... 40.000.000<br>Nº 10.02.1.0380-A<br>Inclua-se no Adendo "A":<br><b>K.01 — ACRE</b><br>Abastecimento de água em Rio Branco ..... 20.000.000<br>Abastecimento de água em Xapuri ..... 10.000.000<br>Abastecimento de água em Brasília ..... 10.000.000<br><b>K.04 — AMAZONAS</b><br>Serviço de abastecimento de água de Coari, a cargo da Prefeitura Municipal ..... 20.000.000<br>Serviço de abastecimento de água da cidade de Barcelos, a cargo da Prefeitura Municipal ..... 20.000.000<br>Para abastecimento de água em Carauari, em convênio com o Governo do Estado ..... 30.000.000<br>Serviço de abastecimento de água no Município de São Paulo de Olivença, a cargo da F.S.E.S.P. .... 10.000.000<br>Serviço de abastecimento de água no Município de Eirunepé, a cargo da F. S. E. S. P. .... 10.000.000 | Serviço de abastecimento de água no Município de Carauari, a cargo da F. S. E. S. P. .... 10.000.000<br><b>K.10 — GOIÁS</b><br>Abastecimento de água em Gurupi ..... 10.000.000<br>Abastecimento de água na rede do Município de Itaguatins ..... 10.000.000<br>Abastecimento de água em Porangatu ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Xambioá, em convênio com o DESGO, para serviço de água, na rede do Município ..... 10.000.000<br><b>K.12 — MARANHÃO</b><br>Para o serviço de abastecimento de água no Município de Lago da Pedra ..... 40.000.000<br><b>K.13 — MATO GROSSO</b><br>Continuação da rede de distribuição de água de Várzea Grande ..... 10.000.000<br>Continuação da rede de distribuição de água de Poconé ..... 20.000.000<br>Para o Município de Cáceres, destinada à continuação do serviço de abastecimento de água ..... 20.000.000<br>Para o Município de N. S. do Livramento, para o serviço de abastecimento de água ..... 20.000.000<br>Prefeitura Municipal de Cáceres, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Diamantino, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br><b>Nº 7 (7-F)</b><br>4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)<br>3.0.0.0 — Despesas Correntes<br>3.2.0.0 — Transferências Correntes<br>3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes<br>3.2.9.2 — Entidades Federais<br>1) Pessoal dos Órgãos da Administração Descentralizada<br>X.43 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste<br>Onde se lê: ..... 7.439.215<br>Leia-se: ..... 6.704.405<br><b>Nº 8 (8-F)</b><br>4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)<br>3.0.0.0 — Despesas Correntes | 3.2.0.0 — Transferências Correntes<br>3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes<br>3.2.9.2 — Entidades Federais<br>3) Para despesas de Transferências Correntes<br>X.43 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.<br>Onde se lê: ..... 734.810<br>Leia-se: .....<br><b>Nº 9 (17-F)</b><br>4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)<br>X.43 — Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<br>Orçamento-Programa<br>Programa-Agropecuário<br>Subprograma: Reforma Agrária<br>Onde se lê:<br>03.10.1.0274 — Projeto de Reforma da Estrutura Agrária na Zona da Mata e Canavieira do Nordeste, a cargo do GERAN e em convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — ou com governos estaduais, dentro das áreas prioritárias fixadas pelo IBRA — Cr\$ 5.660.000.000<br>Leia-se:<br>03.10.1.0274 — Projeto de Reforma Agrária na Zona da Mata, a cargo do GERAN, em convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — Cr\$ 5.660.000.000<br><b>Nº 10 (25-F)</b><br>4.03.09 — Serviço Nacional dos Municípios.<br>Onde se lê:<br>02.05.1.0559 ..... 350.000<br>02.05.1.0559-A ..... 250.000<br>02.05.1.0559-B ..... 100.000<br>Leia-se:<br>02.05.1.0559 ..... 700.000<br><b>Nº 11 (26-R)</b><br>Substitua-se no Subanexo 4.03.00 — Coordenação dos Organismos Regionais a redação do quadro da Unidade:<br>4.03.03 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.<br>Finalidade — Elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, prover a sua execução, coordenação e controle, nos termos da Legislação em vigor.<br>Legislação — Lei nº 1.806, de 1 de janeiro de 1953 — Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953 — Decreto nº 51.731, de 12 de fevereiro de 1963 — Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963.<br>Pela seguinte:<br>4.03.03 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.<br>Finalidade — Elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, prover a sua execução, coordenação e controle, nos termos da Legislação em vigor.<br>Legislação — Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. |
| <b>K.25 — SANTA CATARINA</b><br>Prosseguimento do serviço de água do Município de Joazeiro ..... 20.000.000<br>Nº 6 (6-T)<br>4.03.03 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia<br>4.0.0.0 — Despesas de Capital<br>4.1.0.0 — Investimentos<br>4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial<br>Y.02 — Valorização da Amazônia<br>Nº 04.09.1.0351-A<br>Inclua-se no Adendo "A":<br><b>K.04 — AMAZONAS</b><br>Cr\$<br>Colégio São Francisco, a cargo da Paróquia de Eirunepé ..... 10.000.000<br>Educandário Nossa Senhora da Assunção — São Paulo de Olivença ..... 10.000.000<br>Instituição Missionária Salesiana do Amazonas — Manaus ..... 10.000.000<br>Missões Salesianas do Amazonas ..... 20.000.000<br><b>K.10 — GOIÁS</b><br>Fundação Cultural e Social de Campos Belos, para manutenção do Ginásio Industrial — Campos Belos ..... 10.000.000<br>Escola Bona Espero — Alto Paraíso ..... 10.000.000<br>Ginásio João de Abreu — Dianópolis ..... 10.000.000<br>Ginásio do Norte Goiano e Escola Normal N. S. de Fátima — Tocantinópolis ..... 10.000.000<br>Ginásio João D'Abreu — Dianópolis ..... 15.000.000<br><b>K.12 — MARANHÃO</b><br>Colégio Municipal de São Luís ..... 15.000.000<br>Educandário Santa Filomena — Codó ..... 10.000.000<br>Faculdade de Medicina do Maranhão — São Luís ..... 10.000.000<br>Faculdade de Direito de São Luís ..... 10.000.000 | <b>K.15 — PARÁ</b><br>Escola Industrial Salesiana — Belém ..... 20.000.000<br>Nº 06.04.1.0326-A<br>Inclua-se no Adendo "A":<br><b>K.01 — ACRE</b><br>Instalação e funcionamento da Usina Diesel em Porto Walter, Município de Mário Lobão — Cruzeiro do Sul ..... 20.000.000<br>Instalação e funcionamento da Usina Diesel em Vila Taumaturgo — Município de Cruzeiro do Sul ..... 20.000.000<br><b>K.10 — GOIÁS</b><br>Serviços de abastecimento de energia elétrica em Xambioá ..... 25.000.000<br><b>K.12 — MARANHÃO</b><br>Para serviços de energia elétrica em Loreto ..... 20.000.000<br>Para serviços de energia elétrica em Sambaíba ..... 20.000.000<br>Para Rede Elétrica de São Luís, em convênio com a Prefeitura Municipal ..... 15.000.000<br>Para Rede Elétrica de Carolina, em convênio com a Prefeitura Municipal ..... 10.000.000<br><b>K.13 — MATO GROSSO</b><br>Continuação do serviço de rede e distribuição de energia elétrica de Alto Paraguai ..... 10.000.000<br><b>K.15 — PARÁ</b><br>Contribuição aos Serviços de Força e Luz do Pará Município de Magalhães Barata, para serviço de energia elétrica ..... 40.000.000<br>Nº 10.02.1.0380-A<br>Inclua-se no Adendo "A":<br><b>K.01 — ACRE</b><br>Abastecimento de água em Rio Branco ..... 20.000.000<br>Abastecimento de água em Xapuri ..... 10.000.000<br>Abastecimento de água em Brasília ..... 10.000.000<br><b>K.04 — AMAZONAS</b><br>Serviço de abastecimento de água de Coari, a cargo da Prefeitura Municipal ..... 20.000.000<br>Serviço de abastecimento de água da cidade de Barcelos, a cargo da Prefeitura Municipal ..... 20.000.000<br>Para abastecimento de água em Carauari, em convênio com o Governo do Estado ..... 30.000.000<br>Serviço de abastecimento de água no Município de São Paulo de Olivença, a cargo da F.S.E.S.P. .... 10.000.000<br>Serviço de abastecimento de água no Município de Eirunepé, a cargo da F. S. E. S. P. .... 10.000.000 | <b>K.10 — GOIÁS</b><br>Abastecimento de água em Gurupi ..... 10.000.000<br>Abastecimento de água na rede do Município de Itaguatins ..... 10.000.000<br>Abastecimento de água em Porangatu ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Xambioá, em convênio com o DESGO, para serviço de água, na rede do Município ..... 10.000.000<br><b>K.12 — MARANHÃO</b><br>Para o serviço de abastecimento de água no Município de Lago da Pedra ..... 40.000.000<br><b>K.13 — MATO GROSSO</b><br>Continuação da rede de distribuição de água de Várzea Grande ..... 10.000.000<br>Continuação da rede de distribuição de água de Poconé ..... 20.000.000<br>Para o Município de Cáceres, destinada à continuação do serviço de abastecimento de água ..... 20.000.000<br>Para o Município de N. S. do Livramento, para o serviço de abastecimento de água ..... 20.000.000<br>Prefeitura Municipal de Cáceres, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Diamantino, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br>Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, para obras com abastecimento de água ..... 10.000.000<br><b>Nº 7 (7-F)</b><br>4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)<br>3.0.0.0 — Despesas Correntes<br>3.2.0.0 — Transferências Correntes<br>3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes<br>3.2.9.2 — Entidades Federais<br>1) Pessoal dos Órgãos da Administração Descentralizada<br>X.43 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste<br>Onde se lê: ..... 7.439.215<br>Leia-se: ..... 6.704.405<br><b>Nº 8 (8-F)</b><br>4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)<br>3.0.0.0 — Despesas Correntes   | 3.2.0.0 — Transferências Correntes<br>3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes<br>3.2.9.2 — Entidades Federais<br>3) Para despesas de Transferências Correntes<br>X.43 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.<br>Onde se lê: ..... 734.810<br>Leia-se: .....<br><b>Nº 9 (17-F)</b><br>4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)<br>X.43 — Superintendente do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<br>Orçamento-Programa<br>Programa-Agropecuário<br>Subprograma: Reforma Agrária<br>Onde se lê:<br>03.10.1.0274 — Projeto de Reforma da Estrutura Agrária na Zona da Mata e Canavieira do Nordeste, a cargo do GERAN e em convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — ou com governos estaduais, dentro das áreas prioritárias fixadas pelo IBRA — Cr\$ 5.660.000.000<br>Leia-se:<br>03.10.1.0274 — Projeto de Reforma Agrária na Zona da Mata, a cargo do GERAN, em convênio com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — Cr\$ 5.660.000.000<br><b>Nº 10 (25-F)</b><br>4.03.09 — Serviço Nacional dos Municípios.<br>Onde se lê:<br>02.05.1.0559 ..... 350.000<br>02.05.1.0559-A ..... 250.000<br>02.05.1.0559-B ..... 100.000<br>Leia-se:<br>02.05.1.0559 ..... 700.000<br><b>Nº 11 (26-R)</b><br>Substitua-se no Subanexo 4.03.00 — Coordenação dos Organismos Regionais a redação do quadro da Unidade:<br>4.03.03 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.<br>Finalidade — Elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, prover a sua execução, coordenação e controle, nos termos da Legislação em vigor.<br>Legislação — Lei nº 1.806, de 1 de janeiro de 1953 — Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953 — Decreto nº 51.731, de 12 de fevereiro de 1963 — Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963.<br>Pela seguinte:<br>4.03.03 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.<br>Finalidade — Elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, prover a sua execução, coordenação e controle, nos termos da Legislação em vigor.<br>Legislação — Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. |

## Nº 12 (27-R)

Substitua-se no Subanexo 4.03.00 — COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS; Unidade 4.03.03 — SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA o quadro de recursos constante do Projeto pelo seguinte:

4.03.03 — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Finalidade: Elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, promover a sua execução, coordenação e controle, nos termos da Legislação em vigor.

Legislação: Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Cr\$1.000

| Categoria Econômica (Código) | ESPECIFICAÇÃO   | Fixa ou Variável | DESPESAS   |                     | Elemento   | Categoria Econômica (Total) |
|------------------------------|---|------------------|------------|---------------------|------------|-----------------------------|
|                              |   |                  | Fundos     | Dotações Ordinárias |            |                             |
|                              | <b>TOTAL GERAL</b>  |                  |            |                     |            | 81.627.588                  |
| 3.2.0.0                      | Transferências Correntes  |                  |            |                     |            | 12.293.457                  |
| 3.2.1.0                      | Subvenções Sociais .....  | V                | 1.540.000  |                     | 1.540.000  |                             |
| 3.2.9.0                      | Diversas Transferências Correntes ..  |                  |            |                     |            |                             |
|                              | 1) Pessoal dos Órgãos da Administração Descentralizada .....                    | V                | 5.544.980  |                     | 10.753.457 |                             |
|                              | 2) Demais Despesas de Custeio dos Órgãos da Administração Descentralizada ..... | V                | 5.208.477  |                     |            |                             |
| 4.0.0.0                      | Despesas de Capital   |                  |            |                     |            | 69.334.131                  |
| 4.1.0.0                      | Investimentos .....   |                  |            |                     |            |                             |
| 4.1.2.0                      | Serviços em Regime de Programação Especial .....                                | V                | 42.334.131 |                     | 42.334.131 |                             |
| 4.2.0.0                      | Inversões Financeiras   |                  |            |                     |            |                             |
| 4.2.6.0                      | Diversas Inversões Financeiras ....   | V                | 27.000.000 |                     | 27.000.000 |                             |
|                              | (Art. 45 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966)                             |                  |            |                     |            |                             |
|                              | Recapitulação:  |                  |            |                     |            |                             |
|                              | Despesa Variável 81.627.588   |                  |            |                     |            |                             |
|                              | <b>TOTAL</b> 81.627.588   |                  |            |                     |            |                             |

## Nº 13 (28-R)

Substitua-se, no Subanexo 4.03.03 — COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS — Unidade 4.03.03 — SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, o quadro de aplicações constante do Projeto, pelo seguinte:

4.03.03 — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Execução Direta  
Cr\$ 1.000

| Programa Subprograma<br>Projeto (1)<br>Atividade (2) | ESPECIFICAÇÃO  | DESPESA    |            | TOTAL      |
|--|--|------------|------------|------------|
|  |  | Projeto    | Atividade  |            |
|  | <b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>   |            |            |            |
| 02.05.2.0338   | Administração .....  |            | 10.753.457 | 10.753.457 |
|  | Funcionamento e Manutenção .....   |            |            |            |
| 02.01.1.0339-A                                       | Planejamento .....   | 42.334.131 |            | 42.334.131 |
|  | Valorização Econômica da Amazônia .....  |            |            |            |
| 02.02.1.0340-A                                       | Administração Financeira .....   |            |            | 27.000.000 |
|  | Financiamento do Desenvolvimento da Amazônia (art. 45 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966) ..... | 27.000.000 |            |            |
|  | <b>EDUCAÇÃO</b>  |            |            |            |
| 04.09.1.0351-A                                       | Planos Especiais .....   |            |            | 180.000    |
|  | Conforme Discriminação do Adendo "A" .....   |            | 180.000    |            |
|  | <b>ENERGIA</b>   |            |            |            |
| 06.04.1.0362-A                                       | Distribuição .....   |            |            | 455.000    |
|  | Conforme Discriminação do Adendo "A" .....   |            | 455.000    |            |
|  | <b>TRANSPORTE</b>  |            |            |            |
| 07.06.1.0368-A                                       | Aéreo .....  |            |            | 60.000     |
|  | Conforme Discriminação do Adendo "A" .....   |            | 60.000     |            |
|  | <b>SANEAMENTO</b>  |            |            |            |
| 10.02.1.0383-A                                       | Saneamento Básico .....  |            |            | 845.000    |
|  | Conforme Discriminação do Adendo "A" .....   |            | 845.000    |            |
|  | <b>TOTAL</b> .....   | 69.334.131 | 12.293.457 | 81.627.588 |

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Finanças, em seu Parecer nº 1.107, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, (Nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao anexo nº 4 — subanexo nº 4.05 (Ministério da Agricultura).

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar a tramitação das emendas do Senado naquela Casa, designo o Sr. Senador José Ermírio, que foi o relator na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.107, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.05.00 — Ministério da Agricultura.

Relator: Senador José Ermírio.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.05.00 — Ministério da Agricultura.

Sala das Comissões, em .... de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — José Ermírio, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Adolpho Franco. — Manoel Villaga. — Lobão da Silveira. — José Leite. — Mem de Sá. — Domicio Gondim.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo; Subanexo 4.05.00 — Ministério da Agricultura.

### Nº 1 (1-T)

4.05.11 — Departamento de Promoção Agropecuária

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Y.13 — Fundo Federal Agropecuário

Nº 03.03.1.0672

Destaque-se para discriminação — 380.000.

### Nº 2 (2-T)

4.05.10 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)

K.27 — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes

Nº 05.03.2.0666

Inclua-se:

K.02 — ALAGOAS

Ambulatório de Pescadores em Peba, Município de Piaçabuçu.

K.04 — AMAZONAS

Colônia de Pescadores — Manaus.

Colônia de Pescadores de Manaus.

K.05 — BAHIA

Colônia de Pescadores de Ilhéus.

K.06 — CEARA

Para a Colônia de Pescadores de Mucuripe, de Fortaleza.

K.08 — ESPÍRITO SANTO

Colônia de Pescadores Z-8, Barra de Itapemirim.

Colônia de Pescadores Z-8 — Barra de Itapemirim.

Colônia de Pescadores Z-8, de Itapemirim.

K.12 — MARANHÃO

Colônia e Ambulatório dos Pescadores Z-1 — Ponta do São Francisco.

K.13 — MATO GROSSO

Colônia dos Pescadores de Cuiabá.

K.15 — PARA

Ambulatório da Colônia de Pescadores de Bragança.

Colônia de Pescadores de Salinópolis.

Colônia de Pescadores de Santarém.

K.16 — PARAÍBA

Colônia de Pescadores de Sabedão.

Colônia de Pescadores de Tambaú.

K.17 — PARANÁ

Para a Colônia de Pescadores de Guaratuba.

Liga de Defesa Contra a Tuberculose — Antonina.

Ambulatório da Colônia de Pescadores de Paranaguá.

K.18 — PERNAMBUCO

Federação das Colônias de Pescador (Para Serviço Médico) — Recife.

K.20 — RIO DE JANEIRO

Colônia de Pesca do Arraial do Cabo — Município de Cabo Frio.

Colônia de Pescadores do Arraial do Cabo — Cabo Frio.

K.21 — RIO GRANDE DO NORTE

Policlínica dos Pescadores de Natal.

K.22 — RIO GRANDE DO SUL

Colônia de Pescadores de Tramandaí.

Colônia de Pescadores de Rio Grande.

K.25 — SANTA CATARINA

Colônia de Pescadores Z-13, Canto dos Ganchos — Biguaçu.

Colônia de Pescadores de Cabeçudas — Itajaí.

K.26 — SÃO PAULO

Colônia de Pescadores de Caraguatatuba.

Colônia de Pescadores de Iguape.

K.27 — SERGIPE

Colônia de Pesca de Aracaju.

Colônia de Pescadores de Aracaju — Assistência Médica.

Colônia de Pescadores de Pirambu.

### Nº 3 (3-T)

4.05.11 — Departamento de Promoção Agropecuária.

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Y.13 — Fundo Federal Agropecuário

Nº 03.03.1.0672

Item 2)

Inclua-se, destacando Cr\$ ..... 20.000.000 por Entidade:

K.01 — ACRE

Parque de Exposição de Rio Branco.

K.02 — ALAGOAS

Parque de Exposição de União dos Palmares.

Parque de Exposição — Palmeira dos Índios.

K.04 — AMAZONAS

Serviços de Extensão Rural, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — Exposições.

Serviços de Extensão Rural, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré, para exposições.

K.05 — BAHIA

Parque de Exposição de Ilapetunga.

K.06 — CEARA

Para o Parque Permanente de Exposição de Crato.

Para continuação das obras do Parque Permanente de Exposição de Crato.

K.08 — ESPÍRITO SANTO

São Mateus, Prefeitura.

Parque de Exposição de Gado — Itacibá, Município de Cariacica.

Parque de Exposição de Colatina, Colatina.

K.10 — GOIAS

Parque de Exposição de Anápolis.

Construção do Parque de Exposição Agropecuária de Jataí.

K.12 — MARANHÃO

Para Exposição Agropecuária em convênio com a Prefeitura de Caxilina.

K.13 — MATO GROSSO

Associação Rural de Cuiabá, para Exposição Agropecuária Industrial.

K.14 — MINAS GERAIS

Parque de Exposição Agropecuária — São Gonçalo do Sapucaí.

Parque de Exposição de Uberaba — Uberaba.

K.15 — PARA

Parque de Exposição de Salinópolis.

Parque de Exposição da Associação Rural de Pecuária do Pará, em Soure.

Parque de Exposição de Marajó.

K.16 — PARAÍBA

Parque de Exposições de Patos.

Parques de Exposição de João Pessoa.

K.17 — PARANÁ

Para o Parque de Exposição Agropecuária de Maringá.

Parque de Exposições Castelo Branco — Curitiba.

Parque de Exposição da Sociedade Rural do Norte do Paraná (ex-Associação Rural de Londrina) — Londrina.

K.18 — PERNAMBUCO

Parque de Exposição de Caruaru.

Parque de Exposições de Nazaré da Mata — Nazaré da Mata.

### K.19 — PIAUI

Fundação Ruralista São Raimundo Nonato.

Parque de Exposições de Teresina.

K.20 — RIO DE JANEIRO

Associação Rural Sul-Fluminense — Para Exposição Agropecuária — Barra do Piraí.

K.21 — RIO GRANDE DO NORTE

Parque de Exposição de Natal.

Associação Rural de Mossoró, para construção do pavilhão de exposição — Mossoró.

K.22 — RIO GRANDE DO SUL

Parque de Exposições de Porto Alegre (Federação Rural).

Parque de Exposições de Porto Alegre (Federação Rural).

Feira Nacional do Calçado e Exposição Agro-Industrial — Novo Hamburgo.

K.25 — SANTA CATARINA

Parque de Exposição, em convênio com a Associação Rural de Concórdia.

Parque de Exposição — Florianópolis.

Parque de Exposição — Urussanga.

K.26 — SÃO PAULO

Festa da Uva — Jundiaí.

Parque-Exposição — São Roque.

Parque de Exposição de Barretos.

K.27 — SERGIPE

Parque de Exposição Nicolau Almeida — Lagarto.

Parque de Exposição João Cleofas, em Aracaju.

Associação Rural de Estância, para seu Parque de Exposições.

### Nº 4 (4-T)

4.05.06 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

4.13 — Fundo Federal Agropecuário — Nº 04.03.1.0637

Inclua-se:

K.01 — ACRE

Escola Agrícola do Educandário St. Margarida, em Rio Branco.

Escola Agrícola do Educandário Cruzeiro do Sul, em Cruzeiro do Sul.

Educandário Cruzeiro do Sul, para desenvolvimento dos trabalhos agropecuários — Cruzeiro do Sul.

Educandário Cruzeiro do Sul, para desenvolvimento dos trabalhos agropecuários — Cruzeiro do Sul.

K.02 — ALAGOAS

Item III

Escola de Economia Doméstica em União dos Palmares.

Ginásio Agrícola de Balança.

K.04 — AMAZONAS

Escola Agrícola de Maués, a cargo da Sociedade de Obras Sociais de Maués.

Escola Agrícola de Maués, a cargo da Sociedade de Obras Sociais de Maués.

Escolas Agrícolas na Zona Rural, a cargo da Prefeitura de Parintins.

K.05 — BAHIA

Fundação Bonfinense de Beneficência e Educação Rural, em Senhor do Bonfim.

K.06 — CEARA

Para transformação do Ginásio Clóvis Bevilacqua, de Jaguaribe, em Colégio Agrícola, na mesma cidade.

Para transformação do Ginásio Clóvis Bevilacqua, de Jaguaribe, em Colégio Agrícola, na mesma cidade.



**K.06 — ESPÍRITO SANTO**

Centro de Formação de Líderes Rurais.  
Para a Escola Doméstica da Escola Intermediária N. Senhora da Penha — Vitória, — Espírito Santo.

**ITEM III:**

Colégio Agrícola de Santa Teresa — Santa Teresa — Espírito Santo.  
Colégio Agrícola de Santa Teresa, Santa Teresa

**K.10 — GOIÁS**

**ITEM III:**

Aprendizado Agrícola Menino Jesus — Piracanjuba

**ITEM III:**

Escola Agrícola Gratuita Dom Bosco — Silvinia.

**ITEM III:**

Sociedade Promotora de Educação Rural — Luziânia.

**K.11 — GUANÁBARA**

Escola Doméstica do Asilo Isabel.  
Escola Doméstica do Educandário da Providência.  
Escola de Artesanato anexa ao Educandário da Providência.

**K.12 — MARANHÃO**

Escola Agrotécnica São Luís — São Luís

**ITEM III:**

Colégio Agrícola do Maranhão — São Luís.  
Escola Agrícola de Guimarães — Guimarães.  
Colônia Agrícola — Barra do Corda.

Escola Agrária do Patronato Sagrada Família — Nazaré — São Bento.

Centro Social Rural de Guimarães.  
Escola Normal Rural de Morros.

**K.13 — MATO GROSSO**

Aprendizado Agrícola Dom Carlos — Várzea Grande

**ITEM III:**

Aprendizado Agrícola e Escola Doméstica do Instituto Nossa Senhora do Carmo, Corumbá.

**K.14 — MINAS GERAIS**

**ITEM III:**

Lat. Imã Sheila para suas atividades agrícolas — Manhuaçu.  
Escola Agrícola D. Bosco — Cachoeira do Campo.

**K.15 — PARA**

**ITEM III:**

Escola Agro-Artesanal de Marapanim.  
Escola Agrícola de Sant'Ana, na Boca do Rio Arari, a cargo da Prefeitura de Ponta de Pedras.

**K.16 — PARAIBA**

Ginásio Agrícola Assis Chateaubrand — Campina Grande.  
Escola Agrícola de Sousa.  
Escola de Iniciação Agrícola de Rio Tinto.

**K.17 — PARANÁ**

Fazenda Santa Maria — Morretes, para aprendizagem agrícola — Morretes.

**ITEM III:**

Escola Agrodoméstica Gratuita do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora — Cambé.  
Aprendizado Agrícola — Cambé.  
Aprendizado Agrícola da Escola Doméstica e Agro-Artesanal do Instituto N. S. Auxiliadora, de Cambé.

**K.18 — PERNAMBUCO**

Colégio Agrícola de São Lourenço da Mata.  
Escola Agrotécnica de Palmares — Palmares.

**K.19 — PIAUÍ**

Desenvolvimento Agrícola de Monte Alegre, da Arquidiocese de Teresina (para execução do projeto).

Escola Agrotécnica de Teresina.

**K.20 — RIO DE JANEIRO**

Escola Rural anexa ao Posto Agropecário de Cordeiro.

Aprendizado Agrícola do Seminário Menor Interdiocesano — Barra do Pirai.

Escola Doméstica da Escola Intermediária João XXIII — Niterói.

**K.21 — RIO GRANDE DO NORTE**

**ITEM III:**

Escola Doméstica Popular Darcy Vargas — Caicó.  
Ginásio Agrícola de Governador Dix-Sept Rosado — Governador Dix-Sept Rosado.

**K.22 — RIO GRANDE DO SUL**

Aprendizado Agrícola Presidente Dutra — Taquari.  
Patronato Industrial e Agrícola de Passo Fundo.

**K.25 — SANTA CATARINA**

**ITEM III:**

Escola Agrícola, a cargo do Pontifício Instituto das Missões de Fraiburgo.

**K.26 — SÃO PAULO**

Escola de Aprendizado Agrícola de Paraituna.  
Escola Agrícola Cel. Vicente, de Lorenna.  
Escola Agro-Artesanal e Doméstica do "Recanto da Cruz Grande" — Itapevi.

**K.27 — SERGIPE**

Escola Agrícola Benjamim Constant — Aracaju.  
Escola Agrotécnica Benjamim Constant, para curso de Economia Doméstica.  
Escola Agrotécnica Benjamim Constant — Aracaju.

**Nº 5 (37-F)**

4.05.20 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos

Onde se lê:

|                |             |
|----------------|-------------|
| 4.1.2.0 —      | 380.000.000 |
| Y.13(F.F.A.P.) | 564.000.000 |
|                | 944.000.000 |

Leia-se:

|                |             |
|----------------|-------------|
| 4.1.2.0 —      | 250.000.000 |
| Y.13(F.F.A.P.) | 344.000.000 |
|                | 594.000.000 |

**Nº 6 (38-F)**

4.05.29 — Universidade Rural do Sul  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos

Onde se lê:

|                |            |
|----------------|------------|
| 4.1.2.0 —      | 15.000.000 |
| Y.13(F.F.A.P.) | 30.000.000 |
|                | 45.000.000 |

Leia-se:

|                |             |
|----------------|-------------|
| 4.1.2.0 —      | 145.000.000 |
| Y.13(F.F.A.P.) | 250.000.000 |
|                | 395.000.000 |

**Nº 7 (39-F)**

4.05.27 — Escola de Agronomia da Amazônia.

Suprima-se:

|                                      |        |
|--------------------------------------|--------|
| 3.1.2.0 — Material de Consumo        | 45.000 |
| 4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações | 50.000 |
| 4.1.4.0 — Material Permanente        | 13.900 |

Onde se lê:

|  |        |
|--|--------|
| 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial | 30.000 |
|--|--------|

Leia-se:

4.1.2.0 — Serviços, em Regime de Programação Especial . . . 138.900  
Nº 8 (44-R)

4.05.01 — Gabinete do Ministro Agropecuária  
Programação e Extensão Agropecuária

Onde se lê:

03.03.1.0610 — Supervisão dos trabalhos de programação — Cr\$ 200.000

Leia-se:

03.03.1.0610 — Supervisão dos trabalhos de programação, inclusive treinamento administrativo (Decreto número 37.757, de 1955) — Cr\$ 200.000.  
Nº 9 (45-R)

4.05.10 — Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias  
Agropecuária

Onde se lê:

03.02.1.0720 — Desenvolvimento da tecnologia de subprodutos da lavoura — Cr\$ 140.000

Leia-se:

03.02.1.0720 — Desenvolvimento da tecnologia dos produtos e subprodutos da lavoura — Cr\$ 140.000  
Nº 10 (46-F)

4.05.08 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos  
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial  
Y.13 — Fundo Federal Aprovechamento — 1.631.364.

Destaque-se:

Para transformação do "Ginásio Clovis Bevilacqua" de Jaguaribe, Ceará, patrocinado pela Sociedade Educacional Jaguaribana, em "Colégio Vocacional Agrícola", em convênio com o Ministério da Agricultura — Cr\$ 50.000

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.108, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, (nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4, Subanexo nº 4.06 (Ministério da Educação e Cultura).*

Em discussão a redação final. Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.  
Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo das emendas do Senado, naquela Casa, designo o Sr. Senador Manoel Villaca, que foi o Relator da matéria na Comissão de Finanças.

É a seguinte a redação final aprovada:

**PARECER**

**Nº 1.108, de 1966**

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

Relator: Senador Manoel Villaca.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das

emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Manoel Villaca, Relator. — Bezerra Neto. — Adalberto Branco. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — José Leite. — Roberto da Silveira. — Domício Gondim.

*Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, (nº 3.800-B/66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo; Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.*

**Nº 1 (1-T)**

4.05.11 — Departamento Nacional de Educação.  
3.0.0.0 — Despesas Correntes.  
3.2.0.0 — Transferências Correntes.  
3.2.1.0 — Subvenções Sociais.  
3.2.1.5 — Instituições Privadas.  
Outras Entidades — 2.186.002.  
Destaque-se para discriminação nos diversos Adendos — 1.974.000.

**Nº 2 (2-T)**

4.05.11 — Departamento Nacional de Educação.  
4.0.0.0 — Despesas de Capital.  
4.1.0.0 — Investimentos.  
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.

Y.96 — Fundo Nacional do Ensino Médio Nº 04.03.1.0842-A.

Inclua-se no Adendo "F":

**K.01 — ACRE**

Escola Normal Regional do Instituto Divina Providência — Xapuri — 3.000.  
Escola Normal Regional e Colégio Santa Juliana de Sena Medureira — 2.000.

Escola Normal Regional do Instituto Santa Teresinha de Cruzeiro do Sul — 3.000.

Curso Normal Regional de Brasília — Brasília — 2.000.

Curso Normal Regional de Feijó — Feijó — 2.000.

Escola Normal de Cruzeiro do Sul — Cruzeiro do Sul — 3.000.

Instituto Santa Teresinha — Cruzeiro do Sul — 3.000.

Instituto Divina Providência — Xapuri — 3.000.

Colégio Maria Auxiliadora — Rio Branco — 2.000.

Instituto São José — Rio Branco — 2.000.

Escola Normal Lourenço Filho — Rio Branco — 2.000.

Instituto Dom Próspero Bernardi — Rio Branco — 3.000.

Instituto Divina Providência — Xapuri — 4.000.

Instituto São José — Rio Branco — 3.000.

**K.02 — ALAGOAS**

Teatro Educativo do Centro Educacional de Maceló — 5.000.

Casa do Estudante Secundário de Viçosa — 500.

Casa do Estudante Secundário de Arapiraca — 500.

Casa do Estudante Secundário de Penedo — 500.

Casa do Estudante Secundário de Palmeira dos Índios — 500.

Escola Normal Cristo Santo Redentor de Palmeira dos Índios — 2.000.

Escola Normal do Asilo dos Orfãos de Nossa Senhora do Bom Conselho — Macaé — 2.000.

#### K.04 — AMAZONAS

Instituto de Educação do Amazonas — Manaus — 5.000.

Escola Normal Nossa Senhora de Nazaré — Manaus — 5.000.

Ginásio Normal N. S. do Rosário, de Itacoatiara — 3.000.

Escola Normal N. S. das Graças, a cargo da Prelazia de Coari — Coari — 3.000.

Escola Normal N. S. do Carmo de Parintins — 3.000.

Escola Normal Santa Isabel do Rio Negro — 10.000.

Escola Normal do Colégio N. S. Auxiliadora — Manaus — 4.000.

#### K.05 — BAHIA

Fundação Instituto São Geraldo — Salvador — 2.000.

Fundação Educacional e Social Alvorada — Medeiros Neto — 2.000.

Fundação Educacional e Social Senhor do Bonfim — Uauá — 2.000.

Fundação Educacional e Social Rocha de Carvalho, em Barreiras, no Estado da Bahia, para manutenção de sua Escola Normal — 10.000.

Fundação Educacional de Tanquinho — 5.000.

#### K.06 — CEARÁ

Escola Normal do Colégio Imaculada Conceição — Fortaleza — 3.000.

Escola Normal do Ginásio Farias Brito — Fortaleza — 3.000.

#### K.07 — DISTRITO FEDERAL

Colégio Marista — Brasília — 3.500.

Colégio Dom Bosco — Brasília — 2.000.

Colégio Maria Auxiliadora — Brasília — 2.000.

Instituto Educacional de Psicologia e Orientação Educacional do Colégio Dom Bosco — Brasília — 4.000.

Colégio Santa Dorotéia — Distrito Federal — 2.000.

Escola Normal do Colégio Maria Auxiliadora — Brasília — 3.000.

#### K.08 — ESPÍRITO SANTO

Escola Normal Elísio Imperial — Cachoeira de Itapemirim — 3.000.

Instituto Salesiano Pedro Palácios — Venda Nova — 5.000.

Escola Normal Nossa Senhora da Aparecida — Montana — 4.000.

Sociedade Estrela do Mar (para fins educacionais) — Conceição da Barra — 3.000.

Escola Normal Elísio Imperial — Cachoeira de Itapemirim — 2.000.

Instituto João XXIII, em Colatina — 2.000.

Colégio Nossa Senhora do Brasil — Corumbá — 3.000.

#### K.09 — GOIÁS

Instituto de Educação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — Goiânia — 2.000.

Instituto Maria Auxiliadora — Goiânia — 2.000.

Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora — Silvanópolis — 2.000.

Escola Normal (MEC) do Colégio Sagrado Coração de Jesus — Porto Nacional — 2.000.

Escola Normal São José — Formosa — 2.000.

Escola Normal Santa Clara — Goiânia — 2.000.

Ginásio Normal Coração Imaculado de Maria — Itaberaí — 2.000.

Escola Normal Nossa Senhora do Bom Conselho — Jataí — 15.000.

Escola Normal Heremegildo de Moraes — Morrinhos — 2.000.

Escola Normal Regional São José — Niquelândia — 2.000.

Educandário Santana, Para a Escola Normal — Goiás — 3.000.

Escola Normal Sagrado Coração de Jesus — Porto Nacional — 2.000.

#### K.11 — GUANABARA

Colégio Imaculada Conceição — 2.000.

Centro dos Estudantes Maranhenses — 5.000.

Instituto Educacional Barão de Macaúbas — 4.000.

Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional — 4.000.

Instituto Paissandu — 2.500.

Instituto Souza Lino — 5.700.

Escola Normal N. S. Auxiliadora — 3.750.

Instituto São Francisco de Sales — 3.750.

Escola Santa Madalena Sofia, do Alto da Boa Vista — 3.750.

#### K.12 — MARANHÃO

Fundação Educacional Coelho Neto — Caxias — 5.000.

Escola Normal de Caxias — 3.000.

Escola Normal Regional — Carolina — 4.000.

Escola Normal São José — Caxias — 3.000.

Escola Normal São José — Caxias — 2.000.

Escola Normal Ginásial "S. Rocha" — Bacabal — 3.000.

Escola Normal N. S. da Piedade — Carolina — 2.000.

Patronato S. José de Ribamar — 2.000.

Instituto Divina Pastora — 2.000.

#### K.13 — MATO GROSSO

Escola Normal Santa Clara — Paranaíba — 4.000.

Escola Normal D. Camilo Farenzin — Guiratinga — 3.000.

Escola Normal de 1º Ciclo Sagrado Coração de Jesus de Rosário Oeste — Rosário Oeste — 3.000.

Escola Normal do Colégio N. S. Auxiliadora de Campo Grande — 3.000.

Colégio Ordem Terceira Regular de São Francisco — Cáceres — 3.000.

Instituto Nossa Senhora de Caacupé — Corumbá — 3.000.

Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados — 2.000.

Instituto Santa Cruz — Corumbá — 2.000.

Instituto Nossa Senhora do Caacupé — Corumbá — 2.000.

Educandário Santa Clara — Paranaíba — 2.000.

Educandário Santa Teresinha — Diamantino — 2.000.

Instituto Santo Antônio — Itaporã — 2.000.

#### K.14 — MINAS GERAIS

Escola Normal São José — Botelhos — 3.000.

Escola Normal Nossa Senhora do Carmo — Cataguás — 4.500.

Escola Normal Santa Teresa — Ituiutaba — 2.000.

Ginásio e Escola Normal N. S. Auxiliadora — Palmeiras — Ponte Nova — 3.000.

Escola Normal N. E. Auxiliadora — Ponte Nova — 3.000.

Escola Normal do Ginásio Pio XII — Belo Horizonte — 3.000.

Escola Normal Santa Teresa — Ituiutaba — 3.000.

Escola Normal Nossa Senhora do Carmo de Viçosa — Viçosa — 3.000.

Escola Normal de São Gonçalo do Sapucaí — São Gonçalo do Sapucaí — 3.000.

#### K.15 — PARA

Instituto D. Bosco, Para Ensino Normal — Belém — 5.000.

Instituto Santo Antônio Maria Zaccarias — São Miguel de Guamá — 2.000.

Casa do Monitor — Bragança — 2.000.

Instituto São José — Castanhal — 2.000.

Instituto Pio X — Capanema — 2.000.

Instituto Rodrigues Vianna — Cachoeira — 2.000.

Instituto Santa Teresinha — Bragança — 2.000.

Instituto N. S. de Santana — Igarapé-Miri — 2.000.

Instituto Imaculada Conceição — Balão — 2.000.

Centro Social Rural de Piabas — Bragança — 2.000.

Instituto São Sebastião da Boa Vista — São Sebastião da Boa Vista — 2.000.

Instituto Dom Bosco — Belém — 2.000.

#### K.16 — PARAIBA

Escola Normal e Ginásio Santa Rita — Areia — 2.000.

Casa do Estudante Félix Araújo — Campina Grande — 2.000.

Escola Normal Nossa Senhora das Graças de Taperoá — 2.000.

Escola Normal de Santa Luzia — 2.000.

#### K.17 — PARANÁ

Ginásio Estadual do Paraná — Curitiba — 10.000.

Escola Normal Nossa Senhora de Belém — Guarapuava — 2.000.

#### K.18 — PERNAMBUCO

Centro Antoniano de Boa Viagem — Recife — 3.000.

Escola Normal Regional de Igarassu — 4.000.

Escola Normal da Imaculada Conceição de Seritânia — Seritânia — 4.000.

#### K.19 — PIAUÍ

Patronato Dom Barreto — Teresina — 2.000.

Centro Social Leão XIII — Teresina — 2.000.

Escola Normal Dom Inocêncio — Albuququerque — 4.000.

Escola Normal Santa Teresa de Jesus — Campo Maior — 8.000.

#### K.20 — RIO DE JANEIRO

Associação Brasileira de Educadores Lassalistas — Instituto Abel — Niterói — 5.000.

Instituto Educacional Nossa Senhora da Glória — Macaé — 2.500.

Associação das Donas de Casa, para ensino profissional — Niterói — 2.500.

Instituto Pio XI — Paraíba do Sul — 2.000.

Ginásio e Escola Normal N. S. Auxiliadora — Campos — 2.000.

Fundação Miguel Pereira — Miguel Pereira — 4.000.

Escola Intermediária João XXIII, para sua Escola Normal — Niterói — 16.000.

Centro Educacional de Niterói — Niterói — 2.000.

#### K.21 — RIO GRANDE DO NORTE

Casa da Estudante de Calicó — Calicó — 10.000.

#### K.22 — RIO GRANDE DO SUL

Escola Normal São Carlos — Caxias do Sul — 2.000.

C.T.G. Veterano da Tradição — Frederico Westphalen — 3.000.

Estância da Poesia Crioula — Porto Alegre — 3.000.

Escola Normal Regional Medianeira — Santa Maria — 3.000.

Centro de Tradições Gaúchas — Porto Alegre — 3.000.

Sociedade de Teatro de Pelotas — Pelotas — 3.000.

Escola Normal São Carlos — Caxias do Sul — 3.000.

União Cultural e Agrícola de São Lourenço do Sul — São Lourenço do Sul — 3.000.

Escola Normal Rural Sagrado Coração de Jesus — Nova Bréscia — 2.000.

#### K.23 — SANTA CATARINA

Escola Normal Cristo-Rei — Joinville — 2.000.

Ginásio São José, para sua Escola Normal — Concórdia — 2.000.

Escola Normal e Colégio Santa Rosa de Lima — Lajes — 2.000.

Escola Normal do Patronato Auxiliadora — Campos Novos — 3.000.

Colégio Normal Imaculada Conceição — Videira — 2.000.

#### K.24 — SÃO PAULO

Instituição a Serviço da Família (Larreira) — 12.000.

IRESI — Instituto de Relações Sociais e Industriais — São Paulo — 3.000.

Instituto São Paulo — Associação Cristã de Cultura Formação e Educação — São Paulo — 10.000.

Educabrás — Associação Educacional Brasileira — São Paulo — 30.000.

Colégio Hebraico Brasileiro Renascença — Para Curso Normal — São Paulo — 5.000.

#### K.27 — SERGIPE

Centro Educacional de Simão Dias — 3.000.

Nº 04.03.1.10842-B

Inclua-se no Adendo "G"

#### K.01 — ACRE

Ginásio N. S. das Dores — Rio Branco — 3.000.

Ginásio Cruzeiroense Craveiro Costas — Cruzeiro do Sul — 3.000.

Colégio Acreano — Rio Branco — 2.000.

Ginásio Acreano — Rio Branco — 3.000.

#### K.04 — AMAZONAS

Ginásio Santa Dorotéia — Manaus — 3.000.

Instituto Benjamin Constant (Oficial) — Manaus — 15.000.

Colégio Estadual do Amazonas — Manaus — 5.000.

#### K.05 — BAHIA

Ginásio Cristiano Gerson Sales — Vitória da Conquista — 2.000.

Ginásio Normal de Itagibá — 5.000.

Ginásio de Santa Inês — Santa Inês — para auxílio a alunos pobres — 2.000.

Ginásio Municipal de Abaíra — 2.000.

Ginásio Castro Alves (CNEG) — Guandu — 2.500.

#### K.06 — CEARÁ

Ginásio Santa Maria Goretti — Fortaleza — 2.000.

Ginásio Santa Isabel — Fortaleza — 2.000.

Colégio Fênix Caixeral — Fortaleza — 3.000.

Colégio Lourenço Filho — Fortaleza — 3.000.

Ginásio Sete de Setembro — Fortaleza — 2.000.

Ginásio N. S. de Lourdes — Fortaleza — 2.000.

Colégio São Luís — Pacoti — 2.000.

Ginásio Maria Imaculada — Pacoti — 2.000.

Instituto Menezes Pimentel — Juazeiro do Norte — 2.000.

Ginásio Gratuito, de Potengi, da CNEG — 8.000.

Colégio Estadual Wilson Gonçalves de Crato — 15.000.

Ginásio Municipal Pedro Felício — Crato — 4.000.  
Curso Francisco D'Auria — Fortaleza — 2.000.  
Ginásio São João Bosco — Crato — 2.000.  
Ginásio 21 de junho — Crato — 11.000.  
Ginásio Agapito dos Santos — Fortaleza — 2.000.  
Ginásio Domingos Paes — Jaguaribara — 2.000.  
Ginásio Clóvis Bevilacqua — Jaguaribe — 4.000.  
Instituto Gonzaga — Juazeiro do Norte — 2.000.

**K.08 — ESPÍRITO SANTO**

Ginásio Estadual Pedro Palácios — Cachoeiro de Itapemirim — 5.000.  
Ginásio Estadual Pedro Palácios — Cachoeiro de Itapemirim — 2.000.  
Colégio Estadual e Escola Normal João Eley — Castelo — 4.000.

**K.10 — GOIÁS**

Colégio Estadual de Jataí, para construção do auditório — 15.000.  
Ginásio Martins Borges (Oficial) — Rio Verde — 4.000.  
Ginásio Natividade (Oficial) — Natividade — 2.000.  
Colégio Estadual de Itumbiara — 2.000.

**K.12 — MARANHÃO**

Ginásio Diocesano S. Luís Gonzaga — Caxias — 3.000.  
Educandário São José — Caxias — 3.000.  
Ginásio Caxiense — Caxias — 2.000.  
Ginásio D. Emiliano Lonato — Caxias — 2.000.  
Educandário Santo Antônio — São Luís — 2.000.  
Educandário Santa Cruz — Anil — 2.000.  
Ginásio Brejense — Brejo — 4.000.  
Instituto Cerdeira — São Luís — 2.000.  
Colégio Conceição de Maria — São Luís — 2.000.

Ginásio Codoense — Codo — 2.000.  
Educandário Santa Filomena — Codo — 2.000.  
Colégio N. S. das Graças — Codo — 2.000.  
Instituto Divina Pastora — São Luís — 2.000.  
Educandário Sagrada Família — Grajaú — 2.000.  
Ginásio Professor Mata Roma — Chapadinha — 2.000.

**K.13 — MATO GROSSO**

Ginásio da Imaculada Conceição — Dourados — 2.000.

**K.14 — MINAS GERAIS**

Colégio Imaculada Conceição — Itapetecira — 2.000.  
Colégio Imaculada Conceição — Itapetecira — 2.000.

**K.15 — PARA**

Ginásio Santa Teresinha — Bragança — 2.000.  
Ginásio Professor Paixão — Bragança — 2.000.  
Externato Santo Antônio — Bragança — 2.000.

**K.16 — PARAIBA**

Escola Municipal de Música — Queimadas — 2.000.  
Ginásio Municipal de Natuba — Natuba — 2.000.  
Ginásio Municipal N. S. dos Remédios — Boqueirão dos Cochos — 2.000.  
Ginásio Municipal de Pocinhos — 2.000.  
Colégio Estadual de Catolé do Rocha — 2.000.  
Colégio Estadual de Areia — 2.000.  
Colégio Estadual de Sousa — 2.000.

**K.18 — PERNAMBUCO**

Ginásio Municipal de Belém de Maria — 2.000.  
Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho — Bom Conselho — 2.000.  
Ginásio de Limoeiro — 5.000.  
Colégio Estadual de Jaboatão, 4.000.  
Ginásio Municipal do Recife, 4.000.  
K.19 — PIAUÍ  
Ginásio Estadual Marcos Parente — Picos — 3.000.

Ginásio Municipal Marcos Parente — Canto do Buriti — 3.000.  
Ginásio Desembargador Antônio Costa — Teresina (para ampliação e aquisição de equipamentos) ..... 10.000.  
Ginásio Popular de Teresina, da Arquidiocese de Teresina (para construção) — 10.000.

**K.20 — RIO DE JANEIRO**

Educandário São José — Niterói — 25.000.  
Ginásio Liberdade — Bom Jesus do Itabapoana — 2.500.  
Ginásio do Instituto Rui Barbosa — 2.000.  
Ginásio Liberdade — Bom Jesus do Itabapoana — 2.000.

**K.21 — RIO GRANDE DO NORTE**

Colégio Santa Luzia — Mossoró — 6.000.  
Ginásio Sagrado Coração de Maria — Mossoró — 2.000.  
Instituto Nossa Senhora de Fátima — Mossoró — 2.000.  
Externato N. S. de Fátima — Natal — 2.000.

**K.22 — RIO GRANDE DO SUL**

Ginásio Estadual de São Luís Gonzaga — 20.000.  
Ginásio Santa Dorotéia — Porto Alegre — 2.000.  
Ginásio Municipal de Veranópolis — Veranópolis — 2.000.

**K.25 — SANTA CATARINA**

Ginásio Professor Honório Miranda (CNEG) — Brusque — 4.000.  
Ginásio Porto Feliz (CNEG — Mondai) — 3.000.  
Ginásio Presidente John Kennedy (CNEG — Tubarão) — 3.000.

Nº 04.03.10843

Inclua-se no Adendo "H"

**K.02 — ALAGOAS**

Seminário Menor do Convento dos Capuchinhos — Maceió — 1.000.  
Seminário Menor da Diocese de Palmeira dos Índios — 1.000.  
Seminário Menor Nossa Senhora da Assunção — Maceió — 1.000.  
Seminário Menor de Nossa Senhora da Assunção — 6.000.  
Seminário Menor da Diocese de Palmeira dos Índios — 6.000.  
Seminário Menor dos Padres Capuchinhos — 6.000.

**K.04 — AMAZONAS**

Seminário Menor da Prelazia de Tefé — 5.000.  
Seminário Menor da Prelazia de Parintins — 3.000.

**K.06 — CEARÁ**

Seminário Menor da Diocese de Crato — 3.000.  
Seminário Menor da Diocese de Sobral — 2.000.  
Seminário Menor da Diocese de Limoeiro do Norte — 2.000.  
Seminário Menor da Diocese de Iguatu — 2.000.  
Seminário Menor da Arquidiocese de Fortaleza — 2.000.

**K.08 — ESPÍRITO SANTO**

Seminário Diocesano João XXIII, de São Mateus — 5.000.

Seminário Menor de Jaciguá — 5.000.  
Seminário Diocesano João XXIII — São Mateus — 3.000.

**K.10 — GOIÁS**

Seminário Menor de Ipameri .... 2.000.

**K.11 — GUANABARA**

Mitra Arquidiocesano do Rio de Janeiro, para o Seminário São José do Rio de Janeiro — 30.000.

**K.12 — MARANHÃO**

Seminário São José — Caxias — 10.000.  
Seminário Santo Antônio Menor — São Luís — 5.000.

**K.13 — MATO GROSSO**

Seminário Menor Salesiano — Cuiabá — Coxipó da Ponte — 3.000.  
Seminário Menor Salesiano de Coxipó da Ponte — Cuiabá — 2.000.  
Seminário Menor de Corumbá — Corumbá — 4.000.

**K.14 — MINAS GERAIS**

Seminário Menor São Clemente — Congonhas — 2.000.  
Seminário Menor São Clemente — Congonhas — 2.000.  
Seminário Menor São José — Três Pontas — 2.000.

**K.15 — PARA**

Seminário Santo Alexandre Saule — Bragança — 2.000.

**K.16 — PARAIBA**

Seminário de Patos — 6.000.  
Seminário Menor de Cajazeiras — 2.000.

**K.1 — PARANÁ**

Seminário Maior Provincial Rainha dos Apóstolos — Curitiba — 12.000.

**K.18 — PERNAMBUCO**

Seminário Diocesano de Caruaru — 3.000.  
Seminário Diocesano de Caruaru — 5.000.  
Seminário Menor de Nazaré da Mata — 4.000.

**K.19 — PIAUÍ**

Seminário Menor de Teresina .... 3.000.  
Seminário Menor de Parnaíba (para ampliação e aquisição de equipamentos) — Parnaíba — 10.000.  
Seminário Menor de Teresina .... 5.000.

**K.22 — RIO GRANDE DO NORTE**

Seminário Nossa Senhora de Fátima — Erechim — 2.000.  
Seminário Menor da Escola Rainha dos Apóstolos — Faxinal do Saturno — 2.000.  
Noviciado La Salle — Flores da Cunha — 2.000.

**K.25 — SANTA CATARINA**

Seminário Menor da Diocese de Chapecó — 3.000.  
Seminário Sarático Nossa Senhora de Fátima — da ordem dos Frades Menores de Rodeio — 2.000.  
Seminário Menor do Instituto Missões Consolata — Rio do Oeste — 2.000.  
Seminário Menor São Camilo — Iomerê — Videira — 2.000.  
Seminário Menor Salesiano S. Paulo — Ascurra — 2.000.  
Educandário São José, para o seu Seminário Menor — Lindóia — Concórdia — 3.000.

Seminário Menor do Abrigo N. S. de Fátima de Nova Trento — 2.000.  
Educandário N. S. de Lourdes (Seminário Arquidiocesano) — Azambuja — Brusque — 2.300.  
Educandário N. S. das Dores (Seminário de menores) — 2.000.  
Educandário N. S. de Fátima (Seminário de menores) — Maravilha — 2.000.  
Seminário Menor do Instituto N. S. de Fátima — Taio — 2.000.

**K.26 — SÃO PAULO**

Instituto de Assistência Educacional Seminário Diocesano de Taubaté — Taubaté — 5.000.

**K.27 — SERGIPE**

Seminário Menor de Estância — Estância — 3.000.  
Seminário Sagrado Coração de Jesus — Aracaju — 3.000.  
Seminário Menor de Estância — Seminário Menor de Propriá — .... 2.000.

Nº 3 (3-1)

4.06.13 — Diretoria do Ensino Industrial  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos  
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial  
Y.06 — Fundo Nacional do Ensino Médio.

Nº 04.03.2.0898-A

Inclua-se no Adendo "I":

**K.01 — ACRE**

Escola Profissional a cargo da Prelazia do Alto Juriá — Cruzeiro do Sul — 3.000.  
Escola Técnica de Comércio Acreana — Rio Branco — 2.000.

**K.02 — ALAGOAS**

Escola Técnica de Comércio de Alagoas — 7.000.  
Escola Profissional Lar de Nazaré — Penedo — 2.000.  
Artesanato mantido pelas Obras Sociais da Paróquia de Delmiro Gouveia — 2.000.  
Artesanato mantido pelo Orfanato Nossa Senhora do Rosário, de Água Branca — 2.000.  
Escola de Comércio de Maceió — 1.000.  
Escola Doméstica Maria Imaculada — Maceió — 2.000.

Asilo do Bom Pastor, em Maceió, para manutenção de sua Escola Profissional — Maceió — 2.000.  
Centro Social da Arquidiocese de Maceió, para manutenção de sua Escola Profissional — 2.000.

Escola Profissional Lar de Nazaré  
Ginásio Industrial de Viçosa ..... 6.000.

Fundação Santo Antônio de Educação e Assistência, em Maceió, Alagoas, para manutenção de suas Escolas Profissionais — 6.000.  
Ginásio Industrial de Viçosa — 6.000.

Escola Profissional, mantida pela Associação de Ensino Profissional, de São Miguel dos Campos — 6.000.

**K.04 — AMAZONAS**

Escola Técnica de Manaus — 5.000.  
Escola Técnica Profissional — 9.000.  
Escola de Aprendiz das Missões de Tefé — 3.000.  
Escola Profissional de Parintins — 5.000.

Escola Doméstica Madre Mazzarello, a cargo da Sociedade de Obras Sociais N. S. de Nazaré — Manaus — 3.000.

Artesanato da Escola Técnica Feminina São Raimundo — Manaus — 3.000.

Ginásio Industrial Pio XII — para filhas de famílias operárias — 3.000.  
Escola Artesanal do Educandário N. S. da Assunção de São Paulo de Olivença — 3.000.

Escola Profissional de Parintins — 3.000.

Escola Técnica Profissional, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — Manaus — 3.000.

Ginásio Industrial Angelo Ramazzotti, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — Manaus — 3.000.

**K.05 — BAHIA**

Escola Técnica de Comércio Edvaldo Flores — Vitória da Conquista — 2.000.  
 Fundação Educacional Custódia Rocha de Carvalho, em Barreiras, no Estado da Bahia, para equipamento e manutenção de seu Ginásio Industrial — 10.000.  
 Escola Comercial de Uruçuca — 2.000.  
 Instituto Mauá (subordinado ao Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia), para incentivo ao artesanato — 2.000.

**K.06 — CEARÁ**

Escola de Comércio da Associação dos Empregados no Comércio de Crato — 2.000

**K.07 — DISTRITO FEDERAL**

Colégio La Salle — Brasília — 1.000.  
 Instituto Vicenta Maria, para ensino profissional de artes domésticas — Brasília — 3.000.  
 Escola Profissional e Doméstica da Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — Brasília — 3.000.  
 Instituto Agrícola La Salle — Brasília — 4.000.

**K.08 — ESPÍRITO SANTO**

Escola Industrial Mário Rezende, de Cachoeiro de Itapemirim — 3.000.  
 Escola Industrial Mário Rezende — Cachoeiro de Itapemirim — 17.000.

**K.10 — GOIÁS**

Instituto Artesanal dos Cegos de Goiás — Goiânia — 3.000.  
 Ginásio Comercial de Goianópolis — Goianópolis — 2.000.  
 Escola Técnica de Comércio de Viana Nova — Goiânia — 2.000.

Obras Profissionais das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade (Orfanato Nossa Senhora da Conceição) — Tocantinópolis — 2.000.

Instituto Industrial e Agrícola São José — Goiânia — 2.000.

Ginásio Comercial de Goianópolis — 2.000.

Escola Técnica Profissional da Associação Beneficente de Anicuns — Anicuns — 3.000.

Escola Doméstica do Instituto Maria Auxiliadora de Goiânia — 2.000.

**K.11 — GUANABARA**

Conservatório Musical de Copacabana — 2.000.

Escola de Artesanato do Asilo Isabel — 3.750.

Escola Doméstica do Instituto N.S. Auxiliadora — 3.750.

Escola Doméstica de Visitadoras Sociais da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Cristo — 3.750.

Escola de Artesanato do Educandário da Providência — 3.750.

**K.13 — MATO GROSSO**

Ginásio Comercial Santo Antonio — Nova Andradina — 10.000.

Escola Profissional Alexandre de Castro — Corumbá — 3.000.

Escola de Iniciação Agrícola — Dourados — 3.000.

Escola Profissional Alexandre de Castro — Corumbá — 3.000.

Escola Profissional da Ação Salesiana — Ladário — 3.000.

Escola Profissional da Ação Salesiana — Corumbá — 2.000.

Escola Profissional da Ação Salesiana — Ladário — 2.000.

**K.14 — MINAS GERAIS**

Escola Doméstica da Organização Samaritana — Itapeçerica — 2.000.

Escola Doméstica da Organização Samaritana — Itapeçerica — 8.000.

Lar Irmã Sheilla, para ensino agrícola — Manhuaçu — 3.500.

Escola Industrial e Artesanato da União Operária Beneficente Deus

União e Trabalho — Teófilo Otoni — 2.000.

Ginásio Industrial Engenheiro Queiroz Júnior — Itabirito — 2.000.

Escola Profissional Santa Catarina de Sena — Uberaba — 3.000.

Escola Agrícola Profissional de Corrêa de Almeida — Corrêa de Almeida — 2.000.

Escola Profissional Santa Catarina de Sena — Uberaba — 3.000.

Ginásio Industrial do Instituto Tenente Ferreira — Barbacena — 2.000.

Escola Profissional La Salle — Machado — 2.000.

K.15 — PARÁ

Ginásio Industrial de Monte Alegre, da Fundação Educacional Professor Cattete Pinheiro — Seção de Monte Alegre — 30.000.

Escola Industrial Salesiana — Belém — 2.000.

K.16 — PARAÍBA

Escola Profissional São José — anexa ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes — João Pessoa — 2.000.

Artesanato Misto D. Moisés — Serra Redonda — 2.000.

Escola Profissional Sinhá Carneiro Malta — Malta — 2.000.

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — Campina Grande — 2.000.

Artesanato D. Adauto — Areia — 2.000.000

K.17 — PARANÁ

Escola Profissional das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação — Ponta Grossa — 10.000.

Ginásio Industrial de Maringá — 10.000.

Escola Profissional Maria José — Piraquara — 6.000.

Ginásio Industrial de Londrina — Londrina — 10.000.

Ginásio Industrial de Maringá — Maringá — 5.000.

Ginásio Industrial de Cornélio Procopio — Cornélio Procopio — 5.000.

K. PERNAMBUCO

Escola Técnica de Comércio — São Lourenço — 5.000.

Escola Técnica Nossa Senhora de Fátima — Limoeiro — 4.000.

Escola Profissional e Agrícola — Jaboatão — 4.000.

Escola Técnica de Comércio — Recife — 4.000.

Escola Profissional do Colégio Diocesano Paulo VI — Limoeiro — 4.000.

K.10 — PIAUÍ

Fundação Ruralista São Raimundo Nonato, para a Escola Profissional — São Raimundo Nonato — 5.000.

Lar Educacional Feminino — Teresina — 3.000.

Ginásio Industrial "General Cândido Borges Castelo Branco" — Campo Maior — 5.000.

K.20 — RIO DE JANEIRO

Instituto Profissional Laura de Viçunha — Campos — 2.500.

Instituto Profissional Laura de Viçunha — Campos — 2.000.

K.21 — RIO GRANDE DO NORTE

Curso Profissional da Escola Rural Jardim Seridoense — Jardim do Seridó — 5.000.

Escola Doméstica de Natal — 5.000.

Escola Técnica de Comércio "União Caixeiral" — Mossoró — 2.000.

K.22 — RIO GRANDE DO SUL

Escola Profissional e Agrícola Santo Afonso — São Leopoldo — 2.000.

Escola de Iniciação Agrícola Alvorada — Selbach — 2.000.

Ginásio Industrial Hugo Taylor — Santa Maria — 3.000.

K.23 — SANTA CATARINA

Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora do Rosário — Concórdia — 5.000.

Instituto Joinvilense de Educação e Assistência, para o Ginásio Industrial — Joinville — 30.000

K.26 — SÃO PAULO

Instituto de Cegos Padre Chieo — São Paulo — para ensino artesanal — 10.000.

K. — SERGIPE

Escolas de Corte e Costura e de Datilografia, mantidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Neópolis — Neópolis — 10.000.

Escola Técnica de Comércio de Estância — 3.000.

Ginásio Industrial de Neópolis — Neópolis — 3.000.

Escola Técnica de Comércio de Propriá — Propriá — 5.000.

Ginásio Industrial de Estância — Estância — 30.000.

K.07 — DISTRITO FEDERAL

Ginásio Industrial Champagnat — Taguatinga — 5.000.

Instituto Agrícola La Salle — Aguas Claras — 5.000.

Nº 4 (4-T)

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Y.05 — Fundo Nacional do Ensino Superior

Nº 04.12.2.1017-A

Inclua-se no Adendo "J":

K.01 — ACRE

Faculdade de Direito do Acre — Rio Branco — 12.000.

K.02 — ALAGOAS

Escola de Serviço Social Padre Anchieta — 5.000.

Escola de Enfermeiras de Obstetrícia da Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais — 7.000.

Conservatório Brasileiro de Música, Departamento de Alagoas — Maceió — 1.000.

K.05 — BAHIA

Escola de Medicina e Saúde Pública da Universidade Católica — Salvador (para equipamentos e biblioteca) — 10.000.

Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (instalação de um Laboratório de Radioisótopos na Cadeira de Física Biológica) — Salvador — 10.000.

Escola de Sociologia e Política da Bahia, em Salvador — 10.000.

Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública — 3.000.

Faculdade Católica de Direito de Dhéus — 2.000.

K.08 — ESPÍRITO SANTO

Escola de Direito de Cachoeiro de Itapemirim — 5.000.

Escola de Direito de Colatina — 5.000.

Faculdade de Medicina do Espírito Santo, Vitória — 5.000.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina — 10.000.

K.10 — GOIÁS

Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula (Goiânia) — 2.000.

Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás (Goiânia) — 2.000.

K.11 — GUANABARA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Para aquisição de livros e aparelhos da Biblioteca — 30.000.

Escola de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas — 3.750.

Para a 3ª Cadeira de Clínica Médica da Universidade do Rio de Janeiro — 10.000.

K.13 — MATO GROSSO

Faculdade D. Aquino de Filosofia, Ciências e Letras — Campo Grande — 4.000.

Faculdade de Filosofia — Gulabá — 5.000.

Faculdade de Direito — Campo Grande — 5.000.

Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, de Campo Grande — 6.000.

K.14 — MINAS GERAIS

Centro de Pesquisas Oftalmológicas do Hospital São Geraldo, da Faculdade de Medicina da U.F.M.G. — 5.000.

Primeira Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (para pesquisas) — Belo Horizonte — 15.000.

K.16 — PARAÍBA

Faculdade de Serviço Social — Campina Grande — 2.000.

**K.18 — MATO GROSSO**

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.

Faculdade de Filosofia — Campina Grande — 2.000.



Instituto Psiquiátrico Psicopedagógico Especializado, IPE — Santos — 2.000.

#### K.27 — SERGIPE

Faculdade Católica de Filosofia — de Sergipe — Aracaju — 3.000.

Faculdade de Direito de Sergipe — Aracaju — 3.000.

Escola de Serviço Social de Sergipe — 10.000.

Faculdade Católica de Filosofia — de Sergipe — 10.000.

#### Nº 5 (9-F)

4.06.11 — Departamento Nacional de Educação.

3.0.0 — Despesas Correntes.

3.2.0.0 — Transferências Correntes.

3.2.1.0 — Subvenções Sociais.

3.2.1.5 — Instituições Privadas.

Onde se lê:

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro — 30.000.

Leia-se:

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, sendo Cr\$ 200.000 para despesas de qualquer natureza com a manutenção e com o desenvolvimento dos cursos e das atividades culturais, inclusive estudantes de outras unidades da Federação — 230.000.

#### Nº 6 (31-F)

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes).

3.2.0.0 — Transferências Correntes.

3.2.0.0 — Diversas Transferências Correntes.

3.2.0.2 — Entidades Federais.

0.2.00 — Custeio de Encargos de Social e Serviços Hospitalares.

Assistência.

W.10 — Universidade Federal de Minas Gerais.

Onde se lê:

1111 — Encargos de Assistência Social e Serviços Hospitalares — .... 1.500.000.

Leia-se:

1111 — Manutenção dos Hospitais da Faculdade de Medicina — .... 1.250.000.

1111-E — Fundação Mendes Pimentel — Fundo Rotativo destinado a bolsas de alimentação — 250.000.

#### Nº 7 (35-F)

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes).

W.03 — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

#### Nº 04.04.2.1040-A

Onde se lê:

4ª Cadeira de Clínica Médica, a cargo do Professor Lopes Pontes — .. 100.000.

Leia-se:

4ª Cadeira de Clínica Médica, a cargo do Professor Lopes Pontes — .. 150.000.

#### Nº 8 (41-Q)

4.06.04 — Conselho Nacional de Desportos.

4.0.0.0 — Despesas de Capital.

4.3.0.0 — Transferência de Capital.

2) Subvenções às Federações Desportivas.

04.01.1.0.814

Incluem-se entre as Entidades discriminadas no Adendo "A".

#### 01 — ACRE

Federação Acreana de Desportos — 10.000.

#### 02 — ALAGOAS

Federação Alagoana de Desportos — 10.000.

#### 04 — AMAZONAS

Federação Amazonense de Desportos (para o prosseguimento das obras

de construção do Estádio Vivaldo Lima) Manaus — 6.666.

Federação Amazonense de Desportos (para o prosseguimento das obras de construção do Estádio do Nacional Futebol Clube) — 3.333.

#### 05 — BAHIA

Federação dos Clubes de Regatas da Bahia — 6.666.

#### 06 — CEARA

Federação Cearense de Desportos — para o Sport Club de Crato — 5.000.

Federação Cearense de Desportos — 5.000.

#### 07 — DISTRITO FEDERAL

Federação Brasileira de Tênis, para a realização do Campeonato Brasileiro de Tênis em 1967, no Distrito Federal — 10.000.

Federação Brasileira de Tênis — 3.333.

#### 08 — ESPÍRITO SANTO

Federação Desportiva do Espírito Santo — 3.333.

Federação Desportiva Espiritossantense — 3.333.

Federação de Esportes do Espírito Santo — 3.333.

#### 10 — GOIAS

Federação Goiana de Desportos — 10.000.

#### 11 — GUANABARA

Federação de Atletismo do Rio de Janeiro — 3.333.

#### 12 — MARANHÃO

Federação Maranhense de Desportos — 10.000.

#### 13 — MATO GROSSO

Federação Matogrossense de Desportos — 3.333.

Liga Esportiva Cuiabanaense — 3.333.

#### 14 — MINAS GERAIS

Federação Mineira de Desportos Amadoristas — Belo Horizonte — ... 6.666.

#### 15 — PARA

Liga Esportiva de Bragança — 3.333.

Federação Paraense de Basquetbol — 3.333.

Federação Paraense de Desportos — 3.333.

#### 16 — PARAÍBA

Federação de Desportos Acadêmicos — 3.333.

Federação Paraibana de Desportos — 3.333.

#### 17 — PARANÁ

Federação Paranaense de Desportos Universitários — 10.000.

#### 18 — PERNAMBUCO

Federação Esportiva de Pernambuco — 5.000.

Federação Pernambucana de Futebol — 5.000.

#### 19 — PIAUÍ

Federação Piauiense de Futebol — 10.000.

#### 20 — RIO DE JANEIRO

Federação Fluminense de Desportos — 10.000.

#### 21 — RIO GRANDE DO NORTE

Federação Norte-Rio Grandense de Desportos, para os Desportos Universitários — 3.333.

Federação Norte Riograndense de Desportos, para conclusão das obras do Estádio Municipal de Mossoró — 3.333.

#### 22 — RIO GRANDE DO SUL

Federação Universitária Gaúcha de Desportos — 3.333.

Federação Aquática do Rio Grande do Sul — 3.333.

Federação Gaúcha de Punhobol — 3.333.

#### 25 — SANTA CATARINA

Federação Atlética Catarinense — 3.333.

Federação Catarinense de Futebol de Salão — 3.333.

Federação Catarinense de Vela e Motor — 3.333.

#### 26 — SÃO PAULO

Federação Paulista de Atletismo — 3.333.

Federação Universitária Paulista de Esportes — 3.333.

#### 27 — SERGIPE

Federação Sergipana de Desportos — 10.000.

#### Nº 9 (42-Q)

4.06.05 — Conselho Nacional do Serviço Social.

3.0.0.0 — Despesas Correntes.

3.2.0.0 — Transferências Correntes.

3.2.1.0 — Subvenções Sociais.

14.01.0820

Assistência Social, através de Entidades Públicas e Particulares.

#### SUBVENÇÕES ORDINARIAS

Incluem-se as seguintes Entidades no Adendo "B":

#### 01 — ACRE

Brasília

Curso Normal Regional de Brasília, para equipamentos — 1.000.000.

Cruzeiro do Sul

Centro Operário de Cruzeiro do Sul — 500.000.

Escola Coronel João Correia, para manutenção e equipamentos — Vila Rodrigues Alves — 3.500.000.

Escola Rosinha Sena (auxílio a manutenção) — Seringal Cruzeiro do Vale — 500.000.

Instituto Santa Teresinha — .... 1.000.000.

Instituto São José de Cruzeiro do Sul, para o Internato — 1.000.000.

Sociedade Centro Operário Beneficente de Cruzeiro do Sul — 3.700.000.

Feijó

Curso Normal Regional de Feijó, para equipamentos — 1.000.000.

Mário Lobão (ex-Porto Valters) — 500.000.

Escola Paroquial de Mário Lobão, mantida pela Prelazia do Alto Juruá — 1.000.000.

Rio Branco

Obras Sociais da Paróquia de Santa Inês — 1.000.000.

Casa dos Desajustados Sociais, para bolsas de ensino — 5.000.000.

Cruz Vermelha Brasileira (Filial do Acre) — 5.000.000.

Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Acre — 500.000.

Instituto São José — 1.000.000.

Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria Extrativa da Borracha, no Território do Acre — ... 700.000.

Colégio Imaculada Conceição — ... 700.000.

Sena Madureira

Instituto Santa Juliana (Ensino Normal) — 1.000.000.

Colégio Santa Juliana — 1.000.000.

Instituto Santa Juliana — 700.000.

Tarauacá

Centro Operário de Agricultores Tarauacaenses — 700.000.

Xapuri

Colégio Divina Providência — .... 1.000.000.

Centro Operário de Xapuri — .... 700.000.

#### 02 — ALAGOAS

Água Branca

Orfanato Nossa Senhora do Rosário — 500.000.

#### Anadia

Santa Casa de Misericórdia — .... 1.000.000.

#### Atalaia

Escola São Luís Gonzaga, mantida pela Associação Beneficente da Paróquia de Nossa Senhora das Brotas — 500.000.

#### Caraibas

Obras Sociais da Paróquia de Caraibas — 500.000.

#### Colônia Leopoldina

Escola Paroquial Colônia Leopoldina — 500.000.

#### Coruripe

Casa dos Pobres de Coruripe — 500.000.

#### Delmiro Gouveia

Associação Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário — 500.000.

#### Jacuipe

Escolas Reunidas da Assembléia de Deus — 500.000.

#### Jequiá da Praia

Colônia de Pescadores de Jequiá da Praia — 500.000.

#### Junqueiro

Obras Sociais da Paróquia de Junqueiro — 500.000.

#### Juquiá

Conferência Vicentina Santo Antônio dos Pobres — 500.000.

#### Maceió

Asilo Bom Pastor — 500.000.

Associação Beneficente da Paróquia de Santo Antônio — Bebedouro — 500.000.

Associação das Luízas de Marillhe — 500.000.

Associação de Santa Zita — 500.000.

Associação das Senhoras de Caridade da Paróquia de Jaraguá — ... 500.000.

Associação Tentral de Alagoas Betânia de Nossa Senhora das Graças — 500.000.

Centro Espirita Alagoano Melo Maia mantenedor da Escola Zilda Gama — 500.000.

Conferência Vicentina da Matriz de Santa Rita — 500.000.

Educandário Eunice Weaver — ... 500.000.

Educandário Nossa Senhora de Lourdes — 500.000.

Externato Dom Vital — 500.000.

Federação Alagoana pelo Progresso Feminino — 500.000.

Federação Espirita de Alagoas, mantenedora da Escola Barbara Júnior — 500.000.

Fundação Santo Antônio de Educação e Assistência, para as Escolas de Colônia de Pescadores de Pontal da Barra — 500.000.

Lar do Bom Samaritano — 500.000.

Obras Sociais da Sociedade Espirita Discipulos de Jesus — 500.000.

Patronato da Virgem Poderosa — 500.000.

Sociedade Auxiliadora dos Cristãos — 500.000.

União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos — 500.000.

Associação de Pais e Amigos de Excepcionais — 500.000.

Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas — 500.000.

Associação das Senhoras de Caridade da Paróquia de Jaraguá — 500.000.

Escola Evangélica Ebenezer — .... 500.000.

Igreja da Igreja Congregacional — 500.000.

Escolas Paroquiais de Sta. Rita do Alto de Jacutinga — 500.000.

Escola Zanelli Caldas — 500.000.

Escola Zilda Gama — 500.000.

Instituto dos Funcionários Públicos de Alagoas — 500.000.  
Sociedade Beneficente Mortuária dos Operários das Fábricas — 500.000.  
Sociedade Caritativa Mortuária Auxiliadora Cristãos — 500.000.  
Sociedade "O Lar das Velhinhas" — 500.000.

Asilo Bom Pastor — 500.000.  
Asilo Órfãs Nossa Senhora do Bom Conselho — 2.000.000.  
Associação das Senhoras de Caridade da Paróquia de Jaraguá — 500.000.  
Casa da Criança — 500.000.

Caixa Beneficente dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Farnão Velho — 500.000.  
Curso de Enfermeiras Práticas e Parteiros São Camilo de Lellis — .... 500.000.

Educandário Humberto de Campos — 500.000.  
Escola Doutor Pedro Monteiro — ... 1.000.000.  
Ginásio Erasmo Morangaba — .... 500.000.

Grupo Escolar Antônio Pombal (para caixa escolar) — 500.000.

Hospital de Pronto-Socorro — .... 1.000.000.  
Hospital Pronto-Socorro Infantil — Pajussara — 1.000.000.

Jardim Infantil Bezerra de Menezes — 500.000.

Maternidade Nossa Senhora do Bom Parto — 500.000.  
Obras Sociais do Centro Espírita José Euzébio — 500.000.  
Sanatório General Severiano da Fonseca — 1.000.000.

Santa Casa de Misericórdia (Núcleo de Combate ao Câncer) — 1.000.000.  
Secretaria de Assistência Social para a juventude — 500.000.  
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (Educandário Eunice Weaver) — 1.000.000.  
Sociedade Escola de Belas Artes de Alagoas — 500.000.

União dos Portuários do Brasil, Seção de Alagoas, para obras sociais — 500.000.  
Ginásio Santa Madalena Sofia — 500.000.

**Marechal Deodoro**  
Centro Social da Paróquia de Marechal Deodoro — 500.000.  
Sociedade Musical Filarmônica Santa Cecília — 500.000.

**Matriz de Camaragibe**  
Centro de Assistência Social Pio XII — 500.000.

**Palmeira dos Índios**  
Educandário Sete de Setembro — ... 500.000.  
Sociedade São Vicente de Paula — 500.000.  
Sociedade São Vicente de Paula — 500.000.

**Pão-de-Açúcar**  
Sociedade Assistencial da Paróquia de Pão-de-Açúcar — 500.000.

**Paulo Jacinto**  
Ginásio Antônio Farias — 500.000.

**Penedo**  
Casa do Operário — 500.000.  
Círculo Operário de Penedo — .... 500.000.  
Pia União do Santo Antônio — ... 500.000.  
Associação Rural de Penedo — .... 500.000.  
Conferência Vicentina Santo Antônio dos Pobres — 500.000.

Sociedade de Cultura e Arte Popular de Penedo — 500.000.  
Escola Profissional Lar de Nazareth — 500.000.  
Santa Casa de Misericórdia de Penedo — 1.000.000.

**Pontal de Coruripe**  
Colônia de Pescadores Z-10 — .... 500.000.

#### Pôrto Real do Colégio

Sociedade São Vicente de Paula, protetora do Ensino Paroquial — .... 500.000.

#### Porim

Colônia de Pescadores Z-9 — .... 500.000.

#### Rio Largo

Associação Luíza de Marillac (Utinga) — 500.000.  
Escola Imaculada Conceição — .... 500.000.  
Escola Zanelli Cãldas — 500.000.

#### São Miguel dos Campos

Obras Sociais do Centro Espírita Amor e Caridade — 500.000.  
Associação Cultura e Esportiva Miguelense — 500.000.  
Associação do Ensino Paroquial — 500.000.  
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Miguel dos Campos — 1.000.000.  
Grêmio Beneficente de São Miguel — 500.000.  
Santa Casa de Misericórdia de São Miguel — 2.000.000.  
Santa Casa de Misericórdia (maternidade) — 1.000.000.

#### União dos Palmares

Maternidade Santa Catarina — .... 500.000.  
Casa do Pobre Santo Antônio — ... 500.000.  
Maternidade Santa Catarina — ... 1.000.000.

#### Vigosa

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 500.000.  
Comissão de Melhoramento do Hospital de Nossa Senhora da Conceição — 500.000.  
Conselho Particular das Conferências de São Vicente de Paula, da Paróquia de Vigosa — 500.000.  
Educandário Coração de Jesus — ... 500.000.  
Pósto de Puericultura de Vigosa — 500.000.  
Sociedade São Vicente de Paula, da Paróquia de Vigosa — 500.000.  
Educandário Coração de Jesus — 500.000.

#### 04 — AMAZONAS

#### Alto Solimões

Obras Sociais da Paróquia de Santos Dumont — 500.000.

#### Altaída do Norte

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Alto Solimões — 500.000.

#### Barcelos

Hospital de Barcelos — 500.000.  
**Benjamin Constant**  
Colégio Imaculada Conceição — ... 500.000.

#### Boca do Acre

Casa da Criança — 500.000.  
Casa da Criança — 700.000.

#### Canutama

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Lábrea — 500.000.

#### Carauari

Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Carauari — 1.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia de Carauari — 500.000.

#### Coari

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Coari — 500.000.  
Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Coari — 500.000.

#### Eirunepé

Obras Assistenciais e Educacionais da Paróquia de Eirunepé — 1.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia de Eirunepé — 500.000.

#### Envira

Obras Assistenciais e Educacionais de Envira, a cargo da Paróquia de Eirunepé — 1.000.000.

Obras Sociais da Paróquia de Envira — 500.000.

#### Fonte Boa

Obras Assistenciais e Educacionais da Paróquia de Fonte Boa — 500.000.  
Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Lábrea — 500.000.

#### Foz do Envira

Obras Sociais da Paróquia de Eirunepé — 500.000.

#### Humaitá

Patronato Maria Auxiliadora — ... 500.000.  
Patronato Maria Auxiliadora — ... 500.000.

#### Ipiruna

Obras Sociais da Paróquia de Ipiruna — 500.000.

#### Itacoatiara

Ginásio Normal Nossa Senhora do Rosário — 500.000.  
Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Itacoatiara — 500.000.  
Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Itacoatiara — 500.000.

#### Itapiranga

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Itacoatiara — 500.000.

#### Jauaretê

Missão de Jauaretê — 500.000.

#### Juruá

Sociedade de Obras Sociais da Paróquia de Santos Dumont, para o Pósto Médico e Escolas Paroquiais — ... 500.000.

#### Lábrea

Obras Assistenciais e Educacionais da Paróquia de Lábrea — 1.000.000.

#### Manacapuru

Obras Sociais dos Padres Redentoristas de Codajás, Coari e Manacapuru — 500.000.

#### Manaus

Abrigo Redentor — 500.000.  
Ação Social Beneficente da Praça 14 de Janeiro — 1.000.000.  
Asilo de Mendicidade Doutor Thomaz — 1.000.000.  
Asilo São Vicente de Paula — .... 500.000.

Atividades Assistenciais da Associação dos Inativos da Previdência Social — vinculada ao IAPI do Amazonas — 500.000.

Casa da Criança — 1.000.000.  
Casa da Criança — 1.000.000.  
Casa da Criança — 500.000.  
Casa Doutor Fajardo — 1.000.000.  
Casa do Trabalhador do Amazonas — 1.000.000.

Casa do Trabalhador do Amazonas — 500.000.  
Casa do Trabalhador do Amazonas, para a Escola Desembargador Arthur Virgílio — 500.000.

Centro Social dos Operários de Educandos — 500.000.

Colégio Santa Dorotéia — 500.000.  
Colégio Santa Dorotéia de Manaus, para manutenção do Curso Normal — 1.000.000.

Educandário Gustavo Capanema — 1.000.000.

Escola São José, mantida pelo Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento — 500.000.

Escoteiros da Paróquia de São Raimundo — 500.000.

Ginásio Ângelo Ramazzotti, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 500.000.

Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora — 1.500.000.

Inspetoria Salesiana Missionária do Amazonas — 8.000.000.

Instituto Benjamin Constant — ... 1.000.000.

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas — 500.000.

Instituto Gustavo Capanema — ... 500.000.

Missões Salesianas do Amazonas — 1.000.000.

Patronato Santa Teresinha — .... 1.000.000.  
Patronato Santa Teresinha — .... 500.000.

Pósto de Puericultura Doutor Adriano Jorge, a cargo da Sociedade Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 700.000.

Pósto de Puericultura Doutor Adriano Jorge, a cargo da Sociedade Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 500.000.

Obras Sociais das Franciscanas Missionárias de Maria — 500.000.

Obras Sociais e Educacionais da Igreja Nossa Senhora de Fátima, a cargo da Paróquia de São Sebastião — 700.000.

Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição — 700.000.

Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré — 700.000.

Obras Sociais da Paróquia de Nazaré, para o Pósto de Puericultura Dr. Adriano Jorge — 500.000.

Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré — 500.000.

Obras Sociais da Paróquia de São Raimundo — 500.000.

Sociedade Beneficente dos Trabalhadores do Amazonas — 500.000.

Sociedade Cultural e Beneficente do Povo — 500.000.

União dos Escoteiros do Brasil — 500.000.

União dos Estudantes Secundários do Amazonas, para o Dormitório do Estudante — 500.000.

União Operária Amazonense — ... 500.000.

União Operária Amazonense — .... 500.000.

**Manicoré**

Obras Assistenciais e Sociais da Paróquia de Manicoré — 500.000.

Obras Sociais da Paróquia de Manicoré — 500.000.

**Maunés**

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Parintins — 500.000.

**Parintins**

Ambulatório da Paróquia do Sagrado Coração — 600.000.

Escola Profissional de Parintins — 500.000.

Federação Mariana de Parintins — ... 500.000.

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Parintins — 500.000.

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Parintins — 2.000.000.

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Parintins — 500.000.

Rádio Educadora (Rádio Alvorada), a cargo da Prelazia de Parintins — 2.000.000.

Obras Educacionais e Assistenciais na Zona Rural da Paróquia Nossa Senhora do Carmo — Parintins — .... 3.000.000.

**Santo Antônio do Itá**

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia do Alto Solimões, em Santo Antônio do Itá — 500.000.

Obras Sociais da Prelazia do Alto Solimões, para assistências à Maternidade e à Infância de Santo Antônio do Itá — 500.000.

**São Paulo de Olivença**

Educandário Nossa Senhora da Assunção — 500.000.

Educandário Nossa Senhora da Conceição — 500.000.

**Tapauá**

Obras Sociais da Paróquia de Tapauá — 500.000.

**Tefé**

Ambulatório da Prelazia de Tefé — 500.000.

Escola de Aprendiz das Missões de Tefé — 1.000.000.

Escola Santa Teresa Tefé — 500.000.

Escola Santa Teresa de Tefé — .... 700.000.

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Tefé — 1.000.000.

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Tefé — 500.000.  
Rádio Educação Rural de Tefé, a cargo da Prelazia de Tefé — 700.000.  
Seminário Menor da Prelazia de Tefé — 500.000.

#### Urucará

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Itacatiara, em Urucará — 500.000.

#### Urucurituba

Obras Sociais e Educacionais da Prelazia de Itacatiara, em Urucurituba — 500.000.

#### Rio Negro

Prelazia do Rio Negro, para seus hospitais — 2.000.000.  
Prelazia do Rio Negro, para suas obras assistenciais — 2.000.000.

#### 05 — BAHIA

##### Alagoíneas

Colégio e Orfanato São Francisco — 600.000.

##### Barreiras

Ginásio Padre Vieira — 2.500.000.

##### Belmonte

Fundação Educacional Pedro Calmon — 500.000.

##### Brotoas de Macaúbas

Liga Brotense de Assistência Social — 500.000.

##### Cachoeira

Asilo Filhos de Ana — 500.000.

##### Carinhanha

Liga Operária Beneficente de Carinhanha — 500.000.

##### Coaraci

Liga de Combate à Tuberculose — 500.000.

##### Esplanada

Santa Casa de Misericórdia — 500.000.

##### Governador Balbino (antiga Barreiros)

Fundação Educacional Custódia Rocha de Carvalho — 10.000.000.

##### Ilhéus

Associação Santa Isabel das Senhoras de Caridade do Ilhéus — 500.000.

Sociedade São Vicente de Paula — 500.000.

##### Itaquara

Instituto Adventista Itaquarense — 500.000.

##### Jaguarari

Centro de Cultura e Assistência Social da Paróquia de Jaguarari — 500.000.

##### Salvador

Abrigo dos Filhos do Povo — 500.000.

Abrigo do Salvador — 500.000.

Academia de Letras da Bahia — 1.000.000.

Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Institutos e Caixas de Previdência da Bahia — 500.000.

Associação Baiana de Arte — 500.000.

Associação Leão XIII — 500.000.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce — 500.000.

Associação das Senhoras de Caridade — 500.000.

Casa Pia e Colégio dos Orfãos de São Joaquim — 500.000.

Casa Pia e Orfanato Nossa Senhora da Salette — 500.000.

Centro de Assistência Social Pio XII — 500.000.

Centro de Ciência Política e Direito Público — 500.000.

Centro de Recuperação Visual da Bahia — 500.000.

Colégio Osvaldo Valente — 500.000.

Cruzada Católico-Social da Paróquia de Santa Teresinha — 500.000.

Fundação Antituberculose Santa Teresinha — 500.000.

Fundação Santa Luzia — 500.000.

Fundação Santa Luzia — 500.000.

Hospital Aristides Maltez — 500.000.

Instituto Baiano de Fisioterapia e Reumatologia — 500.000.

Instituto Baiano de Reabilitação — 500.000.

Instituto Bom Pastor — 500.000.

Instituto Bom Pastor — Brotas — 500.000.

Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose — 500.000.

Instituto Brasileiro de Medicina Preventiva — 500.000.

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — 5.000.000.

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — 500.000.

Instituto dos Cegos da Bahia — 500.000.

Instituto dos Cegos da Bahia — 500.000.

Instituto Genealógico da Bahia — 500.000.

Instituto Ruth Aleixo — 500.000.

Lar da Criança — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 2.500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

Liga Baiana Contra o Câncer — 500.000.

#### Fortaleza

Ambulatório São Raimundo — 500.000.

Asilo Bom Pastor — 700.000.

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Messejana — 500.000.

Centro Social Maria Medianeira — 600.000.

Colégio Cearense — 600.000.

Colégio Fenix Teixeira — 800.000.

Colégio Imaculada Conceição — 800.000.

Colégio Juvenal Carvalho — 600.000.

Colégio Lourenço Filho — 800.000.

Colégio São José — 1.000.000.

Cruz Vermelha Brasileira — 1.000.000.

Escola Francisco D'Auria — 600.000.

Externato São José — 600.000.

Federação das Bandeirantes do Brasil — 2.000.000.

Ginásio Agapito dos Santos — 600.000.

Ginásio Farias Brito — 800.000.

Ginásio Nossa Senhora das Graças — 600.000.

Ginásio Nossa Senhora de Lourdes — 600.000.

Ginásio Rui Barbosa — 600.000.

Ginásio Santa Cecília, para a Escola Gratuita Santa Bernadete — 600.000.

Ginásio Santa Isabel — 700.000.

Ginásio Santa Maria Goretti — 700.000.

Ginásio Sete de Setembro — 600.000.

Instituto Beneficente São José — 600.000.

Instituto Bom Pastor — 1.000.000.

Instituto das Mensageiras de Santa Maria — 1.000.000.

Instituto Pestalozzi do Ceará — 1.000.000.

Instituto Profissional Waldemar Falcão — 600.000.

Instituto Waldemar Falcão — 600.000.

Nosso Lar — 2.000.000.

Orfanato do Colégio Imaculada Conceição — 600.000.

Patronato Nossa Senhora Auxiliadora — 600.000.

Sociedade de Assistência Social e Pró-Melhoramento dos Bairros de Fortaleza — 6.000.000.

#### Itacima

Instituto Divina Pastora — 1.000.000.

#### Jaguaribara

Ginásio Domingos Paes — 2.000.000.

#### Jaguaribe

Ginásio Clóvis Bevilacqua — 500.000.

#### Juazeiro do Norte

Centro Maternal São José — 1.000.000.

Ginásio Monsenhor Macedo — 600.000.

Instituto Menezes Pimentel — 700.000.

#### Mangueira

Ginásio Santa Rita — 600.000.

#### Pacoti

Colégio São Luiz — 700.000.

Ginásio Maria Imaculada — 700.000.

Instituto Nossa Senhora de Fátima, dirigido pelos Padres Salvatorianos — 600.000.

#### Reriutaba

Ginásio Gratuito Raimundo Mesquita — 600.000.

#### Russas

Ginásio Coração Imaculado de Maria — 600.000.

#### São Benedito

Ginásio da Virgem Roderosa — 600.000.

#### São Gonçalo do Amarante

Obras de Assistência Social da Paróquia de São Gonçalo do Amarante — 600.000.

Patronato Cleide Alcântara de São Gonçalo do Amarante — São Gonçalo do Amarante — 700.000.

#### Sobral

Ginásio Santana, para bolas de estudo — 600.000.

#### Ubatuba

Ginásio São José — 300.000.

#### 07 — DISTRITO FEDERAL

Associação Catoliana de Escolas Profissionais e Assistência Social em Brasília — 500.000.

Associação Catoliana de Escolas Profissionais e Assistência Social em Brasília — 500.000.

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de Brasília — 2.000.000.

Associação Médica de Brasília — 700.000.

Caixa Escolar do Jardim de Infância da Avenida W-3, Quadra 29 — 500.000.

Casa de Ismael — Lar de Crianças Pobres — 1.000.000.

Casa da Mãe Preta do Brasil — Núcleo Bandeirante — 500.000.

Centro Agrotécnico de Brasília — Taguatinga — 2.000.000.

Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes, para obras assistenciais — Sobradinho — 800.000.

Centro de Investigação e Ação Social de Brasília — 2.000.000.

Centro de Recuperação Sarah Kubitschek — 1.000.000.

Círculo de Pais e Mestres do Centro de Ensino Médio (Elefante Branco), para a Biblioteca Professor Mazzi — 3.000.000.

Colégio Coração de Jesus — 2.000.000.

Colégio Dom Bosco — 2.000.000.

Colégio Maria Auxiliadora — 2.600.000.

Colégio Maria Auxiliadora — 500.000.

Colégio Marista — 2.000.000.

Colégio Marista — 500.000.

Colégio Pio XII — 2.000.000.

Colégio Dom Bosco — 500.000.

Colégio La Salle — Brasília — 3.500.000.

Colégio Pio XII — das Irmãs Franciscanas Hospitalares Portuguesas — 500.000.

Colégio Sacré Coeur de Maria — 3.000.000.

Colégio Santa Dorotéia — 2.000.000.

Colégio Santa Dorotéia — 1.000.000.

Creche Medalha Milagrosa — 500.000.

Creche Medalha Milagrosa — 500.000.

Creche e Orfanato Menino Jesus — 2.000.000.

Escola Doméstica Laura Vicuña — 3.000.000.

Escola Doméstica Laura Vicuña — 3.000.000.

Escola Doméstica Laura Vicuña — 1.000.000.

Escola Doméstica Paula Frassinetti — 2.000.000.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| <p>Instituto Nossa Senhora da Piedade — 500.000.</p> <p>Instituto Nossa Senhora da Piedade — 500.000.</p> <p>Instituto São José — Sobradinho — 2.000.000.</p> <p>Instituto Social de Educação e Assistência de Brasília — 2.000.000.</p> <p>Instituto Técnico-Agrícola-Industrial Dom Orione — 2.000.000.</p> <p>Instituto Vicenta Maria, para ensino profissional de artes domésticas — 700.000.</p> <p>Lar das Meninas São Judas Tadeu — 500.000.</p> <p>Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima — 2.000.000.</p> <p>Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima — 500.000.</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — .... 500.000.</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — .... 1.200.000.</p> <p>Obras Assistenciais da Ordem Espiritualista Cristã — 1.000.000.</p> <p>Sociedade de Assistência e Educação dos Padres do Espírito Santo — 500.000.</p> <p>Sociedade Beneficente São Camilo — 2.000.000.</p> <p>Sociedade Cultural Evangélica de Brasília — 1.000.000.</p> <p>Sociedade Cultural Evangélica de Brasília — 1.000.000.</p> <p>Sociedade de Educação e Assistência Social para suas atividades agrícolas em Brasília — 2.000.000.</p> <p><b>08 — ESPÍRITO SANTO</b></p> <p><b>Alegre</b></p> <p>Associação Luísa de Marillac — ... 500.000.</p> <p>Conferência Nossa Senhora da Penha, da Sociedade São Vicente de Paula de Alegre — 500.000.</p> <p>Conferência Nossa Senhora da Penha, da Sociedade São Vicente de Paula de Alegre — 1.000.000.</p> <p><b>Araras</b></p> <p>Escola Primária Adventista de Araras — 500.000.</p> <p><b>Atílio Vivacqua</b></p> <p>Ginásio São Felipe — 500.000.</p> <p>Sociedade Amigos de Atílio Vivacqua — 1.000.000.</p> <p>Sociedade Amigos de Atílio Vivacqua — 500.000.</p> <p><b>Baixo Guandu</b></p> <p>Orfanato Santa Teresinha — ..... 1.000.000.</p> <p><b>Bom Jesus do Norte</b></p> <p>Lar André Luiz — 1.000.000.</p> <p>Cachoeiro de Itapemirim</p> <p>Associação Cachoeirense de Ensino — 1.000.000.</p> <p>Associação Cachoeirense de Ensino — 500.000.</p> <p>Escola Industrial Mário Rezende — 2.000.000.</p> <p>Hospital Infantil São Francisco de Assis — 500.000.</p> <p>Instituto Padre Anchieta de Cachoeiro de Itapemirim — 1.000.000.</p> <p><b>Castelo</b></p> <p>Associação Comunitária de Aracui — 1.000.000.</p> <p>Associação Rural de Castelo — .... 1.000.000.</p> <p>Centro Espírita "Luz e Trabalho" para Assistência Social — 1.000.000.</p> <p>Congregação Mariana de Castelo — 1.000.000.</p> <p>Escola Dramática Musical Santa Cecilia (Venda Nova) — 1.000.000.</p> <p><b>Colatina</b></p> <p>Grêmio Padre Fulgêncio, do Ginásio São Silvano — 500.000.</p> <p>Instituto João XXIII — 1.000.000.</p> <p>Paróquia Nossa Senhora da Conceição — Missionários Combonianos — ... 1.000.000.</p> | <p><b>Domingos Martins</b></p> <p>Sociedade de Ensino e Beneficência Santa Isabel — 500.000.</p> <p>Sociedade Pró-Melhoramentos de Araguaia — 500.000.</p> <p><b>Ecoporanga</b></p> <p>Ginásio Nossa Senhora da Aparecida do Norte — 500.000.</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de Ecoporanga — 500.000.</p> <p><b>Guaçu</b></p> <p>Conferência São Vicente de Paula — 500.000.</p> <p><b>Ibiraçu</b></p> <p>Instituto Comboniano — 500.000.</p> <p>Instituto Comboniano, para o Colégio Agrícola de Vinhático — 1.000.000.</p> <p><b>Ibiram</b></p> <p>Instituto Comboniano de Ibiram — 1.000.000.</p> <p><b>Jerônimo Monteiro</b></p> <p>Instituto Comboniano — 1.000.000.</p> <p>Sociedade São Vicente de Paula de Jerônimo Monteiro — 500.000.</p> <p><b>Linhares</b></p> <p>Sociedade de Beneficência e Cultura Irmãs Missionárias Combonianas de Linhares — 1.000.000.</p> <p><b>Nova Venécia</b></p> <p>Assistência Social Comboniana — ... 500.000.</p> <p>Assistência Social Comboniana — ... 1.000.000.</p> <p><b>Santa Teresa</b></p> <p>Educandário Seráfico São Francisco de Assis — 500.000.</p> <p><b>São Gabriel da Palha</b></p> <p>Instituto Comboniano de Vila São Gabriel — 1.000.000.</p> <p>Sociedade Beneficência e Cultura de Água Doce — 500.000.</p> <p>Sociedade Paroquial de Beneficência e Cultura de Vila São Gabriel — .... 1.000.000.</p> <p><b>São Mateus</b></p> <p>Centro de Formação de Líderes Rurais — 1.000.000.</p> <p>Centro de Formação de Líderes Rurais — 500.000.</p> <p><b>Sobrado</b></p> <p>Ginásio Nossa Senhora das Graças de Sobrado — 500.000.</p> <p>Venda Nova</p> <p>Hospital Padre Máximo — 500.000.</p> <p>Vila São Gabriel</p> <p>Instituto Comboniano de Vila São Gabriel — 500.000.</p> <p><b>Vila Velha</b></p> <p>Instituto de Assistência Social Nossa Senhora das Graças — 500.000.</p> <p>Obras Passionistas São Paulo da Cruz "PAUL" — 1.000.000.</p> <p><b>Vitória</b></p> <p>Asilo dos Velhos — 1.000.000.</p> <p>Associação das Irmãs Missionárias Combonianas do Brasil — 1.000.000.</p> <p>Associação das Irmãs Missionárias Combonianas do Brasil — 500.000.</p> <p>Associação das Irmãs Missionárias Combonianas do Brasil — 1.000.000.</p> <p>Associação das Obras Pavonianas — 500.000.</p> <p>Associação dos Servidores Cívicos do Brasil (Delegacia Regional do Espírito Santo) — 1.000.000.</p> <p>Associação dos Viajantes do Espírito Santo — 1.000.000.</p> <p>Cruz Vermelha Brasileira (Seção do Espírito Santo) — 3.000.000.</p> <p>Escola de Ballet — 500.000.</p> <p>Instituto Perpétuo Socorro — .... 1.000.000.</p> <p>Instituto Perpétuo Socorro — .... 500.000.</p> <p>Obras Passionistas São Paulo da Cruz "PAUL" — 1.000.000.</p> | <p>Orfanato Cristo-Rei — 1.000.000.</p> <p>Paróquia Santa Maria Goretti — Sociedade Missionária Passionista de Jardim América — 1.000.000.</p> <p>Sociedade de Assistência à Velhice Desamparada — 500.000.</p> <p>Sociedade Missionária Passionista de Jardim Alegre — 500.000.</p> <p><b>10 — GOIÁS</b></p> <p><b>Alto do Paraíso</b></p> <p>Escola Bona Espero — 1.000.000.</p> <p>Anápolis.</p> <p>Abrijo Evangélico Goiano — 500.000.</p> <p>Ceres</p> <p>Dispensário São Vicente de Paula — 1.000.000.</p> <p>Formosa</p> <p>Escola Maçonica Angelo Chaves — 1.000.000.</p> <p><b>Goiania</b></p> <p>Abrijo Cristo Redentor para a Velhice Desamparada — 3.000.000.</p> <p>Curso de Ciências Domésticas Madre Maria das Neves — 2.000.000.</p> <p>Escola Normal Santa Clara — .... 1.000.000.</p> <p>Escola São Nicolau — 2.000.000.</p> <p>Fundação de Assistência ao Menor Abandonado (FAMA) — 1.000.000.</p> <p>Fundação das Pioneiras Sociais do Estado de Goiás — 2.000.000.</p> <p>Instituto Artesanal dos Cegos de Goiás — 1.000.000.</p> <p>Instituto Libertas — 1.000.000.</p> <p>Lar Escola Nossa Senhora de Lourdes — 3.000.000.</p> <p>Santa Casa de Misericórdia de Goiânia — 5.000.000.</p> <p><b>Goiás</b></p> <p>Maternidade Irmã Celina — ..... 1.000.000.</p> <p><b>Inhumas</b></p> <p>Asilo São Vicente de Paula — .... 1.000.000.</p> <p>Associação Escolar de Ensino Gratuito — 1.000.000.</p> <p>Educandário Nossa Senhora do Rosário — 2.000.000.</p> <p>Sanatório Espírita Casa do Caminho — 1.000.000.</p> <p><b>Itaberaí</b></p> <p>Ginásio Normal Coração Imaculado de Maria — 1.000.000.</p> <p>Vila Presidente Roosevelt — 1.000.000.</p> <p><b>Itaçu</b></p> <p>Sociedade Beneficente Bom Pastor — 1.000.000.</p> <p><b>Jatá</b></p> <p>Associação de Amparo aos Menores Abandonados de Jatá — 10.000.000.</p> <p>Associação União Beneficente das Irmãs São Vicente de Paula de Gyssem — 8.000.000.</p> <p><b>Luziânia</b></p> <p>Municipalidade de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade Chacara Marajó — .... 1.000.000.</p> <p><b>Orizônia</b></p> <p>Hospital-Maternidade de Orizônia — 1.000.000.</p> <p><b>Rio Verde</b></p> <p>Instituto de Assistência a Menores — 1.000.000.</p> <p>Instituto de Assistência a Menores — 2.000.000.</p> <p><b>11 — GUANABARA</b></p> <p>Ação Social Arquidiocesana — .... 2.000.000.</p> <p>Ação Social Dominicana — 500.000.</p> <p>Abrijo Presbiteriano — 500.000.</p> <p>Ambulatório São Paulo da Cruz — 500.000.</p> <p>Associação de Assistência à Criança Surda — 3.000.000.</p> <p>Associação Brasileira de Imprensa — 500.000.</p> <p>Associação Brasileira de Imprensa — 2.000.000.</p> <p>Associação Brasileira de Imprensa — 1.000.000.</p> <p>Associação de Ex-Alunos do La Salle — 1.000.000.</p> <p>Associação Nossa Senhora da Consolação e Correia — 1.500.000.</p> | <p>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — 700.000.</p> <p>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — 500.000.</p> <p>Associação Protetora das Missões — 500.000.</p> <p>Associação Rio-Minas Adventista do 7º Dia — 500.000.</p> <p>Casa do Ceará — 1.000.000.</p> <p>Casa do Coração — 500.000.</p> <p>Casa do Lázaro — 3.000.000.</p> <p>Casa do Lázaro — 500.000.</p> <p>Casa do Pequeno Jornaleiro — .... 500.000.</p> <p>Casa São João Batista da Lagoa — 5.000.000.</p> <p>Centro dos Estudantes Maranhenses — 500.000.</p> <p>Centro Juvenil São Carlos — .... 2.000.000.</p> <p>Clube do Otimismo — 500.000.</p> <p>Clube dos Sargentos dos Corpos de Bombeiros do Brasil — 500.000.</p> <p>Colégio da Imaculada Conceição — Praia de Botafogo — 1.000.000.</p> <p>Conservatório Musical de Copacabana — 1.000.000.</p> <p>Conservatório Musical de Copacabana — 1.000.000.</p> <p>Cruzada Social de São Pedro do Caju — 500.000.</p> <p>Departamento de Cardiologia da Pontifícia Universidade Católica — ... 5.000.000.</p> <p>Departamento de Cardiologia da Pontifícia Universidade Católica — ... 10.000.000.</p> <p>Dispensário São José — 500.000.</p> <p>Dispensário São Vicente de Paula — 500.000.</p> <p>Escola de Formação de Visitadoras Sociais, do Instituto Jesus Crucificado — 1.400.000.</p> <p>Escola Gratuita Santa Madalena Sofia — Laranjeiras — 1.000.000.</p> <p>Escola Santa Madalena Sofia do Alto da Boa Vista — 1.500.000.</p> <p>Federação Brasileira de Associações de Engenheiros — 1.000.000.</p> <p>Federação Brasileira de Associações de Engenheiros — 1.000.000.</p> <p>Fundação Romão Mattos Duarte — 4.000.000.</p> <p>Ginásio Papa João XXIII — 500.000.</p> <p>Grande Oriente do Brasil — ..... 3.000.000.</p> <p>Hospital Santa Catarina Alexandria — 800.000.</p> <p>Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — 500.000.</p> <p>Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — 500.000.</p> <p>Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — 500.000.</p> <p>Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — 500.000.</p> <p>Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — 500.000.</p> <p>Instituto Educacional Barão de Macaúbas — 3.000.000.</p> <p>Instituto de Endocrinologia da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro — 3.000.000.</p> <p>Instituto Jesus Crucificado — ..... 500.000.</p> <p>Instituição Maria de Nazareth — ... 500.000.</p> <p>Instituto Nossa Senhora de Lourdes para crianças deficientes de audição — 2.000.000.</p> <p>Instituto Nossa Senhora da Piedade — 2.000.000.</p> <p>Instituto Santa Lúcia — 500.000.</p> <p>Instituto Social de Menores — .... 500.000.</p> <p>Instituto Souza Lino — 2.700.000.</p> <p>Junta de Beneficência da Convenção Batista Brasileira — 500.000.</p> <p>Junta das Missões Nacionais — .... 500.000.</p> <p>Lar Anália Franco — 500.000.</p> <p>Lar Antônio de Pádua — 500.000.</p> <p>Lar Cristã Matilde de Oliveira — 500.000.</p> <p>Lar-Escola Francisco de Paula — Abrijo Francisco de Paula — 500.000.</p> <p>Lar Presbiteriano — 500.000.</p> <p>Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer — 700.000.</p> <p>Liga Brasileira Contra os Acidentes do Trabalho — 1.000.000.</p> <p>Liga de Proteção aos Cegos do Brasil — 700.000.</p> <p>Maternidade Casa da Mãe Pobre — 3.000.000.</p> |
|---|---|--|--|



Maternidade Casa da Mãe Pobre — 500.000.  
Movimento de Assistência aos Encarregados do Rio de Janeiro — 500.000.  
Museu de Artes Modernas do Rio de Janeiro — 1.000.000.  
Obra de Assistência Social e Educacional da Praia do Pinto — 500.000.  
Obra Social Casa Padre Damião — 500.000.  
Obras Sociais Dom Orione — .... 500.000.  
Obras Sociais da Paróquia de Santa Cruz de Copacabana — 1.500.000.  
Obras Sociais Santa Margarida Maria — 2.500.000.  
Obras Sociais Santa Margarida Maria — 500.000.  
Obras Sociais da Paróquia de São Jorge — 700.000.  
Obras Sociais da Paróquia de São Paulo Apóstolo — 1.500.000.  
Obras Sociais Salesianas de Rocha Miranda — 500.000.  
Orfanato Pedro Richard — 500.000.  
Patronato Madre Mazzarello — .... 500.000.  
Pequena Obra Nossa Senhora Auxiliadora (FONSA) — 2.000.000.  
Pequeno Lar São José — 500.000.  
Policlínica de Botafogo — 800.000.  
Pro Mãe — 500.000.  
Recolhimento Betel — 500.000.  
Serviço de Oftalmologia do Professor Paulo Filho (Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro) — .... 500.000.  
Sociedade de Amparo aos Psicopatas — 500.000.  
Sociedade de Assistência Social São Judas Tadeu — 2.000.000.  
Sociedade Beneficente Santo Agostinho — 500.000.  
Sociedade Beneficente São Carlos Borromeu — 500.000.  
Sociedade Brasileira de Geografia — 500.000.  
Sociedade Cristã Maria e Jesus — 500.000.  
Sociedade do Estado da Guanabara de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepre — 500.000.  
Sociedade Pestalozzi do Brasil — ... 500.000.

## 12 — MARANHÃO

Anajatuba  
Escola Paroquial de Anajatuba — ... 500.000.  
Bacabal  
Escola Normal Ginásial "Santa Rosa" — 1.000.000.  
Balsas  
Escola de Comércio — 500.000.  
Ginásio Balsense — 500.000.  
Caxias  
Associação Beneficente de Caxias — 2.000.000.  
Associação Feminina de Assistência Social — 1.000.000.  
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 2.000.000.  
Casa da Amizade do Rotary Club — 1.000.000.  
Centro Artístico Operário Caxiense — 1.000.000.  
Centro Recreativo da Criança Caxiense — 1.000.000.  
Curso de Arte Culinária Sara Antunes — 2.000.000.  
Educandário São José — 1.000.000.  
Educandário São José — 1.000.000.  
Escola Normal São José — 1.000.000.  
Ginásio Diocesano São Luís Gonzaga — 1.500.000.  
Obra Social da Pia União do Pão dos Pobres de Santo Antônio, da Igreja de São Benedito — 500.000.  
União Artística Operária Caxiense — 1.000.000.  
União Feminina de Assistência Social — 1.000.000.  
Codó  
Associação Beneficente de Codó (ABC) — 2.000.000.  
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Codó, para a Maternidade — 3.000.000.  
Caixa Escolar do Grupo Escolar João Ribeiro — 500.000.

Centro Artístico Codoense — 500.000.  
Colégio Nossa Senhora das Graças — 1.500.000.  
Pósto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Codó — 2.000.000.  
Serviço de Assistência a Menores Abandonados e Obras Sociais São Sebastião — Alto da Fábrica — 1.000.000.  
Sociedade Previdente Mutuária Codoense — 500.000.  
Sociedade São Vicente de Paula — 500.000.  
União Artística Operária Codoense — 500.000.  
Cururupu  
Santa Casa de Misericórdia de Cururupu — 500.000.  
Grajau  
Educandário Sagrada Família — ... 1.000.000.  
Ginásio Gomes de Souza — 500.000.  
Rosário  
Escola Monsenhor Madureira — Curso de Alfabetização — 500.000.  
Escola Paroquial Monsenhor Joaquim Dourado — 500.000.

Santo Antônio dos Lopes  
Educandário Ateneu Santo Antônio dos Lopes — 500.000.

São Luís  
Ação Social Arquidiocesana de São Luís, para o Centro de Guaxanduba — 1.000.000.  
Asilo de Mendicidade — 1.000.000.  
Centro de Estudantes Maranhenses — 1.000.000.  
Cooperativa de Consumo dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira de São Luís Ltda. (COPESCA) — 5.000.000.  
Educandário Santo Antônio, para auxílio aos filhos dos leprosos — ... 1.500.000.  
Instituto Coração de Jesus — .... 500.000.  
Hospital Cruz Vermelha de São Luís — 1.000.000.  
Paróquia Nossa Senhora dos Remédios — 1.000.000.  
Pia União Santo Antônio — 500.000.  
Santa Casa de Misericórdia — .... 3.000.000.  
Seminário Menor Santo Antônio — 500.000.  
Universidade do Maranhão — .... 2.000.000.  
São Mateus  
União Artística São Mateus — .... 500.000.  
Timbiras  
União Artística Timbireense — .... 500.000.

## 13 — MATO GROSSO

Alto Araguaia  
Ginásio Padre Carletti — 500.000.  
Alto Paraguai  
Sociedade Filarmônica Alto Paraguai — 500.000.  
Araguaiana  
Instituto Nossa Senhora da Piedade — 500.000.  
Arenápolis  
Dispensário São Sebastião — ..... 500.000.  
Escola Missionária — 500.000.  
Barra do Garças  
Escola Agrícola São Marcos — ... 500.000.  
Instituto Santa Marta — 500.000.  
Cáceres  
Obras Sociais Diocesanas de Cáceres — 2.000.000.  
Campo Grande  
Associação de Amparo à Maternidade e à Infância — 1.000.000.  
Associação de Amparo à Maternidade e à Infância — 3.000.000.  
Escola Agrícola São Vicente — ... 500.000.  
Escola Salesiana São José — .... 500.000.  
Sociedade Campo-Grandense de Defesa Contra a Lepre — 3.000.000.

Corumbá  
Abrigo São José da Velhice Desamparada — 3.000.000.  
Ação Social Salesiana — 3.000.000.  
Aprendizado Agrícola do Instituto do Sagrado Coração de Jesus — 500.000.  
Escola Normal Imaculada Conceição — 3.000.000.  
Escola da Sociedade Seleta, Caritativa e Humanitária (SSCH) — 500.000.  
Instituto Santa Cruz — 500.000.  
Seminário Menor de Corumbá — ... 500.000.

Coxipó da Ponte  
Seminário Menor Salesiano — ... 500.000.

Cuiabá  
Aprendizado Agrícola Dom José — 500.000.  
Asilo da Velhice Desamparada — 2.000.000.  
Escola Doméstica Maria Auxiliadora — 500.000.  
Escola São Benedito — 1.000.000.  
Federação das Bandeirantes do Brasil — Distrito de Cuiabá — 500.000.  
Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora — 1.000.000.  
Jardim de Infância Santa Maria — 1.000.000.  
Lar Monteiro Lobato — 500.000.  
Liceu Salesiano São Gonzalo — ... 1.000.000.  
Pensiorato Nossa Senhora do Carmo — 1.000.000.  
Seminário Cristo-Rei — 1.000.000.

Diamantino  
Educandário Santa Teresinha — ... 500.000.

Dourados  
Ação Social Franciscana — .... 1.000.000.  
Centro Agrícola Educacional Vicente Pallotti de Vila Vicentina — .... 500.000.  
Educandário Santo Antônio — .... 500.000.

Escola Agrícola de Dourados — .... 500.000.  
Escola de Iniciação Agrícola Fom Bosco — 1.000.000.

Escola Normal do Instituto Educacional — 500.000.  
Ginásio da Imaculada Conceição — 500.000.

Fátima do Sul  
Clube das Mães de Vila Vicentina — 1.000.000.

Escola Agrícola Paroquial de Vila Vicentina — 500.000.  
Escola de Corte e Costura Nossa Senhora de Fátima — 500.000.

Escola de Datilografia Pio XII — 500.000.  
Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos de Vila Vicentina — 500.000.  
Ginásio Comercial Vicente Pallotti — Vila Vicentina — 1.000.000.

Instituto Dom Pedro II — 500.000.  
Movimento Social Pallottino — ... 1.000.000.  
Serviço de Assistência Social de Vila Vicentina — 2.000.000.

Glória de Dourados  
Instituto Educacional 7 de Setembro — 1.500.000.  
Hospital e Maternidade Dona Lúcia de Lemos — 1.000.000.

Itaporá  
Instituto Santo Antônio — 500.000.

Jardim  
Casa do Garoto — 500.000.

Ladário  
Escola Profissional — Ação Salesiana — 500.000.

Maracaju  
Patronato Dom Aquino Corrêa — 500.000.

Nova Andradina  
Ginásio Comercial Santo Antônio — 1.000.000.  
Hospital Guilomar Soares Andrade — 2.000.000.  
Santa Casa de Misericórdia — .... 2.000.000.

Poxoreu  
Patronato São João Batista — .... 500.000.

Rondonópolis  
Instituto La Salle — 500.000.

Três Lagoas  
Centro Social de Assistência e Caridade de Três Lagoas — 500.000.  
Vila Vicentina — 500.000.

Utiariti  
Escola Rural Santo Inácio de Utiariti — 500.000.

Várzea Grande  
Aprendizado Agrícola Dom Carlos — 500.000.

## 14 — MINAS GERAIS

Alfenas  
Colégio Sagrado Coração de Jesus — 500.000.

Araxá  
Casa Transitória Jesus Cristo — ... 500.000.  
Ginásio Jesus Cristo — 1.000.000.  
Sociedade Educacional de Araxá — 1.000.000.

Barão de Cocais  
Fundação São João do Morro Grande — 1.000.000.

Belo Horizonte  
Abrigo Jesus — 500.000.  
Academia Mineira de Letras — ... 500.000.

Centro Infantil Professor Estêvão Pinto — 2.000.000.  
Cidade de Ozanan — 500.000.  
Educandário e Creche Menino Jesus — 2.000.000.

Lar dos Meninos Dom Orione — ... 600.000.  
Missão Ramaerisma (Escola Profissional, Artesanato Orfanato) — .... 600.000.

Orfanato Santo Antônio — ..... 2.000.000.  
Orfanato São João Batista — .... 1.000.000.  
Sanatório Marques Lisboa (Morro das Pedras) — 2.000.000.  
Sanatório Marques Lisboa (Morro das Pedras) — 500.000.  
Santa Casa de Misericórdia — .... 2.000.000.

Boa Esperança  
Sociedade São Vicente de Paula — 500.000.

Botelhos  
União Operária de Botelhos — Botelhos — 500.000.

Cachoeira do Campo  
Orfanato Nossa Senhora Auxiliadora — 500.000.

Campanha  
Hospital Infantil — 500.000.

Caratinga  
Patronato Nossa Senhora do Rosário — 500.000.

Cataguases  
Hospital de Cataguases — 700.000.  
Coronel Fabriciano  
Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora do Carmo — 2.000.000.

Curvelo  
Orfanato Santo Antônio — 500.000.

Formiga  
Patronato São Luís — 800.000.

Governador Valadares  
Ginásio Imaculada Conceição — ... 500.000.

Guaxupé  
Santa Casa de Misericórdia — ... 500.000.

Ibirité  
Sociedade Pestalozzi — Fazenda do Rosário — 2.000.000.

Itapecerica  
Abrigo de Velhos Frederico Corrêa — 700.000.  
Abrigo de Velhos Frederico Corrêa — 500.000.

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
| Itabubaba  | Instituto dos Cegos do Brasil Central de Uberaba — 700.000   | Organização Voluntárias de Areia — 2.000.000  | Colégio Apostólico Estrela do Mar — 500.000   |
| Hospital São José — 500.000  | Volta Grande   | Sociedade União Beneficente — 500.000   | Congregação de Santa Dorotéia do Brasil, para o Externato Santa Dorotéia — 1.000.000            |
| Machado  | Lactário Josefina Rocha — 500.000  | Aroeira   | Escola de Formação de Líderes da Arquidiocese da Paraíba — 500.000                              |
| Escola Profissional La Salle — 500.000   | 15 — PARA  | Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância — 500.000                                    | Hospital e Maternidade de Capula Leite — 1.000.000  |
| Lactário Hilda Nogueira da Gama — 2.000.000  | Abaetubaba   | Boa Vista   | Instituto dos Cegos da Paraíba — 500.000  |
| Manhuaçu   | Instituto Nossa Senhora dos Anjos — 1.000.000  | Ginásio Comercial — 500.000   | Instituto Educacional e Obras Sociais de Santo Antônio — 500.000                                |
| Lar Irma Sheilla (para menores abandonados) — 1.000.000                                | Ananindeua   | Bonito de Santa Fé  | Instituto de Proteção e Assistência à Infância — 500.000  |
| Monte Carmelo  | Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — 1.000.000   | Associação de Proteção à Maternidade e Assistência à Infância de Bonito de Santa Fé — 500.000 | Instituto de Proteção aos Cegos Adalgisa da Cunha — 1.000.000                                   |
| Santa Casa da Sociedade São Vicente de Paula — 500.000                                 | Instituto Bom Pastor — 2.000.000   | Boqueirão   | Internato Casa da Vovozinha — 1.000.000   |
| Sociedade de São Vicente de Paula (Conferência Nossa Senhora do Carmo) — 500.000       | Instituto Bom Pastor — 1.000.000   | Instituto Nova Era — 500.000  | Orfanato Dom Ulrico — 1.500.000   |
| Monte Santo  | Belém  | Boqueirão dos Cochos  | Sociedade de Assistência aos Lazares e Defesa Contra a Lepre — 500.000                          |
| Lar da Criança Marieta Castejon Branco — 1.000.000                                     | Colégio Evangélico Samuel Nystrom — 2.000.000  | Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Boqueirão dos Cochos — 500.000           | Sociedade Beneficente dos Operários e Trabalhadores — 500.000                                   |
| Nova Lima  | Escola Industrial Salesiana — 1.000.000  | Cabaceiras  | Vila Vicentina Júlia Freire — 1.000.000   |
| Associação das Damas da Caridade da Paróquia Nossa Senhora do Vilar — 500.000          | Obras Sociais e Educacionais da Igreja Nossa Senhora do Rosário — 2.000.000                                    | Abrigo Deus te Pague — 1.000.000  | Lagoa de Dentro   |
| Ouro Branco  | Sociedade Beneficente 25 de Dezembro — 1.000.000   | Cabedelo  | Conferência Vicentina São Sebastião — 500.000   |
| Patronato Agrícola Dom Luis Orione — 500.000   | Obras Sociais e Educacionais da Igreja Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000                                    | Ginásio Imaculada Conceição — 500.000   | Conferência Vicentina São Sebastião — 500.000   |
| Pará de Minas  | Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — 500.000   | Cajazeiras  | Mãe-d'água  |
| Centro de Puericultura Odete Valladares — 500.000                                      | Bragança   | Hospital Regional de Cajazeiras — 500.000   | Maternidade Municipal de Mãe-d'água — 1.000.000   |
| Cidade de Ozanan — 500.000   | Apostolado da Oração de Bragança (para obras sociais) — 1.000.000  | Campina Grande  | Sociedade São Vicente de Paula — 500.000  |
| Conselho Particular Vicentino Educandário Padre José Pereira Coelho — 500.000          | Associação Cultural e Recreativa Nove Balões — 1.000.000   | Aliança Proletária Beneficente Elzio de Souza — 500.000                                       | Monteiro  |
| Hospital Nossa Senhora da Conceição de Pará de Minas — 500.000                         | Associação Damas de Caridade, para obras sociais — 1.000.000   | Assistência Social Santa Teresinha — 500.000  | Colégio Nossa Senhora de Lourdes — 500.000  |
| Instituto Benjamim Guimarães — 500.000   | Associação das Filhas de Maria — 1.000.000   | Casa de Caridade Padre Ibiapina — 2.000.000   | Natuba  |
| Pedra Azul   | Externato Santo Antônio — 1.000.000  | Casa do Menino — 500.000  | Sociedade Natubense de Amparo à Infância e Indigentes — 500.000                                 |
| Maternidade Odete Valladares — 500.000   | Ginásio Professor Paixão — 1.000.000   | Círculo Operário de Campina Grande — 500.000  | Piancó  |
| Pitangui   | Grêmio Musical Nasceneno Ferreira — 1.000.000  | Colégio Alfredo Dantas — 500.000  | Abrigo do Menor Abandonado Jesus de Nazareno — 500.000  |
| Asilo Padre Américo — 500.000  | Instituto Santa Teresinha — 1.000.000  | Faculdade de Filosofia de Campina Grande — 500.000  | Pombal  |
| Pogo Fundo   | Instituto Santa Teresinha — 1.000.000  | Faculdade de Serviço Social — 500.000   | Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro — 1.500.000   |
| Pósto de Puericultura e Maternidade de Elisa Nogueira da Gama — 1.500.000              | Imandade São Benedito, para obras sociais — 1.000.000  | Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — 500.000  | Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro — 500.000   |
| Ponte Nova   | Loja Maçônica Conciliação Bragantina — 1.000.000   | Ginásio Virgem de Lourdes de Campina Grande — 1.000.000                                       | Sociedade Operária Artística Beneficente — 500.000  |
| Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula — 1.000.000                | Missionários Santa Teresinha — 1.000.000   | Hospital Pedro I — 1.000.000  | Queimadas   |
| Hospital Nossa Senhora das Dores — 2.000.000   | Seminário Santo Alexandre Saule — 3.000.000  | Instituto de Proteção aos Cegos — 1.000.000   | Centro de Amparo e Assistência à Infância de Queimadas — 500.000                                |
| Rio Nôvo   | Sociedade Beneficente Artística Bragantina — 1.000.000   | Instituto São Vicente de Paula — 1.000.000  | Riacho dos Cavalos  |
| Santa Casa de Misericórdia — 500.000   | Associação das Filhas de Maria, para obras sociais — 1.000.000   | Lar do Garoto Campinense — 500.000  | Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Riacho dos Cavalos — 500.000 |
| Rio Paranaíba  | Capaneima  | Liga Contra a Tuberculose — 2.000.000   | Santa Luzia   |
| Conferência de São Francisco das Chagas, da Sociedade São Vicente de Paula — 500.000   | Instituto São Pio X — 1.000.000  | Sociedade Beneficente Lar de Maria — 500.000  | Pósto de Puericultura Vânia de Figueiredo — 500.000   |
| Santa Bárbara  | Castanhal  | Sociedade Cruz Branca-Amarela de Campina Grande — 500.000                                     | Santa Rita  |
| Ginásio Nossa Senhora Sagrado Coração — 500.000  | Instituto São José — 1.000.000   | Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande — 1.000.000                  | Casa da Mãe Pobre — 500.000   |
| Santos Dumont  | Marabá   | Sociedade Mantenedora da Faculdade de Odontologia de Campina Grande — 1.000.000               | Casa da Mãe Pobre — 1.000.000   |
| Santa Casa de Misericórdia — 2.000.000   | Clube das Mães — 1.000.000   | Itabaiana   | São Bento   |
| São Gonçalo do Sapucaí   | Marituba   | Ambulatório Médico de Assistência aos Pobres da Casa dos Velhos — 500.000                     | Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Bento — 500.000           |
| Santa Casa de Misericórdia — 500.000   | Ginásio Fernando Ferrari — 3.000.000   | Escola Profissional da Sociedade dos Artistas Operários — 500.000                             | São José de Piranhas  |
| São João Del Rei   | Monte Alegre   | Itaporanga  | Pósto de Puericultura Malaquias Barbosa — 500.000   |
| Instituto Auxiliadora — 500.000  | Escola Normal Regional das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição — 2.000.000                               | Abrigo do Menor Abandonado Jesus Nazareno — 500.000   | Serra Redonda   |
| Três Corações  | Ginásio de Monte Alegre, da Fundação Educacional Professor Cattete Pinheiro, Seção de Monte Alegre — 3.000.000 | Abrigo do Menor Abandonado Jesus Nazareno — 500.000   | Artesanato Misto D. Moisés — 500.000  |
| Hospital São Sebastião (para a Maternidade Hilda Nogueira da Gama) — 2.000.000         | Paragominas  | João Pessoa   | Soledade  |
| Ubá  | Colégio Santa Teresinha, das Irmãs Missionárias de Santa Teresinha — 1.000.000                                 | Ação Social Arquidiocesana — 500.000  | Sociedade São Vicente de Paula de Soledade — 500.000  |
| Associação Beneficente Católica, para a Maternidade Hilda Nogueira da Gama — 3.000.000 | 16 — PARAIBA   | Asilo Bom Pastor — 1.500.000  | Souza   |
| Uberaba  | Araruna  | Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha — 1.500.000  | Pósto de Puericultura Municipal de Sousa — 500.000  |
| Hospital do Pênfigo Foleácco — 500.000   | Hospital e Maternidade Maria Júlia Maranhão — 1.500.000  | Centro Social Padre Dehon — 1.000.000   | Sociedade Beneficente Dr. Silvia Mariz de Sousa — 500.000                                       |
|  | Areia  | Clube das Mães, para suas atividades assistenciais — 500.000                                  |   |
|  | Artesanato Dom Adaute — 500.000  | Clube do Menor Feireiro — 1.000.000   |   |
|  | Ginásio Estadual de Areia — 2.000.000  | Colégio Apostólico Estrela do Mar — 500.000   |   |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| <p>Taperoá</p> <p>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 500.000</p> <p>Teixeira</p> <p>Associação de Proteção e Assistência à Maternidade, à Infância e à Velhice — 500.000</p> <p>Ginásio Santa Maria Madalena — 500.000</p> <p>17 — PARANA</p> <p>Antônia</p> <p>Lar Infantil "Luz e Conforto" — 500.000</p> <p>Liga de Defesa Contra a Tuberculose — 500.000</p> <p>Apoqueana</p> <p>Loja Maçônica "Trabalho, Ciência e Virtude" (para Escola Primária e Assistência Social) — 500.000</p> <p>Arapongas</p> <p>Loja Maçônica "Estrêla de Arapongas" (para manutenção de sua Escola de Educação de Adultos) — ... 500.000</p> <p>Campé</p> <p>Albergue Noturno Jesus — 500.000</p> <p>Centenário do Sul</p> <p>Escola Evangélica "Rui Barbosa" — 1.000.000</p> <p>Colombo</p> <p>Colégio Nossa Senhora do Rosário "Jesus, Crucificado", dos Padres Passionistas — 500.000</p> <p>Cornélio Procopio</p> <p>Casa de Misericórdia — 500.000</p> <p>Critiba</p> <p>Asilo São Luis — 10.000.000</p> <p>Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, para construção da Escola e Assistência Social — 10.000.000</p> <p>Associação de Senhoras de Caridade São Vicente de Paula, Santa Felicidade — 2.000.000</p> <p>Colégio Nossa Senhora Medianeira — 2.000.000</p> <p>Escola de Auxiliares de Enfermagem Catarina Laboré — 500.000</p> <p>Fundação Casa do Estudante Universitário — 500.000</p> <p>Fundação Casa do Trabalhador — 2.000.000</p> <p>Hospital Nossa Senhora da Luz — 5.000.000</p> <p>Instituto Paranaense de Cegos — 500.000</p> <p>Orfanato São José — 1.000.000</p> <p>Guaira</p> <p>Educandário Nossa Senhora do Carmo — 500.000</p> <p>Ibiporã</p> <p>Centro Social Nossa Senhora da Paz — 500.000</p> <p>Hospital Cristo-Rei — 500.000</p> <p>Londrina</p> <p>Albergue Noturno — 500.000</p> <p>Associação de Amparo ao Menor de Londrina — 500.000</p> <p>Conferência Vicentina — 500.000</p> <p>Conservatório Musical de Londrina — 500.000</p> <p>Educandário Nossa Senhora Aparecida — 500.000</p> <p>Escola "Dário Veloso" (mantida pela Loja Maçônica Regeneração Terceira) — 500.000</p> <p>Ginásio La Salle</p> <p>Grupo Permanente de Teatro (GPT) — 500.000</p> <p>Hospital Miguel Couto, mantido pelo Centro Espirita Amor e Caridade — 500.000</p> <p>Instituto Londrinense de Educação da Criança Excepcional (ILECE) — 500.000</p> <p>Lar Anália Franco — 500.000</p> | <p>Lar Batista Paranaense — 500.000</p> <p>Lar Santo Antônio — 500.000</p> <p>União Londrinense de Estudantes Secundários — 500.000</p> <p>Mandaguari</p> <p>Albergue Noturno — 500.000</p> <p>Lar Infantil "Amélia Boudet" — 500.000</p> <p>Sindicato dos Produtores Autônomos de Mandaguari, para sua Escola de Alfabetização de Adultos — 500.000</p> <p>Maringá</p> <p>Associação Diocesana de Assistência Rural (ADAR) — 500.000</p> <p>Marumbi</p> <p>Orfanato Santo Antônio — 500.000</p> <p>Ponta Grossa</p> <p>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia Santa Teresinha, a cargo da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação — 500.000</p> <p>Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa — 5.000.000</p> <p>Quatingá</p> <p>Hospital de Caridade de Quatingá — 500.000</p> <p>Santo Antônio da Platina</p> <p>Escola de Trabalhadores Rurais "Franklin Delano Roosevelt" — ... 500.000</p> <p>Hospital Nossa Senhora da Saúde — 500.000</p> <p>18 — PERNAMBUCO</p> <p>Aliança</p> <p>Ginásio Municipal de Aliança — 500.000</p> <p>Maternidade Nossa Senhora das Dores — 2.500.000</p> <p>Bodocó</p> <p>Ginásio São José do Bodocó — 1.500.000</p> <p>Bom Conselho</p> <p>Associação dos Amigos de Santo Antônio da Ordem Terceira, para suas obras sociais — 500.000</p> <p>Seminário dos Capuchinhos de Bom Conselho — 500.000</p> <p>Cachoeirinha</p> <p>Obras de Assistência Social de Santo Antônio de Cachoeirinha — 500.000</p> <p>Carpina</p> <p>Abrigo Santa Inês — 500.000</p> <p>Caruaru</p> <p>Casa do Estudante de Caruaru (Residência São Bento) — 500.000</p> <p>Casa dos Pobres de São Francisco de Assis — 1.000.000</p> <p>Escola 5 de Julho — 500.000</p> <p>Escola Datilográfica "Pio XII" — 500.000</p> <p>Escola Luiz Farias — 500.000</p> <p>Externato Antônio José Vieira — 500.000</p> <p>Externato José de Alencar — ... 500.000</p> <p>Externato Nossa Senhora de Lourdes — 500.000</p> <p>Externato Santa Clara — 500.000</p> <p>Externato Santa Isaura — 500.000</p> <p>Externato São José da Lage — ... 500.000</p> <p>Externato São Judas Tadeu — ... 500.000</p> <p>Externato "Stella Matutina" — ... 500.000</p> <p>Externato 27 de Janeiro — 500.000</p> <p>Instituto São José — 500.000</p> <p>Sociedade Educadora de Caruaru — 500.000</p> <p>União Beneficente dos Artistas e Profissionais — 1.000.000</p> <p>Cupira</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de São João Batista — 1.000.000</p> | <p>Exu</p> <p>Escola Paroquial São Vicente de Paula — 500.000</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de Exu — 500.000</p> <p>Jaboatão</p> <p>Ginásio Padre Cômácio Leão — CNEG — 2.500.000</p> <p>Lagoa dos Gatos</p> <p>Ginásio Industrial Manoel Ferreira — 500.000</p> <p>Limociro</p> <p>Ginásio de Limoeiro — 500.000</p> <p>Nazaré da Mata</p> <p>Hospital Regional de Nazaré da Mata — 1.000.000</p> <p>Obras Sociais da Diocese de Nazaré da Mata — 1.000.000</p> <p>Paudalho</p> <p>Associação Paroquial de Paudalho — 500.000</p> <p>Recife</p> <p>Abrigo Cristo Redentor, para a velhice desamparada — 5.000.000</p> <p>Associação Cristã Feminina — 500.000</p> <p>Associação Evangélica de Proteção à Infância e à Velhice Vale do Senhor — 500.000</p> <p>Associação de Imprensa de Pernambuco — 500.000</p> <p>Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife — 500.000</p> <p>Escola 21 de Abril (Tigipiô) — ... 500.000</p> <p>Instituição Espirita "Igreja do Caminho, para suas obras sociais e beneficentes — 500.000</p> <p>Instituto Nossa Senhora de Fátima — 500.000</p> <p>Instituto Stella Maris — 500.000</p> <p>Lapinha Creche (Rua Amazonas). 360 — 500.000</p> <p>Liga de Proteção aos Órfãos e Velhos Desamparados (Jequiá) — 500.000</p> <p>Liga Protetora da Infância Desvalida — 500.000</p> <p>São Lourenço da Mata</p> <p>Ginásio de São Lourenço da Mata — 1.500.000</p> <p>São Vicente Ferrer</p> <p>Ação Paroquial de Assistência de São Vicente — 500.000</p> <p>Sertânia</p> <p>Casa do Menor — 500.000</p> <p>Vitória de Santo Antão</p> <p>Ateneu Santo Antão — 1.000.000</p> <p>19 — PIAUI</p> <p>Amarante</p> <p>Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à infância de Amarante — 500.000</p> <p>Canto do Buriti</p> <p>Ginásio Municipal Marcos Parente — 1.000.000</p> <p>Campo Maior</p> <p>Abrigo Santo Antônio — 1.000.000</p> <p>Centro Operário Campo-Maiorense — 500.000</p> <p>Hospital São Vicente de Paula — 500.000</p> <p>Sociedade de Pesquisa e Orientação Cultural de Campo Maior — 4.500.000</p> <p>Sociedade de Proteção à Infância de Campo Maior — 9.000.000</p> <p>Corrente</p> <p>Centro Social Imaculada Conceição — 500.000</p> <p>Centro Social Imaculada Conceição — 500.000</p> <p>Ginásio São José — 500.000</p> <p>Floriano</p> <p>Caixa Escolar para o Grupo Escolar Ribeiro Gonçalves — 550.000</p> | <p>Gilbués</p> <p>Ginásio Divina Pastora — 1.000.000</p> <p>Regeneração</p> <p>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Regeneração — 1.000.000</p> <p>Maternidade Maria de Lourdes Leal Nunes — 1.000.000</p> <p>Patronato São José — 500.000</p> <p>Serviço Social Municipal de Regeneração (SERSOM) — 1.000.000</p> <p>São Raimundo Nonato</p> <p>Fundação Ruralista de São Raimundo Nonato — 3.000.000</p> <p>Teresina</p> <p>Ação Social Arquidiocesana — ... 10.000.000</p> <p>Associação Beneficente Nossa Senhora do Amparo — 4.000.000</p> <p>Casa do Estudante do Piauí — ... 1.000.000</p> <p>Centro Artístico Operário Paulense — 500.000</p> <p>Centro Social Dom Avelar — ... 1.000.000</p> <p>Centro Social Leão XIII — ... 1.000.000</p> <p>Fátima — 1.000.000</p> <p>Centro Social Nossa Senhora de 1.000.000</p> <p>Escola Agrícola Santo Afonso Rodrigues — 500.000</p> <p>Escola Irmã Catarina Lavrini — 500.000</p> <p>Lar Educacional Feminino — ... 2.000.000</p> <p>Lar Educacional Feminino — ... 500.000</p> <p>Lar Educacional Feminino — ... 1.000.000</p> <p>Patronato Dom Barreto — ... 2.000.000</p> <p>Patronato Dom Barreto — ... 1.000.000</p> <p>Seminário Menor de Teresina — 2.000.000</p> <p>Sociedade de Amparo aos Menores Abandonados do Piauí (SAMAP) — 500.000</p> <p>União Artística Operária Teresinaense — 500.000</p> <p>23 — RIO DE JANEIRO</p> <p>Bom Jesus do Itabapoana</p> <p>Instituto de Menores Roberto Silveira — 1.000.000</p> <p>Cabo Frio</p> <p>Fundação Professor Miguel Couto de Proteção à Infância — 20.000.000</p> <p>Campos</p> <p>Casa do Pequeno Jornaleiro de Campos — 2.000.000</p> <p>Orfanato Laura Vicunha — ... 1.000.000</p> <p>Itaguaí</p> <p>Patronato São José — 1.000.000</p> <p>Macaé</p> <p>Instituto Nossa Senhora da Glória — 1.000.000</p> <p>Sociedade Musical Beneficente Lira dos Conspiradores — 500.000</p> <p>Sociedade Musical Nova Aurora — 500.000</p> <p>Mangaratiba</p> <p>Orfanato Marilisa — 500.000</p> <p>Niterói</p> <p>Academia Fluminense de Letras — 5.000.000</p> <p>Arquidiocese de Niterói, para Obras Sociais e Educacionais — 1.500.000</p> <p>Cenáculo Fluminense de História e Letras — 1.000.000</p> <p>Colégio Salesiano Santa Rosa — 1.000.000</p> <p>Educandário São José — 1.000.000</p> <p>Escola Industrial Dom Bosco — 1.000.000</p> <p>Grande Loja do Estado do Rio de Janeiro — 3.000.000</p> <p>Lar de Caridade Padre Luiz Orione — 1.000.000</p> |
|--|---|---|--|

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| <p><b>Nova Friburgo</b><br/>Colégio Modelo, para Ensino Gra-<br/>tuito e Semigratuito — 1.000.000</p> <p><b>Petrópolis</b><br/>- Associação de Pais e Mestres do<br/>Instituto Carlos A. Werneck — .....<br/>1.700.000</p> <p><b>21 — RIO GRANDE DO NORTE</b></p> <p><b>Angicos</b><br/>Sociedade de Assistência Médico-<br/>Social de Angicos — 500.000</p> <p><b>Caicó</b><br/>Abrigo-Dispensário Professor Pedro<br/>Gurgel — 700.000<br/>Associação Mantenedora da Casa de<br/>S. Vicente de Paula — 800.000<br/>Associação de Manutenção da Ma-<br/>ternidade e Proteção à Infância de<br/>Caicó — 900.000<br/>Casa do Pobre do Seridó — 700.000<br/>Departamento Diocesano de Ação<br/>Social — 900.000<br/>Educandário Santa Teresinha do<br/>Menino Jesus — 800.000<br/>Escola Pré-Vocacional de Caicó —<br/>600.000<br/>Escola Remington de Datilografia —<br/>1.000.000<br/>Ginásio Diocesano Seridoense — ...<br/>500.000<br/>Hospital do Seridó — 6.000.000<br/>Internato Presbiteriano de Caicó —<br/>1.000.000<br/>Currais Novos<br/>Hospital Padre João Maria — ....<br/>700.000<br/>Instituto Jesus Menino — 700.000<br/>Maternidade Ananília Regina — ..<br/>500.000<br/>Governador Dix-Sept Rosado<br/>Associação de Assistência e Prote-<br/>ção à Maternidade e à Infância de<br/>Governador Dix-Sept Rosado — ....<br/>10.000.000<br/>Jardim do Seridó<br/>Abrigo-Dispensário de Jardim do<br/>Seridó — 1.000.000<br/>Clube das Mães de Jardim do Se-<br/>ridó — 500.000<br/>Ginásio Professor Gesuino Azevedo<br/>— 1.000.000<br/>João Câmara<br/>Centro Social Nossa Senhora Mãe<br/>dos Homens — 500.000<br/>Macau<br/>Ginásio Nossa Senhora da Concei-<br/>ção — 500.000<br/>Mossoró<br/>Associação de Assistência e Prote-<br/>ção à Maternidade e à Infância de<br/>Mossoró — 10.000.000<br/>Natal<br/>Casa da Criança, mantida pela Es-<br/>cola-Ambulatório Padre João Maria —<br/>800.000<br/>Casa da Estudante — 700.000<br/>Casa do Estudante Pobre do Rio<br/>Grande do Norte — 9.000.000<br/>Centro Social João Loustau Navar-<br/>ro — 500.000<br/>Dispensário Sinfrônio Barreto — ...<br/>700.000<br/>Educandário Oswaldo Cruz — ....<br/>500.000<br/>Externato São Luís — 1.000.000<br/>Instituto Estevam Machado — ...<br/>500.000<br/>Liga Artística Operária Norte-Rio-<br/>Grandense — 600.000<br/>Obra do Bom Pastor — 500.000<br/>Patronato da Medalha Milagrosa —<br/>500.000<br/>Serviço de Assistência Rural — ...<br/>900.000<br/>Ouro Branco<br/>Pósto de Saúde de Ouro Branco,<br/>mantido pela Prefeitura Municipal —<br/>500.000</p> | <p><b>Parelhas</b><br/>Pósto de Saúde de Parelhas — ...<br/>1.000.000<br/>São José do Seridó<br/>Pósto de Saúde de São José do Ce-<br/>ridó, mantido pela Prefeitura Muni-<br/>cipal — 500.000<br/>Serra Negra do Norte<br/>Maternidade Maria Cândida Mariz<br/>— 2.000.000<br/><b>22 — RIO GRANDE DO SUL</b><br/>Bagé<br/>Cidade dos Meninos — 500.000<br/>Fundação Bidart (Orfanato) — ...<br/>500.000<br/>Bom Retiro do Sul<br/>Hospital de Caridade Sant'Ana —<br/>500.000<br/>Hospital de Caridade Sant'Ana —<br/>1.000.000<br/>Cachoeira do Sul<br/>Liga Beneficente Operária Cachoei-<br/>rense — 2.000.000<br/>Campo Bom<br/>Hospital Beneficente Campo Bom —<br/>500.000<br/>Campo Novo<br/>Sociedade Hospitalar de Caridade —<br/>500.000<br/>Canoas<br/>Escola da Imaculada — 500.000<br/>Carlos Barbosa<br/>Hospital Beneficente São Roque —<br/>500.000<br/>Hospital Beneficente São Roque —<br/>1.000.000<br/>Hospital Beneficente São Roque —<br/>500.000<br/>Caxias do Sul<br/>Colégio São Carlos — 1.000.000<br/>Hospital Beneficente Marcirio Car-<br/>doso — 2.000.000<br/>Instituto Conceição — 500.000<br/>Sindicato dos Trabalhadores nas<br/>Indústrias de Fiação e Tecelagem de<br/>Galópolis, para obras sociais — ....<br/>500.000<br/>Dom Feliciano<br/>Hospital São José — 500.000<br/>Estrêla<br/>Fundação Agrícola Teutônia —<br/>500.000<br/>Farroupilha<br/>Hospital Beneficente São Carlos —<br/>500.000<br/>Hospital Beneficente São Carlos —<br/>500.000<br/>Flôres da Cunha<br/>Noviciado La Salle — 1.000.000<br/>Guaramá<br/>Hospital Santa Isabel — 500.000<br/>General Câmara<br/>Hospital de Caridade Nossa Senho-<br/>ra das Graças — 500.000<br/>Gramado<br/>Hospital de Caridade Santa Tere-<br/>sinha — 500.000<br/>Herval do Sul<br/>Hospital Nossa Senhora da Glória<br/>de Herval do Sul, mantido pela Liga<br/>de Assistência Social — 500.000<br/>Ibirubá<br/>Sociedade Hospital Santa Helena —<br/>500.000<br/>Ijuí<br/>Associação Hospitalar de Caridade —<br/>500.000<br/>Iraí<br/>Patronato Agrícola Getúlio Vargas<br/>Filho — 500.000</p> | <p><b>Jaguarão</b><br/>Associação Protetora dos Desvalidos<br/>— 500.000<br/>Júlio de Castilhos<br/>Asilo de Menores e Velhos Desam-<br/>parados — 500.000<br/>Lajeado<br/>Hospital São Roque — via raio —<br/>500.000<br/>Marau<br/>Hospital Providência — 500.000<br/>Montenegro<br/>Hospital São José — 500.000<br/>Mugum<br/>Hospital Beneficente São Luís —<br/>Vespasiano Correia — 500.000<br/>Hospital Beneficente São Luís —<br/>Vespasiano Correia — 500.000<br/>Sociedade dos Fundadores do Giná-<br/>sio São Pio X — 500.000<br/>Nova Bassano<br/>Hospital Nossa Senhora de Lourdes<br/>— 500.000<br/>Orópio<br/>Sociedade Beneficente André Ave-<br/>lino — 500.000<br/>Sociedade São Vicente de Paula —<br/>500.000<br/>Palmeira das Missões<br/>Associação Hospital de Caridade —<br/>500.000<br/>Passo Fundo<br/>Fundação Beneficente Lucas Araújo<br/>— 500.000<br/>Fundação Beneficente Lucas Araújo<br/>— 500.000<br/>Pelotas<br/>Cooperativa de Ensino Instituto Dr.<br/>Jorge Salis Goulart — 500.000<br/>Escola de Belas-Artes — 500.000<br/>Escola Particular Recanto Infantil —<br/>500.000<br/>Instituto São Benedito — 500.000<br/>Pósto Alegre<br/>Associação São João Batista de La<br/>Salle — 500.000<br/>Banco de Olhos — 1.000.000<br/>Casa do Artista Rio-Grandense —<br/>2.000.000<br/>Casa do Estudante Madre Assunta —<br/>500.000<br/>Casa do Pequeno Operário de Pósto<br/>Alegre — 500.000<br/>Conselho Central Metropolitano da<br/>Sociedade de São Vicente de Paulo —<br/>500.000<br/>Creche Nossa Senhora Auxiliadora —<br/>500.000<br/>Creche Nossa Senhora dos Navegan-<br/>tes — 500.000<br/>Educandário São Luís — 500.000<br/>Federação dos Círculos Operários do<br/>Rio Grande do Sul — 500.000<br/>Fundação Diocesana "O Pão dos<br/>Pobres de Santo Antônio" — 500.000<br/>Hospital Divina Providência — ....<br/>500.000<br/>Hospital e Maternidade Beneficen-<br/>te Mãe de Deus — 500.000<br/>Hospital e Maternidade Beneficen-<br/>te Mãe de Deus — 500.000<br/>Hospital e Maternidade Beneficen-<br/>te Mãe de Deus — 2.000.000<br/>Hospital e Maternidade Beneficen-<br/>te Mãe de Deus — 500.000<br/>Hospital Santo Antônio — 500.000<br/>Instituto Dom Luiz Guanella — ...<br/>500.000<br/>Lar do Bebê — 1.000.000<br/>Lar São Vicente de Paula — ....<br/>2.000.000<br/>Roupeiro dos Pequenininhos da Santa<br/>Casa de Misericórdia de Pósto Alegre<br/>— 500.000</p> | <p><b>Pósto Lucena</b><br/>Sociedade Hospitalar São João —<br/>500.000<br/>Relvado Encantado<br/>Hospital Beneficente Santo Antônio<br/>— 500.000<br/>Rio Grande<br/>Casa da Criança Sagrado Coração<br/>de Jesus, mantida pelo Círculo Operá-<br/>rio Rio-Grandino — 500.000<br/>Rolante<br/>Sociedade Cristo-Rei — 500.000<br/>Santa Cruz do Sul<br/>Sociedade Beneficente Caritativa<br/>Anna Nery — 500.000<br/>Santa Maria<br/>Campanha de Alimentação e Saúde<br/>da Criança Ferroviária — 500.000<br/>Pão dos Pobres de Santo Antônio<br/>— 500.000<br/>Santo Antônio da Patrulha<br/>Hospital de Caridade Patrulhense<br/>— 500.000<br/>Santo Augusto<br/>Hospital Santa Teresinha — .....<br/>500.000<br/>São Francisco de Assis<br/>Hospital Santo Antônio — .....<br/>500.000<br/>São Jerônimo<br/>Fundação Assistencial de Crianças<br/>e Necessitados — Minas do Leão —<br/>500.000<br/>Hospital de Caridade São Jerônimo<br/>— 500.000<br/>São José do Norte<br/>Círculo Operário de São José do<br/>Norte — 500.000<br/>Hospital de Caridade Nossa Senho-<br/>ra da Conceição do Bujuru — ....<br/>500.000<br/>São Leopoldo<br/>Escola Profissional e Agrícola San-<br/>to Afonso — 500.000<br/>Centro de Cultura e Caridade Me-<br/>dianeira — 2.000.000<br/>São Lourenço do Sul<br/>Santa Casa de Misericórdia de São<br/>Lourenço do Sul — 500.000<br/>São Nicolau<br/>Hospital São Nicolau — 500.000<br/>Serafina Corrêa<br/>Escola Paroquial Nossa Senhora do<br/>Rosário — 500.000<br/>Hospital Paroquial Nossa Senhora<br/>do Rosário — 500.000<br/>Silveira Martins<br/>Casa de Saúde Madre Enilda — ...<br/>500.000<br/>Clube Agrícola e Recreativo Silvei-<br/>ra Martins — 500.000<br/>Taquara<br/>Associação de Proteção à Materni-<br/>dade e à Infância — 500.000<br/>Taquari<br/>Hospital de Caridade São José —<br/>500.000<br/>Tórres<br/>Escola Normal São Domingos — ...<br/>500.000<br/>Hospital Nossa Senhora dos Nave-<br/>gantes — 500.000<br/>Sociedade de Melhoramentos e De-<br/>senvolvimento de Três Forquilhas —<br/>500.000<br/>Vacaria<br/>Ginásio São Francisco — 500.000<br/>Veranópolis<br/>Academia Veranense de Assistência,<br/>Educação e Cultura — 2.000.000<br/>Ginásio Municipal de Veranópolis<br/>— 2.000.000<br/>Viamão<br/>Hospital de Caridade de Viamão —<br/>500.000<br/>Nóvo Lar de Menores — 500.000</p> |
|---|---|---|---|



|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| <p><b>25 -- SANTA CATARINA</b></p> <p>Agua Doce</p> <p>Hospital Nossa Senhora da Paz — 500.000.</p> <p>Angelina</p> <p>Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Angelina — 500.000.</p> <p>Araranguá</p> <p>Ginásio Nossa Senhora Mãe dos Homens — 500.000.</p> <p>Arroio Trinta</p> <p>Instituto Sagrada Família — .... 500.000.</p> <p>Blumenau</p> <p>Associação de Amparo aos Filhos Menores dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário de Blumenau — 500.000.</p> <p>Hospital Municipal Santo Antônio, para construção do Pavilhão Infantil — 2.000.000.</p> <p>Braco do Norte</p> <p>Instituto Coração de Jesus — .... 500.000.</p> <p>Brusque</p> <p>Sociedade Beneficente Brusque — 500.000.</p> <p>Canoinhas</p> <p>Escola Normal Sagrado Coração de Jesus — 500.000.</p> <p>Capinzal</p> <p>Associação Rural de Capinzal — ... 500.000.</p> <p>Craqueço</p> <p>Sociedade Hospitalar Santo Antônio — 500.000.</p> <p>Concórdia</p> <p>Associação Rural de Concórdia — 1.500.000.</p> <p>Comunidade Evangélica de Barra do Veado — 500.000.</p> <p>Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora do Rosário — 500.000.</p> <p>Ginásio São José — 500.000.</p> <p>Coronel Freitas</p> <p>Hospital Nossa Senhora de Fátima — 1.000.000.</p> <p>Hospital Nossa Senhora de Fátima — 500.000.</p> <p>Criciúma</p> <p>Ginásio Marista de Criciúma — ... 500.000.</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de São José de Criciúma — 10.000.000.</p> <p>Sociedade Hospital Santo Antônio — 500.000.</p> <p>Florianópolis</p> <p>Asilo de Orfãos São Vicente de Paula — 500.000.</p> <p>Assistência Social São Luiz — .... 500.000.</p> <p>Associação Católica Catarinense das Obras de Proteção às Jovens — .... 1.000.000.</p> <p>Hospital de Caridade de Florianópolis, da Irmandade de Senhor Jesus dos Passos — 500.000.</p> <p>Maternidade Carlos Corrêa, mantenedora do Asilo de Mendicidade Ir-mão Joaquim — 1.000.000.</p> <p>Obras Sociais da Paróquia da Santíssima Trindade de Florianópolis, mantida pelo Instituto Popular de Assistência Social — Ponta Grossa — 4.000.000.</p> <p>Pia União Santo Antônio — 500.000.</p> <p>Indaial</p> <p>Sociedade Cultural Santana Apúma — 500.000.</p> <p>Ipirá</p> <p>Sociedade de Cantores Lyra (Capelinha) — 500.000.</p> <p>Ipumirim</p> <p>Associação Rural de Ipumirim — 500.000.</p> <p>Itajaí</p> <p>Asilo Dom Bosco — 8.500.000.</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de Itajaí — 500.000.</p> <p>Obras Sociais da Rua Brusque — 4.000.000.</p> | <p><b>Ituporanga</b></p> <p>Ação Social Paroquial Santo Estêvão — 500.000.</p> <p>Jaraguá do Sul</p> <p>Ginásio São Luiz — 500.000.</p> <p>Joaçaba</p> <p>Colégio Imaculada Conceição de Luzerna — 500.000.</p> <p>Hospital São Vicente de Paulo — Luzerna — 500.000.</p> <p>Joinville</p> <p>Associação Rural de Joinville — ... 500.000.</p> <p>Lajes</p> <p>Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário — 500.000.</p> <p>Modelo</p> <p>Sociedade Hospitalar e Beneficente de Modelo — 500.000.</p> <p>Nova Trento</p> <p>Abrigo Nossa Senhora de Fátima — 500.000.</p> <p>Hospital Imaculada Conceição de Nova Trento — 500.000.</p> <p>Peritiba</p> <p>Sociedade Beneficente Hospitalar Peritiba — 500.000.</p> <p>Piratuba</p> <p>Associação Rural de Piratuba — ... 500.000.</p> <p>Rio das Antas</p> <p>Escola Normal dos Santos Anjos — ... 500.000.</p> <p>Rio dos Cedros</p> <p>Hospital e Maternidade Dom Bosco — 500.000.</p> <p>Rio do Sul</p> <p>Associação Caritativa Santa Rosa de Lima das Filhas de Maria Auxiliadora — 500.000.</p> <p>Ginásio Dom Bosco — 500.000.</p> <p>Salto Veloso</p> <p>Hospital Salto Veloso — 500.000.</p> <p>São Carlos</p> <p>Instituto São Carlos — 500.000.</p> <p>São Ludgero</p> <p>Sociedade Educativa Monsenhor Frederico Tombock — 500.000.</p> <p>Seara</p> <p>Associação Rural de Seara — .... 500.000.</p> <p>Tangará</p> <p>Hospital Frei Rogério — 500.000.</p> <p>Trombudo Central</p> <p>Asilo dos Velhos — 500.000.</p> <p>Turvo</p> <p>Associação Rural de Turvo — ... 500.000.</p> <p>Educandário Nossa Senhora das Dores — 500.000.</p> <p>Urussanga</p> <p>Paraíso da Criança — 500.000.</p> <p>Sociedade das Damas de Caridade — 500.000.</p> <p>Videira</p> <p>Colégio Normal Imaculada Conceição — 500.000.</p> <p>Hospital São Camilo de Imerê — 500.000.</p> <p><b>26 -- SÃO PAULO</b></p> <p>Andradina</p> <p>Maternidade Beatriz Helena — .... 4.000.000.</p> <p>Barretos</p> <p>Santa Casa de Misericórdia — .... 1.000.000.</p> <p>Brotas</p> <p>Casa da Criança — 1.000.000.</p> <p>Hospital Santa Teresinha — 1.000.000.</p> <p>Campinas</p> <p>Centro de Puericultura Beatriz Helena — 4.000.000.</p> <p>Itapui</p> <p>Asilo São Vicente de Paula — .... 1.000.000.</p> <p>Casa da Criança São José — .... 1.000.000.</p> <p>Hospital e Maternidade São José — 1.000.000.</p> | <p><b>Piedade</b></p> <p>Sociedade Beneficente Irmão dos Pobres — 500.000.</p> <p>Pinhal</p> <p>Sanatório Bezerra de Menezes — ... 1.000.000.</p> <p>Redenção da Serra</p> <p>Asilo São Vicente de Paula — .... 500.000.</p> <p>Santos</p> <p>Instituto Psicopedagógico Especializado IPE — 1.000.000.</p> <p>São Paulo</p> <p>Associação Beneficente "Grupo de Caridade" — 500.000.</p> <p>Associação Brasileira da Criança Defeituosa — 500.000.</p> <p>Escola Técnica de Comércio de São Paulo — 20.000.000.</p> <p>Hospital Alberto Einstein da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira — 10.000.000.</p> <p>Instituto de Relações Industriais e Sociais (IREIS) — 2.000.000.</p> <p>Instituto São Paulo — Associação Cristão de Cultura, Formação e Educação — 7.000.000.</p> <p>LAREIRA — Instituto a Serviço da Família — 10.000.000.</p> <p><b>27 -- SERGIPE</b></p> <p>Aquidabã</p> <p>Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Aquidabã — 500.000.</p> <p>Aracaju</p> <p>Ação Social da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes — 500.000.</p> <p>Ação Social da Paróquia de São José de Aracaju — 500.000.</p> <p>Asilo de Mendicidade Rio Branco — 500.000.</p> <p>Asilo de Mendicidade Rio Branco — 500.000.</p> <p>Associação Aracajuana de Beneficência — 1.000.000.</p> <p>Associação Casa do Trabalhador Menor — 1.500.000.</p> <p>Associação Casa do Trabalhador Menor — 500.000.</p> <p>Associação de Jovens Evangélicos de Sergipe — AJES — 1.000.000.</p> <p>Associação Mantenedora Abrigo e Escola Reverendo Manuel Machado — 1.000.000.</p> <p>Associação Sergipana de Imprensa — 500.000.</p> <p>Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem — 500.000.</p> <p>Caixa Beneficente da Polícia Militar — 500.000.</p> <p>Caixa Beneficente da Polícia Militar — 1.000.000.</p> <p>Casa do Radiomador de Sergipe — 500.000.</p> <p>Centro de Assistência Social São Judas Tadeu — 500.000.</p> <p>Colégio Tobias Barreto — 500.000.</p> <p>Cruz Vermelha Brasileira — ..... 3.000.000.</p> <p>Educandário Sagrado Coração de Jesus — 1.000.000.</p> <p>Escola de Serviço Social de Sergipe — 2.500.000.</p> <p>Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe — 500.000.</p> <p>Fundação do Ensino Médico para o Hospital de Clínicas Augusto Leite — 1.000.000.</p> <p>Ginásio Walter Franco — 500.000.</p> <p>Seminário Menor de Aracaju — ... 500.000.</p> <p>Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite — 2.000.000.</p> <p>Sociedade Sergipana de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — 500.000.</p> <p>Sociedade Sergipana de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — 1.000.000.</p> <p>Sociedade Sergipana de Cultura, mantenedora da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe — 1.000.000.</p> <p>Sociedade Sergipana de Cultura — 2.500.000.</p> | <p><b>Boquim</b></p> <p>Assistência Social Dária Barreto — 1.000.000.</p> <p>Brejo Grande</p> <p>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Brejo Grande — 500.000.</p> <p>Capela</p> <p>Ação Social da Paróquia Nossa Senhora da Purificação — 2.000.000.</p> <p>Asilo São José da Infância Desamparada — 500.000.</p> <p>Casa do Livro de Capela — 500.500.</p> <p>Centro de Assistência Social Pio X — 500.000.</p> <p>Centro de Cultura Rio Branco, para o Artesanato Heribaldo Vieira — .... 500.000.</p> <p>Ginásio Imaculada Conceição — 500.000.</p> <p>Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara — 1.000.000.</p> <p>Carriacópolis</p> <p>Associação Desportiva 16 de Outubro — 1.000.000.</p> <p>Cedro de São João</p> <p>Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Cedro de São João — 500.000.</p> <p>Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Cedro de São João — 500.000.</p> <p><b>Estância</b></p> <p>Associação de Assistência à Maternidade e à Infância de Estância — 500.000.</p> <p>Escola Técnica de Comércio de Estância — 500.000.</p> <p>Sociedade Beneficente Amparo de Maria, mantenedora do Hospital de Amparo de Maria — 500.000.</p> <p>Sociedade Beneficente Amparo de Maria, mantenedora do Hospital de Amparo de Maria — 2.000.000.</p> <p><b>Frei Paulo</b></p> <p>Hospital de Frei Paulo — 500.000.</p> <p><b>Itabianinha</b></p> <p>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Itabianinha — 500.000.</p> <p>Hospital São Luis Gonzaga — 500.000.</p> <p><b>Japaratuba</b></p> <p>Ação Social da Paróquia de Japaratuba — 1.000.000.</p> <p>Hospital de Caridade São José — 500.000.</p> <p>Associação de Caridade de Japaratuba, para sua Maternidade — 500.000.</p> <p>Sociedade Musical e Cultural Santa Teresinha — 500.000.</p> <p><b>Lagarto</b></p> <p>Associação Musical Filarmônica Lira Popular — 500.000.</p> <p>Parque de Exposição Nicolau Almeida — 1.000.000.</p> <p>Sociedade de Assistência à Maternidade, à Infância e à Adolescência Monsenhor Daltro — 500.000.</p> <p><b>Marum</b></p> <p>Associação de Caridade de Marum, mantenedora do Hospital de Caridade e da Maternidade Alcebiades Vieira Dantas — 2.000.000.</p> <p><b>Neópolis</b></p> <p>Sociedade Assistencial Beneficente Neopolitana — 500.000.</p> <p><b>Nossa Senhora das Dores</b></p> <p>Hospital Nossa Senhora das Dores — 500.000.</p> <p><b>Propriá</b></p> <p>Ginásio Diocesano de Propriá — 500.000.</p> <p><b>Riachuelo</b></p> <p>Associação de Caridade Hospital de Riachuelo — 500.000.</p> <p>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, para a Maternidade Dr. Silvino Leite — 500.000.</p> <p>Sociedade Abrigo de Menores Antônio Franco — 500.000.</p> |
|---|---|--|--|



|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
| <p><b>Eirunepé</b><br/>Obras Sociais e Educacionais do Eirunepé, a cargo da Paróquia de Eirunepé — 1.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais a cargo da Paróquia de Eirunepé — 1.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Eirunepé — 3.000.000</p> <p><b>Fonte Boa</b><br/>Obras Sociais da Paróquia de Fonte Boa — 1.000.000</p> <p><b>Foz do Içá</b><br/>Obras Sociais da Paróquia de Eirunepé — 1.000.000</p> <p><b>Foz do Jutai</b><br/>Obras Assistenciais da Paróquia da Foz do Jutai — 1.000.000<br/>Obras Assistenciais do Posto Médico de Pôrto Afonso, a cargo da Paróquia de Foz do Jutai — 1.000.000</p> <p><b>Iha Grande</b><br/>Associação de Assistência Social — 1.000.000</p> <p><b>Ipiranga</b><br/>Obras Sociais da Paróquia de Ipiranga — 1.000.000</p> <p><b>Japura</b><br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Japura — 1.000.000</p> <p><b>Lábrea</b><br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Lábrea — 2.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Lábrea — 1.000.000</p> <p><b>Manaus</b><br/>Abrigo Recênior — 1.000.000<br/>Abrigo Recênior — 1.000.000<br/>Ação Social Beneficente da Praça 14 de Janeiro — 2.000.000<br/>Ação Social Beneficente da Praça 14 de Janeiro — 1.000.000<br/>Obras Sociais da Arquidiocese de Manaus — 1.000.000<br/>Asilo de Mendicidade de Doutor Thomaz — 1.000.000<br/>Asilo São Vicente de Paula — .... 1.000.000<br/>Associação Amazonense de Imprensa — 2.000.000<br/>Associação do Pessoal de Segurança Pública do Estado do Amazonas, para fins assistenciais aos filhos dos associados — 1.500.000<br/>Casa da Criança — 2.000.000<br/>Casa da Criança — 3.000.000<br/>Casa do Trabalhador do Amazonas — 2.000.000<br/>Centro Social dos Operários de Educandos — 2.000.000<br/>Centro Social dos Operários de Educandos — 1.000.000<br/>Colégio Dom Bosco — 2.000.000<br/>Colégio Nossa Senhora Aparecida — 1.000.000<br/>Conferência Vicentina de Santo Agostinho e Santa Mônica — .... 1.000.000<br/>Educandário Gustavo Capanema — 1.000.000<br/>Escola Industrial Salesiana — .. 1.000.000<br/>Escola Nossa Senhora de Nazaré, da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 1.000.000<br/>Escola São José, mantida pelo Circulo Esportivo da Comunhão do Pensamento — 1.000.000<br/>Ginásio Angelo Ramazzotti — .... 2.000.000<br/>Ginásio Angelo Ramazzotti, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 2.000.000<br/>Inspeção Missionária Laura Vicuña — 10.000.000<br/>Instituto Gustavo Capanema — .. 1.000.000<br/>Jardim da Infância Doutor Adalberto Valle — 1.000.000<br/>Posto de Puericultura Doutor Adriano Jorge, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 1.000.000<br/>Posto de Puericultura Doutor Adriano Jorge, a cargo da Sociedade</p> | <p>Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — 1.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais a cargo dos padres Agostinianos — .. 1.000.000<br/>Obras Sociais da Igreja Nossa Senhora de Fátima, a cargo da Paróquia de São Sebastião — ..... 1.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré — 1.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais da Sociedade Missionários de Nossa Senhora Consoladora — 1.500.000<br/>Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré — 2.000.000<br/>Obras Sociais da Paróquia de São Raimundo — 1.000.000<br/>Seminário Menor São José — .... 1.000.000<br/>Sociedade Amazonense de Professores — 1.000.000<br/>Sociedade Beneficente dos Trabalhadores do Amazonas — 1.000.000<br/>Sociedade Beneficente dos Trabalhadores do Amazonas — 1.000.000<br/>Sociedade São Vicente de Paula — 1.000.000<br/>União dos Estudantes Secundários do Amazonas, para o Dormitório do Estudante — 1.000.000<br/>União dos Estudantes Secundários do Amazonas, para o Dormitório do Estudante — 1.000.000<br/>União Operária Amazonense — .. 1.000.000<br/>Manicoré<br/>Abrigo Vicentino de Manicoré — 1.500.000<br/>Maraã<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Maraã — 1.000.000<br/>Nhamundá<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Nhamundá, em Nhamundá — 1.000.000<br/>Nova Olinda do Norte<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Nova Olinda do Norte — 1.000.000<br/>Nóvo Aripuanã<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia do Nóvo Aripuanã — .... 1.000.000<br/>Parintins<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Parintins — 12.000.000<br/>Rádio Educador (Rádio Alvorada), a cargo da Paróquia de Parintins — 4.500.000<br/>Pauini<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Pauini — 1.000.000<br/>Rio Negro<br/>Escola Normal de Santa Isabel do Rio Negro — 1.000.000<br/>Santo Antônio do Itá<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia do Alto Solimões, em Santo Antônio do Itá — 1.000.000<br/>Santos Dumont<br/>Obras Sociais da Paróquia de Santos Dumont — 1.000.000<br/>São Paulo de Olivença<br/>Educandário Nossa Senhora da Conceição — 1.000.000<br/>Silves<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Silves — 2.000.000<br/>Tapauá<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Tapauá, em Tapauá — .. 1.000.000<br/>Taracua<br/>Missão de Taracua — 1.000.000<br/>Tefé<br/>Escola Santa Teresa de Tefé — .. 1.000.000<br/>Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Tefé — 2.000.000<br/>Seminário Menor da Paróquia de Tefé — 1.000.000</p> | <p><b>Uruará</b><br/>Associação Beneficente de Uruará — 2.000.000<br/>05 — BAHIA<br/>Alagoinhas<br/>Educandário São José — 1.000.000<br/>Barreiras<br/>"O Dragão Social", para as suas atividades assistenciais — 2.000.000<br/>Bom Jesus da Lapa<br/>Sociedade Beneficente dos Operários de Bom Jesus da Lapa — ..... 1.000.000<br/>Caitité<br/>Associação das Senhoras de Caridade de Caitité — 1.000.000<br/>Canavieiras<br/>Ginásio Osmário Batista — ..... 1.000.000<br/>Coaraci<br/>Santa-Casa de Misericórdia de Coaraci — 1.000.000<br/>Feira de Santana<br/>Federação das Sociedades de Bairro de Feira de Santana — 1.000.000<br/>Obra Promocional de Sant'Ana — 1.000.000<br/>Governador Balbino (antiga Barreiros)<br/>Fundação Educacional Custódia Rocha de Carvalho — 20.000.000<br/>Governador Mangabeira<br/>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Governador Mangabeira — 1.000.000<br/>Ibirataia<br/>Sociedade de Ensino Ginasial de Ibirataia — 1.000.000<br/>Iracara<br/>Casa Jesus Maria José de Amparo aos Tuberculosos — 1.000.000<br/>Itacaré<br/>Colônia de Pescadores de Itacaré — 1.000.000<br/>Jaguaiquara<br/>Colégio Luzia Silva — 1.000.000<br/>Ginásio Pio XII — 1.000.000<br/>Jequié<br/>Fundação Leur Brito — 3.000.000<br/>Juazeiro<br/>Associação Educacional Dr. José da Silva — 1.000.000<br/>Maternidade São José — 1.000.000<br/>Sociedade Obras Sociais e Educativas — 1.000.000<br/>Sociedade de Obras Sociais e Educativas, mantida pela Diocese de Juazeiro, para ajuda do Orfanato e do Ginásio — 3.000.000<br/>Macaúbas<br/>Ginásio de Brotas de Macaúbas — 1.000.000<br/>Ginásio Estadual de Macaúbas — 1.000.000<br/>Liga Universitária Macaúbense — 1.000.000<br/>Maragogipe<br/>Sociedade São Vicente de Paula de Maragogipe — 1.000.000<br/>Mutuípe<br/>Associação de Assistência e Proteção à Maternidade de Mutuípe — .. 1.000.000<br/>Nazaré<br/>Maternidade Felipa Silva (da Santa Casa de Misericórdia) — 2.000.000<br/>Paratinga<br/>Ginásio Normal de Paratinga — .. 1.000.000<br/>Pôrto Seguro<br/>Obra Assistencial Nossa Senhora do Brasil — 1.000.000<br/>Riachão de Jacuipé<br/>Liga Jacuipense de Proteção à Maternidade e à Infância — 1.000.000</p> | <p><b>Salvador</b><br/>Abrigo dos Filhos do Povo — ... 2.500.000<br/>Abrigo do Salvador — 2.500.000<br/>Associação Bahiana de Arte, para realização do 6º Concurso Nacional de Piano — 5.000.000<br/>Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — 1.000.000<br/>Associação dos Ferroviários da Bahia — 1.000.000<br/>Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia (para suas atividades assistenciais) — 5.000.000<br/>Centro de Assistência Social Pio XII — 1.000.000<br/>Federação das Bandeirantes do Brasil, Seção da Bahia — ..... 1.000.000<br/>Federação Metropolitana das Sociedades de Ealtros — 1.000.000<br/>Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — ..... 15.000.000<br/>Instituto Feminino da Bahia — .. 1.000.000<br/>Instituto de Música da Bahia — .. 1.000.000<br/>Instituto Politécnico da Bahia — 1.000.000<br/>Instituto Rute Aleixo — 1.000.000<br/>Obra de Assistência aos Pobres e Menores Vendilhões — 1.000.000<br/>Obra Promocional de Sant'Ana (OPSA) — 1.000.000<br/>Orfanato São Raimundo — ..... 1.000.000<br/>Sociedade Beneficente Litero-Musical Minerva, para atividades assistenciais — Madre de Deus — .. 5.000.000<br/>Santa Bárbara<br/>Casa São José — 2.000.000<br/>Santa Inês<br/>Ginásio Santa Inês — 1.000.000<br/>Santo Amaro<br/>Maternidade de Santo Amaro — .. 3.000.000<br/>Santo Antônio de Jesus<br/>Escola Santa Ursula (anexa ao Colégio N. S. das Mercês) — 3.000.000<br/><b>Senhor do Bonfim</b><br/>Fundação Bonfinense de Beneficência e Educação Rural — ..... 1.000.000<br/>Fundação Educacional Governador José Gonçalves da Silva — ..... 1.000.000<br/>Hospital Nossa Senhora da Piedade — ..... 1.000.000<br/>Hospital Regional de Senhor do Bonfim — ..... 1.000.000<br/>Taperóia<br/>Ginásio São Brás — ..... 2.000.000<br/>Ubaitaba<br/>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ubaitaba — ..... 1.500.000<br/>Uruçuca<br/>Colégio Comercial do Município de Uruçuca — ..... 1.000.000<br/>Valença<br/>Santa Casa de Misericórdia — 1.000.000<br/>Vitória da Conquista<br/>Associação Nortista das Damas de São Domingos — .. 1.000.000<br/>06 — CEARA<br/>Baixio<br/>Sociedade Mútua Beneficente de Baixio — ..... 2.000.000<br/>Barbalha<br/>Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo — ..... 1.000.000<br/>Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo — ..... 1.000.000<br/>Barra<br/>Sociedade S. Vicente de Paula — ..... 1.000.000<br/>Baturité<br/>Abrigo da Criança Pobre do Oratório Salesiano de Baturité — ..... 1.000.000</p> |
|--|--|---|---|

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Camocim</b>   |           |
| Hospital-Maternidade Camocim — Camocim .....   | 1.000.000 |
| <b>Cariré</b>  |           |
| Associação Rural de Cariré .....   | 1.000.000 |
| <b>Caucaia</b>   |           |
| Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria .....   | 1.000.000 |
| Obra de Assistência São José, Proteção à Maternidade, à Infância e aos Menores Abandonados .....     | 1.000.000 |
| Obras Sociais e Educativas, mantidas pela Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria ..... | 1.000.000 |
| <b>Crato</b>   |           |
| Íbrigo da Velhice Abandonada Jesus, Maria e José Centro Social Nossa Senhora da Penha .....          | 2.000.000 |
| Escola Júlio Carvalho de Crato .....   | 1.000.000 |
| Instituto Cultural do Cariri   | 1.000.000 |
| Obras Sociais de São Francisco .....   | 2.000.000 |
| Pioneiras Sociais do Crato .....   | 1.000.000 |
| Sociedade São Vicente de Paula .....   | 1.000.000 |
| <b>Fortaleza</b>   |           |
| Asilo de Mendicidade de Fortaleza .....  | 1.000.000 |
| Associação Educacional Doutor Menezes Pimentel .....   | 1.000.000 |
| Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas do Brasil, para o Colégio de Formação de Jovens .....  | 1.000.000 |
| Associação da Medalha Milagrosa .....  | 1.000.000 |
| Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Messejana .....                                 | 1.000.000 |
| Casa do Pobre de Fortaleza .....   | 1.000.000 |
| Centro Artístico Cearense .....  | 1.000.000 |
| Centro Educacional D. Lusa .....   | 1.000.000 |
| Centro Educacional D. Lusa .....   | 1.000.000 |
| Círculo Operário de Monte Castelo .....  | 1.000.000 |
| Dispensário dos Pobres do Sagrado Coração .....  | 1.000.000 |
| Educandário Virgem de Maio .....   | 1.000.000 |
| Escola de Corte e Costura da Casa Popular de Fortaleza .....   | 1.000.000 |
| Escola Mário Cavalcante .....  | 1.000.000 |
| Escola Pio X dos Frades Capuchinhos .....  | 1.000.000 |
| Federação das Bandeirantes do Brasil — Região do Ceará .....   | 1.000.000 |
| Federação das Bandeirantes do Brasil — Região do Ceará .....   | 1.000.000 |
| Fundação São Francisco de Fortaleza .....  | 1.000.000 |
| Ginásio Gratuito do Centro Social Maria Medianeira .....   | 1.000.000 |
| Ginásio Gratuito Centro Social Maria Medianeira (anexo à Escola São Rafael) .....                    | 1.000.000 |
| Instituto de Formação e Assistência Social, mantido pelas Irmãs Missionárias .....                   | 1.000.000 |
| Nosso Lar .....  | 1.000.000 |
| Orfanato Nossa Senhora das Graças .....  | 1.000.000 |
| Patronato da Sagrada Família de Antônio Bezerra .....  | 1.000.000 |
| Patronato da Sagrada Família de Antônio Bezerra .....  | 1.000.000 |
| Patronato Santa Isabel .....   | 1.000.000 |
| Pioneiras Sociais de Fortaleza .....   | 1.000.000 |
| Santa Casa de Misericórdia .....   | 1.000.000 |
| Sociedade Cearense de Defesa Contra o Câncer .....   | 1.000.000 |
| Sociedade Cearense de Defesa Contra a Lepra — 1.000.000.   |           |
| Sociedade Cearense de Defesa Contra a Lepra — 1.000.000.   |           |
| <b>Granja</b>  |           |
| Associação Beneficente Hospital Infantil e Posto de Fricultura de Granja — 1.000.000.                |           |

|   |  |
|---|--|
| <b>Icó</b>  |  |
| Ginásio Senhor do Bonfim de Icó — 1.000.000.  |  |
| <b>Iguatú</b>   |  |
| Hospital Santo Antônio dos Pobres — 1.000.000.  |  |
| <b>Jaguaribara</b>  |  |
| Ginásio Domingos Paes — 1.000.000.  |  |
| Ginásio Domingos Paes — 1.000.000.  |  |
| Ginásio Domingos Paes — 1.000.000.  |  |
| <b>Jaguaribe</b>  |  |
| Ginásio Clóvis Bevilacqua — 1.000.000.  |  |
| Ginásio Clóvis Bevilacqua — 1.000.000.  |  |
| Ginásio Clóvis Bevilacqua — 1.000.000.  |  |
| <b>Juazeiro do Norte</b>  |  |
| Centro Maternal São José — 3.000.000.   |  |
| Dispensário Nossa Senhora das Dores, mantido pelas Missionárias de Jesus Crucificado — 1.000.000. |  |
| Escola de Datilografia Leão Sampaio — 1.000.000.  |  |
| Escola de Datilografia Leão Sampaio — 1.000.000.  |  |
| Escola São Francisco, mantida pelos Frades Menores Capuchinhos — 1.000.000.                       |  |
| Ginásio Monsenhor Macedo — 1.000.000.   |  |
| Grêmio Monsenhor Joviniano Barreto — 1.000.000.   |  |
| Grêmio Monsenhor Joviniano Barreto — 1.000.000.   |  |
| Obras Sociais aos Padres Capuchinhos — 1.000.000.   |  |
| Sociedade de Amparo aos Mendigos de Juazeiro do Norte — 1.000.000.                                |  |
| <b>Lavras da Mangabeira</b>   |  |
| Associação Rural de Lavras da Mangabeira — 1.000.000.   |  |
| Maternidade Ciria Lima — 1.000.000.   |  |
| <b>Maranguape</b>   |  |
| Instituto dos Pobres de Maranguape — 1.000.000.   |  |
| Maternidade Olinto-Oliveira — 1.000.000.  |  |
| <b>Mauriti</b>  |  |
| Patronato Imaculada Conceição, para obras Assistenciais — 1.000.000.                              |  |
| <b>Messejana</b>  |  |
| Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas — Fortaleza — 1.000.000.                            |  |
| <b>Milagres</b>   |  |
| Escola Normal Rural Dona Zefinha Gomes — 1.000.000.   |  |
| Instituto Menino Jesus — 1.000.000.   |  |
| <b>Missão Velha</b>   |  |
| Ginásio Paroquial de Missão Velha — 1.000.000.  |  |
| <b>Mombaca</b>  |  |
| Sociedade dos Amigos de Mombaca — 1.000.000.  |  |
| <b>Pacoti</b>   |  |
| Associação Pacotiense de Proteção à Maternidade e à Infância — 1.000.000.                         |  |
| Dispensário São José — 1.000.000.   |  |
| Dispensário São José — 1.000.000.   |  |
| <b>Pereiro</b>  |  |
| Ginásio Ovidio Diógenes — 1.000.000.  |  |
| Ginásio Ovidio Diógenes — 1.000.000.  |  |
| Ginásio Ovidio Diógenes — 1.000.000.  |  |
| <b>Potengi</b>  |  |
| Obras Sociais Mantidas pela Prefeitura Municipal de Potengi — 1.000.000.                          |  |
| <b>Quixeramobim</b>   |  |
| Sociedade Hospitalar Santo Antônio — 1.000.000.   |  |

|  |  |
|--|--|
| <b>Redenção</b>  |  |
| Patronato Pio XI, dirigido pelas Filhas do Coração de Maria — 1.000.000.   |  |
| <b>Russas</b>  |  |
| Escola Normal do Ginásio Coração Imaculado de Maria, dirigida pelas Filhas do Coração Imaculado de Maria — 1.000.000.              |  |
| Escola Sagrado Coração — 1.000.000.  |  |
| Hospital e Casa de Saúde — 1.000.000.  |  |
| União Social dos Agricultores — 1.000.000.   |  |
| <b>São Benedito</b>  |  |
| Ginásio da Virgem Poderosa — 1.000.000.  |  |
| <b>Ubajara</b>   |  |
| Associação das Senhoras de Caridade de Ubajara — 1.000.000.  |  |
| Associação das Senhoras de Caridade de Ubajara — 1.000.000.  |  |
| <b>07 — DISTRITO FEDERAL</b>   |  |
| Associação das Bandeirantes de Brasília — 2.000.000.   |  |
| Associação Brasileira de Enfermagem, para a realização do 19º Congresso Brasileiro de Enfermagem, no Distrito Federal — 6.000.000. |  |
| Associação Brasileira de Educação — 2.000.000.   |  |
| Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social em Brasília — 2.000.000.  |  |
| Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social em Brasília — 1.000.000.  |  |
| Associação dos Funcionários Públicos de Brasília — 3.000.000.  |  |
| Associação Médica de Brasília — 2.000.000.   |  |
| Associação Médica de Brasília — 2.500.000.   |  |
| Associação Recreativa e Cultural dos Trabalhadores de Brasília — 3.000.000.  |  |
| Associação Religiosa e Beneficente, Jesus-Maria-José — Taguatinga — 1.000.000.   |  |
| Associação dos Servidores do IPASE — 1.000.000.  |  |
| Caixa Escolar do Jardim da Infância da Avenida W-3, Quadra 19 — 2.000.000.   |  |
| Caixa Escolar do Jardim da Infância da Avenida W-3, Quadra 19 — 1.000.000.   |  |
| Casa da Bahia — 2.000.000.   |  |
| Casa do Candango — 2.000.000.  |  |
| Casa do Ceará — 1.000.000.   |  |
| Casa do Ceará — 1.000.000.   |  |
| Casa de Imaci — Lar de Crianças Pobres — 2.000.000.  |  |
| Centro Cultural de Brasília da Sociedade de Educação e Assistência Social — 1.000.000.   |  |
| Centro Espirita Adolfo Bezerra de Menezes, para obras assistenciais — Sobradinho — 1.000.000.                                      |  |
| Centro Espirita Allan Kardec — 2.000.000.  |  |
| Centro Espirita "Jesus é a Humildade" — 2.000.000.   |  |
| Centro de Investigação e Ação Social de Brasília — 1.000.000.  |  |
| Centro de Obras Sociais Maria Assunta — Planaltina — 2.000.000.  |  |
| Centro de Obras Sociais Maria Assunta — Planaltina — 1.000.000.  |  |
| Centro de Recuperação Sarah Kubitschek — 2.000.000.  |  |
| Centro Social e Cultural da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 1.000.000.   |  |
| Centro de Tradições Gaúchas "Saudades da Querência" — 2.000.000.   |  |
| Círculo de Pais e Mestres do Centro de Ensino Médio (Elefante Branco), para a Biblioteca Professor Mazzi — 3.000.000.              |  |
| Clube de Cinema de Brasília — 2.000.000.   |  |
| Clube do Congresso — 1.000.000.  |  |
| Clube da Imprensa — 2.000.000.   |  |
| Clube da Imprensa — 1.000.000.   |  |
| Clube dos Suboficiais, Subtenentes   |  |

|  |  |
|--|--|
| <b>e Sargentos das Forças Armadas Auxiliares — 2.000.000.</b>  |  |
| Clube Unidade de Vizinhança da Asa Norte — 2.000.000.  |  |
| Colégio Dom Bosco — 2.000.000.   |  |
| Colégio Jesus, Maria e José — Taguatinga — 2.000.000.  |  |
| Colégio La Salle — 1.900.000.  |  |
| Colégio Maria Auxiliadora — 1.000.000.   |  |
| Colégio Maria Auxiliadora — 1.000.000.   |  |
| Colégio Maria Auxiliadora — 2.000.000.   |  |
| Colégio Marista — 1.000.000.   |  |
| Colégio Marista — 1.000.000.   |  |
| Colégio Marista — 5.000.000.   |  |
| Colégio Marista — 4.000.000.   |  |
| Colégio Notre Dame — 2.000.000.  |  |
| Colégio Notre Dame — 1.000.000.  |  |
| Colégio Notre Dame — 1.000.000.  |  |
| Colégio Pio XII — das Irmãs Franciscanas Hospitalares Portuguesas — 1.500.000.                       |  |
| Colégio Pio XII — das Irmãs Franciscanas Hospitalares Portuguesas — 1.000.000.                       |  |
| Colégio Pio XII — das Irmãs Franciscanas Hospitalares Portuguesas — 1.000.000.                       |  |
| Colégio Santa Dorotéia — 4.000.000.  |  |
| Colégio Santa Dorotéia — 1.000.000.  |  |
| Colégio Santa Dorotéia — 2.000.000.  |  |
| Colégio Santa Rosa de Lima — 1.000.000.  |  |
| Colégio São José — 2.000.000.  |  |
| Colégio São Vicente de Paula — 2.000.000.  |  |
| Contraturnização Espirita "Alvorada da Luz" — 2.000.000.   |  |
| Conjunto Folclórico Tropeiros do Sul — 2.000.000.  |  |
| Creche Medalha Milagrosa — 2.000.000.  |  |
| Creche Medalha Milagrosa — 2.000.000.  |  |
| Creche e Núcleo Bandeirante — 2.000.000.   |  |
| Creche e Orfanato Menino Jesus — 1.000.000.  |  |
| Creche e Orfanato Menino Jesus — Gama — 1.000.000.   |  |
| Creche e Orfanato Menino Jesus — Gama — 1.000.000.   |  |
| Creche Pão de Santo Antônio — 2.000.000.   |  |
| Educandário de Crianças Abandonadas — 2.000.000.   |  |
| Educandário do Espírito Santo — 2.000.000.   |  |
| Educandário do Espírito Santo — 1.000.000.   |  |
| Escola de Artes Gráficas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal — 2.000.000. |  |
| Escola Brasileira de Arte e Cultura — 1.500.000.   |  |
| Escola Doméstica — Anexa ao Colégio Santa Dorotéia — 3.000.000.                                      |  |
| Escola Doméstica Bom Barreto — 1.000.000.  |  |
| Escola Doméstica Paula Frassinetti — 1.000.000.  |  |
| Escola Paroquial Coração de Maria — Taguatinga — 2.000.000.  |  |
| Escola Paroquial Coração de Maria — Taguatinga — 1.000.000.  |  |
| Escola Paroquial Coração de Maria — Taguatinga — 1.000.000.  |  |
| Escola Normal Nossa Senhora de Fátima — 1.000.000.   |  |
| Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima — 7.000.000.  |  |
| Escola Profissional Doméstica de Taguatinga — 2.000.000.   |  |
| Escola São Carlos, para obras sociais — 1.000.000.   |  |
| Escola São Carlos — 1.000.000.   |  |
| Escola São Carlos, da Sociedade Educadora Beneficente — 1.000.000.                                   |  |
| Faculdade de Serviço Social — 2.000.000.   |  |
| Instituto Nossa Senhora da Piedade — 1.000.000.  |  |
| Instituto Nossa Senhora da Piedade — 4.000.000.  |  |
| Escola Doméstica Dom Barreto — 2.000.000.  |  |



Fundação Assistencial dos Candangos de Fátima — 2.000.000.  
Fundação dos Rotarianos de Brasília — 2.000.000.  
Ginásio Brasília — 2.000.000.  
Ginásio Imaculada Conceição — 2.000.000.  
Ginásio Industrial Champagnat — 1.000.000.  
Ginásio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 1.000.000.  
Ginásio Santa Dorotéia — 1.000.000.  
Instituto Agrícola La Salle — Taguatinga — 1.000.000.  
Instituto Agrícola La Salle — Taguatinga — 1.000.000.  
Instituto Agrícola La Salle — Taguatinga — 1.000.000.  
Instituto Bandeirante — Taguatinga — 2.000.000.  
Instituto Bandeirante — Taguatinga — 1.000.000.  
Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES) — 2.000.000.  
Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES) — 1.000.000.  
Instituto Cultural de Brasília — 2.000.000.  
Instituto Nossa Senhora do Carmo — 2.000.000.  
Instituto Nossa Senhora do Carmo — Escola Doméstica — 1.000.000.  
Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência — Asa Sul — 1.000.000.  
Instituto Nossa Senhora do Carmo — 1.000.000.  
Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 2.000.000.  
Instituto Nossa Senhora da Piedade (Centro de Crianças Abandonadas) — 1.000.000.  
Instituto São José — Sobradinho — 1.000.000.  
Instituto Técnico Agrícola Industrial Dona Orione — 1.000.000.  
Instituto Vicenta Maria — 2.000.000.  
Instituto Vicenta Maria — 1.000.000.  
Instituto Vicenta Maria, para ensino profissional de artes domésticas — 1.000.000.  
Instituto Vicenta Maria, para ensino profissional de artes domésticas — 1.000.000.  
Instituto Vicenta Maria, para ensino profissional de artes domésticas — 1.000.000.  
Kennel Clube de Brasília, para a realização de exposição no Distrito Federal — 2.000.000.  
Lar da Criança de Brasília — 2.000.000.  
Lar do Instituto São José — Sobradinho — 1.000.000.  
Obra de Assistência Social da Congregação dos Padres Sacramentinos — 1.000.000.  
Obras Sociais do Centro Espírita Jesus e a Humanidade — 1.000.000.  
Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima — 2.000.000.  
Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima — 1.000.000.  
Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima — 1.000.000.  
Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima — 1.000.000.  
Obras Sociais do Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima (para assistência social) — 1.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Sacramento — 2.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 2.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 1.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 1.000.000.  
Obra de Assistência Social da Paróquia de Santa Cruz — 2.000.000.  
Obras Assistenciais da Ordem Espiritualista Cristã — 1.000.000.

Orfanato Ercília Moreira — 2.000.000.  
Padres Sacramentinos — 2.000.000.  
Paróquia Santa Cruz — 2.000.000.  
Paróquia São Cara D'Ars — 2.000.000.  
Santário Santa Filomena — 2.000.000.  
Seminário Nossa Senhora de Fátima — 2.000.000.  
Seminário Santa Rita de Cássia — Sobradinho — 2.000.000.  
Serviço de Assistência Social da Primeira Igreja Batista (SASPIB) — 1.000.000.  
Sociedade Congregação Missionária — 2.000.000.  
Sociedade Cultural Evangélica de Brasília — 2.000.000.  
Sociedade Feminina de Instrução e Caridade — 2.000.000.  
Sociedade Pestalozzi — 2.000.000.

## 08 — ESPÍRITO SANTO

Afonso Cláudio  
Associação Rural — 1.000.000  
Instituto Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000.  
Alegre  
Associação Luisa de Marillac — 1.000.000.  
Ginásio Lambari — 1.000.000.  
Ginásio Lambari — 1.000.000.  
Araguaia  
Sociedade Pró-Melhoramentos de Araguaia — 1.000.000.  
Arapuri  
Associação Comunitária de Arapuri — 2.000.000.  
Atílio Vivacqua  
Fundação de Assistência Social São João Batista — 1.000.000.  
Ginásio São Felipe — 1.000.000.  
Ginásio São Felipe — 1.000.000.  
Sociedade Amigos de Atílio Vivacqua — 1.000.000.  
Baixo Guandu  
Lar da Velhice Desamparada Angelo Passos — 1.000.000.  
Lar da Velhice Desamparada Angelo Passos — 1.000.000.  
Boa Esperança  
Ginásio Nossa Senhora das Graças de Boa Esperança — 1.000.000.  
Cachoeiro de Itapemirim  
Associação Cachoeirense de Ensino — 1.000.000.  
Associação dos Lavradores de Conduru — 1.000.000.  
Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro de Itapemirim — 1.000.000.  
Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro de Itapemirim — 1.000.000.  
Escola Industrial Mário Rezende — 3.000.000.  
Ginásio Estadual "Pedro Palácios" — 1.000.000.  
Hospital Infantil São Francisco de Assis — 2.000.000.  
Instituição Beneficente de Conduru — 1.000.000.  
Instituto Padre Anchieta de Cachoeiro de Itapemirim — 1.000.000.  
Instituto Padre Anchieta de Cachoeiro de Itapemirim — 1.000.000.  
Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim — 2.000.000.  
Castelo  
Associação Comunitária de Aracui — 1.000.000.  
Associação Comunitária de Aracui — 1.000.000.  
Associação Rural de Castelo — 1.000.000.  
Associação Rural de Castelo — 1.000.000.  
Escola Dramática Musical Santa Cecília de Venda Nova — 1.000.000.  
Hospital Padre Máximo de Venda Nova — 1.000.000.  
Hospital Padre Máximo de Venda Nova — 1.000.000.

Instituto Salesiano Padre Palácios de Venda Nova — 1.000.000.  
Colatina  
Asilo Pai Abraão de Colatina — 1.000.000.  
Associação dos Amigos do Bairro de Vila Lenira — 1.000.000.  
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Colatina — 1.000.000.  
Escola Primária Adventista de Colatina — 1.000.000.  
Ginásio São Domingos de Colatina — 1.000.000.  
Ginásio São Domingos de Colatina — 1.000.000.  
Ginásio São Domingos de Colatina — 1.000.000.  
Instituto João XXIII, São Silvano — 1.000.000.  
Lar Irmã Scheilla — Córrego do Ouro — 1.500.000.  
Obra Social São José, da Paróquia de São Domingos — 1.000.000.  
Sociedade Filantrópica e Assistência Social de Colatina — 1.000.000.  
Sociedade Filantrópica de Senhoras Adventistas Dorcas — 1.000.000.  
Domingos Martins  
Sociedade de Ensino e Beneficência Santa Isabel — 1.000.000.  
Sociedade Pró-Melhoramentos de Araguaia — 1.000.000.  
Fundão  
Ginásio Estadual Eloy Miranda — 1.000.000.  
Guaçu  
Santa Casa de Misericórdia de Guaçu — 2.000.000.  
Vicentinas Conferências São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Guarapari  
Centro Educacional e Assistencial Otacilio Nunes — 1.000.000.  
Jaciguá  
Centro Educacional e Assistencial Otacilio Nunes — 1.000.000.  
Ginásio Domingos Sávio — 1.000.000.  
Ginásio Domingos Sávio — 1.000.000.  
Cariacica  
Sociedade Missionária Passionista (Jardim América) — 1.000.000.  
Jerônimo Monteiro  
Farmácia dos Lavradores de Vila do Sousa — 1.000.000.  
Farmácia dos Lavradores de Vila do Sousa, Cooperativa Limitada — 1.000.000.  
Sociedade São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Montana  
Juventude Católica de Montana — 1.000.000.  
Sociedade Beneficente e Cultural de Montana — 1.000.000.  
Muqui  
Hospital Infantil de Muqui — 1.000.000.  
Pinheiro  
Colégio Daniel Comboni de Pinheiro — 1.000.000.  
Instituto Educacional e Assistencial Comboniano de Pinheiro — 1.000.000.  
Santa Teresa  
Colégio Agrícola Santa Teresa — 1.000.000.  
Educandário Seráfico São Francisco de Assis — 1.000.000.  
São Gabriel da Palha  
Sociedade Paroquial de Beneficência e Cultura de Vila São Gabriel — 1.000.000.  
São Mateus  
Hospital São Marcos — 2.000.000.  
Seminário Diocesano João XXIII — 1.000.000.  
São Torquato  
Conferência de São Vicente de Paula de São Torquato — 1.000.000.  
Venda Nova  
Escola Dramática de Música Santa Cecília — 1.000.000.

Vila São Gabriel  
Instituto Comboniano de Vila São Gabriel — 1.000.000.  
Vila Velha  
Associação Beneficente Maternidade de Santa Maria — 1.000.000.  
Conferência Nossa Senhora da Aparecida, da Sociedade de São Vicente de Paula — Cobilandia — 1.000.000.  
Paula — São Torquato — 1.000.000.  
Instituto de Assistência Social Nossa Senhora das Graças — 1.000.000.  
Obras Passionistas São Paulo da Cruz "PAUL" — 1.000.000.  
Vitória  
Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer — 2.000.000.  
Associação das Irmãs Missionárias Combonianas do Brasil — 1.000.000.  
Associação dos Magistrados do Espírito Santo — 1.000.000.  
Associação dos Magistrados do Espírito Santo — 1.000.000.  
Associação dos Magistrados do Espírito Santo — 1.000.000.  
Associação dos Servidores Cívicos do Brasil — 1.000.000.  
Associação dos Viajantes do Estado do Espírito Santo — 1.000.000.  
Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina — 1.000.000.  
Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo — 1.000.000.  
Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo — 1.000.000.  
Círculo Operário de Vitória — 1.000.000.  
Colégio Sacre Coeur de Marie — 1.000.000.  
Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória — 1.500.000.  
Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória — 1.000.000.  
Escola de Ballet — 1.000.000.  
Fundação Alexandre Gualz — 2.000.000.  
Fundação Alexandre Gualz — 1.000.000.  
Instituto Perpétuo Socorro — 1.000.000.  
Instituto Perpétuo Socorro — 1.000.000.  
Museu de Arte Moderna — 1.500.000.  
Orfanato Cristo-Rei — 1.000.000.  
Sociedade Civil "Ginásio de Lima" — 1.000.000.  
Sociedade Cultural Artística de Vitória — 1.000.000.  
Sociedade Cultural Artística de Vitória (para a construção do Teatro Popular) — 1.000.000.  
Sociedade Espírito-Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — 1.500.000.  
Sociedade Espírito-Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — 1.000.000.  
10 — GOIÁS  
Alto do Paraíso  
Escola Boa Espera — 2.000.000.  
Anápolis  
Ginásio Auxilium — 1.000.000.  
Araguapina  
Ginásio de Araguapina da CNEG — 1.000.000.  
Arraias  
Instituto Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000.  
Liga de Amparo Nossa Senhora dos Remédios — 1.000.000.  
Catalão  
Casa da Criança São Miguel — 1.000.000.  
Ceres  
Dispensário São Vicente de Paula — 2.000.000.  
Hospital Pio X — 2.000.000.  
Corumbá  
Escola Paroquial Nossa Senhora da Penha — 1.000.000.

[illegible]

Pósto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Codó — 5.000.000.  
Serviço de Assistência a Menores Abandonados e Obras Sociais São Sebastião — Alto da Fábrica — 4.000.000

Coloata  
Associação Beneficente de Peritoró — 1.000.000.

Dom Pedro  
Obras Sociais da Paróquia de Dom Pedro — 1.000.000.

Grajaú  
Hospital São Francisco de Assis — 2.000.000.

Guimarães  
Obras Sociais da Paróquia de Guimarães — 1.000.000.

Pedreiras  
Patronato São Benedito — 1.000.000.  
Presidente Dutra  
Obras Sociais da Paróquia de Presidente Dutra — 1.000.000.

Ribamar  
Patronato São José do Ribamar — 1.000.000.  
Patronato São José do Ribamar — 1.000.000.

São Luís  
Ação Social Arquidiocesana de São Luís, para o Centro de Guaxanduba — 1.500.000.

Associação de Mendicidade — 1.500.000.  
Associação de Assistência e Proteção à Infância — 2.000.000.  
Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância — 1.000.000.

Casa São Vicente de Paula — 2.000.000.  
Centro Artístico Operário Maranhense — 1.000.000.

Centro Artístico Operário Maranhense — 1.000.000.  
Centro Educacional — 1.000.000.

Centro Social Paula Fransinetti — 1.000.000.  
Clube Inapariário Maranhão — 1.000.000.

Colégio Dom Bosco do Maranhão — 1.000.000.  
Colégio Conceição de Maria — 1.000.000.

Colégio Santa Teresa — 3.000.000.  
Cooperativa de Consumo dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira de São Luís Limitada (COPECA) — 7.000.000.

Educandário Santa Cruz — Anil — 1.000.000.  
Educandário Santa Cruz — Anil — 1.000.000.

Escola de Enfermagem — 1.500.000.  
Escola de Enfermagem São Francisco de Assis — 1.000.000.

Faculdade de Serviço Social da Universidade do Maranhão — 1.000.000.  
Ginásio do Instituto Divina Pastora — Anil — 1.000.000.

Instituto Divina Pastora — Anil — 1.000.000.  
Instituto Divina Pastora — Anil — 1.000.000.

Lar Santa Maria Goretti — 1.000.000.  
"O Lar Mariano" — 1.000.000.

Obras Sociais da Paróquia do Anil — 3.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio de Pádua — Trezidela — 1.000.000.

Obras Sociais da Paróquia do Anil — 1.000.000.  
Orfanato Santa Luzia (Asilo Orfanológico Santa Luzia) — 5.000.000.

Pavilhão Infantil Ada Carvalho — 1.500.000.  
Pia União do Pão de Santo Antônio — 1.000.000.

Seminário Menor Santo Antônio — 1.000.000.  
Seminário Menor Santo Antônio — 1.000.000.

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — 1.000.000.  
Sociedade de Cultura Artística do Maranhão, para a Academia de Música — 1.000.000.

Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão — 1.000.000.  
União Maranhense dos Estudantes Secundários — 2.000.000.

São Mateus  
União Artística Operária de São Mateus — 1.000.000.

Timbiras  
Organização Social de Timbiras — 1.000.000.  
União Artística Timbirense — 1.000.000.

## 13 — MATO GROSSO

Alto Araguaia  
Instituto Maria Auxiliadora — 1.000.000.

Aquidauana  
Colégio Imaculada Conceição — 2.000.000.  
Hospital da Associação Aquidauanense de Assistência — 2.000.000.

Arenópolis  
Escola Missionária — 1.000.000.  
Obras Sociais da Paróquia de São Sebastião de Arenópolis — 1.000.000.

Cáceres  
Ambulatório São Pedro e São Paulo — 2.000.000.  
Hospital de Cáceres — 2.000.000.

Campo Grande  
Educandário Getúlio Vargas — 2.000.000.  
Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras — 1.000.000.

Sociedade Campo-Grandense de Defesa Contra a Lepra, para o Educandário Getúlio Vargas — 2.000.000.  
Chapada dos Guimarães

Educandário São José — 1.000.000.  
Corumbá

Abrigo Ismael — 3.000.000.  
Abrigo São José da Velhice Desamparada — 4.000.000.

Centro Social da Catedral de Corumbá — 2.000.000.  
Círculo Operário Dom Bosco — 2.000.000.

Creche Santa Rosa — 2.000.000.  
Escola Doméstica Imaculada Conceição — 2.000.000.

Escola Profissional da Ação Salesiana — 2.000.000.  
Escola Profissional "Alexandre de Castro" — 2.000.000.

Escola Social Salesiana da Cervejaria Corumbá — 2.000.000.  
Ginásio Industrial Domingos Sávio — 2.000.000.

Ginásio Salesiano Santa Tereza — 2.000.000.  
Hospital da Sociedade Beneficente Corumbaense — 2.000.000.

Instituto Nossa Senhora de Caacupé — 1.000.000.  
Instituto Sagrado Coração de Jesus — 1.000.000.

Instituto Santa Cruz — 1.000.000.  
Lar-Creche Santa Rosa — 2.000.000.

Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária — 2.000.000.  
Cuiabá

Abrigo do Bom Jesus — 2.000.000.  
Asilo de Santa Rita — 1.000.000.

Escolas Radiofônicas de Mato Grosso — 1.000.000.  
Fundação do Abrigo do Bom Jesus (para a Casa das Crianças e Casa dos Velhos) — 4.000.000.

Instituto de Pesquisas Históricas D. Aquino Correia — 1.000.000.  
Lar Monteiro Lobato — 1.000.000.

Santa Casa de Misericórdia — 2.000.000.  
Diamantino

Instituto Missionário Madre Paulina — 1.000.000.  
Obras Sociais da Prelazia de Diamantino — 1.000.000.

Seminário Menor da Prelazia de Diamantino — 2.000.000.  
Dourados

Abrigo São Francisco — Ação Social Franciscana — 2.000.000.  
Casa da Criança Desamparada — 3.000.000.

Educandário Santo Antônio — 1.000.000.  
Escola Normal do Instituto Educacional — 2.000.000.

Serviço de Assistência Social de Vila Vicentina — 1.000.000.  
Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis — 1.000.000.

Fátima do Sul  
Clube das Mães de Vila Vicentina — 1.000.000.  
Escola Paroquial Rainha dos Apostolos de Vila Vicentina — 2.000.000.

Ginásio Comercial Vicente Pallotti — Vila Vicentina — 2.000.000.  
Glória dos Dourados

Sociedade Amigos de Vila Glória — 1.000.000.  
Guiratinga

Sociedade Beneficente e de Assistência Getúlio Vargas — 1.000.000.  
Itaporã

Hospital Beneficente — 1.000.000.  
Patronato de Menores, mantido pela Ação Social Franciscana — 1.000.000.

Ladário  
Escola Profissional — Ação Social Salesiana — 1.000.000.

Escola Profissional Salesiana — 2.000.000.  
Miranda

Hospital de Miranda — 2.000.000.  
Nova Andradina

Ginásio Comercial Santo Antônio — 1.000.000.  
Hospital Guiomar Soares Andrade — 2.000.000.

Santa Casa de Misericórdia — 2.000.000.  
Paranaíba

Educandário Santa Clara — 1.000.000.  
Rio Verde

Ginásio Batista Rio-Verdense — 1.000.000.  
Rondonópolis

Ginásio La Salle — 1.000.000.  
Rosário Oeste

Escola Normal Sagrado Coração de Jesus — 1.000.000.  
Três Lagoas

Centro Social de Assistência e Caridade de Três Lagoas — 1.000.000.  
Lar da Criança do Grupo da Fraternidade — 2.000.000.

Utiariti  
Hospital de Utiariti, a cargo da Missão Anchieta de Diamantino — 1.000.000.

## 14 — MINAS GERAIS

Alfenas  
Colégio de Alfenas — 1.000.000.

Araguari  
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra de Araguari — 1.000.000.

Araxá  
Ginásio Dom Bosco — 1.000.000.  
Grupo Escolar do Bairro Santo Antônio — 1.000.000.

Meninos de Dom Bosco — 1.000.000.  
Obras Sociais de Nossa Senhora das Graças — 1.000.000.

Barão de Cocais  
Fundação São João do Morro Grande — 1.000.000.

Belo Horizonte  
Abrigo Jesus (Orfanato) — 2.000.000.

Academia Mineira de Letras — 1.000.000.  
Associação Cultural e Beneficente Coração de Jesus — 1.000.000.

Centro Infantil Professor Estevão Pinto — 1.000.000.  
Centro de Pesquisas Oftalmológicas do Hospital São Geraldo — 2.000.000.

Cidade de Ozanan — 2.000.000.  
Cidade de Ozanan — 1.000.000.  
Conselho Particular de São Domingos (da Sociedade São Vicente de Paula do Bairro Frei Eustáquio) — 2.000.000.

Educandário e Creche Menino Jesus — 3.000.000.  
Escola Doméstica Maria Imaculada — 2.000.000.

Ginásio do Instituto Frei Leopoldo — 1.000.000.  
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — 1.000.000.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — 1.000.000.  
Lar dos Meninos Dom Orione — 1.000.000.

Orfanato São João Batista — 1.000.000.  
Patronato Teresa Valsé (mantido pelo Colégio Pio XII) — 1.000.000.

Pequena Obra da Divina Providência, para o Instituto Don Carlo Fitepi — 2.000.000.  
Pequena Obra da Divina Providência, Lar das Meninas Dom Orione — 2.000.000.

Sanatório Marques Lisboa (Morro das Pedras) — 4.000.000.  
Sanatório Marques Lisboa (Morro das Pedras) — 1.000.000.

Santa Casa de Misericórdia — 2.000.000.  
Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), para manutenção de creche — 1.000.000.

Sociedade Pestalozzi (Fazenda do Rosário) — 1.000.000.  
Betim

Orfanato Batista Mineiro (Santo Afonso) — 1.000.000.  
Botelhos

Ginásio São José — 1.000.000.  
Hospital São José — 1.000.000.

União Operária de Botelhos — Botelhos — 2.000.000.  
Cachoeira do Campo

Escola Agrícola Dom Bosco — 1.000.000.  
Cafelândia

Asilo São Luís da Serra da Piedade — 2.000.000.  
Campanha

Colégio São João da Campanha — 1.000.000.  
Carmo do Rio Claro

Conselho Particular das Conferências Vicentinas de Carmo do Rio Claro — 1.000.000.  
Cataguases

Escola Normal Nossa Senhora do Carmo — 1.000.000.  
Hospital de Cataguases (para a Escola de Enfermagem) — 1.000.000.

Instituto Juvenil Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000.  
Orfanato Dom Silvério — 1.300.000.

Formiga  
Cantina Padre Remacle Foxius — 1.000.000.

Sociedade São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Assistência Social — 1.000.000.

Governador Valadares  
Associação Cultural Educativa e de Obras Sociais da Diocese de Governador Valadares — 1.000.000.

Itajubá  
Assistência Social São José — 1.000.000.

Itapecerica  
Abrigo de Velhos Frederico Corrêa — 4.000.000.

Ituiutuba  
Escola Normal e Ginásio Santa Teresa (Mutirão do Pobre) — 1.000.000.

Ginásio e Escola Normal Santa Teresa — 1.000.000.  
Hospital São José — 1.000.000.  
Lambari  
Asilo e Hospital São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Maternidade Zulmira Vargas — 1.000.000.  
Machado  
Escola Profissional La Salle — 1.200.000.  
Escola Profissional La Salle — 1.000.000.  
Lactário Hilda Nogueira da Gama — 2.000.000.  
Manhuaçu  
Hospital de Manhuaçu — 1.000.000.  
Irmã Sheila — 1.000.000.  
Mateus Leme  
Educandário São José — 1.000.000.  
Monte Carmelo  
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Monte Carmelo — 1.000.000.  
Monte Santo  
Centro Espírita Amor e Caridade, para a Vila Alan Kardec de Monte Santo (Obras Sociais) — 2.000.000.  
Conferência São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Lar da Criança Marieta Castejon Branco — 2.000.000.  
Santa Casa de Misericórdia — 1.000.000.  
Montes Claros  
Fundação Educacional "Antônio Gonçalves Figueira" — 1.000.000.  
Pará de Minas  
Assistência Social da Confraria Nossa Senhora da Piedade — ..... 2.000.000.  
Centro de Puericultura Odete Valladares — 1.000.000.  
Cidade de Ozanan — 1.000.000.  
Educandário Padre José Pereira Coelho — 1.000.000.  
Ginásio São Francisco — Departamento Masculino — 1.000.000.  
Hospital Nossa Senhora da Conceição de Pará de Minas — 1.000.000.  
Instituto Coronel Benjamim Ferreira Guimarães — 1.000.000.  
Paraguaiçu  
Ginásio Salesiano — 1.000.000.  
Passagem de Mariana  
Obras Sociais Nossa Senhora da Glória — 1.000.000.  
Pimenta  
Sociedade São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Pitangui  
Asilo Padre Américo — 1.000.000.  
Poço Fundo  
Pósto de Puericultura e Maternidade Glisa Nogueira da Gama — 2.000.000.  
Poços de Caldas  
Instituto de Recuperação do Menor Defeituoso — 2.000.000.  
Ponte Nova  
Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula — 1.000.000.  
Centro Social Dom Helvécio — 1.000.000.  
Hospital Nossa Senhora das Dores — 1.000.000.  
Santa Rita de Jacutinga  
Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita de Jacutinga — 1.000.000.  
Santa Rita de Sapucaí  
Casa de Caridade Nossa Senhora do Carmo — 1.000.000.  
Santos Dumont  
Educandário Santa Teresinha — 1.000.000.  
Santa Casa de Misericórdia — 1.000.000.

São Gonçalo do Sapucaí  
Casa da Criança — 1.000.000.  
Teófilo Otoni  
Colégio Comercial Benedito Valladares — 2.000.000.  
Três Corações  
Hospital São Sebastião (para Maternidade Hilda Nogueira da Gama) — 2.200.000.  
Ubá  
Associação Beneficente Católica, para a Maternidade Hilda Nogueira da Gama — 3.000.000.  
Associação de Proteção aos Menores Desamparados (Patronato São José) — 1.200.000.  
Sociedade Anália Franco — ..... 1.000.000.  
Uberaba  
Hospital do Câncer do Brasil Central — 1.000.000.  
Hospital São Domingos — 1.000.000.  
Sociedade Uberabense de Proteção ao Menor — 1.000.000.  
Uberlândia  
Santa Casa de Misericórdia — 1.000.000.  
Abaetetuba  
Ginásio São Francisco Xavier — 1.000.000.  
Instituto Nossa Senhora dos Anjos — 1.000.000.  
Alenquer  
Educandário Santo Antônio de Alenquer — 1.000.000.  
Ananindeua  
Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — 1.000.000.  
Casa do Filho do Seringueiro — 3.000.000.  
Belém  
Centro Social Auxílio (das Irmãs Salesianas) — 1.000.000.  
Instituto Dom Bosco — 1.000.000.  
Centro Social Auxílio, das Irmãs Salesianas — 1.000.000.  
Dispensário São Vicente de Paulo — 1.000.000.  
Escola Primária da Igreja Adventista da Promessa — 1.000.000.  
Hospital Dom Luiz I — 5.000.000.  
Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Santa Teresinha — ..... 1.000.000.  
Instituto Dom Bosco — 12.000.000.  
Pontifício Instituto das Missões — 1.000.000.  
Lar de Maria — 1.000.000.  
Obras Sociais e Educacionais da Igreja N. S. do Rosário — 2.000.000.  
Bragança  
Apostolado da Oração de Bragança, para obras sociais — 2.000.000.  
Associação Cultural e Recreativa Nove Balões — 1.000.000.  
Associação Damas de Caridade (para obras sociais) — 2.000.000.  
Associação das Filhas de Maria — 2.000.000.  
Colégio Santa Teresinha — ..... 1.000.000.  
Externato José de Anchieta — ..... 1.000.000.  
Externato Santo Antônio — ..... 3.000.000.  
Ginásio Professor Paixão — ..... 3.000.000.  
Ginásio Santa Teresinha — ..... 1.000.000.  
Grêmio Musical Naseaseno Ferreira — 1.000.000.  
Instituto Santa Teresinha — ..... 1.000.000.  
Irmandade São Benedito, para obras sociais — 1.000.000.  
Loja Maçônica Conciliação Bragantina, para obras sociais — 1.000.000.  
Missionárias de Santa Teresinha — 1.000.000.  
Seminário Santo Alexandre Saule — 2.000.000.  
Sociedade Beneficente Artística Bragantina — 1.000.000.

Associação das Filhas de Maria, para obras sociais — 1.000.000.  
Obras Sociais da Prelazia do Guamá — 2.000.000.  
Capanema  
Instituto São Pio X — 2.000.000.  
Curalinho  
Associação São João Batista — ..... 1.000.000.  
Irituia  
Instituto Nossa Senhora da Piedade — 2.000.000.  
Marabá  
Ginásio Santa Teresinha — ..... 1.000.000.  
Marajó  
Associação Cristã dos Pescadores, em Santa Cruz do Arari — 1.000.000.  
Associação de Proteção e Assistência aos Menores, em Arariúna — ..... 1.000.000.  
Círculo Operário Ponta-Pedrense, em Ponta de Pedras — 1.000.000.  
Monte Alegre  
Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Monte Alegre — 2.000.000.  
Muaná  
Clube das Mães — 1.000.000.  
Santarém  
Escola Normal Santa Clara — ..... 1.000.000.  
Ginásio Santa Clara — 1.000.000.  
São Caetano de Odélas  
Sociedade Artística Beneficente Rodrigues dos Santos — 1.000.000.  
São Miguel do Guamá  
Instituto Santo Antônio Maria Zaccarias — 2.000.000.  
Tucuruí  
Instituto Nossa Senhora da Conceição — 1.000.000.  
Vigia  
Educandário Nossa Senhora das Neves — 1.000.000.  
16 -- PARAIBA  
Alagoa Grande  
Associação Rural de Alagoa Grande — 1.000.000.  
Escola Santa Inês — 1.000.000.  
Ginásio Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000.  
Ginásio Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000.  
Araucária  
Hospital e Maternidade Maria Júlia Maranhão — 1.000.000.  
Areia  
Associação Rural de Areia — ..... 1.000.000.  
Ginásio Estadual de Areia — ..... 3.000.000.  
Arceira  
Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância — 1.000.000.  
Bananeiras  
Associação Rural de Bananeiras — 1.000.000.  
Pósto de Puericultura Júlio Cavalcanti — 1.000.000.  
Boa Ventura  
Associação de Proteção à Maternidade e Assistência à Infância Sinhazinha Arruda — 1.000.000.  
Brejo do Cruz  
Sociedade Dona Jandira Melo, de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Brejo do Cruz — ..... 1.000.000.  
Cabedelo  
Ginásio Imaculada Conceição — ..... 1.000.000.  
Cajazeiras  
Associação Rural de Cajazeiras — 1.000.000.  
Hospital Regional de Cajazeiras — 1.000.000.

Campina Grande  
Assistência Social Santa Teresinha — 1.000.000.  
Associação Rural de Campina Grande — 1.000.000.  
Casa do Estudante Pobre, mantida pelo Centro Estudantil Campinense — 1.000.000.  
Escritório Técnico de Elaboração e Análise de Projetos e Escritório de Pesquisas Econômicas e Sociais — ..... 2.000.000.  
Faculdade de Filosofia de Campina Grande — 1.000.000.  
Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — 1.000.000.  
Ginásio Virgem de Lourdes de Campina Grande — 1.000.000.  
Instituto Domingos Sávio de Maria Teresinha Leite — 8.000.000.  
Instituto Presbiteriano Jerônimo de Oliveira — 1.000.000.  
Instituto Santa Bernadete — ..... 1.000.000.  
Instituto São Vicente de Paulo — 1.000.000.  
Instituto Tecnológico, Anexo à Escola Politécnica de Campina Grande — 1.000.000.  
Liga Contra a Tuberculose — ..... 2.000.000.  
Sociedade dos Amigos do Bairro do Catolé — 1.000.000.  
Sociedade dos Amigos do Bairro do Jeremias — 1.000.000.  
Sociedade dos Amigos do Bairro do José Pinheiros — 1.000.000.  
Sociedade dos Amigos do Bairro da Palmeira — 1.000.000.  
Sociedade Beneficente de Casa de Pedra — 1.000.000.  
Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande — 2.000.000.  
Sociedade Mantenedora da Faculdade de Odontologia de Campina Grande — 1.000.000.  
Catolé do Rocha  
Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Catolé do Rocha — 1.000.000.  
Cuité  
Sociedade Agropecuária de Cuité — 1.000.000.  
Sociedade São Vicente de Paulo — 1.000.000.  
Guarabira  
Associação Rural de Guarabira — 1.000.000.  
Associação Rural de Guarabira — 1.000.000.  
Colégio Nossa Senhora da Luz — ..... 1.000.000.  
Escola Técnica de Comércio Santo Antônio — 1.000.000.  
Gurinhém  
Campanha Educacional de Gurinhém — 1.000.000.  
Itabaiana  
Ambulatório Médico de Assistência aos Pobres da Casa dos Velhos — ..... 1.000.000.  
Ambulatório Médico de Assistência aos Pobres da Casa dos Velhos — ..... 1.000.000.  
Associação Rural de Itabaiana — ..... 1.000.000.  
Casa da Mãe Pobre — 1.000.000.  
Colégio Nossa Senhora da Conceição — 1.000.000.  
Itaporanga  
Ginásio Dom João da Mata — ..... 1.000.000.  
Itatuba  
Sociedade de Alfabetização e Esporte Nossa Senhora do Amparo  
João Pessoa  
Ação Social Arquidiocesana — ..... 1.000.000.  
Arquidiocese da Paraíba, para o Departamento Arquidiocesano de Ensino — 1.000.000.  
Artesanato Santo Antônio (Oitizeiro) — 1.000.000.  
Asilo Bom Pastor — 1.000.000.



Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha — 1.000.000.  
 Associação das Damas de Caridade — 1.000.000.  
 Casa Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor — 1.000.000.  
 Colégio Apostólico Estrela do Mar — 1.000.000.  
 Colégio Apostólico São Frei Pelejo Gonçalves — 1.000.000.  
 Colégio Nossa Senhora das Neves, para a Liga das Ex-Alunas — ....  
 Congregação de Santa Dorotéia do Brasil, para o Externato Santa Dorotéia — 1.000.000.  
 Externato do Sagrado Coração de Jesus — 1.000.000.  
 Instituto dos Cegos da Paraíba — 5.000.000.  
 Instituto Educacional e Obras Sociais de Santo Antônio — 1.000.000.  
 Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba — 1.000.000.  
 Instituto de Nossa Senhora Stella Maris — 1.000.000.  
 Instituto de Nossa Senhora Stella Maris — 1.000.000.  
 Instituto de Proteção e Assistência à Infância — 1.000.000.  
 Orfanato Dom Ulrico — 1.000.000.  
 Sociedade Artística de Conceição de João Pessoa — 1.000.000.  
 Sociedade Beneficente dos Operários e Trabalhadores — 1.000.000.  
 Sociedade São Vicente de Paulo — 1.000.000.  
 Sociedade São Vicente de Paulo — 1.000.000.  
 Lapa Sêca  
 Assistência Rural Santo Antônio (ARSA) — Jenipapo — 1.000.000.  
 Mãe-D'Água  
 Maternidade Municipal de Mãe-D'Água — 1.000.000.  
 Monteiro  
 Colégio Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000.  
 Pafos  
 Ginásio Cristo Redentor — .....  
 1.000.000.  
 Picuí  
 Maternidade de Picuí — 1.000.000.  
 Pombal  
 Escola Normal Alameda Câmara — 1.000.000.  
 Ginásio Diocesano de Pombal — ...  
 1.000.000.  
 Princesa Isabel  
 Escola Normal Monte Carmelo — 1.000.000.  
 Colégio Nossa Senhora Monte Carmelo — 1.000.000.  
 Queimadas  
 Associação de Proteção e Assistência à Maternidade de Queimadas — 1.000.000.  
 Escola Municipal de Música — ....  
 1.000.000.  
 Posto de Assistência Médico-Infantil de Queimadas — 1.000.000.  
 Remigio  
 Sociedade de Amparo ao Estudante de Remigio — 1.000.000.  
 Riacho dos Cavalos  
 Associação Rural de Riacho dos Cavalos — 1.000.000.  
 Biblioteca Pública de Riacho dos Cavalos — 1.000.000.  
 Salgadinho  
 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Salgadinho — 1.000.000.  
 Santa Luzia  
 Albergue da Velhice Abandonada "Joaquim Berto" — 1.000.000.  
 Circulo de Assistência e Recuperação Estefânia Machado — 1.000.000.  
 Colégio Comercial Frei Martinho — 1.000.000.  
 Escola Doméstica de Santa Luzia — 1.000.000.  
 Posto de Puericultura Vânia de Figueiredo — 1.000.000.

Santa Rita  
 Casa da Mãe Pobre — 1.000.000.  
 Santa Teresinha  
 Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade Doralice Rufino de Lucena — 1.000.000.  
 São João do Cariri  
 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Caraúbas — .....  
 1.000.000.  
 Serra da Raiz  
 Casa de Saúde e Maternidade Manoel Madruga — 1.000.000.  
 Soledade  
 Sociedade São Vicente de Paulo de Soledade — 1.000.000.  
 Sousa  
 Associação Rural de Sousa — ....  
 1.000.000.  
 Taperoá  
 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 1.000.000.  
 Escola Profissional Minervino Cavalcanti — 1.000.000.  
 Teixeira  
 Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira — 1.000.000.  
 Ginásio Santa Maria Madalena — 1.000.000.

## 17 — PARANÁ

Antonina  
 Escola de Artífices Natália Liberato, mantida pelo Centro Espirita Luz e Conforto — 1.000.000.  
 Loja Maçônica "Estrela de Antonina" para suas Obras Sociais e Educativas — 1.000.000.  
 Arapongas  
 Ginásio La Salle — 1.000.000.  
 Astorga  
 Pia Sociedade Missionário de São Carlos, mantenedora do Seminário Menor de Astorga — 3.000.000.  
 Centenário do Sul  
 Escola Evangélica "Rui Barbosa" — 2.000.000.  
 Campo Largo  
 Lar Marilinha — 1.000.000.  
 Campo Mourão  
 Instituto Social Lar Paraná — ...  
 5.000.000.  
 Curitiba  
 Associação das Damas de Caridade — 5.000.000.  
 Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, para construção da Escola e Assistência Social — 7.000.000.  
 Associação de Senhoras de Caridade São Vicente de Paula, Santa Felicidade — 3.000.000.  
 Chácara Nossa Senhora do Sagrado Coração — Xaxim — 2.000.000.  
 Colégio La Salle de Curitiba — ...  
 1.000.000.  
 Colégio Nossa Senhora Medianeira — 5.000.000.  
 Colégio Nossa Senhora Medianeira — 3.000.000.  
 Colégio Sacré Coeur de Marie — ...  
 5.000.000.  
 Educandário da Imaculada, das Irmãs Oblatas — 5.000.000.  
 Fundação Casa do Trabalhador — 2.000.000.  
 Instituto Adventista Paranaense — Pinheirinho — 1.000.000.  
 Instituto Paranaense de Botânica — 1.000.000.  
 Liga das Senhoras Católicas de Curitiba — 1.000.000.  
 Obras de Assistência Social Dom Orione (Santa Quitéria) — 1.000.000.  
 Orfanato São José — 2.000.000.  
 Província Brasileira Congregação das Irmãs de Caridade São Vicente de Paula — 2.000.000.  
 Santa Casa de Misericórdia de Curitiba — 5.000.000.  
 Sociedade Beneficente Rio Branco — 2.000.000.

Tenda de Umbanda (Filhos de Oxa-lá), para suas obras sociais e educacionais — 1.000.000.  
 Guarapuava  
 Escola Normal Regional "Nossa Senhora de Belém" — 2.000.000.  
 Ibaítí  
 Hospital Municipal "São João Batista" — 2.000.000.  
 Ibioporã  
 Casa Escolar Professor Erasmo Braga, da Assembleia de Deus — .....  
 1.000.000.  
 Iguaraçu  
 Escola Nossa Senhora da Misericórdia — 5.000.000.  
 Irati  
 Ginásio Industrial de Irati, mantido pela Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — 1.000.000.  
 Lar dos Meninos "São José" — ...  
 1.000.000.  
 Jacarézinho  
 Lar São Vicente de Paula — ....  
 2.000.000.  
 Jandaia do Sul  
 Orfanato São José — 1.000.000.  
 Jandaia do Sul  
 Associação Protetora da Infância de Jandaia do Sul, para o Instituto São José — 1.000.000.  
 Laranjeira do Sul  
 Instituto Santana — 1.000.000.  
 Lobato  
 Pia Sociedade Missionários de São Carlos, mantenedora do Educandário de Lobato — 3.000.000.  
 Londrina  
 Aeroclube de Londrina — 1.000.000.  
 Associação dos Professores do Norte do Paraná — 2.000.000.  
 Casa da Criança de Londrina — ...  
 1.000.000.  
 Hospital Evangélico de Londrina — 1.000.000.  
 Instituto Familiar de Londrina para sua Escola Normal de Educação Familiar — 1.000.000.  
 Santa Casa de Misericórdia de Londrina — 1.000.000.  
 Morretes  
 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Morretes — ...  
 1.000.000.  
 Paranaguá  
 Assistência Social Adventista, para a lancha Cruzeiro do Sul — .....  
 2.000.000.  
 Paranavai  
 Ginásio Industrial de Paranavai — 1.000.000.  
 Pato Branco  
 Ação Social Franciscana de Pato Branco — 1.000.000.  
 Paulo de Frontin  
 Orfanato Sant'Ana — 1.000.000.  
 Pirai do Sul  
 Sociedade de Assistência Social Nossa Senhora das Brotas, anexa à Igreja São José Operário — 1.000.000.  
 Porecatu  
 Ginásio Industrial da Paróquia de Porecatu — 1.000.000.  
 Primeiro de Maio  
 Santa Casa de Misericórdia de Primeiro de Maio — 1.000.000.  
 São José dos Pinhais  
 Patronato Santo Antônio — São José dos Pinhais — 2.000.000.  
 São Mateus do Sul  
 Escola Normal Colegial "Haydée Carneiro" — 1.000.000.  
 Umuarama  
 Educandário São José — 5.000.000.  
 18 — PERNAMBUCO  
 Afogados da Ingazeira  
 Seminário Diocesano dos Afogados da Ingazeira — 2.000.000.

Araripina  
 Escola Normal de Araripina — ....  
 1.000.000.  
 Carajá  
 Escola Assembléia de Deus — ....  
 1.000.000.  
 Ginásio Rural Padre Rinaldi — ...  
 1.000.000.  
 Internato Maria Auxiliadora — ...  
 1.000.000.  
 Juvenato Maria Auxiliadora de Carajá — 1.000.000.  
 Caruaru  
 Casa dos Pobres de São Francisco de Assis — 2.000.000.  
 Escola de Artes Ana Fernandes — 1.000.000.  
 Escola de Artes São Francisco — 1.000.000.  
 Escola Normal Regional Santa Inês — 1.000.000.  
 Escola Primária da Assembleia de Deus — 1.000.000.  
 Externato Castro Alves — 1.000.000.  
 Externato Coração Eucarístico — ...  
 1.000.000.  
 Externato Dona Amelia de Pontes — 1.000.000.  
 Externato Estrela Matutina — ...  
 1.000.000.  
 Externato Governador José Bezerra — 1.000.000.  
 Externato João Dutra — 1.000.000.  
 Externato José Rodrigues de Jesus — 1.000.000.  
 Externato Levi Santana — 1.000.000.  
 Externato Limeira Tejo — ...  
 1.000.000.  
 Externato Martim Afonso de Souza — 1.000.000.  
 Externato Misto Nossa Senhora das Graças — 1.000.000.  
 Externato Natália Limeira — ....  
 1.000.000.  
 Externato Nossa Senhora do Sagrado Coração — 1.000.000.  
 Externato 11 de Maio — 1.000.000.  
 Externato 15 de Agosto — .....  
 1.000.000.  
 Externato Santa Efigênia — .....  
 1.000.000.  
 Externato Santa Maria Madalena — 1.000.000.  
 Externato Santa Verônica — ....  
 1.000.000.  
 Externato Santana de Caruaru — 1.000.000.  
 Externato Santo Elias — 1.000.000.  
 Faculdade de Filosofia de Caruaru — 1.000.000.  
 Instituto São José — 1.000.000.  
 Liga Contra a Mortalidade Infantil — 2.000.000.  
 União Beneficente dos Artistas e Profissionais — 2.000.000.  
 Garanhuns  
 Sociedade de Assistência e Recuperação de Menores Abandonados de Garanhuns — 2.000.000.  
 Goiana  
 Ação Paroquial de Assistência Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000.  
 Colégio Monsenhor Fabricio de Goiana — 1.000.000.  
 Colégio da Sagrada Família de Goiana — 1.000.000.  
 Colégio Santo Alberto de Goiana — 1.000.000.  
 Colônia Apostólica Carmelitana de Goiana — 1.000.000.  
 Ginásio Manoel Borba de Goiana — 1.000.000.  
 Instituto Histórico e Geográfico de Goiana — 1.000.000.  
 Jaboatão  
 Caixa Escolar do Ginásio Estadual de Jaboatão — 1.000.000.  
 Limoeiro — 3.000.000.  
 Pesqueira  
 Dispensário dos Pobres — 1.000.000.  
 Recife  
 Abrigo Cristo Redentor, para a Velhice Desamparada — 6.000.000.  
 Associação Cristã Feminina YWCA — 1.000.000.  
 Associação Evangélica de Proteção à Infância e à Velhice Vale do Senhor — 2.000.000.

Associação de Imprensa de Pernambuco — 2.000.000  
 Associação Santa Luísa de Marília (amparo a viúva desamparada) — 2.000.000  
 Centro Antoniano de Boa Viagem — 1.000.000  
 Centro Social Padre Dehon (Ipuatinga) — 1.000.000  
 Colégio Nossa Senhora da Glória — 1.000.000  
 Colégio Orfanológico São Joaquim — 2.000.000  
 Colégio Sagrada Família (Praça da Casa Forte) — 1.000.000  
 Clube do Sargento Wolf — 1.000.000  
 Escola Industrial Dom Bosco — 1.000.000  
 Ginásio Castro Alves — 1.000.000  
 Instituto Maria Auxiliadora de Recife (Capunga) — 1.000.000  
 Instituto Profissional Feminino de Caridade — 1.000.000  
 Instituto Santo Amaro — 2.000.000  
 Instituto Stella Maris — 1.000.000  
 Orfanato Misto Evangélico Joel Carlson — 3.000.000  
 Orfanato Santa Tereza — 1.000.000  
 União dos Moradores do Pacheco — 1.000.000  
 Vitória de Santo Antão  
 Sociedade Beneficente Mortuária Mista de Vitória de Santo Antão — 1.000.000  
 19 — PIAUI  
 Bom Jesus do Gurguêia  
 Ginásio Odilon Parente — 1.000.000  
 Campos Maior  
 Sociedade de Pesquisa e Orientação Cultural de Campo Maior — 25.000.000  
 Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Maior — 2.000.000  
 Corrente  
 Centro Social Imaculada Conceição — 2.000.000  
 Ginásio São José — 1.000.000  
 Esperantina  
 Centro Beneficente de Combate à Tuberculose e à Maternidade de Esperantina — 1.000.000  
 Gilbuês  
 Ginásio Divina Pastora — 4.000.000  
 Jaicós  
 Instituto São Judas Tadeu de Assistência à Infância e à Maternidade de Jaicós — 1.000.000  
 Parnaíba  
 Escola São Francisco dos Padres Capuchinhos — 1.000.000  
 Ginásio São Luiz Gonzaga — 1.000.000  
 Seminário Menor de Parnaíba — 5.000.000  
 Ginásio Municipal Francisco Suassuna de Melo — 1.000.000  
 Piriá  
 Dispensário Virgem Poderosa — 1.000.000  
 Regeneração  
 Hospital Infantil Governador Tibério Nunes — 2.000.000  
 Maternidade Maria de Lourdes Leal Nunes — 2.000.000  
 São Raimundo Nonato  
 Fundação Ruralista de São Raimundo Nonato — 5.000.000  
 Teresina  
 Ação Social Arquidiocesana — 4.000.000  
 Associação Beneficente Nossa Senhora do Amparo — 5.000.000  
 Casa do Estudante do Piauí — 1.000.000  
 Centro Social Leão XIII — 2.000.000  
 Colégio São Francisco de Sales — 5.000.000  
 Educandário de Crianças Pobres Maria Catarina Levrini — 3.000.000

Escola Agrícola Santo Afonso Rodrigues — 10.000.000  
 Escola Agrícola Santo Afonso Rodrigues — 2.000.000  
 Faculdade Católica de Filosofia — 5.000.000  
 Liga das Senhoras Católicas de Terezina — 2.000.000  
 Patronato Dom Barreto — 2.000.000  
 Seminário Menor de Terezina — 5.000.000  
 Seminário Menor de Terezina — 2.000.000  
 Sociedade de Amparo aos Menores Abandonados do Piauí (SAMAP) — 1.000.000  
 Sociedade de Defesa Contra a Lepre de Teresina — Teresina — 1.000.000  
 Uruguai  
 Associação Beneficente de Assistência Social Uruguense — Uruguai — 3.000.000  
 Escola Paroquial São Sebastião de Uruguai — Uruguai — 1.000.000  
 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Uruguai — 1.000.000  
 20 — RIO DE JANEIRO  
 Bom Jesus do Itabapoana  
 Centro Popular Pró-Melhoramento de Bom Jesus — 1.000.000  
 Ginásio Liberdade — 1.000.000  
 Ginásio Liberdade — 1.000.000  
 Hospital São Vicente de Paula de Itabapoana — 1.000.000  
 Campos  
 Associação Monsenhor Severian — 1.000.000  
 Casa do Pequeno Jornaleiro de Campos — 1.000.000  
 Instituto Educacional Roberto Silveira — 1.000.000  
 Lar Cristão de Campos — 2.000.000  
 Rádio Campista Afonsiana — 1.000.000  
 Carmo  
 Hospital do Carmo — 1.000.000  
 Equipe de Caxias  
 Associação Espirita Caibar Schutel para obras sociais — 1.000.000  
 Ginásio Lar dos Velhos de São Bento — 1.000.000  
 Preventório Pedro Ernesto — 1.000.000  
 União Caxiense de Estudantes — 3.000.000  
 Itaguaí  
 Patronato São José — 1.000.000  
 Patronato São José — 1.000.000  
 Macabú  
 Associação de Auxílio dos Necessitados — 1.000.000  
 Ginásio Miguel Couto — 2.000.000  
 Maricá  
 Escola Técnica de Comércio São Caetano — 1.000.000  
 Niterói  
 Associação Brasileira de Educadores Lascallistas — Instituto Abel — 40.000.000  
 Associação Fluminense de Amparo aos Cegos — 1.000.000  
 Associação Fluminense de Reabilitação — 1.000.000  
 Centro Educacional de Niterói — 3.000.000  
 Escola Intermediária João XXIII — 2.000.000  
 Lar de Caridade Padre Luiz Orione — 1.000.000  
 Patronato Infantil Antoninho da Rocha Marmo — 1.000.000  
 Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio — 2.000.000  
 Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio — 1.000.000  
 União dos Inativos Fluminenses — 1.000.000  
 União Nacional de Auxiliares de Enfermagem — 1.000.000  
 Nova Iguaçu  
 Centro Social Rural Nossa Senhora das Graças — 1.000.000

Nova Friburgo  
 Associação Beneficente do Hospital Regional de Friburgo — 1.000.000  
 Instituto Lucas — 1.000.000  
 Colégio Modelo — 1.500.000  
 Paqueta  
 A Nossa Senhora do Carmo — 3.000.000  
 Paraitinga do Sul  
 Obra Dom Luiz Orione — 1.000.000  
 Obras Sociais da Paróquia São Pedro e São Paulo — 2.000.000  
 Pequena Obra da Divina Providência — 1.000.000  
 Petrópolis  
 Associação Protetora do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis — 1.000.000  
 Congregação São Carlos de Lyon — 1.000.000  
 Instituto Maria José — 3.000.000  
 Instituto Social São José — 1.000.000  
 Portela  
 Casa Nazareth — 1.000.000  
 São Gonçalo  
 Asilo Amor ao Próximo — 1.000.000  
 Casa da Menina — 1.000.000  
 Volta Redonda  
 Associação das Donas de Casa — 1.000.000  
 Casa das Meninas — Lar de Humaita — 1.000.000  
 Circulo Operário de Pôrto Velho — 1.000.000  
 Teresopolis  
 Instituição Maria de Nazareth — 2.000.000  
 Lar Isabel a Redentora — 1.000.000  
 Lar Isabel a Redentora — 1.000.000  
 Vassouras  
 Asilo Furquim — 2.000.000  
 21 — RIO GRANDE DO NORTE  
 Apodi  
 Fundação para o Desenvolvimento do Vale do Apodi — 4.000.000  
 Caicó  
 Abrigo-Dispensário Professor Pedro Gurgel — 1.000.000  
 Casa do Estudante de Caicó — 1.000.000  
 Departamento Diocesano de Ação Social — 2.000.000  
 Educandário Santa Teresinha do Menino Jesus — 1.000.000  
 Escola Doméstica Popular Darcy Vargas — 1.000.000  
 Ginásio Diocesano Seridoense — 1.000.000  
 Ginásio João XXIII — 2.000.000  
 Carnaubais  
 Liga de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Carnaubais — 2.000.000  
 Cruzeta  
 Associação Educadora de Cruzeta — 1.000.000  
 Governador Dix-Sept Rosado  
 Associação Cultural e Desportiva "Machado Aguiar" — 3.000.000  
 Ipanguaçu  
 Associação Rural de Ipanguaçu — 2.000.000  
 Jardim de Piranhas  
 Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Jardim de Piranhas — 1.000.000  
 Jardim do Seridó  
 Clube das Mães de Jardim do Seridó — 1.000.000  
 Ginásio Professor Jesuino Azevedo — 1.000.000  
 João Câmara  
 Ginásio Comercial de João Câmara — 1.000.000  
 Lagoa Nova  
 Escola Rural Lagoa-Novense — 1.000.000

Luís Gomes  
 Liga de Assistência Social da Paróquia de Luís Gomes — 2.000.000  
 Marau  
 Centro Social Pio XI — 1.000.000  
 Ginásio Nossa Senhora da Conceição — 1.000.000  
 Marcelino Vieira  
 Liga de Assistência Social da Paróquia de Marcelino Vieira (Maternidade e Posto de Saúde) — 2.000.000  
 Mossoró  
 Associação Cultural-Desportiva Potiguar — 3.000.000  
 Casa da Estudante de Mossoró — 3.000.000  
 Casa do Estudante de Mossoró — 3.000.000  
 Departamento Diocesano de Ação Social — 1.000.000  
 Liga Desportiva Mossorense para conclusão do Estádio — 8.000.000  
 Natal  
 Academia Norte-Rio-Grandense de Letras — 4.000.000  
 Academia Norte-Rio-Grandense de Letras — 1.000.000  
 Albergue Noturno de Natal — 1.000.000  
 Casa do Estudante Pobre do Rio Grande do Norte — 11.000.000  
 Casa da Estudante do Rio Grande do Norte — 4.000.000  
 Centro Social Desembargador Celso Sales — 1.000.000  
 Centro Social Padre Francisco Ferrero — 1.000.000  
 Circulo Operário de Lagoa Seca — 1.000.000  
 Escola Ambulatório Padre João Maria — 1.000.000  
 Cruz Vermelha Brasileira — Seção do Rio Grande do Norte — 5.000.000  
 Escola Primária Bartolomeu Fagundes — 3.000.000  
 Escola Primária Gratuita "Professor Bartolomeu Fagundes" para conclusão das obras — 1.000.000  
 Escola de Serviço Social — 2.000.000  
 Escola Técnica de Comércio de Natal — 1.000.000  
 Instituto Estevam Machado — 1.000.000  
 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — 2.000.000  
 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — 1.000.000  
 Instituto de Puericultura "Varela Santiago" — 1.000.000  
 Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão — LABRE — Diretoria do Rio Grande do Norte — 5.000.000  
 Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão — LABRE — Diretoria do Rio Grande do Norte — 1.000.000  
 Liga Artístico-Operária Norte-Rio-Grandense — 1.000.000  
 Liga Artístico-Operária Norte-Rio-Grandense — 1.000.000  
 Patronato da Medalha Milagrosa — 1.000.000  
 Serviço de Assistência Rural — 2.000.000  
 Patu  
 Clube das Mães de Patu — 2.000.000  
 Pau dos Ferros  
 Casa do Estudante — 1.000.000  
 Santana do Matos  
 Educandário Padre João Theotônio — 1.000.000  
 São João do Sabugi  
 Liga de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São João do Sabugi — 1.000.000  
 São José do Mipibu  
 Instituto Pio XII — 1.000.000  
 Instituto Pio XII — 1.000.000  
 São Paulo do Potengi  
 Ginásio São José — 1.000.000

[illegible]

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
| <p><b>Jaraguá do Sul:</b><br/>Colégio Divina Providência — ... 1.000.000<br/>Ginásio São Luís — 1.000.000</p> <p><b>Joaçaba:</b><br/>Associação Rural de Joaçaba — ... 1.000.000<br/>Biblioteca Infantil Catarinense — (BIC) — 1.000.000<br/>Escola Normal Cristo-Rei — ..... 1.000.000<br/>Hospital São Vicente de Paula — 1.000.000</p> <p><b>Joinville:</b><br/>Centro Cultural Anexo à Escola Normal dos Santos Anjos — 2.000.000<br/>Lar das Moças da Congregação das Irmãs da Divina Providência — ... 1.000.000</p> <p><b>Lajes:</b><br/>Escola de Educação Familiar — ... 1.000.000<br/>Escola de Educação Familiar — ... 1.000.000<br/>Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000<br/>Orfanato Nossa Senhora das Graças — 1.000.000</p> <p><b>Laurentino:</b><br/>Escola Normal de São José de Laurentino — 1.000.000<br/>Instituto Popular de Assistência Social — 5.000.000</p> <p><b>Maíra:</b><br/>Associação de Caridade São Vicente de Paula — 1.000.000</p> <p><b>Maravilha:</b><br/>Educandário Nossa Senhora de Fátima — 1.000.000</p> <p><b>Modelo:</b><br/>Sociedade Hospitalar e Beneficente de Modelo — 1.000.000</p> <p><b>Nova Trento:</b><br/>Juvenato São José — 1.000.000</p> <p><b>Oriéis:</b><br/>Escola Agrícola do Instituto São José — 1.000.000<br/>Instituto São José — 1.000.000<br/>Instituto São José — 1.000.000<br/>Instituto São José — 1.000.000<br/>Seminário Menor do Instituto São José — 1.000.000</p> <p><b>Palhoça:</b><br/>Escola Familiar Rural de São José — 1.000.000</p> <p><b>Palmitos:</b><br/>Escola Divina Providência de Caibi — 1.000.000</p> <p><b>Peritiba:</b><br/>Instituto Coração de Maria — ... 1.000.000</p> <p><b>Pinhazinho:</b><br/>Sociedade Hospitalar e Beneficente de Pinhalzinho — 1.000.000</p> <p><b>Pomerode:</b><br/>Escola Particular Dr. Blumenau, a cargo da Comunidade Evangélica Pomerode — 1.000.000<br/>Obras Sociais da Paróquia São Ludgero — 1.000.000</p> <p><b>Pôrto União:</b><br/>Biblioteca Infantil Catarinense — 1.000.000</p> <p><b>Rio d'Oeste:</b><br/>Ginásio Pio XII de Rio d'Oeste — 1.000.000</p> <p><b>Rio do Sul:</b><br/>Associação das Senhoras da Caridade — 1.000.000</p> <p><b>Rodeio:</b><br/>Escola Normal Madre Avosani, da Associação das Irmãs Catequistas de Rodeio — 1.000.000</p> <p><b>São José:</b><br/>Instituto São José, Barreiros — 1.000.000<br/>Instituto São José, Barreiros — 1.000.000<br/>Serviço Social de Barreiros — 1.000.000</p> | <p><b>São Lourenço do Oeste:</b><br/>Educandário Santa Maria Goretti — 1.000.000<br/>Educandário Santa Maria Goretti — 1.000.000<br/>Educandário Santa Maria Goretti — 1.000.000</p> <p><b>Siderópolis:</b><br/>Ginásio Dom Orione — 1.000.000</p> <p><b>Sombrio:</b><br/>Instituto Educacional Madre Elisa Savoldi — 1.000.000</p> <p><b>Tangará:</b><br/>Colégio Mater Salvatoris — 1.000.000<br/>Hospital Frei Rogério — 1.000.000</p> <p><b>Tijucas:</b><br/>Sociedade Musical União Tijocense — 1.000.000</p> <p><b>Trombudo Central:</b><br/>Sinodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, para o Asilo dos Velhos em Braço do Trombudo — 1.000.000</p> <p><b>Tubarão:</b><br/>Hospital Nossa Senhora da Conceição — 1.000.000<br/>Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados — 1.000.000</p> <p><b>Urubici:</b><br/>Corporação Musical "Bandinha" de Urubici — 1.000.000<br/>Videira:<br/>Colégio Imaculada Conceição — 1.000.000<br/>Xanxerê:<br/>Ginásio São José — 1.000.000<br/>Xaxim:<br/>Hospital Vidal Ramos — 1.000.000</p> <p><b>26 — SÃO PAULO</b></p> <p><b>Andradina:</b><br/>Maternidade Beatriz Keleena — ... 2.000.000</p> <p><b>Avaré:</b><br/>Instituto de Assistência Social de Educação Rural — 1.000.000<br/>Barretos:<br/>Santa Casa de Misericórdia — 2.000.000</p> <p><b>Bauru:</b><br/>Liga Bauruense de Proteção ao Tuberculoso Pobre — 1.000.000<br/>Sociedade Beneficente Cristã — 1.000.000<br/>Sociedade Espírita Beneficência Rural — 1.000.000<br/>Sociedade de Proteção à Maternidade e à Criança — 1.000.000<br/>Bebedouro:<br/>Asilo São Vicente de Paula — 1.000.000</p> <p><b>Brotas:</b><br/>Casa da Criança — 2.000.000<br/>Hospital Santa Teresinha — 2.000.000</p> <p><b>Campinas:</b><br/>Centro de Puericultura Beatriz Keleena — 2.000.000<br/>Instituto Dom Barreto — 1.000.000<br/>Obras Assistenciais do Departamento do Carmo — 1.000.000<br/>Campos do Jordão:<br/>Sanatório S. Vicente de Paula — 1.000.000<br/>Sociedade de Educação e Assistência (SEA) — 1.000.000</p> <p><b>Guarulhos:</b><br/>Sodalidade Stella Maris — 1.000.000</p> <p><b>Itapui:</b><br/>Asilo São Vicente de Paula — 2.000.000</p> <p><b>Casa da Criança São José — 2.000.000</b><br/>Hospital e Maternidade São José — 2.000.000</p> <p><b>Lins:</b><br/>Faculdade de Serviço Social — 1.000.000</p> <p><b>Paraibuna:</b><br/>Asilo São Vicente de Paula — ... 1.000.000<br/>Creche Nossa Senhora do Carmo — 1.000.000<br/>Instituto Santo Antonio — 1.000.000<br/>Santa Casa de Misericórdia do Divino Espírito Santo — 2.000.000</p> | <p><b>Pinhal:</b><br/>Casa da Criança — 1.000.000<br/>Sanatório Bezerra de Menezes — 2.000.000</p> <p><b>Santos:</b><br/>Instituto Psicopedagógico Especializado, IPE — 2.000.000</p> <p><b>São Paulo:</b><br/>Casa da Criança André Luiz — ... 1.000.000<br/>Casa do Paraplégico — 1.000.000<br/>Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora — 2.000.000<br/>Cruzada Pró-Infância — 2.000.000</p> <p><b>"EDUCABRAS" — Associação Educacional Brasileira — 10.000.000</b><br/>Externato Santa Catarina — ..... 1.000.000<br/>Instituto Cristóvão Colombo de São Paulo — 1.000.000<br/>Instituto Cristóvão Colombo de São Paulo — 5.000.000<br/>Instituto Cristóvão Colombo de São Paulo — 1.000.000<br/>Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora — 1.000.000<br/>Instituto Salesiano São Francisco — 20.000.000<br/>Instituto São Paulo — Associação Cristã de Cultura, Formação e Educação — 12.000.000<br/>Instituto Social Paulista de Assistência — 1.000.000<br/>Lar-Escola São Francisco — ..... 2.000.000<br/>LAREIRA — Instituição a Serviço da Família — 11.000.000<br/>Liga das Senhoras Católicas — ... 1.000.000<br/>Servas de Jesus Crucificado — ... 1.000.000<br/>Sociedade Israelita de Beneficência EZRA — 4.000.000</p> <p><b>Sorocaba:</b><br/>Associação Sorocabana de Ação Social — 1.000.000<br/>Caritas Diocesanas de Sorocaba — 1.000.000<br/>Lar Escola "Monteiro Lobato" — 1.000.000</p> <p><b>27 — SERGIPE</b></p> <p><b>Aracaju:</b><br/>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000<br/>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000<br/>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000<br/>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário — 1.000.000<br/>Associação Aracajuana de Beneficência, para o Hospital Santa Isabel — 2.000.000<br/>Associação Casa do Trabalhador Menor — 5.000.000</p> <p><b>Associação de Jovens Evangélicos de Sergipe (AJES) — 1.000.000</b><br/>Associação Mantenedora Abrigo e Escola Reverendo Manuel Machado — 2.000.000<br/>Associação Sergipana de Imprensa — 1.000.000<br/>Caixa Beneficente da Polícia Militar — 2.000.000<br/>Centro de Assistência Social São Judas Tadeu — 4.000.000<br/>Centro Social Mater et Magistra da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora — 1.000.000<br/>Círculo Operário de Aracaju — ... 1.000.000<br/>Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus — 5.000.000<br/>Colégio Tobias Barreto — 1.000.000<br/>Educandário Imaculada Conceição — 1.000.000<br/>Educandário Sagrado Coração de Jesus — 1.000.000<br/>Escola de Serviço Social de Sergipe — 5.000.000<br/>Faculdade de Filosofia de Sergipe — 5.000.000<br/>Ginásio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus — 1.000.000<br/>Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora — 1.000.000<br/>Ginásio Nossa Senhora de Lourdes — 1.000.000<br/>Ginásio Walter Franco — 1.000.000<br/>Hospital de Cirurgia — 5.000.000</p> | <p><b>Hospital de Clínicas Dr. Augusto Leite — 2.000.000</b><br/>Hospital Santa Isabel, mantido pela Associação Aracajuana de Beneficência — 5.000.000<br/>Serviço de Assistência à Mendicância (SAMF) — 1.000.000<br/>Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite — 11.000.000<br/>Sociedade Sergipana de Cultura, para a Escola de Serviço Social de Sergipe — 1.000.000<br/>Sociedade Sergipana de Cultura, para o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe — 1.000.000</p> <p><b>Buquim:</b><br/>Assistência Social Dária Barreto — 2.000.000</p> <p><b>Brejo Grande:</b><br/>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Brejo Grande — 1.000.000</p> <p><b>Capela:</b><br/>Ação Social da Paróquia Nossa Senhora da Purificação, para a conclusão das obras de seu Centro Social — 5.000.000<br/>Asilo São José da Infância Desamparada — 1.000.000<br/>Associação das Senhoras de Caridade São Vicente da Paula de Capela — 1.000.000<br/>Centro de Cultura Rio Branco, para o Artesanato Heribaldo Vieira — ... 1.000.000<br/>Centro de Cultura Rio Branco — 1.000.000<br/>Centro de Cultura Rio Branco — 2.000.000<br/>Ginásio Imaculada Conceição .... 1.000.000<br/>Ginásio Imaculada Conceição .... 1.000.000<br/>Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara — 2.000.000</p> <p><b>Carira:</b><br/>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Carira ..... 1.000.000</p> <p><b>Cedro de São João:</b><br/>Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — 1.000.000<br/>Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — 1.000.000</p> <p><b>Estância:</b><br/>Associação Comercial de Estância para a Escola Técnica de Comércio — 1.000.000<br/>Escola Técnica de Comércio de Estância — 2.000.000<br/>Ginásio Graco Cardoso, da CNEG, mantido pela Associação Rural de Estância — 1.000.000<br/>Hospital Amparo de Maria de Estância — 1.000.000<br/>Sociedade Beneficente Amparo da Maria — 1.000.000</p> <p><b>Frei Paulo:</b><br/>Hospital de Frei Paulo — 1.000.000</p> <p><b>Itabaiana:</b><br/>Associação do Abrigo de Menores "Othoniel Dória" — 1.000.000<br/>Escola São Francisco de Itabaiana — 1.000.000</p> <p><b>Itabaianinha:</b><br/>Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha — 1.000.000</p> <p><b>Japaratuba:</b><br/>Associação de Caridade de Japaratuba, para sua Maternidade ..... 1.000.000<br/>Associação de Caridade São José de Japaratuba, para sua Maternidade — 2.000.000</p> <p><b>Japoatã:</b><br/>Associação Nossa Senhora do Deserto de Japoatã, para assistência a menores — 1.000.000</p> <p><b>Lagarto:</b><br/>Parque de Exposição Nicolau Almeida — 2.000.000</p> |
|---|--|--|---|



Marum  
Associação de Caridade de Marum,  
mantenedora do Hospital de Carida-  
de e da Maternidade Alcebiades Vi-  
e Dantas — 3.000.000.

Neópolis  
Sociedade Assistencial Beneficente  
Neopolitana — 1.000.000.

Nossa Senhora das Dores  
Hospital Nossa Senhora das Dores  
— 1.000.000.

Pôrto da Folha  
Serviço de Ação Social São Pio X  
— 1.000.000.

Propriá  
Artesanato Santo Antônio .....  
1.000.000.

Riachuelo  
Associação de Proteção à Materni-  
dade e à Infância de Riachuelo ....  
1.000.000.

Rosário do Catete  
Associação Maria Rosa Vieira de  
Melo — 1.000.000.

Simão Dias  
Associação Beneficente do Hospital  
Bom Jesus de Simão Dias — 1.000.000.  
Ginásio Carvalho Neto, da CNEG  
— 1.000.000.

Tobias Barreto  
Sociedade de Assistência à Mater-  
nidade, à Infância e à Adolescência  
de Tobias Barreto — 1.000.000.

Nº 11 (45-F)  
4.06.17 — Diretoria do Ensino Su-  
perior (Órgãos Dependentes).  
W 21 — Universidade Federal de  
Santa Maria

Onde se lê:  
04.04.1.1208 — Reequipamento da  
Unidade

Leia-se:  
04.04.1.1208 — Equipamento e Re-  
equipamento da Unidade

Onde se lê:  
04.04.1.1209 — Reequipamento de  
Obras do Prédio da Reitoria.

Leia-se:  
04.04.1.1209 — Instalações e Equi-  
pamento para Obras

Onde se lê:  
04.04.1.1212 — Prosseguimento de  
Obras do Prédio do Diretório Acadê-  
mico

Leia-se:  
04.04.1.1212 — Prosseguimento das  
Obras da União Universitária

Onde se lê:  
04.04.1.1215 — Equipamento do Hos-  
pital de Tisiologia.

Leia-se:  
04.04.1.1215 — Equipamento para os  
Hospitais Universitários.

Nº 12 (47-F)  
4.06.11 — Departamento Nacional  
de Educação

3.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.2.0.0 — Transferências Correntes  
3.2.1.0 — Subvenções Sociais  
3.2.1.5 — Instituições Privadas  
Outras entidades — 2.186.002

Destaque-se e inclua-se:  
Circulo Militar de Fortaleza .....  
50.000

Academia Cearense de Letras .....  
50.000

Nº 13 (63-R)  
4.06.13 — DIRETORIA DO ENSINO  
SUPERIOR

Onde se lê:  
04.04.1.0984 — Expansão Tecnoló-  
gica do Ensino Superior — .....  
Cr\$ 2.600.000

Leia-se:  
04.04.1.0984 — Expansão do Ensi-  
no Superior — Cr\$ 4.600.00

Nº 14-64-R)

4.06.16 — DIRETORIA DO ENSINO  
SUPERIOR

04.04.2.0992 — Formação e Aper-  
feiçoamento de Docentes e Pesquisa-  
dores (CAPES)

Onde se lê: — Cr\$ 6.000.000  
Leia-se: — Cr\$ 6.500.000

Nº 15 (65-R)

4.06.16 — DIRETORIA DO ENSINO  
SUPERIOR

04.09.1.10.16 — Modernização dos  
Estabelecimentos de Ensino e Pes-  
quisas (CAPES)

Onde se lê: — Cr\$ 4.845.000  
Leia-se: — Cr\$ 5.345.000

Nº 16 (66-R)

4.06.11 — DEPARTAMENTO NA-  
CIONAL DE EDUCAÇÃO

04.02.2.0838 — Aplicação, nos Es-  
tados, Distrito Federal e Territórios,  
da parcela do Fundo Nacional do  
Ensino Primário destinada a auxí-  
lios, sendo:

a) para expansão e aperfeiço-  
amento progressivo da rede nacional  
do Ensino Primário através de Con-  
venios diretos com os Estados, Dis-  
trito Federal e Territórios, para  
atendimento aos Estados, Municí-  
pios, Entidades públicas e particula-  
res de ensino gratuito, conforme pro-  
gramação especial do Plano Nacio-  
nal de Educação.

Onde se lê: — Cr\$ 41.968.360

Leia-se: Cr\$ 38.968.360

Nº 17 (67-R)

4.06.11 — DEPARTAMENTO NA-  
CIONAL DE EDUCAÇÃO

Onde se lê:  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.2.0.0 — Inversões Financeiras  
4.2.1.0 — Aquisição de Imóveis —  
Cr\$ 1.679.600

Leia-se:  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.2.0.0 — Inversões Financeiras  
4.2.1.0 — Aquisição de Imóveis —  
Cr\$ 1.079.600

Nº 18 (68-R)

4.06.16 — DIRETORIA DO ENSI-  
NO SUPERIOR

3.2.0.0 — Transferências Corren-  
tes  
3.2.9.0 — Entidades Federais

03.00 — Demais Despesas de Custeio dos Órgãos da Administração Descentralizada

a) Outras Universidades Federais  
7.08 — Custeio de Educação e do  
Ensino  
W.45 — Escola de Minas de Ouro  
Preto

3) — Encargos Diversos  
Onde se lê: — Cr\$ 100.000  
Leia-se: — Cr\$ 700.000

Nº 19 (69-R)

4.06.11 — DEPARTAMENTO NA-  
CIONAL DE EDUCAÇÃO

Onde se lê:  
04.01.1.0832 — Construção e equi-  
pamentos ou Centros Federais de  
Educação e Cultura

Leia-se:  
04.13.1.0832 — Para a realização  
de cursos de aperfeiçoamento e su-  
peração para o magistério público.

Nº 20 (70-R)

4.06.10 — DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

(Órgãos Dependentes)

Onde se lê:  
3.2.0.0 — Transferências Corren-  
tes  
3.2.1.0 — Subvenções Sociais  
3.2.1.2 — Instituições Federais

01.00 — Pessoal dos Órgãos da  
Administração Descentralizada

X.33 — Instituto Joaquim Nabuco  
de Pesquisas Sociais

Y.05 — Fundo Nacional do Ensi-  
no Superior — Cr\$ 152.928.000

4.3.0.0 — Transferências de Ca-  
pital

4.3.3.0 — Auxílios para Equipa-  
mentos e Instalações

4.3.3.1 — Entidades Federais —  
Cr\$ 42.000.000

Leia-se:  
3.2.0.0 — Transferências Corren-  
tes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais  
3.2.1.2 — Instituições Federais

01.00 — Pessoal dos Órgãos da  
Administração Descentralizada

X.33 — Instituto Joaquim Nabuco  
de Pesquisas Sociais

Y.05 — Fundo Nacional do Ensi-  
no Superior — Cr\$ 175.558.000

4.3.0.0 — Transferências de Capí-  
tal

4.3.3.0 — Auxílios para Equipa-  
mentos e Instalações

4.3.3.1 — Entidades Federais —  
Cr\$ 20.370.000

Nº 21 (71-R)

4.06.38 — INSTITUTO ELETRÓ-  
TECNICO DE ITAJUBA

Onde se lê:

3.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal  
3.1.1.1 — Pessoal Civil

02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Civil

Y.05 — Fundo Nacional do Ensino  
Superior — Cr\$ 8.440.000

4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Equipamentos e Insta-  
lações

Y.05 — Fundo Nacional do Ensi-  
no Superior — Cr\$ 637.000.000

Leia-se:

2.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal  
3.1.1.1 — Pessoal Civil

02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Civil

Y.05 — Fundo Nacional do Ensi-  
no Superior — Cr\$ 258.440.000

4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0 — Investimentos

4.1.3.0 — Equipamentos e Instala-  
ções

Y.05 — Fundo Nacional do Ensino  
Superior — Cr\$ 387.000.000

Nº 22 (72-R)

4.06.14 — DIRETORIA DO ENSINO  
INDUSTRIAL (Órgãos Dependentes)

Onde se lê:

3.0.0.0 — Despesas correntes  
3.1.0.0 — Despesas de custeio

3.1.1.0 — Pessoal  
3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e Vantagens  
Fixas

W.22 — Escola Industrial Federal  
de Alagoas — 363.269

W.23 — Escola Industrial Federal  
do Ceará — 326.027

W.24 — Escola Industrial Federal  
de Mato Grosso — 148.808

W.25 — Escola Industrial Federal  
do Pará — 295.354

W.26 — Escola Industrial Federal  
da Paraíba — 476.757

W.27 — Escola Industrial Federal  
do Piauí — 299.005

W.28 — Escola Industrial Federal  
de Santa Catarina — 264.263

W.29 — Escola Industrial Federal  
de Sergipe — 457.327

W.30 — Escola Industrial Federal  
do Rio Grande do Norte — 363.912

W.31 — Escola Técnica Federal  
do Amazonas — 275.227

W.32 — Escola Técnica Federal da  
Bahia — 479.491

W.33 — Escola Técnica Federal  
de Campos — 186.812

W.34 — Escola Técnica Federal de  
Espírito Santo — 592.541

W.35 — Escola Técnica Federal de  
Goiás — 295.000

W.36 — Escola Técnica Federal  
da Guanabara — 818.024

W.37 — Escola Técnica Federal  
de Química da Guanabara — .....  
105.126

W.38 — Escola Técnica Federal  
do Maranhão — 653.244

W.39 — Escola Técnica Federal do  
Minas Gerais — 645.000

W.40 — Escola Técnica Federal  
de Ouro Preto — 98.820

W.41 — Escola Técnica Federal  
do Paraná — 501.542

W.42 — Escola Técnica Federal  
de Pelotas — 435.997

W.43 — Escola Técnica Federal  
de Pernambuco — 478.079

W.44 — Escola Técnica Federal  
de São Paulo — 396.535

Leia-se:

3.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal  
3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e Vantagens  
Fixas

W.22 — Escola Industrial Federal  
de Alagoas — 326.229

W.23 — Escola Industrial Federal  
do Ceará — 295.787

W.24 — Escola Industrial Federal  
de Mato Grosso — 132.483

W.25 — Escola Industrial Federal  
de Pará — 270.650

W.26 — Escola Industrial Federal  
da Paraíba — 312.878

W.27 — Escola Industrial Federal  
do Piauí — 218.761

W.28 — Escola Industrial Federal  
de Santa Catarina — 233.083

W.29 — Escola Industrial Federal  
de Sergipe — 334.319

W.30 — Escola Industrial Federal  
do Rio Grande do Norte — 297.723

W.31 — Escola Técnica Federal  
do Amazonas — 181.483

W.32 — Escola Técnica Federal da  
Bahia — 414.939

W.33 — Escola Técnica Federal de  
Campos — 166.824

W.34 — Escola Técnica Federal do  
Espírito Santo — 556.005

W.35 — Escola Técnica Federal do  
Goiás — 256.576

W.36 — Escola Técnica Federal da  
Guanabara — 769.932

W.37 — Escola Técnica Federal da  
Química da Guanabara — 79.869

W.38 — Escola Técnica Federal do  
Maranhão — 425.145

W.39 — Escola Técnica Federal de  
Minas Gerais — 565.600

W.40 — Escola Técnica Federal do  
Ouro Preto — 72.820

W.41 — Escola Técnica Federal do  
Paraná — 477.042

W.42 — Escola Técnica Federal de  
Pelotas — 408.997

W.43 — Escola Técnica Federal de  
Pernambuco — 428.355

W.44 — Escola Técnica Federal de  
São Paulo — 344.535

02.00 — Despesas Variáveis com  
Pessoal Civil

W.26 — Escola Industrial Federal  
da Paraíba — 56.520

W.27 — Escola Industrial Federal  
do Piauí — 4.000

W.29 — Escola Industrial Federal  
de Sergipe — 17.000

W.30 — Escola Industrial Federal  
do Rio Grande do Norte — 14.400

W.31 — Escola Técnica Federal do  
Amazonas — 9.000

W.32 — Escola Técnica Federal da  
Bahia — 20.000

W.33 — Escola Técnica Federal de  
Campos — 10.000

W.35 — Escola Técnica Federal do  
Goiás — 15.000

W.37 — Escola Técnica Federal da  
Química da Guanabara — 20.553

W.38 — Escola Técnica Federal do  
Maranhão — 73.300

W.40 — Escola Técnica Federal do  
Ouro Preto — 20.000

W.44 — Escola Técnica Federal de  
São Paulo — 30.000

3.2.0.0 — Transferências Corren-  
tes

3.2.3.0 — Inativos.  
31.00 — Pessoal Civil.  
01.01 — Proventos.  
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba — 48.000.  
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí — 48.930.  
W.29 — Escola Industrial Federal de Sergipe — 79.008.  
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte — 13.232.  
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas — 47.914.  
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão — 74.287.  
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco — 4.892.  
01.02 — Vantagens Incorporadas.  
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba — 15.000.  
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte — 2.621.  
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas — 12.574.  
01.03 — Abono Provisório e Novas Aposentadorias.  
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba — 5.308.  
3.2.5.0 — Salário-Família.  
01.00 — Pessoal Civil.  
W.22 — Escola Industrial Federal do Aço — 37.040.  
W.23 — Escola Industrial Federal do Ceará — 30.210.  
W.24 — Escola Industrial Federal de Mato Grosso — 16.320.  
W.25 — Escola Industrial Federal do Pará — 24.704.  
W.26 — Escola Industrial Federal da Paraíba — 38.000.  
W.27 — Escola Industrial Federal do Piauí — 27.264.  
W.28 — Escola Industrial Federal de Santa Catarina — 31.200.  
W.29 — Escola Industrial Federal de Sergipe — 27.000.  
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte — 25.935.  
W.31 — Escola Técnica Federal do Amazonas — 23.358.  
W.32 — Escola Técnica Federal da Bahia — 44.532.  
W.33 — Escola Técnica Federal de Campos — 9.988.  
W.34 — Escola Técnica Federal do Espírito Santo — 37.536.  
W.35 — Escola Técnica Federal de Goiás — 23.424.  
W.36 — Escola Técnica Federal da Guanabara — 48.092.  
W.37 — Escola Técnica Federal de Guanabara — 4.704.  
W.38 — Escola Técnica Federal do Maranhão — 76.512.  
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais — 57.600.  
W.40 — Escola Técnica Federal de Ouro Preto — 6.000.  
W.41 — Escola Técnica Federal do Paraná — 24.509.  
W.42 — Escola Técnica Federal de Pelotas — 27.000.  
W.43 — Escola Técnica Federal de Pernambuco — 44.832.  
W.44 — Escola Técnica Federal de São Paulo — 22.000.  
3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes.  
3.2.9.5 — Pessoal.  
2 — Recursos a Educandos.  
W.30 — Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte — 10.000.  
W.39 — Escola Técnica Federal de Minas Gerais — 21.800.

Nº 23 (73-R)

## 4.06.15 — DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Orçamento-Programa  
Ensino Médio

04.03.1.0869

Onde se lê:

Instalação e equipamento de oficinas e salas-ambiente de ginásios orientados para o trabalho — Cr\$.... 2.108.400.

Lê-se:

Execução do programa de implantação dos ginásios orientados para o

trabalho, inclusive instalação e equipamento de oficinas e salas-ambiente — Cr\$ 2.108.400.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer número 1.109, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 235, de 1966, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 235, de 1966 (nº 3.800-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4 — (Ministério da Fazenda).

Em discussão a redação final. Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declarou-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Adolpho Franco, relator da matéria na Comissão de Finanças.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.109, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.07.00 — Ministério da Fazenda.

Relator: Senador Adolpho Franco.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.07.00 — Ministério da Fazenda.

Sala das Comissões, novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Adolpho Franco, Relator. — Manoel Villaga. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Lobão da Silveira. — José Leite. — Domicio Gondim.

## EMENDAS A QUE SE REFERE O PARECER

Nº 1

Orçamento-Programa

4.07.26 — Diretoria da Despesa Pública (Encargos Gerais).

Onde se lê:

02.02.2.1407 — Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios — Cr\$ 284.146.198.

Lê-se:

02.02.2.1407 — Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios — Cr\$ 523.500.000.

Acrescente-se ao Programa Indústria e Comércio — Planos Especiais o seguinte projeto:

09.09.1.1412-A — Planos Especiais a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (art. 2º do Decreto-lei nº 62, de 21-11-66) — Cr\$ 80.000.000.

Nº 2

4.07.26 — Diretoria da Despesa Pública (Encargos Gerais)

Onde se lê:

3.2.9.0 — Entidades Municipais.

Y.26 — Cotas dos Municípios no Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, e no Imposto de Consumo (art. 15, § 4º, da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 3, de 21 de novembro de 1961).

1) Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza — F — 153.383.147.

2) Imposto de Consumo — F — 130.753.051.

Lê-se:

Y.35 — Fundo de Participação dos Municípios (Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965).

1) Parcela do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza — F — 110.000.000.

2) Parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados — F — 151.750.000.

Inclua-se:

4.3.6.3 — Entidades Municipais.

Y.35 — Fundo de Participação dos Municípios (Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965).

1) Parcela do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza — F — 110.000.000.

2) Parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados — F — 151.750.000.

Inclua-se:

4.3.6.0 — Contribuições Diversas

4.3.6.1 — Entidades Federais

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (conforme art. 2º do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966).

Detalhes Orçamentárias — F — 80.900.06.

Discussão em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu parecer nº 1.110, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4, Subanexo nº 4.03 (Ministério da Guerra.)

Em discussão a redação final. Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declarou encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo sobre as emendas do Senado naquela Casa, designo o Sr. Senador Oscar Passos, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.110, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo ....

4.08.00 — Ministério da Guerra.

Relator: Senador Oscar Passos.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder

Executivo, Subanexo 4.08.00 — Ministério da Guerra.

Sala das Comissões, em .. de novembro de 1966 — Irineu Bornhausen, Presidente. — Oscar Passos, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Adolpho Franco. — Lobão da Silveira. — José Leite. — Manoel Villaga. — Domicio Gondim.

## EMENDA A QUE SE REFERE O PARECER

Nº 1 — F

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Nº de ordem 1.499

Destaque-se:

Para construção de residência de oficiais e sargentos da 23 RI — Blumenau — Cr\$ 100.000.000.

Antônio Carlos

Irineu Bornhausen

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.111, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4, Subanexo nº 4.09, (Ministério da Indústria e Comércio)

Em discussão, a redação final.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada. Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar na Câmara, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Domicio Gondim, que foi Relator da matéria na Comissão de Finanças.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.111, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo .... 4.09.00 — Ministério da Indústria e Comércio.

Relator: Senador Domicio Gondim.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.09.00 — Ministério da Indústria e Comércio.

Sala das Comissões, em .. de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Domicio Gondim, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Adolpho Franco. — Lobão da Silveira. — Manoel Villaga. — José Leite.

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo; Subanexo 4.09.00 — Ministério da Indústria e do Comércio.**

#### Nº 1 — CF

Reduza-se para Cr\$ 1.036.000.000 (um bilhão e trinta e seis milhões de cruzeiros) a dotação de Cr\$ 1.536.000.000 (um bilhão, quinhentos e trinta e seis milhões de cruzeiros) consignada ao Gabinete do Ministro (Unidade 4.09.01), no inciso 3.1.4.0 — Encargos Diversos.

#### Nº 2 — CF

Reduza-se para Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) a dotação de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) consignada ao Gabinete do Ministro (Unidade 4.09.01), no inciso 09.09.2.1522 — Orientação e Coordenação do Desenvolvimento do Comércio Exterior.

#### Nº 3 — CF

Aumente-se para Cr\$ 1.045.150.000 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros) a dotação de Cr\$ 805.150.000 (oitocentos e cinco milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros) consignada ao Departamento de Administração (Unidade 4.09.08), no inciso 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

#### Nº 4 — CF

Aumente-se para Cr\$ 1.780.342.000 (um bilhão, setecentos e oitenta milhões, trezentos e quarenta e dois mil cruzeiros) a dotação de Cr\$ 1.680.342.000 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, trezentos e dois mil cruzeiros) consignada ao Departamento de Administração (Unidade 4.09.08), no inciso 02.05.2.1534 — Direção, Coordenação e Serviços Administrativos.

#### Nº 5 — CF

Aumente-se para Cr\$ 740.000.000 (setecentos e quarenta milhões de cruzeiros) a dotação de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros) consignada ao Departamento de Administração (Unidade 4.09.08), no inciso 02.05.1.1531 — Recuperação e Adaptação do Edifício.

#### Nº 6 — CF

Aumente-se para Cr\$ 69.000.000 (sessenta e nove milhões de cruzeiros) a dotação de Cr\$ 9.000.000 (nove milhões de cruzeiros) consignada ao Centro de Estudos Econômicos (Unidade 4.09.06), no inciso 02.03 — Despesas Variáveis com Pessoal Civil.

#### Nº 7 — CF

Aumente-se para Cr\$ 122.000.000 (cento e vinte e dois milhões de cruzeiros) a dotação de Cr\$ 72.000.000 (setenta e dois milhões de cruzeiros) consignada ao Centro de Estudos Econômicos (Unidade 4.09.06), no inciso 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

#### Nº 8 — CF

Aumente-se para Cr\$ 430.678.000 (quatrocentos e trinta milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros) a dotação de Cr\$ 320.678.000 (trezentos e vinte milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros) consignada ao Centro de Estudos Econômicos (Unidade 4.09.06), no inciso 02.14.1.1529 — Estudos da Conjuntura Econômica.

#### Nº 9 — CF

Aumente-se para Cr\$ 152.000.000 (cento e cinquenta e dois milhões de

cruzeiros) a dotação de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros) consignada ao Departamento Nacional de Registro do Comércio (Unidade 4.09.14), no inciso 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

#### Nº 10 — CF

Aumente-se para Cr\$ 785.996.000 (setecentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil cruzeiros) a dotação de Cr\$ 636.996.000 (seiscentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil cruzeiros) consignada ao Departamento Nacional de Registro do Comércio (Unidade 4.09.14), no inciso 09.01.2.1547 — Registro do Comércio.

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.112, de 1966) (das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4, Subanexo 4.10 (Ministério da Justiça e Negócios Interiores)).*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovada. Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Wilson Gonçalves, relator da matéria na Comissão de Finanças.

*E' a seguinte a redação final aprovada:*

### PARECER

#### Nº 1.112, de 1966

*Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Relator: Senador Wilson Gonçalves.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Sala das Comissões, em novembro de 1966. — Irineu Bornhauser, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Bezerra Neto. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Adolpho Franco. — Manoel Villaga. — José Leite. — Domicio Gondim.

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.**

#### Nº 1 (1-T)

4.10.13 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)  
3.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.2.0.0 — Transferências Correntes  
3.2.1.0 — Subvenções Sociais  
3.2.1.5 — Instituições Privadas  
10) Despesa de qualquer natureza, etc. — Cr\$ 8.511.265  
Destaque-se para discriminação — 990.000

#### Nº 2 (2-T)

4.10.13 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)  
3.0.0.0 — Despesas Correntes  
3.2.0.0 — Transferências Correntes  
3.2.1.0 — Subvenções Sociais  
3.2.1.5 — Instituições Privadas  
10) Despesa de qualquer natureza, etc.  
Nº 14.04.2.1598

Inclua-se no Adendo "A"

#### K.01 — ACRE

|  |            |
|--|------------|
| Internato do Instituto Santa Teresinha de Cruzeiro do Sul — Internato de Menores   | Cr\$ 1.200 |
| Internato do Instituto Divina Providência de Xapuri — internamento de menores  | 2.000      |
| Internato do Colégio Santa Juliana, de Sena Madureira — Internamento de Menores  | 2.000      |
| Instituto São José de Rio Branco, para internamento de menores   | 2.000      |
| Casa dos Desajustados Sociais — assistência a menores — Rio Branco   | 3.000      |
| Orfanato do Instituto Santa Juliana — Sena Madureira — Acre  | 4.000      |
| Educandário Cruzeiro do Sul — da Sociedade de Assistência aos Lázarus para assistência ao menor — Cruzeiro do Sul — Acre | 5.000      |
| Educandário Santa Margarida — para assistência aos menores filhos de leprosos — Rio Branco — Acre                        | 4.000      |
| Educandário Cruzeiro do Sul, para internamento de menores, Cruzeiro do Sul — Acre  | 3.000      |
| Instituto N. S. das Dores, para internamento de menores — Rio Branco — Acre  | 3.000      |

#### K.02 — ALAGOAS

|   |        |
|---|--------|
| Orfanato São José — Marechal Deodoro  | 4.000  |
| Orfanato São Domingos — Maceió  | 4.000  |
| Instituto N. S. de Fátima — Maceió  | 2.500  |
| Educandário Eunice Weaver — Maceió  | 2.500  |
| Instituto do Bom Pastor — Maceió  | 2.000  |
| Fundação Santo Antônio de Educação e Assistência — Maceió — Alagoas                             | 15.000 |
| Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Alagoas                                       | 6.000  |
| Sociedade Beneficente S. Francisco de Assis de São Luís do Quitunde, para assistência a menores | 6.000  |

#### K.04 — AMAZONAS

|  |       |
|--|-------|
| Obras Assistenciais da Sociedade Missionários Nossa Senhora Consoladora, Beco do Macedo — Manaus | 3.000 |
| Casa da Criança — Manaus   | 3.000 |
| Casa Dr. Fajardo — Manaus  | 3.000 |
| Ação Social Beneficente da Praça 14 de janeiro, de Manaus  | 3.000 |
| Educandário Gustavo Capanema — Manaus  | 3.000 |
| Casa da Criança — Manaus   | 3.000 |
| Assistência a Menores, a cargo da Sociedade de Obras Sociais Nossa Senhora de Nazaré — Manaus    | 3.000 |
| Escola Santa Teresa, para o internato de órfãs — Tefé  | 4.000 |
| Para Assistência a Menores, a cargo das Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Erumupé      | 3.000 |

C\$ 1.500

|  |       |
|--|-------|
| Patronato Nossa Senhora de Nazaré — Bôca do Acre                         | 2.000 |
| Escola Santa Teresa de Tefé (Assistência a Menores) — Tefé               | 2.000 |
| Patronato Nossa Senhora de Nazaré (Assistência a Menores) — Bôca do Acre | 2.000 |
| Assistência a Menores da Prelazia de Paritins                            | 2.000 |
| Assistência a Menores da Fundação Kennedy                                | 2.000 |
| Assistência a Menores da Prelazia do Alto Solimões                       | 2.000 |
| Assistência a Menores da Prelazia de Lábrea                              | 2.000 |
| Assistência a Menores da Prelazia de Itacoatiara                         | 3.000 |
| Missão Salesiana de Pari-Cachoeira — Amazonas                            | 2.000 |
| Missões Salesianas do Amazonas — Manaus                                  | 5.000 |

#### K.05 — BAHIA

|  |       |
|--|-------|
| Abrigo dos Filhos do Povo — Salvador   | 5.000 |
| Associação Obras Sociais Irmã Dulce — Salvador   | 5.000 |
| Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim — Salvador  | 5.000 |
| A Associação de Proteção às Crianças Pobres de Barreiras, em Barreiras, no Estado da Bahia   | 7.500 |
| A Fundação Educacional C. A. Rocha & Carvalho, em Barreiras, no Estado da Bahia, para suas atividades de assistência a menores e especialmente para manutenção do pensionato | 7.500 |
| Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim — Salvador  | 3.000 |
| Colônia Nossa Lar — Itabuna  | 3.000 |

Escola de Menores em Cravolândia, a cargo do Município ...  
Escola de Menores de Ipiáu ...  
Instituto Educacional de Menores, mantido pela Associação  
de Proteção à Maternidade e à Infância de Feira de  
Santana ...

## K.06 — CEARÁ

Asilo do Bom Pastor (para assistência a menores) — For-  
taleza ...  
Orfanato Imaculada Conceição (para assistência a menores)  
— Fortaleza ...  
Escola Carneiro de Mendonça (para assistência a menores)  
— Maracanaú ...  
Centro Social Paroquial (para assistência a menores) — São  
João Santo ...  
Patronato Padre Ibiapina, de Crato ...  
Dispensário Nossa Senhora das Dores, de Juazeiro do Norte ...  
Conselho das Obras Paroquiais da Paróquia da Paz, de For-  
taleza, para assistência social ...  
Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, de Baturité ...  
Nosso Lar, de Fortaleza ...  
Creche São Miguel, de Crato ...  
Centro Social Nossa Senhora da Penha, de Crato ...  
Casa do Estudante Pobre, de Crato ...  
Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo So-  
corro, de Acopiânia ...  
Obra de Assistência São José, de Caucaia ...

## K.07 — DISTRITO FEDERAL

Creche da Medalha Milagrosa — Estrada do Parancá — Bra-  
sília — DF ...  
Instituto N. S. da Piedade (Brasília, DF), para assistência a  
menores ...  
Hospital Instituto de Readaptação e Assistência ao Menor  
(HIRAM), Brasília — DF ...  
Filhas de Maria Auxiliadora, para assistência a menores —  
Brasília — DF ...  
Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima, para obras de assis-  
tência a menores — Brasília — DF ...  
Colégio Santa Dorotéia, Brasília — DF ...  
Escola Doméstica do Colégio Maria Auxiliadora, Brasília — DF ...  
Creche Medalha Milagrosa — Brasília — DF ...  
Instituto N. S. da Piedade — Brasília — DF ...  
Creche São de Santo Antônio — Brasília — DF ...  
Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima, para assistência ao  
menor — Brasília, DF ...

## K.08 — ESPÍRITO SANTO

Instituto Orfanato São José, de Alegre ...  
Patronato São Francisco Xavier, Domingos Martins ...  
Instituto Anchieta de Jaciaguá, para o Patronato, Jaciaguá ...  
Lar Irmã Sheila, Colatina ...  
Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro  
de Itapemirim — Espírito Santo ...  
Instituição Beneficente de Conduru, em Conduru — Municí-  
pio de Cachoeiro de Itapemirim — Espírito Santo ...  
Sociedade Amigos de Atilio Vivacqua, para assistência a me-  
nores — Atilio Vivacqua — Espírito Santo ...

Instituto Salesiano Anchieta, Jaciaguá — Espírito Santo ...  
Conferência N. S. Aparecida, da Sociedade de São Vicente  
de Paula, Cobilandia, Município de Vila Velha, Espírito  
Santo ...  
Instituto e Orfanato São José, de Alegre, ES ...  
Casa do Menino de Colatina, Colatina, ES ...  
Associação Protetora da Infância de Colatina, Colatina, ES ...  
Lar Irmã Sheila, Colatina — ES ...

## K.10 — GOIÁS

Orfanato São José — Cidade de Goiás ...  
Instituto de Assistência a Menores de Rio Verde ...  
Patronato Madre Mazzarello (Orfanato) — Anápolis ...  
Patronato Madre Angelo — Silvânia ...  
Orfanato Dom Alano — Dianópolis ...  
FAMA (Fundação de Assistência ao Menor Abandonado) —  
Goiânia ...  
Creche Tenda do Caminho — Goiânia ...  
Associação de Amparo ao Menor Abandonado de Jataí ...  
Aprendizado Agro-Artesanal Teresa Valsé — Goiânia ...  
Patronato Madre Mazzarello — Anápolis ...  
Aprendizado e Patronato das Obras Sociais da Paróquia de  
Itumbiara ...  
Instituto de Assistência a Menores — Rio Verde ...

## K.11 — GUANABARA

Fundação Darcy Vargas — Casa do Pequeno Jornaleiro ...  
Ação Católica Coração de Jesus ...  
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Rio de Janeiro,  
GB — Assistência a Menores ...  
Fundação Romão de Matos Duarte ...  
Aspirantado São Rafael (Congregação dos Santos Anjos —  
Sociedade Franco-Brasileira) ...  
Fundação Bem-Estar do Menor ...  
Casa do Pequeno Jornaleiro ...  
Fundação Romão de Matos Duarte ...  
Orfanato Santo Antônio ...  
Asilo Isabel ...  
Educandário da Providência ...  
Obra Beneficente S. João da Cruz ...

3.000 Instituto Educacional Barão de Macaúbas — GB ... 3.000  
3.000 Educandário São João Baptista — Rio de Janeiro — GB ... 2.000  
Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação — Rio de  
Janeiro — Guanabara ... 2.000  
3.000 Associação Protetora das Crianças — GB ... 3.000  
Fundação Missionária das Fronteiras do Brasil — GB ... 2.000  
Instituto Souza Lino, para internamento de menores, GB ... 6.000

## K.12 — MARANHÃO

7.000 Educandário Santa Cruz, Anil — São Luís ... 10.000  
7.000 Asilo Orfanológico Santa Luzia — São Luís ... 5.000  
Patronato Sagrada Família de Nazareth — São Bento ... 5.000  
6.000 Assistência Social São Vicente de Paula — para assistência  
a menores — Carlos ... 5.000  
2.500 Escola Paroquial — para assistência a menores — Anajatuba ... 2.500  
2.000 Escola Paroquial N. S. da Paz — para assistência a me-  
nores — Alto Parnaíba ... 2.500  
2.000 Associação Beneficente de Codó — Codó ... 2.000  
Asilo de Mendicância São Luís — São Luís ... 2.000  
Centro Artístico Operário Codense — Codó ... 2.000  
Sociedade Previdente Mutuária Codense — Codó ... 2.000  
União Artística Codense — Codó ... 2.000  
2.500 Posto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção  
e Assistência à Maternidade e à Infância de Codó —  
Codó ... 2.500  
2.000 Para a Maternidade, mantida pela Associação de Proteção e  
Assistência à Maternidade e à Infância de Codó — Codó ... 2.500

## K.13 — MATO GROSSO

2.000 Lar das Menores da Paróquia de Glória de Dourados ... 3.000  
Patronato de Menores de Três Lagoas ... 3.000  
3.300 Patronato de Jesus Adolescente de Campo Grande ... 3.000  
2.000 Patronato de Menores de Dourados — Ação Social Francisca-  
na — Dourados ... 3.000  
2.000 Casa do Garoto — Jardim ... 3.000  
2.900 Jardim de Infância Santa Maria, em Cuiabá ... 3.000  
Lar do Menor, em Diamantina ... 3.000  
Lar da Criança do Grupo da Fraternidade em Três Lagoas ... 3.000  
2.000 Patronato Agrícola Filho de Colonos da Vila Vicentina do  
Sul — Dourados ... 3.000  
5.000 Creche Santa Rosa, em Corumbá ... 3.000  
2.000 Educandário Santa Teersinha, Diamantino ... 2.000  
3.000 Pensionato de Menores de Arenópolis, Arenópolis ... 2.000  
5.000 Cr\$ 1.000 Instituto Santa Cruz, Corumbá ... 2.000  
2.000 Instituto N.S. de Caacupé, Corumbá ... 2.000  
Instituto Educacional de Dourados ... 2.600

## K.14 — MINAS GERAIS

4.000 Associação de Proteção aos Menores Abandonados (Patrona-  
to São José), Ubá — MG ... 2.500  
3.500 Cantina Padre Remacle Föxius, para menores — Formiga —  
Minas Gerais ... 3.000  
3.500 Lar dos Meninos Dom Orione — Belo Horizonte ... 2.000  
2.000 Orfanato Dom Silvério, Cataguases — MG ... 3.000  
2.000 Patronato dos Menores Abandonados — Tupaciguara —  
Minas Gerais ... 2.000  
5.000 Patronato São Luís — Formiga ... 2.500  
Cr\$ 1.000 Escola Agrícola Dom Bosco de Cachoeira do Campo (para  
assistência a menores) ... 3.000  
2.000 Patronato Afonso Pena — Santa Bárbara ... 2.000  
Instituto Coronel Benjamin Guimarães — Pará de Minas ... 2.000  
2.000 Creche N.S. Medianeira — Belo Horizonte ... 2.000  
5.000 Casa da Criança — São Gonçalo do Sapucaí ... 2.000  
2.000 Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo aos Menores  
— Uberaba ... 2.000  
3.000 Casa do Menor Abandonado — São João del Rei ... 2.000  
3.000 Sociedade Uberabense de Proteção e Amparo aos Menores  
— Uberaba, Minas Gerais ... 2.000  
2.000 Instituto Benjamin Guimarães, Pará de Minas ... 3.000  
Orfanato N.S. Auxiliadora — Cachoeira do Campo, Minas  
Gerais ... 2.000  
2.000 Patronato Afonso Pena — Santa Bárbara, Minas Gerais ... 2.000  
Associação de Proteção aos Menores Desamparados da Co-  
marca de Ubá, Minas Gerais ... 2.000  
2.000 Meninos do Dom Bosco — Araxá — MG ... 2.000  
2.000 Organização Samaritana, Itapetecica — MG ... 2.000  
15.000 Asilo São Vicente de Paula — Poços de Caldas ... 2.000  
3.000 Organização Samaritana, Itapetecica ... 10.000

## K.15 — PARAÍ

3.000 Berço de Belém, Belém ... 3.000  
4.000 Obras Sociais e Educacionais da Igreja de N.S. do Rosário,  
Belém ... 2.000  
Dispensário Eunice Weaver, Belém ... 2.000  
7.000 Dispensário Santa Teresinha, Belém ... 2.000  
2.000 Lar de Maria, Belém ... 2.000  
2.000 Escola Industrial Salesiana, para assistência aos menores  
abandonados do subúrbio, Belém ... 7.000  
2.000 Para as obras de assistência aos menores do Município de  
Curralinho, a cargo da Prelazia de Ponta de Pedras ... 8.000

## K.16 — PARAÍBA

3.000 Abrigo de Menores Delinquentes — Campina Grande ... 3.000  
2.000 Casa N.S. da Caridade do Bom Pastor, João Pessoa ... 3.000  
3.000 Casa de Caridade Padre Ibiapina — Campina Grande ... 3.000  
2.000 Lar do Garoto Campinense — Campina Grande ... 3.000  
2.000 Casa do Menino — Campina Grande ... 3.000  
3.000 Abrigo de Menores Jesus Nazaré — João Pessoa ... 2.000



Asilo Bom Pastor — João Pessoa .....  
Orfanato Dom Ulrico — João Pessoa .....  
Assistência Social Eduardo Carlos Pereira, para assistência  
a menores — Campina Grande .....  
Abrigo Pedro Simão, para assistência a menores, de Areia  
Abrigo de Menor Abandonado Jesus Nazareno, de Itaporanga  
Centro de Amparo e Assistência à Infância, de Quimadas  
Sociedade de Assistência Dentária Infantil de Brejo do Cruz

## K. 17 — PARANÁ

Orfanato São José — Curitiba — PR .....  
Lar São Vicente de Paula — Jacarézinho — PR .....  
Lar Sagrado Coração — Castro — PR .....  
Associação Beneficente Abrigo ao Berço, Curitiba — PR .....  
Orfanato Imaculado Coração de Maria — União da Vitória  
Lar Infantil Marília Barbosa — Cambé .....  
Lar Infantil Amélia Roudet — Mandaguari .....  
Instituto Social Lar Paraná — Campo Mourão .....  
Casa da Criança — Londrina .....  
Instituto Social e Rural de Cianorte — Cianorte — para as-  
sistência a menores .....  
Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância  
— Curitiba .....  
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — Curitiba —  
para assistência a menores .....  
Sociedade Procopense de Assistência ao Menor — Cornélio  
Procópio — PR .....  
Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infân-  
cia — Curitiba .....  
Creche "Ana Messias" — Curitiba .....  
Lar Infantil Marília Barbosa — Cambé .....  
K. 18 — Pernambuco

Asilo do Bom Pastor — Recife .....  
Lar Santa Maria Goretti de Caiuaru, para assistência a me-  
nores .....  
Sociedade de Amparo à Infância e Juventude do Altinho (Sai-  
ja) — Altinho .....  
Lar Santa Teresinha de Proteção a Orfãos e Menores Abando-  
nados .....  
Liga Contra a Mortalidade Infantil — Caruaru .....  
Casa da Criança Joaquim Otaviano de Almeida — Recife .....  
Instituto Domingos Sávio (Assistência a Menores) — Olinda  
Instituto Profissional Feminino de Caridade (Casa de Cari-  
dade) — Recife .....  
Sociedade de Assistência ao Menor Abandonado — Jaboatão  
Obra de Socorro aos Pobres de Olinda e seus Arredores (Casa  
de Caridade) — Olinda .....  
K. 19 — Piauí

Fundação Rurista São Raimundo Nonato — São Raimundo  
Ação Social Arquidiocesana — Teresina .....  
Lar Educacional Feminino — Teresina .....  
Sociedade de Amparo aos Menores Abandonados do Piauí  
(SAMAP) — Teresina .....  
Sociedade de Amparo aos Menores Abandonados do Piauí  
(SAMAP) — Teresina .....  
Lar Educacional Feminino — Teresina .....  
Abrigo Santo Antônio de Campo Maior .....  
Lar Educacional Feminino — Teresina .....  
Sociedade de Pesquisa e Orientação Cultural de Campo Maior  
Sociedade de Amparo aos Menores Abandonados do Piauí —  
Teresina .....  
Escola Irmã Maria Catarina Levrini — Teresina .....  
Escola Agrícola Santo Afonso Rodrigues .....  
K. 20 — Rio de Janeiro

Asilo Santa Leodoldina, para menores — Niterói, Rio de Ja-  
neiro .....  
Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro .....  
Casa do Pobre de Natividade de Carangola — S. Pedro da  
Aldéia .....  
Lar Isabel a Rendentora — Teresópolis .....  
Escola Intermediária João XXIII — Niterói .....  
Associação de Pais e Mestres do Instituto Carlos A. Werneck,  
para internamento de menores — Petrópolis, Rio de Ja-  
neiro .....  
K. 21 — Rio Grande do Norte

Serviço de Assistência a Menores do Ginásio Diocesano Se-  
riedense — Caicó .....  
Obra do Bom Pastor — Natal .....  
Associação Educadora Jardim Seridoense — Jardim do Seridó  
Serviço de Ação Urbana da Arquidiocese de Natal .....  
Fazenda S. Francisco — Mossoró .....  
K. 22 — Rio Grande do Sul

Cidade dos Meninos — Bagé .....  
Instituto de Menores de Pelotas .....  
Asilo Nossa Senhora da Piedade — Porto Alegre .....  
Federação Diocesana "O Pão dos Pobres de Santo Antônio"  
— Porto Alegre .....  
Casa da Criança São Paulo — Canoas .....  
Instituto Educacional de Menores de Rio Pardo — Rio Pardo  
Instituto de Menores de Pelotas — Pelotas .....  
Escola Normal Nossa Senhora Medianeira de Bento Gonçal-  
ves para assistência a menores — Bento Gonçalves .....  
Seminário Nossa Senhora de Fátima, para assistência a me-  
nores — Erechim .....  
Cúria diocesana de Santa Maria, para assistência a menores  
— Santa Maria .....  
Cúria Diocesana de Porto Alegre, para assistência a menores  
— Porto Alegre .....  
K. 23 — Santa Catarina

Cúria Diocesana de Passo Fundo, para assistência a menores  
— Passo Fundo .....  
Seminário São José, para assistência a menores — Gravataí  
Lar São Vicente de Paula — Porto Alegre .....  
Lar do Bebê — Porto Alegre .....  
Abrigo de Menores São José — Caxias do Sul .....  
Instituto Laura Vicuña — Uruguaiana .....  
Sociedade de Assistência à Infância Desamparada, de As-  
sistência aos Necessitados — Lajeado .....  
Fundação Beneficente Lucas Araújo — Passo Fundo .....  
Casa Beneficente de Caridade São Jorge — Esteio .....  
Bergário da Maternidade Beneficente Mãe de Deus, de Porto  
Alegre, Rio Grande do Sul .....  
K. 25 — SANTA CATARINA

Abrigo de Menores de Florianópolis — Florianópolis .....  
Abrigo Nossa Senhora de Fátima (Assistência a Menores)  
— Nova Trento .....  
Paraiso da Criança — Urussanga .....  
Orfanato Nossa Senhora das Graças — Lajes .....  
Orfanato Lar da Menina — Rio do Sul .....  
Pósto de Puericultura Darcy Vargas — Herval d'Oeste .....  
Asilo de Orfãos da Irmandade do Divino Espírito Santo —  
Florianópolis .....  
Obras Sociais da Arquidiocese de Florianópolis .....  
Evangelica Beneficente de Assistência Social — Florianó-  
polis .....  
Obras Sociais da Paróquia de Itajaí .....  
Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Oração —  
Turvo .....  
Ação Social de Barreiras — São José .....  
Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, para assistência a  
menores, na Vila Fátima — Florianópolis .....  
Escola São João Baptista, para assistência a menores, Alto  
Paraguá — Itaipópolis .....  
Abrigo Nossa Senhora de Fátima — Nova Trento .....  
Instituto Santa Inês — Brusque .....  
Instituto Nossa Senhora da Consolata, para assistência a me-  
nores, Rio d'Oeste .....  
Casa Nossa Senhora Auxiliadora, para obras sociais —  
Apluna — Indaial .....  
Escola de Educação Familiar — Lajes .....  
Obras de Assistência às Crianças e Mães Necessitadas do Ins-  
tituto Maria Auxiliadora — Rio do Sul .....  
Obras Sociais de Assistência a Menores da Paróquia de Frai-  
burgo .....  
Abrigo São José — Nova Trento .....  
K. 26 — SÃO PAULO

Creche Nossa Senhora do Carmo — Paraíba .....  
Liga das Senhoras Católicas — São Paulo .....  
Centro Espírita Fraternidade Allan Kardec, para assistên-  
cia a menores .....  
Patronato Jesus Crucificado — Amparo .....  
Orfanato São Judas Tadeu — São Paulo .....  
Casa da Criança — Pinhal .....  
Centro Social de Educação e Caridade — São Paulo .....  
Associação Beneficente Grupo da Caridade — São Paulo .....  
Associação Casa da Criança — Regente Feijó .....  
Obra de Assistência às Crianças e Mães Necessitadas do Re-  
canto da Cruz Grande — Itapevi .....  
Lar Escola Santa Verônica — Taubaté — São Paulo .....  
K. 27 — SERGIPE

Ação Social Diocesana para assistência a menores — Aracaju  
Associação de Proteção a Menores Abandonados São José —  
Marum — Sergipe .....  
Lar Infantil Santa Teresinha — Aracaju .....  
Asilo São José da Infância Desamparada — Capela — Sergipe  
Associação Casa do Trabalhador Menor de Aracaju .....  
Abrigo de Menores Othoniel Dórea, Itabaiana .....  
Orfanato Lar Infantil Nossa Senhora Santana — Aracaju .....  
Associação Casa do Trabalhador Menor — Aracaju .....  
Oratório Festivo São João Bosco — Aracaju .....  
Abrigo de Menores Antônio Franco — Riachuelo .....  
Abrigo Santo Antônio de Marum — Marum — SE .....  
Sociedade Abrigo de Menores Antônio Franco — Riachuelo  
— Sergipe .....  
Oratório Festivo São João Bosco — Aracaju, Sergipe .....  
Oratório Festivo Nossa Senhora Auxiliadora — Aracaju, SE  
Orfanato São Vicente — Estância — SE .....  
Casa Maternal Amélia Leite — Aracaju, SE .....  
Discussão, em turno único, da  
redação final (oferecida pela Co-  
missão de Finanças em seu Pa-  
recer n.º 1.113, de 1966), das  
emendas do Senado ao Projeto de  
Lei da Câmara n.º 235, de 1966  
(n.º 3.800-B-66, na Casa de ori-  
gem), que estima a Receita e fixa  
a Despesa da União para o exer-  
cício financeiro de 1967, na parte  
referente ao Anexo n.º 4, Subanexo  
n.º 4.12 (Ministério das Minas e  
Energias).

Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra  
para discuti-la, declaro-a encerrada.  
Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam,  
queiram conservar-se sentados. —  
(Pausa.)

Está aprovada. Volta à Câmara dos  
Deputados.

Para acompanhar naquela Casa o  
estudo sobre as emendas do Senado,  
designo o Sr. Senador José Leite, re-  
lator da matéria na Comissão de Fi-  
nanças.

E' a seguinte a redação final emendas do Senado ao Projeto de Lei aprovada:

**PARECER****Nº 1.113, de 1966**

*Dr. Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.803-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.12.00 — Ministério das Minas e Energia.*

Relator: Senador José Leite.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das

Sala das Comissões, em novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — José Leite, Relator. — Lóvão da Silveira. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Domicio Gondim. — Manoel Villaga. — José Leite. — Adolpho Franco.

*Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo; Subanexo 4.12.00 — Ministério das Minas e Energia.*

**Nº 1 (1-T)**

4.12.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)

Cr\$

**Energia**

06.04.1.1705-L — Outras linhas de transmissão ..... 3.000.000  
Discrimine-se a importância de ..... 3.000.000

**Nº 2 (2-T)**

4.12.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.2.0 — Auxílios para Obras Públicas

Y.09 — Comissão do Plano do Carvão Nacional

Nº 06.04.1.1705 — L

Destaque-se e inclua-se:

**K.17 — PARANÁ**

Cr\$

Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), para rede de transmissão na área carbonífera ..... 333.333.333  
Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), para construção de linhas de transmissão ..... 333.333.333  
Para expansão das redes de transmissão e de distribuição de energia produzida pela Usina Termelétrica de Figueira, bem como interligação do sistema com os demais sistemas do Estado do Paraná, em convênio com a COPEL e as Prefeituras dos Municípios interessados ..... 333.333.333

**K.25 — SANTA CATARINA**

Para eletrificação rural do Estado de Santa Catarina, a cargo da Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina ..... 333.333.333  
Linha de transmissão Videira-Aroio-Trinta-Salto-Veloso e estações subestacionadoras ..... 100.000.000  
Linha de transmissão Gaspar-Belchior ..... 50.000.000  
Linha de transmissão Selete-Rio do Campo ..... 50.000.000  
Linha de transmissão Ascurra-Guaricanas ..... 34.000.000  
Para linhas de transmissão e redes de distribuição, a cargo do Consórcio Intermunicipal de Eletricidade — São Miguel d'Oeste ..... 150.000.000  
Linhas de transmissão e redes de distribuição para o Município de Antônio Carlos ..... 50.000.000  
Linhas de transmissão no Município de Nova Trento ..... 50.000.000  
Linhas de transmissão e redes de distribuição para o Município de Leoberto Leal ..... 50.000.000  
Linhas de transmissão e redes de distribuição no Município de Aguas Mornas ..... 20.000.000  
Linha de transmissão São Joaquim-Urubici-Bom Retiro ..... 80.000.000  
Linha de transmissão e redes de distribuição para o Município de Rancho Queimado ..... 30.000.000

**K.22 — RIO GRANDE DO SUL**

Para a Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para linhas de transmissão ou redes de distribuição na área carbonífera do Estado, conforme o critério de prioridades do plano ou programa de trabalho da mencionada Comissão ..... 666.666.000  
Prefeitura Municipal de São Jerônimo, para eletrificação do distrito de Charqueadas ..... 333.333.000

**Nº 3 (3-T)**

4.12.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.2.0 — Auxílios para Obras Públicas

Y.09 — Comissão do Plano do Carvão Nacional

Nº 10.02.1.1719

Inclua-se:

**K.22 — RIO GRANDE DO SUL**

Aroio dos Patos

Butia

**Nº 4 (26-F)**

4.12.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes)

Y.09 — Comissão do Plano do Carvão Nacional

4.3.2.0 — Auxílio para Investimentos Financeiros — 35.157.990.000

**SANTA CATARINA**

03.08.1718 — Financiamento para instalação de Indústrias Químicas — Cr\$ 1.500.000.000.  
Onde se lê:

Para financiamento à Companhia de Fertilizantes do Estado de Santa Catarina — FERTIZA — Cr\$ 1.000.000.000

Leia-se:

Para financiamento à Fertilizantes Santa Catarina S. A. — Cr\$ ..... 1.000.000.000

Nº 5 (27-R)

**(EMENDA SUBSTITUTIVA)**

Onde se lê:

4.12.08 — Departamento Nacional de Águas e Energia

Energia

Planos Especiais

Programas especiais nos diversos Estados, Distrito Federal e Territórios da União, para geração, transmissão e distribuição, urbana e rural, de energia elétrica:

**14 — MINAS GERAIS**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| A cargo da CEMIG ..... | Cr\$ 3.000.000  |
| A cargo do DAEE .....  | 600.000         |
|                        | <hr/> 3.600.000 |

Leia-se:

4.12.08 — Departamento Nacional de Águas e Energia  
Planos Especiais

Programas especiais nos diversos Estados, Distrito Federal e Territórios da União, para geração, transmissão e distribuição, urbana e rural, de energia elétrica:

**14 — MINAS GERAIS**

Cr\$

A cargo da CEMIG:

|  |         |
|--|---------|
| Rede de distribuição no Bambuí .....                   | 100.000 |
| Rede de distribuição do Camacho .....                  | 40.000  |
| Rede de distribuição do Campo Florido .....            | 100.000 |
| Rede de distribuição de Conceição das Alagoas .....    | 100.000 |
| Rede de distribuição de Coronel Fabriciano .....       | 100.000 |
| Rede de distribuição de Dom Silvério .....             | 100.000 |
| Rede de distribuição de Fidalgo .....                  | 40.000  |
| Rede de distribuição da Gruta de Maquiné .....         | 40.000  |
| Rede de distribuição de Moeda .....                    | 80.000  |
| Rede de distribuição de Mons. João Alexandre .....     | 50.000  |
| Rede de distribuição de Monte Alegre de Minas .....    | 40.000  |
| Rede de distribuição de Mucuri .....                   | 20.000  |
| Rede de distribuição Núcleo João Pinheiro .....        | 30.000  |
| Rede de distribuição de Pirajuba .....                 | 60.000  |
| Rede de distribuição de Planura .....                  | 60.000  |
| Rede de distribuição de Veríssimo .....                | 40.000  |
| Rede de distribuição Vila São José dos Saigados .....  | 10.000  |
| Rede de iluminação da Gruta da Lapinha .....           | 30.000  |
| Iluminação pública de Contagem .....                   | 100.000 |
| Subestação de Bambuí .....                             | 100.000 |
| Subestação Três Marias — saída para Canoas .....       | 100.000 |
| Subestação Frutal .....                                | 100.000 |
| Subestação João Pinheiro .....                         | 100.000 |
| Subestação Nova Serrana .....                          | 100.000 |
| Subestação Pirajuba .....                              | 100.000 |
| Subestação São Gotardo .....                           | 100.000 |
| Subestação Várzea da Palma .....                       | 100.000 |
| LT Conceição das Alagoas — Pirajuba .....              | 100.000 |
| LT Cláudio-Gonçalves Ferreira .....                    | 50.000  |
| LT Igatama-Bambuí .....                                | 100.000 |
| LT Ibiá-São Gotardo .....                              | 100.000 |
| LT Rural Monte Alegre de Minas .....                   | 40.000  |
| LT Pirajuba-Frutal .....                               | 100.000 |
| LT Pirajuba-Planura .....                              | 80.000  |
| LT Salto Grande-Braúmas-Farias-Dores de Guanhaes ..... | 40.000  |
| LT para Cruzeiro de Fortaleza .....                    | 40.000  |
| LT Uberaba-Veríssimo .....                             | 70.000  |
| LT Uberaba-Água Comprida .....                         | 100.000 |
| LT Uberaba-Ponte Alta .....                            | 100.000 |
| LT e RD para Cruellândia .....                         | 50.000  |
| LT Iapu-Bugre e RD Bugre .....                         | 40.000  |
| RD Santa Rita do Sapucaí .....                         | 50.000  |
| A cargo do DAEE .....                                  | 600.000 |

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.114, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (Número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4, Subanexo 4.13 (Ministério das Relações Exteriores).*

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo das emendas do Senado naquela Casa, designo o Sr. Senador Mem de Sá, que foi o Relator da matéria.

É a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.114, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a relação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.13.00 — Ministério das Relações Exteriores.

Relator: Senador Mem de Sá

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.13.00 — Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Comissões, .. de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Victorino Freire. — Lobão da Silveira. — José Leite. — Adolpho Franco. — Domício Gondim. — Manoel Villaga.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.13.00 — Ministério das Relações Exteriores.

Nº 1 (1-F)

- 4.13.01 — Secretaria de Estado
- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.2.0.0 — Transferências Correntes
- 3.2.1.0 — Subvenções Sociais
- 3.2.1.1 — Instituições Internacionais

Onde se lê:

- 37) Conselho Interamericano de Escotismo — Cr\$ 8.680.
- 41) Escritório Escoteiro Internacional — Cr\$ 3.140.
- 87) Para atender a novos auxílios e eventuais aumentos das quotas das Instituições Internacionais — Cr\$ 1.094.387.

Leia-se:

- 37) Conselho Interamericano de Escotismo — Cr\$ 9.000.
- 41) Escritório Escoteiro Internacional — Cr\$ 5.000.
- 87) Para atender a novos auxílios e eventuais aumentos das quotas das Instituições Internacionais — Cr\$ 1.090.187.

Nº 2 (2-R)

- 4.13.01 — Secretaria de Estado
- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.2.0.0 — Transferências Correntes
- 3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Onde se lê:

- 3.2.1.1 — Instituições Internacionais
- 87) Para atender a novos auxílios e eventuais aumentos das quotas das Instituições Internacionais — Cr\$ 1.090.187.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.14.00 — Ministério da Saúde.

Nº 1 (1-T)

- 4.14.10 — Departamento Nacional de Saúde
- 05.01.2.1830 — Auxílio financeiro, etc.

Adendo "C"

Suprima-se o item 28) Diversos, do Adendo "C", discriminando-se a importância correspondente de 1.650.000

Nº 2 (2-T)

- 4.14.10 — Departamento Nacional de Saúde
- 4.0.0.0 — Despesas de Capital
- 4.1.0.0 — Investimentos
- 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

das Instituições Internacionais — Cr\$ 1.094.387.

Leia-se:

3.2.1.1 — Instituições Internacionais

87) Para atender a novos auxílios e eventuais aumentos das quotas das Instituições Internacionais — Cr\$ 1.044.387

3.2.1.2 — Instituições Federais

Inclua-se:  
17) Fundação Cabo Frio — Cr\$ .. 50.000.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.115, de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967, na parte referente ao Anexo nº 4, Subanexo nº 4.14 (Ministério da Saúde).

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)  
Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar naquela Casa o estudo sobre as emendas do Senado designo o Sr. Senador Manoel Villaga, relator da matéria na Comissão de Finanças.

É a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 1.115, de 1966

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara ns. 235, de 1966 (nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo .. 4.14.00 — Ministério da Saúde.

Relator: Senador Manoel Villaga.

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.14.00 — Ministério da Saúde.

Sala das Comissões, novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Manoel Villaga, Relator. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Lobão da Silveira. — José Leite. — Adolpho Franco. — Domício Gondim. — Victorino Freire.

Nº 05.01.2.1830

Inclua-se no Adendo "C"

K.01 — ACRE

Cr\$ 1.000

|  |        |
|--|--------|
| Hospital Sansão Gomes — Tarauacá .....   | 3.000  |
| Hospital Epaminondas Jácome — Xapuri .....   | 3.000  |
| Hospital Epaminondas Jácome — Xapuri .....   | 3.000  |
| Hospital Sansão Gomes — Tarauacá .....   | 3.000  |
| Enfermaria-Hospital para Tuberculosos — Rio Branco .....   | 9.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Rio Branco .....   | 8.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Cruzeiro do Sul .....  | 7.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Cruzeiro do Sul .....  | 6.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Feijó .....  | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Sena Madureira .....   | 4.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Brasília .....   | 3.000  |
| Maternidade e Clínica de Mulheres Bárbara Heliodora, para nova cozinha e instalações de lavanderia — Rio Branco .. | 10.000 |

K.02 — ALAGOAS

|  |        |
|--|--------|
| Hospital de Nossa Senhora de Lourdes — Pilar .....   | 3.000  |
| Hospital de São Vicente de Paula — União dos Palmares .....  | 3.000  |
| Hospital Infantil e Maternidade Darcy Vargas — Atalaia .....   | 3.000  |
| Hospital Nº 8, da Conceição — Viçosa .....   | 3.000  |
| Hospital Regional Santa Rita, mantido pela Sociedade Beneficente de Palmeira dos Índios .....                              | 3.000  |
| Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia, mantidos pela Sociedade Beneficente de Palmeira dos Índios ..... | 3.000  |
| Unidade de Cardiologia da Secretaria de Saúde .....  | 5.000  |
| Serviço de Reabilitação e Fisioterapia da Secretaria de Saúde .....  | 5.000  |
| Fundação Hospital de Agro-Indústria de Açúcar .....  | 10.000 |
| Hospital Nossa Senhora da Conceição de Viçosa .....  | 8.000  |
| Hospital Nossa Senhora de Lourdes de Pilar .....   | 6.000  |
| Hospital de São Vicente de Paula de União dos Palmares .....   | 7.000  |
| Pósto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — Viçosa .....                       | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Maceió .....   | 4.000  |
| Laboratório Industrial de Produtos Farmacêuticos da Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais .....                      | 5.000  |
| Maternidade Regional da Cidade de Traipu, a cargo da Secretaria de Saúde do Estado .....                                   | 3.000  |

K.04 — AMAZONAS

|   |        |
|---|--------|
| Hospital Dom Próspero Bernardi — Bôca do Acre .....   | 3.000  |
| Hospital de Barcelos .....  | 4.000  |
| Hospital de Uaupés .....  | 3.000  |
| Hospital Nº 8, de Nazaré da Prelazia de Labrea .....  | 3.000  |
| Hospital Santa Isabel da Prelazia do Alto Solimões .....  | 3.000  |
| Hospital da Prelazia de Tefé .....  | 3.000  |
| Hospital Dom Próspero Bernardi — Bôca do Acre .....   | 3.000  |
| Hospital-Ambulatório, a cargo da Paróquia de Eirunepé .....   | 3.000  |
| Sanatório Adriano Jorge — Manaus .....  | 15.000 |
| Dispensário Cardoso Fontes — Manaus .....   | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora da Conceição, a cargo da Prelazia de Parintins — Maués ..... | 16.000 |
| Santa Casa de Misericórdia Nº 8, da Conceição, a cargo da Prelazia de Parintins — Maués .....         | 3.000  |
| Maternidade de Borba .....  | 10.000 |
| Maternidade de Borba, a cargo da Prelazia de Borba .....  | 3.000  |

K.05 — BAHIA

|   |        |
|---|--------|
| Hospital Martagão Gesteira — Salvador .....   | 10.000 |
| Hospital Aristides Maltes — Salvador .....  | 3.000  |
| Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose — Salvador .....  | 3.000  |
| Hospital Evangélico da Bahia — Salvador .....   | 3.000  |
| Para ajuda aos serviços hospitalares do Hospital Zélio Dutra, de Barreiras, por intermédio da Associação Barreirense de Assistência ..... | 10.000 |
| Hospital Regional de Ubaita .....   | 5.000  |
| Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Ilapetanga .....  | 5.000  |
| Pósto Médico de Cajueiro, mantido pela Prefeitura de Itacarai .....   | 5.000  |
| Hospital de Santana, da Santa Casa de Misericórdia de Serinha .....   | 5.000  |
| Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré .....  | 5.000  |
| Cruz Vermelha Brasileira, filial da Bahia (para o Hospital Fernando Luz) — Salvador .....   | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia — Salvador .....   | 10.000 |
| Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mutuipe (para a Maternidade Clélia Rebouças) .....                                   | 3.000  |
| Associação de Amparo à Maternidade de Alagoinha .....   | 5.000  |

K.06 — CEARÁ

|   |            |
|---|------------|
| Hospital Santo Antônio dos Pobres — Iguatu .....  | 5.000      |
| Sociedade Hospitalar Santo Antônio — Quixaramobim .....   | 3.000      |
| Hospital e Casa de Saúde — Russas .....   | 3.000      |
| Associação Beneficente — Hospital Infantil e Pósto de Puericultura — Granja .....                           | 3.000      |
| Hospital Pacotiense de Proteção à Maternidade e à Infância — Pacoti .....                                   | 3.500      |
| Hospital-Maternidade Camocim — Camocim .....  | 3.000      |
| Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima de Brejo Santo .....  | 5.000      |
| Casa de Saúde Maria Gomes Nicodemos, de Brejo Santo .....   | 5.000      |
| Hospital São Francisco de Assis, de Crato .....   | 20.000     |
| Cruz Vermelha Brasileira (região do Ceará) — Fortaleza .....  | Cr\$ 1.000 |
| Santa Casa de Misericórdia — Fortaleza .....  | 3.000      |
| Obra de Assistência São José — Proteção à Maternidade, à Infância e aos Menores Abandonados — Caucaia ..... | 3.000      |
| Santa Casa de Misericórdia — Fortaleza .....  | 7.500      |

Maternidade Olinto Oliveira — Maranguape .....  
Maternidade Cira Lima — Lavras das Mangabeiras .....

## K.08 — ESPÍRITO SANTO

Associação Hospital Evangélico do Estado do Espírito Santo — Vitória .....  
Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer — Vitória .....  
Hospital São Marcos — São Mateus .....  
Hospital Infantil de Muqui .....  
Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer — em convênio com a Clínica de Tumores — Vitória .....  
Hospital São Marcos — São Mateus .....  
Hospital de Guaçuí .....  
Hospital e Maternidade "Silvio Avidos" — Colatina .....  
Casa de Caridade São José — Alegre .....  
Santa Casa de Misericórdia de Vitória .....  
Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí .....  
Sociedade Espírito-Santense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — Vitória .....  
Santa Casa de Vitória .....  
Abrigo à Velhice Desamparada "Auta Loureiro Machado", Município de Cariacica .....  
Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim .....  
Lar da Velhice Desamparada Angelo Passos — Baixo Guandu .....  
Santa Casa de Misericórdia de Vitória .....  
Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí .....

## K.10 — GOIÁS

Hospital Regional de Jataí .....  
Hospital de Caridade São Pio X — Ceres .....  
Hospital Regional Peixoto da Silveira — Itumbiara .....  
Hospital Evangélico Rio Verde .....  
Hospital-Maternidade de Orizônia .....  
Hospital São Vicente de Paula .....  
Sanatório Espirita Casa da Fraternidade, Caridade do Benfeitor — Santa Helena de Goiás .....  
Sanatório Espirita Casa do Caminho — Inhumas .....  
Maternidade Irmã Celina — Goiânia .....  
Hospital-Maternidade de Orizônia .....

## K.11 — GUANABARA

Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — IBIC Policlínica de Botafogo .....  
Associação Beneficente de Reabilitação — para o Hospital de Reabilitação .....  
Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — IBIC Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares — IBIC Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação — ABBR .....  
Associação Brasileira de Assistência aos Cancerosos, para o Hospital Mário Kroeff .....  
Departamento de Cardiologia da Universidade Católica do Rio de Janeiro .....  
Instituto Brasileiro de Investigações Cardiovasculares .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (para aplicação na 28ª Enfermaria) .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (28ª Enfermaria) .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para a 33ª Enfermaria do Hospital-Geral — Maternidade — Serviço do Professor Jorge Rezende .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para a 8ª Enfermaria (Serviço do Dr. Ivo Pitanguí) .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Hospital-Geral, Enfermaria 35, Serviço de Otorrinolaringologia .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Hospital-Geral, 8ª Enfermaria, Serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructora .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para a Enfermaria do Dr. Ivo Pitanguí .....  
Maternidade Casa da Mãe Pobre .....  
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para a 33ª Enfermaria do Hospital-Geral (Maternidade), a serviço do Prof. Jorge Rezende .....  
Serviço de Assistência Social Evangélica .....  
Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação .....  
Enfermaria do Hospital-Geral da Santa Casa de Misericórdia (Serviço do Prof. Sá Fortes Pinheiro) .....  
Casa da Samaritana (Maternidade para Tuberculosas) .....  
Maternidade Casa da Mãe Pobre .....

## K.12 — MARANHÃO

Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Caxias, para manutenção do Posto de Puericultura "Duque de Caxias" — Caxias .....  
Casa de Saúde Municipal de Lago da Pedra .....  
Hospital Miron Pedreiras — Caxias .....  
Hospital São Francisco de Assis — Grajaú .....  
Sociedade Humanitária de Caxias, para o Hospital Miron Pedreiras — Caxias .....  
Hospital São José de Balsas .....  
Hospital e Maternidade de Brejo .....  
Sociedade Maranhense de Radiologia — São Luís .....  
Faculdade Federal de Farmácia e Odontologia — São Luís .....  
Santa Casa de Misericórdia — São Luís .....  
Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra — São Luís .....  
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — São Luís .....  
Santa Casa de Misericórdia — São Luís .....  
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Caxias .....

3.000 Santa Casa de Misericórdia — Cururupu .....  
3.000 Posto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Codó .....  
Liga Maranhense Contra a Tuberculose em São Luís .....  
Para a Maternidade mantida pela Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Codó .....

## K.13 — MATO GROSSO

3.000 Hospital Guiomar Soares Andrade — Nova Andradina .....  
3.500 Hospital Beneficente de Poconé .....  
3.000 Hospital de Alto Paraguai .....  
3.000 Hospital de São Cáceres .....  
Hospital de Utiariti — a cargo da Missão Anchieta de Diamantino .....  
Hospital de Caridade de Nortelândia .....  
Hospital de Diamantino .....  
Hospital Marechal Rondon — Município de Jardim .....  
Associação Campo-Grandense de Combate ao Câncer — Campo Grande .....  
Hospital Beneficente de Itaporã .....  
Hospital Beneficente de Cáceres .....  
Hospital Beneficente de Três Lagoas .....  
Associação Campo-Grandense de Combate ao Câncer — Campo Grande .....  
Hospital Beneficente de Dourados .....  
Santa Casa de Misericórdia de Nova Andradina .....  
Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá .....  
Associação de Amparo à Maternidade e Infância (para instalação da lavanderia) — Campo Grande .....  
Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá .....  
Sociedade Beneficente S. Vicente de Paulo — Alto Paraguai .....  
Sociedade Beneficente Corumbaense — Corumbá .....  
Sociedade Beneficente Corumbaense — Corumbá .....  
Associação de Amparo à Maternidade e Infância — Campo Grande .....

## K.14 — Minas Gerais

3.000 Hospital Santo Antônio Teixeira .....  
10.000 Hospital Santo Antônio — Teixeira .....  
8.000 Hospital de Matozinhos — Matozinhos .....  
4.000 Hospital Santa Mônica — Belo Horizonte .....  
Sanatório Marques Lisboa (Morro das Pedras) — Belo Horizonte .....  
1.000 Hospital Nossa Senhora das Dores — Ponte Nova .....  
3.000 Hospital São José — Euzetaba .....  
3.000 Hospital da Fundação São João do Morro Grande — Barão de Cocais .....  
2.000 Hospital de Manhuaçu — Manhuaçu .....  
3.000 Hospital de Matozinhos .....  
10.000 Hospital Santo Antônio — Teixeira .....  
3.000 Hospital Nossa Senhora da Conceição — Pará de Minas .....  
3.000 Santa Casa de Misericórdia de Itapacerica .....  
5.000 Lactário Hilda Nogueira da Gama — Machado .....  
3.000 Santa Casa de Misericórdia de Abadia dos Dourados .....  
4.000 Santa Casa de Misericórdia — Monte Santo de Minas .....  
4.000 Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte .....  
3.000 Santa Casa de Misericórdia de Oliveira .....  
3.000 Santa Casa de Monte Alegre .....  
3.000 Fraternidade Odette Valladares — Pium .....  
5.000 Associação Beneficente Católica, para a Maternidade Hilda Nogueira da Gama — Uba .....  
4.000

## K.15 — Pará

3.000 Hospital Forlândia — Aveiro .....  
10.000 Socorro Urgente de Bragança .....  
3.000 Hospital Belterra — Santarém .....  
3.000 Hospital dos Servidores do Estado .....  
10.000 Hospital de Monte Alegre, a cargo da Fundação S.E.S.P. ....  
3.000 Santa Casa de Misericórdia de Óbidos .....  
3.000 Maternidade de Bragança .....

## K.16 — Paraíba

4.000 Hospital e Maternidade Maria Júlia Maranhão — Araruna .....  
4.000 Hospital Regional de Cajazeiras .....  
4.000 Hospital Regional de Sousa .....  
10.000 Hospital e Maternidade Maria Júlia Maranhão — Araruna .....  
10.000 Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro — Pombal .....  
Liga Campinense contra a Tuberculose, para o seu hospital — Campina Grande .....  
5.000 Hospital Regional de Itaporanga .....  
5.000 Hospital-Geral de Catolé do Rocha .....  
7.000 Liga Campinense contra a Tuberculose — Campina Grande .....  
6.000 Instituto de Proteção aos Cegos de Campina Grande .....  
5.000 Maternidade Municipal de Mãe D'Água .....  
5.000 Maternidade de Picuí .....  
5.000 Maternidade de Cabedelo .....

## K.17 — Paraná

5.000 Hospital Nossa Senhora das Graças — Curitiba .....  
4.000 Hospital Evangélico de Londrina .....  
3.000 Hospital Regional Diocesano — Maringá .....  
3.000 Hospital Regional Diocesano — Campo Mourão .....  
4.000 Hospital e Maternidade N. S. do Rosário — Ribeirão do Pinhal .....  
3.000 Hospital São Vicente de Paula — Araucária .....  
3.000 Hospital Evangélico de Londrina .....  
3.000 Hospital Erasto Gaertner — Curitiba .....  
8.000 Sociedade Brasileira, Cultural, Cachativa São José mantenedora da Maternidade Nossa Senhora de Fátima — Curitiba .....  
10.000 Assistência Social Adventista, para a Lancha Cruzeiro do Sul (Lancha-Hospital) — Paranaguá .....  
3.990 Obra Cultural Santa Maria — Montes .....  
3.000 Instituto Paranaense de Cegos — Curitiba .....



|  |       |
|--|-------|
| Sociedade de Socorro aos Necessitados — Curitiba ..... | 3.000 |
| Santa Casa de Misericórdia — Curitiba .....            | 3.000 |
| Liga Paranaense de Combate ao Câncer — Curitiba .....  | 3.000 |
| Liga de Defesa Contra a Tuberculose — Antonina .....   | 3.000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Maringá .....            | 3.000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho .....        | 3.000 |

## K.18 — Pernambuco

|  |        |
|--|--------|
| Para conclusão do Posto de Saúde de Sítio dos Nunes .....                          | 5.000  |
| Para conclusão do Posto de Saúde de Rainha Isabel, Município de Bom Conselho ..... | 5.000  |
| Maternidade do Hospital São Sebastião de Caruaru .....                             | 6.000  |
| Instituto de Medicina Infantil do Recife .....                                     | 6.000  |
| Maternidade do Hospital Regional de Garanhuns .....                                | 4.500  |
| Hospital São Sebastião de Caruaru .....  | 4.000  |
| Hospital Regional de Pesqueira .....   | 4.000  |
| Hospital de Carpina .....  | 3.500  |
| Hospital Infantil de Jaqueira — Recife .....                                       | 4.000  |
| Hospital Regional de Nazaré da Mata .....  | 10.000 |
| Maternidade Nossa Senhora das Dores — Aliança .....                                | 5.000  |
| Santa Casa de Misericórdia do Recife (Hospital Pedro II) ..                        | 15.000 |
| Maternidade do Hospital Regional de Pesqueira .....                                | 3.000  |

## K.19 — Piauí

|   |        |
|---|--------|
| Hospital Maria do Carmo Rodrigues — São Raimundo Nonato ..  | 5.000  |
| Hospital Miguel Couto — Floriano .....  | 5.000  |
| Hospital São Vicente de Paula — Picos .....   | 5.000  |
| Hospital Infantil Mirocles Veras — Parnaíba .....   | 4.000  |
| Instituto de Assistência Hospitalar do Estado — Teresina ..   | 25.000 |
| Posto de Puericultura da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Maior .....          | 5.000  |
| Hospital São Vicente de Paulo — Campo Maior .....   | 5.000  |
| Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Dr. Napoleão Laureano — Pio IX .....                  | 3.000  |
| Maternidade Sigefredo Pacheco, da Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Maior ..... | 15.000 |

## K.20 — Rio de Janeiro

|  |        |
|--|--------|
| Hospital de Itaocara .....   | 5.000  |
| Hospital Armando Vidal — São Fidélis .....                                       | 4.500  |
| Hospital Manoel Ferreira, de Santo Antônio de Pádua .....                        | 4.500  |
| Hospital de Miracema .....   | 3.000  |
| Hospital Regional Darcy Vargas — Rio Bonito .....                                | 10.000 |
| Hospital São Vicente de Paula — Bom Jesus do Itabapoana ..                       | 5.000  |
| Hospital de São José — Teresópolis .....   | 3.000  |
| Associação Hospitalar São Sebastião de Varre-Sai — Natividade do Carangola ..... | 2.000  |
| Hospital Luiz Palmier — São Gonçalo .....  | 2.000  |
| Hospital Regional de Magé .....  | 2.000  |
| Liga Fluminense Contra o Câncer — Niterói .....                                  | 3.000  |
| Hospital Santa Isabel — Cabo Frio .....  | 3.000  |
| Hospital dos Servidores do Estado — Niterói .....                                | 2.000  |
| Santa Casa de Bom Jardim .....   | 5.000  |
| Santa Casa de Cantagalo .....  | 3.000  |
| Santa Casa de Bom Jardim .....   | 3.000  |
| Casa de Caridade de Araruama .....   | 3.000  |
| Associação de Caridade do Hospital São João de Meriti .....                      | 2.000  |

## K.21 — Rio Grande do Norte

|  |        |
|--|--------|
| Hospital Infantil de Natal .....   | 3.000  |
| Hospital-Maternidade de Jardim do Seridó .....   | 3.000  |
| Hospital do Seridó — Caicó .....   | 10.000 |
| Maternidade Santa Luísa de Marillac — Pau de Feros .....   | 3.000  |
| Maternidade Francisquinha Fonseca — São Paulo do Potengi ..  | 3.000  |
| Maternidade José Varela .....  | 3.000  |
| Hospital Infantil de Mossoró .....   | 14.000 |
| Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Martins .....   | 4.000  |
| Associação Mantenedora da Maternidade e Proteção à Infância de Caicó .....   | 4.000  |
| Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patu .....  | 4.000  |
| Maternidade Ananilda Regina — Currais Novos .....  | 3.000  |
| Maternidade Nossa Senhora — Santana dos Matos .....  | 4.000  |
| Maternidade Maria Cândida Mariz — Serra Negra do Norte ..  | 3.000  |
| Maternidade Ana Tavares Jacomo — Augusto Severo .....  | 3.000  |
| Liga de Assistência Social da Paróquia de Marcelino Vieira, para manutenção da Maternidade — Marcelino Vieira ..                           | 3.000  |
| Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Ianguacú, para manutenção da Maternidade Marola Caldas — Ianguacú ..... | 5.000  |

## K.22 — Rio Grande do Sul

|   |       |
|---|-------|
| Hospital e Maternidade Beneficente Mão de Deus — Porto Alegre .....                   | 3.000 |
| Hospital Madre de Deus — Rolante .....  | 3.000 |
| Hospital de Caridade de Taquara .....   | 3.000 |
| Hospital São Nicolau — São Nicolau .....  | 3.000 |
| Barco de Olhos — Porto Alegre .....   | 5.000 |
| Hospital de Caridade Santana — Bom Retiro do Sul .....                                | 5.000 |
| Hospital Beneficente São Roque — Carlos Barbosa .....                                 | 5.000 |
| Hospital de Caridade da Mata — Mata .....   | 5.000 |
| Hospital e Maternidade Beneficente Mão de Deus — Porto Alegre .....                   | 5.000 |
| Banco de Olhos — Porto Alegre .....   | 3.000 |
| Hospital e Maternidade Beneficente Mão de Deus — Porto Alegre .....                   | 3.000 |
| Sociedade de Amparo ao Tuberculoso Encruzilhadense — SATE — Encruzilhada do Sul ..... | 3.000 |
| Hospital e Maternidade Beneficente Mão de Deus — Porto Alegre .....                   | 4.000 |
| Hospital e Maternidade Beneficente Mão de Deus — Porto Alegre .....                   | 3.000 |

|  |        |
|--|--------|
| Hospital e Maternidade Beneficente Mão de Deus — Porto Alegre .....  | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre .....                     | 10.000 |
| Sociedade Hospitalar de Caridade Santa Ana — Bom Retiro do Sul ..... | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre .....                     | 12.500 |
| Santa Casa de Misericórdia de Pelotas .....                          | 12.500 |

## K.25 — Santa Catarina

|  |       |
|--|-------|
| Hospital São Francisco — Concórdia .....   | 3.000 |
| Hospital Santa Teresinha — Joaçaba .....   | 3.000 |
| Hospital de Caridade de Florianópolis, da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos — Florianópolis ..... | 4.000 |
| Hospital e Maternidade Sacra Família — Estreito — Florianópolis .....                                | 3.000 |
| Hospital Miguel Couto — Ibirama .....  | 3.000 |
| Hospital de Caridade Luiz Bertoli — Rio Oeste .....  | 3.000 |
| Hospital São Roque — Seara .....   | 3.000 |
| Hospital São Roque de Luzerna — Joaçaba .....  | 3.000 |
| Ambulatório Adventista de Lajeado Baixo — Guabiruba .....  | 3.000 |
| Hospital e Maternidade Dom Bosco — Rio dos Cedros .....  | 3.000 |
| Hospital Trembrão Central, da Comunidade Evangélica de Trombudo Central .....                        | 3.000 |
| Hospital Divino Salvador — Videira .....   | 3.000 |
| Hospital Santa Catarina — Blumenau .....   | 3.000 |
| Hospital São Vicente de Paulo — Luzerna — Joaçaba .....  | 3.000 |
| Hospital São Roque — Rodeio .....  | 3.000 |
| Hospital e Maternidade Nossa Senhora Auxiliadora — Presidente Getúlio .....                          | 3.000 |
| Sociedade Hospitalar Beneficente São Francisco de Assis ..   | 3.000 |
| Sociedade Hospitalar Beneficente Modelo Modéio .....   | 3.000 |
| Hospital Frei Rogério — Tangará .....  | 3.000 |
| Hospital Santa Catarina — Blumenau .....   | 3.000 |
| Hospital Arquidiocesano Carlos Renaux — Brusque .....  | 3.000 |
| Pavilhão Infantil anexo ao Hospital Municipal Santo Antônio — Blumenau .....                         | 3.000 |
| Maternidade Cônsul Carlos Renaux — Brusque .....   | 4.000 |
| Maternidade do Ambulatório Dom Joaquim — Brusque .....   | 3.000 |

## K.26 — São Paulo

|   |        |
|---|--------|
| Sanatório "João Evangelista" — São Paulo .....                          | 5.000  |
| Hospital e Maternidade "São José" — Itanui .....                        | 5.000  |
| Casa de Saúde Stella Maris — Santa Casa — Caraguatatuba ..              | 5.000  |
| Maternidade Beatriz Helena — Andradina .....                            | 2.000  |
| Hospital Santa Teresinha — Brotas .....                                 | 2.000  |
| Hospital e Maternidade São José — Itanui .....                          | 3.000  |
| Santa Casa de Misericórdia do Divino Espírito Santo — Paraitubana ..... | 25.000 |
| Santa Casa de Misericórdia de Bebedouro .....                           | 5.000  |
| Associação de Caridade de Santa Casa de Misericórdia de Assis ..        | 5.000  |
| Associação Paulista de Combate ao Câncer — São Paulo .....              | 4.000  |
| Santa Casa de Misericórdia de Bebedouro .....                           | 2.000  |
| Sociedade de Santa Casa de Misericórdia de Guaiara .....                | 3.000  |

## K.27 — Sergipe

|   |       |
|---|-------|
| Hospital de Caridade São José de Jaramatuba .....   | 5.000 |
| Hospital de Clínicas Dr. Augusto Leite — Aracaju .....  | 2.000 |
| Hospital Amaro de Maria — Estância .....  | 5.000 |
| Hospital Nossa Senhora das Dores — Nossa Senhora das Dores ..   | 3.000 |
| Hospital Bom Jesus — Simão Dias .....   | 2.000 |
| Hospital Santa Isabel — Aracaju .....   | 2.000 |
| Sanatório para Tuberculosos de Aracaju .....  | 3.000 |
| Hospital de Clínicas Dr. Augusto Leite — para o Centro de Cancerologia — Aracaju .....  | 5.000 |
| Hospital Santa Isabel — para a Maternidade Dr. João Firpo — Aracaju .....   | 4.000 |
| Hospital Infantil da Fundação do Ensino Médico de Sergipe ..  | 5.000 |
| Centro de Ação Social Católica de Itabalana para o Hospital Infantil Deputado Federal Dr. Ailton Mendonça Teles — Itabalana ..... | 3.000 |
| Associação Beneficente Hospital de Caridade de Riachuelo ..   | 3.000 |
| Hospital de Cirurgia para o Serviço de Câncer — Aracaju ..  | 2.000 |
| Hospital Santa Isabel, para o Serviço de Câncer — Aracaju ..  | 2.000 |
| Casa Maternal Amélia Leite — Aracaju .....  | 7.000 |
| Maternidade Sílvia Leite — Riachuelo .....  | 2.000 |
| Casa Maternal Amélia Leite — Aracaju .....  | 5.000 |
| Maternidade Dr. Sílvia Leite — Riachuelo .....  | 3.000 |
| Associação Beneficente do Hospital Bom Jesus — para a Maternidade Simão Dias .....  | 3.000 |

## N. 3 (4-F)

4.14.06 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes 05.14.2.1807

Destaque-se:

Para despesas de qualquer natureza com a realização do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, promovido pela Associação Brasileira de Enfermagem — Cr\$ 30.000.000.

## Nº 4 (13-F)

4.14.10 — Departamento Nacional de Saúde

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de programação Especial

Onde se lê:

Nº 05.02.01.1832

Planos Integrados de Saúde — Cr\$ 381.500

**Leia-se:**

Planos Integrados de Saúde, inclusive Cr\$ 80.000 destinados ao desenvolvimento do programa integrado de saúde, a cargo da Secretaria de Saúde e Assistência Social, em cooperação com o Governo do Estado de Alagoas — Cr\$ 381.600.

**Nº 5 (26-F)**

- 4.14.15 — Serviço Nacional do Câncer
- 3.2.1.0 — Subvenções Sociais
- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.2.0.0 — Transferências Correntes

**Onde se lê:**

05.03.2.1859

Auxílio para a manutenção de instituições federais, estaduais, municipais e privadas que cooperam com a Companhia Nacional Contra o Câncer — Cr\$ 2.646.300.

**Leia-se:**

Auxílio para a manutenção de instituições federais, estaduais, municipais e privadas que cooperam com a Companhia Nacional Contra o Câncer, inclusive 80.000 para o Centro de Radiologia e Cancerologia da Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais, instituição criada pelo Governo do Estado — Alagoas — Cr\$ 2.646.300.

*Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1.116 de 1966), das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao anexo nº 4 — Subanexo nº 4.16 (Ministério da Viação e Obras Públicas).*

Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, declarou-se encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar o estudo sobre as emendas do Senado, designo o Sr. Senador Wílton Gonçalves, relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

**PARECER**

**Nº 1.116, de 1966**

Da Comissão de Finanças, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, nº 3.800-A, de 1966, na Câmara dos Deputados) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.16.00 — Ministério da Viação e Obras Públicas.

Relator: Wilson Gonçalves

A Comissão de Finanças apresenta (fls. anexas) a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.16.00 — Ministério da Viação e Obras Públicas.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Bezerra Neto. — Menezes Pimentel. — Victorino Freire. — Adolpho Franco. — Lobão da Silveira. — Manoel Villaca. — José Teije. — Domício Gondim.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1966 (número 3.800-B-66, na Casa de origem), que estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 4.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 4.16.00 — Ministério da Viação e Obras Públicas.

**Nº 1 (23-F)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- 4.0.0.0 — Despesas de Capital

- 4.3.0.0 — Transferências de Capital
- 4.3.2.0 — Auxílios para Obras Federais

- 4.3.2.1 — Entidades Federais
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**Onde se lê:**

- 03.04.1.2119
- Grupo Cariri para poços tubulares etc — Cr\$ 100.000.000.

**Leia-se:**

- 03.04.1.2119
- Grupo Cariri para poços tubulares e tanques — Cr\$ 100.000.000.

**Nº 2 (24-F)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- 4.0.0.0 — Despesas de Capital

- 4.3.0.0 — Transferências de Capital
- 4.3.2.0 — Auxílios para Obras Públicas

- 4.3.2.1 — Entidades Federais
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**Onde se lê:**

- 6) Arcoverde — Cr\$ 800.000.000.

**Leia-se:**

- Arcoverde — Cr\$ 200.000.000.
- São Bento do Lagedo — Cr\$ 800.000.000.

**Nº 2182**

**Onde se lê:**

- 6) Açude Arcoverde — Cr\$ 1.200.000.

**Leia-se:**

- Açude Público de Arcoverde — 200.000.000.
- Açude Público de Custódia — Cr\$ 1.000.000.

**Nº 3 (34-F)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- X.10 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

- Saneamento Urbano

**Onde se lê:**

- 10.03.1.2050 — Defesa Contra Erosão e Inundações no Estado do Rio de Janeiro, sendo Cr\$ 500.000.000 para construção da ponte sobre o Canal de São Francisco, na estrada que liga Itaguaí a RJ a Santa Cruz — GB.

**Leia-se:**

- 10.03.1.2050 — Defesa Contra Erosão e Inundações no Estado do Rio de Janeiro, inclusive obras de prosseguimento e conclusão do saneamento do Rio Pirai, em Barra do Pirai, sendo Cr\$ 500.000.000 para construção da ponte sobre o Canal de São Francisco, na estrada que liga Itaguaí a RJ a Santa Cruz — GB.

**Nº 4 (35-F)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- X.10 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento

- Saneamento Urbano

**Onde se lê:**

- 10.03.1.2050 — Defesa Contra Erosão e Inundações no Estado do Rio de Janeiro, inclusive obras de prosseguimento e conclusão do saneamento do Rio Pirai, em Barra do Pirai, sendo Cr\$ 500.000.000 para construção da ponte sobre o Canal de São Francisco, na estrada que liga Itaguaí a RJ a Santa Cruz — GB.

**Leia-se:**

- 10.03.1.2050 — Defesa Contra Erosão e Inundações no Estado do Rio de Janeiro, inclusive obras de prosseguimento e conclusão do saneamento do Rio Pirai, em Barra do Pirai, sendo Cr\$ 500.000.000 para construção da ponte sobre o Canal de São Francisco, na estrada que liga Itaguaí a RJ a Santa Cruz — GB.

**Nº 10.02.1.2033**

**Onde se lê:**

Abastecimento de água e rede de esgotos no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Canoas, Esteio, Gravataí, Horizontina, Panambi, Porto Alegre, Santa Maria, Três de Maio, Campo Bom, Sapiranga, Bagé, Camaquã, Caxias do Sul, Crissiumal, Cruz Alta, Erechim, Soledade, Tapera, Rio Grande, sendo Cr\$ 800.000 para Pelotas e Cr\$ 100.000.000 para Arroio Grande — 4.000.000.

**Leia-se:**

Abastecimento de água e rede de esgotos no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Canoas, Esteio, Gravataí, Horizontina, Panambi, Porto Alegre, Santa Maria, Três de Maio, Campo Bom, Camaquã, Caxias do Sul, Crissiumal, Cruz Alta, Erechim, Soledade, Tapera, Rio Grande, sendo Cr\$ 800.000 para rede de Esgotos de Pelotas, Cr\$ 200.000.000 para rede de esgotos de Rosário do Sul e Cr\$ 100.000.000 para Arroio Grande — 4.000.000.

**Nº 5 (37-R)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- 3.2.9.0 — Diversas Despesas Correntes

- 3.2.9.2 — Entidades Federais
- 01.00 — Pessoal da Administração Descentralizada

- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Na coluna da Classificação da Despesa por Dotações Ordinárias

**Onde se lê:**

Cr\$ 24.742.801.000

**Leia-se:**

Cr\$ 24.185.242.000.

**Nº 6 (38-R)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- 4.0.0.0 — Despesas de Capital

- 4.3.0.0 — Transferências de Capital
- 4.3.2.0 — Auxílios para Obras Públicas

- 4.3.2.1 — Entidades Federais
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Na coluna da Classificação da Despesa por Dotações Ordinárias,

**Onde se lê:**

Cr\$ 6.731.426.000

**Leia-se:**

Cr\$ 7.239.985.000

**Nº 7 (39-R)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

- ORÇAMENTO-PROGRAMA
- SUBPROGRAMA: Engenharia Rural

No Projeto 03.04.1.2118, retire-se o item:

- 2) Obras de pequena acudagem em convênio com o Governo do Estado — Cr\$ 1.000.000.000

- e corrija-se o item:
- 3) Diversos — Cr\$ 1.967.000.000

**Nº 8 (40-R)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

- ORÇAMENTO-PROGRAMA
- SUBPROGRAMA: Saneamento Básico

No Projeto 10.02.1.2173, retire-se o item:

- 1) Pombal — Cr\$ 30.000.000
- 4) São José dos Cordeiros — Cr\$ 30.000.000

**e acrescente-se o item:**

Diversos — Cr\$ 60.000.000.

**Nº 9 (41-R)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**ORÇAMENTO-PROGRAMA**

PROGRAMA: Saneamento

SUBPROGRAMA: Saneamento Básico

No Projeto 10.02.1.2174, retifique-se a discriminação para:

- Cr\$ 1.000
- 1) Araripina ..... 470.000
- 2) Parnamirim ..... 150.000
- 3) Surubim ..... 200.000
- 4) Serra Talhada ..... 230.000
- 5) Arcoverde ..... 1.100.000
- 6) Lajedo ..... 100.000
- 7) São João ..... 100.000

**Nº 10 (42-R)**

- 4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)
- X.11 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**ORÇAMENTO-PROGRAMA**

PROGRAMA: Saneamento

SUBPROGRAMA: Saneamento Básico

No Projeto 10.02.1.2172, retirem-se os itens:

- Cr\$ 1.000
- 3) Santa Quitéria ..... 30.000
- 4) Mombaça ..... 20.000
- 6) Juazeiro do Norte ..... 50.000
- 7) Martinópolis ..... 40.000
- 9) São José do Jaguaribe ..... 30.000

e acrescente-se:

- Diversos ..... 170.000

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade)

**Item 16:**

*Discussão, em turno único, da Redação Final do Projeto de Resolução nº 57, de 1966, que prorroga, por mais dois anos, os prazos de validade dos concursos para provimento de auxiliar-legislativo e taquígrafo-revisor.*

Em discussão a Redação Final. Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

**PARECER**

**Nº 1.117, de 1966**

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1966.

Relator: Senador Guido Mondim.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1966, que prorroga por mais 2 (dois) anos os prazos de validade dos concursos para provimento dos cargos de Auxiliar Legislativo e Taquígrafo-Revisor.

Sala da Comissão Diretora, 25 de novembro de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente. — Guido Mondim, Relator. — Camilo Nogueira da Gama. — Dinarte Mariz. — Catete Pinheiro. — Raul Giuberti.

**ANEXO AO PARECER Nº 1.117, DE 1966**

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1966.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Presidente, nos termos

do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

# RESOLUÇÃO Nº , DE 1966

*Prorrogação por mais 2 (dois) anos os prazos de validade dos concursos para provimento dos cargos de Auxiliar Legislativo e Taquígrafo-Revisor.*

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Os prazos de validade dos concursos para provimento dos cargos de Auxiliar Legislativo e Taquígrafo-Revisor do Quadro da Secretaria do Senado Federal, são prorrogados por mais 2 (dois) anos.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento enviado à Mesa.

*É lido e aprovado o seguinte*

## REQUERIMENTO

Nº 390, de 1966

Nos termos dos arts. 211, letra p e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1966, que aposenta, por invalidez, Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1966. — *Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à discussão da Redação final do Projeto de Resolução que aposenta, por invalidez, Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esta aprovado.

O projeto vai à promulgação.

*É a seguinte a Redação Final aprovada:*

## PARECER

Nº 1.118, de 1966

*Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1966, que aposenta, por invalidez, Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.*

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1966, nos seguintes termos:

# RESOLUÇÃO Nº , DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com o art. 191, item I e § 3º da Constituição Federal, combinado com os arts. 340, item III, e 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960 e a gratificação adicional a que faz jus, a Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 1966. — *Auro Moura Andrade. — Camillo Nogueira da Gama. — Vivaldo Lima. — Dinarte Mariz. — Catete Pinheiro. — Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de outro requerimento, da mesma natureza do anterior.

*É lido e aprovado o seguinte*

## REQUERIMENTO

Nº 391, de 1966

Nos termos dos arts. 211, letra p e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 1966, que aposenta, por invalidez, João Alves da Silva, Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1966. — *Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se, em consequência à discussão da redação final do Projeto da Resolução nº 59, de 1966, que aposenta por invalidez João Alves da Silva, Motorista do Quadro da Secretaria do Senado Federal. (Pausa.)

Se nenhum Sr. Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

(Aprovada. O Projeto vai à promulgação.)

*É a seguinte a redação final aprovada.*

## PARECER

Nº 1.119, de 1966

*Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 1966, que aposenta, por invalidez, João Alves da Silva, Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.*

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 1966, nos seguintes termos:

# RESOLUÇÃO Nº , DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 191, item I e § 3º da Constituição Federal, combinado com os arts. 340, item III, e 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, o Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, João Alves da Silva.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 1966. — *Auro Moura Andrade. — Camillo Nogueira da Gama. — Vivaldo Lima. — Dinarte Mariz. — Catete Pinheiro. — Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de outro requerimento da mesma natureza.

*É lido e aprovado o seguinte*

## REQUERIMENTO

Nº 392, de 1966

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 46, de 1966, (nº 280-B-66, na Casa de origem).

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1966. — *Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da aprovação deste requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1966, que aprova o Protocolo para fins de prorrogação do Acordo Internacional

do açúcar de 1958, adotado em Genebra a 14 de outubro de 1965.

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a redação final, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada. O projeto vai à promulgação.

*É a seguinte a redação final aprovada.*

## PARECER

Nº 1.120, de 1966

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1966 (nº 280-B, de 1966, na Casa de origem.)*

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1966 (nº 280-B-66, na Casa de origem), que aprova o Protocolo para Nova Prorrogação do Acordo Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1966. — *Eurico Rezende, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Edmundo Levi.*

ANEXO AO PARECER Nº 1.120, DE 1966

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1966 (nº 280-B, de 1966, na Casa de origem.)*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 63, nº 1, da Constituição Federal, e eu, ..., Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO Nº ..., DE 1966

*Aprova o Protocolo para Nova Prorrogação do Acordo Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Protocolo para Nova Prorrogação do Acordo Internacional do Açúcar de 1958, adotado em Genebra, em 14 de outubro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento que se encontra sobre a mesa.

*É lido e aprovado o seguinte:*

## REQUERIMENTO

Nº 393, de 1966

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 1966.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1966. — *Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 1966, que cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, dou a discussão por encerrada.

Em votação.

Os Senhores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Depu-

*É a seguinte a redação final aprovada:*

## PARECER

Nº 1.121, de 1966

*Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 1966 (nº 3.798-A-53, na Casa de origem.)*

Relator: Senador Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 1966 (nº 3.798-A-66, na Casa de origem), que cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1966. — *Eurico Rezende, Presidente — Edmundo Levi, Relator — Filinto Müller.*

ANEXO AO PARECER Nº 1.121, DE 1966

*Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 1966 (nº 3.798-A-66, na Casa de origem), que cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa.*

EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1-CPE)

Art. 1º

Acrescente-se, in fine:

"... enquanto não for possível a transferência da sede e fóro para a cidade de Brasília, Distrito Federal"

EMENDA Nº 2

(corresponde à emenda nº 2-CPE)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O Poder Executivo designará uma comissão para, no prazo de noventa dias, proceder a estudos e formular relatório visando à incorporação ao Centro Brasileiro de TV Educativa, como dotação para o seu patrimônio inicial, a TV Nacional de Brasília — Canal 3, com todo o acervo e pessoal."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Designo para acompanhar o projeto, na Câmara dos Deputados, o Sr. Senador Mem de Sá, relator da matéria na Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do requerimento.

*É lido e aprovado o seguinte:*

## REQUERIMENTO

Nº 394, de 1966

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara número 261, de 1966 (nº 3.802-B-66, na Casa de origem).

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1966. — *Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à discussão da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 261, de 1966.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhá-la naquela Casa, designo o Sr. Senador Eurico Rezende, Relator da matéria no Senado.

E a seguinte a redação final aprovada:

# PARECER

Nº 1.122, de 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 1966 (nº 3.802-B-66, na Casa de origem.)

Relator: Senador José Feliciano.  
A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 1966 (nº 3.802-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1967.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — José Feliciano, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 1.122, DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 1966 (nº 3.802-B-66, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1967.

## EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1-CDF)

### SECRETARIA DE SAÚDE

Onde se lê:

32.0.00 — 79.3.2.0.0 — Transferências Correntes

## EMENDA Nº 3

(correspondente à emenda nº 3-CDF)

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

69.3.0.0.0 — Despesas Correntes.  
69.3.2.0.0 — Transferências Correntes.  
69.3.2.1.0 — Subvenções Sociais.  
Instituições Privadas.  
Inclua-se ou aumente-se:

|  |           |
|--|-----------|
| Instituto Técnico Agrícola Industrial "Dom Orione" .....                       | 1.000.000 |
| Patronato Agrícola "Don Orione" .....  | 1.000.000 |
| Artesanato Agrícola "Don Orione" .....   | 1.000.000 |
| Colégio Pio XII .....  | 2.000.000 |
| Instituto e Creche N. S. da Divina Providência .....                           | 2.000.000 |
| Paróquia Nossa Senhora do Socorro .....  | 2.000.000 |
| Colégio Notre Dame de Brasília .....   | 2.000.000 |
| Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão — Seção de Brasília .....        | 2.000.000 |
| Centro de Obras Sociais "Maria Assunta" — Planaltina .....                     | 1.000.000 |
| Instituto Vicente Maria (para o ensino profissional de artes domésticas) ..... | 2.000.000 |
| Escola São Carlos .....  | 2.000.000 |
| Obras de Assistência Social da Congregação dos Padres Sacramentinos .....      | 2.000.000 |
| Obras Sociais do Colégio Notre Dame .....                                      | 2.000.000 |
| Obras da Escola Normal Notre Dame .....  | 2.000.000 |
| Casa da Mãe Preta do Brasil .....  | 2.000.000 |
| Instituto e Creche N. S. da Divina Providência .....                           | 2.000.000 |
| Creche "Núcleo Bandeirante" — Núcleo Bandeirante .....                         | 2.000.000 |
| Associação Canisiana de Escolas Profissionais .....                            | 2.000.000 |
| Centro Cultural Nossa Senhora do Rosário .....                                 | 1.000.000 |
| Escola Paroquial Coração de Maria — Taguatinga .....                           | 1.000.000 |
| Instituto Nossa Senhora do Carmo .....   | 1.000.000 |
| Clube de Imprensa de Brasília .....  | 5.000.000 |
| Instituto Cultural de Brasília .....   | 1.000.000 |
| Sociedade Beneficente São Camilo .....   | 2.000.000 |

## EMENDA Nº 4

(corresponde à emenda nº 4-CDF)

Secretaria de Saúde.  
Programa 05 — Saúde.  
Subprograma 03 — Atividade da Assistência Hospitalar.  
Metas: SES-101-A — Custeio da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.  
No Orçamento Sintético.  
Onde se lê:  
Subvenções Sociais  
Instituições do Distrito Federal  
I — Fundação Hospitalar do Distrito Federal — 4.000.000  
Leia-se:  
Subvenções Sociais  
Instituições do Distrito Federal  
I — Fundação Hospitalar do Distrito Federal, sendo Cr\$ 10.000.000 (dez milhões) de cruzeiros para o Centro de Pesquisas em Arteriosclerose da Fundação Hospitalar do Distrito Federal — 4.000.000

32.1.00 — 79.3.2.1.0 — Subvenções Sociais.  
Instituições do Distrito Federal  
I) Fundação Hospitalar do Distrito Federal — 4.000.000.

Leia-se:  
32.0.00 — 79.3.2.0.0 — Transferências Correntes  
32.1.00 — 79.3.2.1.0 — Subvenções Sociais.  
32.1.04 — Instituições do Distrito Federal.

I) Fundação Hospitalar do Distrito Federal — 3.800.00.

### Instituições Privadas

Casa de Saúde e Clínica Santa Lúcia — Para atendimento de cirurgia de indigentes e pesquisa: 200.000.

## EMENDA Nº 2

(corresponde à emenda nº 2-CDF)  
Ao Anexo da Secretaria de Viação e Obras.

Destaque-se Cr\$ 1.400.000.000 de Programa 19 — Urbanismo  
Subprograma — 01 — Administração

Meta: NOV-160-A — Funcionamento da Cia. Urbanizadora da Nova Capital

Inclua-se em:

Programa 07 — Transporte  
Subprograma — 01 — Administração  
Meta: SVO-120-A — Auxílio da NOVACAP à TCB

EMENDA Nº 5  
(corresponde à emenda nº 5-CDF)

Gabinete do Prefeito.  
Repartição: Departamento de Turismo e Recreação.  
Programa 21 — Turismo e Recreação.  
Subprograma 03 — Promoção e Certames.  
Meta: DETUR-012-A — Atrações Turísticas.  
Destaque-se:  
Kenel Club de Brasília, para exposições, nacionais e internacionais, de animais, em conjunto, com o Departamento de Turismo — Cr\$ 5.000.000

## EMENDA Nº 6

(corresponde à emenda nº 6-CDF)

Secretaria de Educação e Cultura.  
Código: 32.1.04.  
Programa 04 — Educação.  
Subprograma 07 — Difusão Cultural.  
Meta: SEC-094-3 — Auxílio à Fundação Cultural do Distrito Federal para desempenho de suas atividades em 1967.  
No Orçamento Sintético, onde se lê:  
Subvenções Sociais  
Instituições do Distrito Federal  
I) Fundação Educacional do Distrito Federal — 5.180.000  
Leia-se:  
Subvenções Sociais  
Instituições do Distrito Federal  
I) — Fundação Educacional do Distrito Federal — 5.000.000  
II) — Fundação Cultural do Distrito Federal — 180.000

## EMENDA Nº 7

(Corresponde à emenda n. 7-CDF)

Onde se lê:

Programa 04 — Educação — ....  
Cr\$ 1.000

Subprograma 02 — Ensino Primário  
Metas:

SES-089-A — Funcionamento, manutenção e reequipamento das escolas da rede de Ensino Primária — ....  
Cr\$ 6.168.419

Leia-se:

Programa 04 — Educação  
Subprograma 02 — Ensino Primário  
Metas:

SEC-089-A — Funcionamento, manutenção e reequipamento das escolas da rede do Ensino Primário, sendo Cr\$ 100.000.000 (cem milhões) para a aquisição de livros textos — ....  
Cr\$ 6.168.419

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura de requerimento:

E' lido e aprovado o seguinte:

## REQUERIMENTO

Nº 395, de 1966

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerido dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara número 266, de 1966.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1966. — Guido Mondim.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se em consequência, à discussão da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 266, de 1966.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

Volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar a matéria naquela Casa, designo o Sr. Senador Antônio Carlos, que a Relatou no Senado.

E' a seguinte a redação final aprovada:

# PARECER

Nº 1.123, de 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 266, de 1966 (nº 3.903-A-66, na Casa de origem).

Relator: Senador Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 266, de 1966 (nº 3.906-A-66, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto da Pesca, esclarecendo que tendo em vista a emenda nº 11-CF, substituiu, na presente redação, a expressão "imposto de consumo" por "impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias".

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 1.123, DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 266, de 1966 (nº 3.906-A-66, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto da Pesca.

## EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1-CPE)

Ao art. 7.º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 7.º As embarcações de pesca de qualquer natureza, seus tripulantes e proprietários, excetuada a competência do Ministério da Marinha no que se refere à Defesa Nacional e à Segurança da navegação e a do Ministério do Trabalho e Previdência Social no que se refere à previdência social, ficam sujeitos às disposições desta lei."

## EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 — CPE)

Ao art. 8.º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 8.º O Presidente da República poderá, através de Decreto Executivo, autorizar às pessoas jurídicas que exerçam atividades previstas no artigo 47, com sede no Brasil, o arrendamento de embarcações de pesca estrangeiras, devidamente individualizados, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do primeiro despacho exarado pela Capitania dos Portos, para realizar atividades pesqueiras nas águas indicadas no art. 4.º desta lei."



§ 1º O prazo a que se refere este artigo poderá ser prorrogado, uma só vez, por mais 1 (um) ano.

§ 2º Decorrido o prazo ou a prorrogação do mesmo, a embarcação de pesca estrangeira poderá ser nacionalizada de conformidade com a legislação vigente ou deverá suspender suas atividades nas águas indicadas no art. 4º desta lei.

§ 3º O arrendamento a que se refere este artigo será autorizado desde que o respectivo pedido preencha as seguintes condições:

a) as atividades pesqueiras das embarcações venham a contribuir efetivamente para o acréscimo da exportação ou do abastecimento em zona deficitária em produção ou consumo;

b) contem as embarcações com até 5 (cinco) anos de construção na data do pedido;

c) estejam as embarcações em perfeitas condições operacionais, comprovadas por certidão emitida por entidade classificadora internacional idônea;

§ 4º O arrendamento a que se refere este artigo não acarretará situação privilegiada para as embarcações estrangeiras.

§ 5º As solicitações de arrendamento serão encaminhadas pelo Ministério da Agricultura.

§ 6º Para os efeitos desta lei, a infração deste artigo constitui delito de contrabando, podendo o Poder Público determinar a interdição da embarcação, seu equipamento e carga, e responsabilizar o comandante nos termos da legislação penal vigente.

#### EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3 — CPE)  
Ao art. 19 acrescenta-se o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Apenas para efeito desta inscrição será aceito documento comprobatório da posse legal da embarcação".

#### EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 4 — CPE)

Ac art. 29.

Onde se lê:

"..., ouvida a SUDEPE e o Conselho de Segurança Nacional,";

Leia-se:

"..., ouvida a SUDEPE e, no caso de tais expedições se dirigirem às regiões da Faixa de Fronteira ou da Amazônia, será necessária a audiência prévia do Conselho de Segurança Nacional."

#### EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 5 — CPE)

Ao art. 53

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 53. As pessoas físicas ou jurídicas que comerciam com animais aquáticos ficam sujeitas a registro na SUDEPE e pagarão taxa anual equivalente à metade do salário-mínimo mensal vigente na Capital da República."

#### EMENDA Nº 6

(Corresponde às Emendas nºs 1 e 9 — CF)

Ao "caput" do art. 75.

I. Onde se lê: "... pela Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, ...";

Leia-se:

"... por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, ...";

II. Suprima-se a parte final a partir de: "... bem como às embarcações de pesca ..." até "... interesse nacional pela SUDEPE."

#### EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 2 CF)

Ao parágrafo único do art. 75.

Substitua-se a expressão: "... aos materiais ...", pela seguinte: "... às máquinas, equipamentos e outros produtos ...".

#### EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 3 CF)

Ao art. 76.

Substitua-se a palavra "... materiais ..." por "... produtos ...".

#### EMENDA Nº 9

(Corresponde à Emenda nº 4 CF)

Ao art. 77.

Onde se lê: "Ficam isentas de imposto ...";  
Leia-se: "São, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação desta lei, isentas de imposto ...".

#### EMENDA Nº 10

(Corresponde à emenda nº 5 CF)

Ao art. 77.

Acrescentem-se os seguintes parágrafos:

"§ 1º — E' assegurado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação desta lei, o ressarcimento dos impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias pagos na aquisição de matérias-primas, máquinas, motores, aparelhos, instrumentos e outros produtos intermediários efetivamente utilizados na construção de embarcação de pesca."

§ 2º O ressarcimento será efetuado por compensação na escrita fiscal ou por via de restituição, quando não for possível a recuperação por sistema de crédito, na forma estabelecida pelo artigo 56 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964".

#### EMENDA Nº 11

(Corresponde à emenda nº 6 CF)

Ao art. 78.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 78. E' concedida isenção dos impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias além de outros impostos e taxas federais que incidirem sobre o pescado, industrializado ou não no país, e destinado ao consumo interno ou à exportação".

#### EMENDA Nº 12

(Corresponde à emenda nº 7 CF)

Ao "caput" do art. 83.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 83. Até o exercício financeiro de 1971, inclusive, poderão ter abatidas da renda bruta das pessoas físicas, para efeito de isenção do imposto de renda, as quantias aplicadas na subscrição integral em dinheiro:

a) de ações nominativas de empresas pesqueiras cujos planos sejam aprovados pela SUDENE;  
b) de quotas partes de capital das cooperativas de pesca cujos planos sejam aprovados pela SUDEPE.

#### EMENDA Nº 13

(Corresponde à emenda nº 8 CF)

Ao parágrafo único do art. 90.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 90. Parágrafo único. O registro dos que se dedicam às atividades da pesca será feito mediante o pagamento de uma taxa anual a saber:

a) pessoas físicas — 0,1 (um décimo) do salário-mínimo mensal vigente na Capital da República;  
b) pessoas jurídicas — 1 (um) salário-mínimo vigente na Capital da República".

#### EMENDA Nº 14

(Corresponde à emenda nº 10 CF)

Ao § 1º do art. 92.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 92. ..."

§ 1º A SUDEPE incluirá nos materiais destinados à revenda aos pescadores, pequenas embarcações de pesca até 20 toneladas de deslocamento".

#### EMENDA Nº 15

(Corresponde à emenda nº 11 CF)

Ao Projeto.

Onde se lê "Imposto de consumo";  
leia-se: "Impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias".

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 396, de 1966

Nos termos dos artigos 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara número 253, de 1966.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1966. — *Guilao Mondim*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se, em consequência, à discussão da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados de número 253, de 1966, que dispõe sobre a política da borracha, regida sua execução e da outras providências.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os rs. senadores que aprovam a redação final, quem permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhá-la naquela Casa do Congresso, designo o Sr. Senador José Guimard, seu Relator no Senado.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 1.124, DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 1966 (nº 3.859-A-66, na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 1966 (nº 3.859-A-66, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Econômica da Borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1966. — *Eurico Rezende*, Presidente — *Bezerra Neto*, Relator — *José Feliciano*.

ANEXO AO PARECER Nº 1.124 DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 1966 (nº 3.959-A-66, na Casa de origem), que dispõe sobre Política Econômica da Borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

#### EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1 CF)

Ao art. 2º

Dê-se aos itens III e VII do art. 2º a seguinte redação:

"III — estímulo e amparo à hveicultura e à diversificação da economia nas zonas produtoras de borrachas de seringueiras nativos;

VII — Incentivo à industrialização das borrachas vegetais, prioritária-

mente nas regiões produtoras, e dos elastômeros químicos, bem como do desenvolvimento econômico e técnico do parque manufatureiro de artefatos desses matérias-primas."

#### EMENDA Nº 2

(corresponde à emenda nº 2 CF)

Ao art. 3º

Na alínea "a" do art. 3º, após a palavra "garantia", inclua-se:

"... de crédito..."

#### EMENDA Nº 3

(corresponde à emenda nº 3-CF)

Ao art. 5º, caput.

No art. 5º, após a palavra "vegetais", inclua-se a expressão:

"... com prioridade as da região amazônica..."

#### EMENDA Nº 4

(corresponde à emenda nº 4 CF)

Ao art. 6º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 6º As safras de borrachas vegetais de qualquer área de produção, inclusive a amazônica, podem ser financiadas por instituições financeiras públicas ou privadas, de conformidade com as normas de crédito a serem baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e as instituições do Banco Central da República do Brasil, ouvido previamente o Conselho Nacional da Borracha."

#### EMENDA Nº 5

(corresponde à emenda nº 1 CPE)

Ao art. 7º

Suprima-se o parágrafo único.

#### EMENDA Nº 6

(corresponde às emendas número 5-CF e 2-CPE)

Ao art. 11

Dê-se ao art. 11 e seu § 1º a seguinte redação:

"Art. 11. Os produtores, ou suas cooperativas, e os comerciantes ou entregadores de borrachas vegetais poderão sempre optar, na primeira operação de venda, por qualquer das seguintes formas de comercialização dessas matérias-primas:

a) venda à Superintendência da Borracha, ao preço básico;  
b) venda direta à indústria manufatureira de artefatos de borracha, bem como ao comércio, aos preços de mercado;

c) venda para o exterior, respeitadas as atribuições do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional do Comércio Exterior, no que se refere ao comércio exterior.

§ 1º As operações de compra relativas à venda prevista na alínea "a" serão realizadas diretamente pela Superintendência da Borracha ou, se convier, mediante acordo, convênios ou contratos deste órgão com o Banco da Amazônia S.A. e, supletivamente, conforme o caso, com outras entidades."

#### EMENDA Nº 7

(corresponde à emenda nº 3-CPE)

Ao § 1º do art. 12

Dê-se a seguinte redação:

"§ 1º O ajustamento de preços previsto neste artigo somente será efetuado na medida em que se cumprir um programa de diversificação das atividades econômicas das áreas de produção extrativista de borracha e de aumento da produtividade dos seus seringueiros, a ser executado pelos órgãos federais de desenvolvimento regional, e cujo plano será submetido à aprovação do Poder Executivo pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta lei."

## EMENDA Nº 8

(corresponde à emenda nº 6-CF)  
De-se ao art. 13 a seguinte redação:

"Art. 13. A garantia de preços de venda para as borrachas vegetais será efetivada pela obrigação, que terá a União, de comprá-las através de Superintendência da Borracha, observado o disposto no art. 11 e seus parágrafos e demais disposições desta lei.

Parágrafo único. A Superintendência da Borracha fiscalizará as operações permitidas nas alíneas "b" e "c" do art. 11 desta lei."

## EMENDA Nº 9

(corresponde à emenda nº 4-CPE)  
Ao parágrafo único do art. 14 dê-se a seguinte redação:

"Parágrafo único. A Superintendência da Borracha venderá essas borrachas nos locais de distribuição que estabelecer nas áreas produtoras ou, excepcionalmente, quando se tratar de borracha importada, nos portos de destino."

## EMENDA Nº 10

(corresponde à emenda nº 7-CF)

Ao art. 15.

I — Elimine-se no "caput" a expressão "ou estrangeiras";

II — Acrescente-se o seguinte parágrafo, que tomará o nº 3º:

"§ 3º Para formar e manter o Estoque de Reserva no volume estabelecido no § 1º, a Superintendência da Borracha poderá, mediante autorização do Conselho Nacional da Borracha, promover, excepcionalmente, a importação de borrachas vegetais necessárias a cobrir o "deficit" que, comprovadamente, ocorrer."

III — Dê-se ao atual § 3º o número 4º.

## EMENDA Nº 11

(corresponde à emenda nº 8 CF)

Dê-se ao art. 16 a seguinte redação:

"Art. 16. A Superintendência da Borracha, em acordo com o Banco da Amazônia S.A., promoverá o zoneamento das áreas produtoras de borrachas vegetais e o cadastramento, por zona de produção, dos seringais, dos produtores, suas cooperativas e dos entregadores ou comerciantes de borrachas vegetais."

## EMENDA Nº 12

(corresponde à emenda nº 9-CF)

Dê-se ao art. 17 a seguinte redação:

"Art. 17. Somente poderão ser classificadas as borrachas vegetais que pertençam a produtor, ou a sua cooperativa, ou a entregador ou comerciante de borracha, cadastrados na Superintendência da Borracha, devendo este órgão, por ocasião da classificação, verificar o cumprimento desta exigência.

Parágrafo único. É vedado o beneficiamento de borrachas vegetais sem a apresentação da documentação requerida pela presente lei."

## EMENDA Nº 13

(corresponde à emenda nº 5-CPE)

Ao "caput" do art. 18, mantidos seus parágrafos.

Dê-se a seguinte redação.

"Art. 18. É instituído na Superintendência da Borracha o Certificado de Comercialização e Transferência de Borrachas Vegetais, destinado ao registro das operações de compra e venda das borrachas e látices nacionais de qualquer variedade ou origem, ou de sua movimentação entre os locais de produção e os de bene-

ficiamento ou industrialização final, quando de consumo próprio."

## EMENDA Nº 14

(corresponde à emenda nº 6 CPE)

Ao art. 19.

Suprima-se a expressão: "... de Comercialização..."

## EMENDA Nº 15

(corresponde às emendas ns. 10-CF e 7-CPE)

Ao art. 21.

Dê-se a seguinte redação:

Art. 21. É instituída a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha, de natureza específica e incidente sobre as borrachas e látices vegetais e químicos nacionais e estrangeiros.

§ 1º Compete ao Conselho Nacional da Borracha estabelecer as alíquotas da Taxa a que se refere este artigo para cada categoria de elastômeros, não podendo aquelas exceder a 1/90 (um vinte-avos) do valor de produção das borrachas a látices nacionais e do preço f.o.b. dos produtos importados.

§ 2º A Taxa de que trata este artigo constitui uma contribuição de caráter parafiscal, terá uma única incidência e é cobrada da seguinte forma.

a) para as borrachas e látices vegetais nacionais, no ato da expedição do Certificado instituído no art. 18 desta lei;

b) para as borrachas químicas, nacionais, e para as borrachas e látices estrangeiros, de acordo com as normas que para tal fim baixar o Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º A Taxa de Controle e Fiscalização do Mercado da Borracha destina-se:

a) ao custeio das despesas feitas pela Superintendência da Borracha no exercício de suas atribuições, bem como para a manutenção do Conselho Nacional da Borracha;

b) à indenização ao Banco da Amazônia S.A., ou a outras entidades por despesas ou serviços que executarem como agentes ou delegados da Superintendência da Borracha.

c) à constituição do Fundo Especial prevista no art. 40 desta lei.

§ 4º Nenhum outro imposto ou taxa de origem federal, além dos previstos nesta lei, gravará as borrachas e látices vegetais e químicos de produção nacional.

§ 5º O Conselho Nacional da Borracha baixará as normas acerca da forma de arrecadação da Taxa sobre que dispõe este artigo.

## EMENDA Nº 16

(corresponde à emenda nº 8 CPE)

Ao art. 23.

Dê-se a seguinte redação suprimindo seu parágrafo único:

Art. 23. A importação e a exportação de borrachas e látices vegetais e químicos, bem como a de artefatos de qualquer natureza obedecerão às normas gerais estabelecidas pelo Conselho de Comércio Exterior, nos termos da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, com a participação do Conselho Nacional da Borracha, "ex-vi" do que dispõe esta lei, cabendo à Superintendência da Borracha a execução das diretrizes e sistemas que forem estabelecidos."

## EMENDA Nº 17

(corresponde à emenda nº 9 CPE)

Ao inciso III do art. 28.

Dê-se a seguinte redação:

"III. Estabelecer quando necessário, em função do consumo interno, quotas de suprimento e consumo de borrachas

e látices vegetais e químicos, de qualquer procedência, tipo ou variedade."

## EMENDA Nº 18

(corresponde à emenda nº 10 CPE)

Ao inciso VII do art. 28.

Dê-se a seguinte redação:

"VII. fixar, sempre que as circunstâncias o aconselharem, mediante deliberação fundamentada e por prazo determinado, os preços de venda da borracha e látices vegetais no mercado, assim como dos artefatos de borracha em geral."

## EMENDA Nº 19

(corresponde à emenda nº 16 CPE)

Ao art. 31.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 31. O Conselho Nacional da Borracha é assessorado por uma Comissão Consultiva, presidida pelo Superintendente da Borracha, e composta de:

a) um representante dos produtores de borracha vegetal de cada Estado ou Território Federal que participe com, pelo menos, 10% (dez por cento) da produção nacional dessas matérias primas;

b) um representante dos fabricantes de borracha sintética;

c) um representante da indústria pesada de artefatos de borracha;

d) um representante da indústria leve de artefatos de borracha;

e) um representante do comércio de borrachas vegetais."

## EMENDA Nº 20

(corresponde à emenda nº 11 CPE)

Ao § 2º do art. 37.

Dê-se a seguinte redação:

"§ 2º Pode a Superintendência da Borracha contratar, sujeitos às normas da legislação trabalhista, técnicos especialistas nacionais ou estrangeiros, bem como pessoal habilitado à execução de seus serviços administrativos, de acordo com os níveis salariais vigentes no mercado de trabalho."

## EMENDA Nº 21

(corresponde à emenda nº 17 CPE)

As alíneas do art. 39.

As alíneas do art. 39 obedecerão a ordem seguinte:

a) a atual "b" passará a "a";

a) a atual "a" passará a "b";

a) a "c" continuará na mesma posição."

## EMENDA Nº 22

(corresponde à emenda nº 11 CF)

Ao art. 42.

Suprima-se a alínea f' — rendas eventuais.

## EMENDA Nº 25

(corresponde à emenda nº 12 CF)

Inclua-se onde couber:

"Art. O Banco da Amazônia S.A. reservará, em conta especial, importância não inferior a 7% (sete por cento) da quantia resultante da percentagem prevista na alínea "a" do art. 45 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, destinada, especificamente, à pecuicultura na região Amazônica, através de financiamentos a longo prazo e juro especial.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ouvido o Conselho Nacional da Borracha e respeitado o mínimo estabelecido, fixará a percentagem que deverá ser reservada, levando em conta os pedidos de financiamento formulados e os projetos em execução."

## EMENDA Nº 26

(corresponde à emenda nº 14 CPE)

Inclua-se onde couber:

"Art. Todas as remissões à extinta Superintendência do Plano de

Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) feitas na Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, passam a entender-se com referência à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em substituição àquela pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966."

## EMENDA Nº 23

(corresponde à Emenda nº 19-CPE)

Art. 55.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 55. Esta lei não prejudica a continuidade dos serviços e contratos existentes, bem como a execução das operações em curso."

## EMENDA Nº 24

(corresponde às emendas ns. 12 — CPE e 13 — CPE)

Ao art. 58.

I — O parágrafo único do art. 58 passa a § 1º com a seguinte redação:

"§ 1º A partir da entrada em vigor da presente lei até a fixação das alíquotas da Taxa a que se refere o art. 21, pelo Conselho Nacional da Borracha, as contribuições ora arrecadadas sobre borrachas e látices importados serão depositadas no Banco da Amazônia S/A, à disposição da Superintendência da Borracha, para atenderem às finalidades previstas nos arts. 21 e 39 da presente lei.

II — Acrescente-se ao art. 58-o seguinte parágrafo:

"§ 2º Os recursos provenientes das contribuições referidas no parágrafo anterior, que constituem o Fundo de Fomento à Produção da Borracha arrecadados até a data da entrada em vigor desta lei, serão incorporados ao capital do Banco da Amazônia Sociedade, na forma estabelecida pelo art. 3º da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, devendo ser aplicados de preferência no programa de diversificação e aumento da produtividade dos seringais, a que se refere o § 1º do art. 12."

## EMENDA Nº 27

(corresponde à Emenda nº 15 — CPE)

Inclua-se onde couber:

"Art. São isentos do imposto de consumo os sobreprodutos industrializados, os látices vegetais concentrados por qualquer processo, bem como as borrachas vegetais sólidas em bruto, pertencentes ao gênero e espécies enumeradas no art. 4º desta lei, apresentadas sob a forma de pélas, bolas, blocos, pás, fitas, folhas, lâminas, mantas, chapas, tiras, lençóis, grânulos ou qualquer outra, crepadas ou não, em estado de matéria-prima industrial, quer sejam de origem nacional ou estrangeira.

§ 1º Essa isenção abrange a borracha natural submetida ao processo de beneficiamento para eliminação de água e impurezas, embalada ou não promovido pelo antigo Banco de Crédito da Amazônia S/A atual Banco da Amazônia S/A, como delegado da União para a execução das operações finais de compra e venda de borracha no país, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, e atinge todo o período de vigência da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º As matérias-primas citadas neste artigo são, também, isentas de taxas aduaneiras de qualquer natureza."

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a Ordem do Dia.

Antes de encerrar a sessão, a Presidência deseja formular seu agradecimento à Comissão de Finanças pelo exaustivo trabalho de hoje, que permitiu se concluírem todas as votações relativas à matéria orçamentária.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a

sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

# ORDEM DO DIA

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1965

Discussão, em turno suplementar (art. 275-A, do Regimento Interno), do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 203-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato de compra e venda, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Ltda., tendo Parecer, sob nº 1.036, de 1966, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

## REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.028, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1966 (nº 140-A-57, na Ca-

sa de origem), que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo aditivo a contrato, de 9 de outubro de 1953, celebrado entre a União e Carlos Alves de Almeida Schneider, para o desempenho da função de Orientador Técnico de Motores e Máquinas Motorizadas, na Diretoria de Ensino Industrial.

## REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.029, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1966 (nº 251-A-66, na Casa de origem), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros), em favor de Frutuoso Gomes de Freitas.

## REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de

Redação em seu Parecer nº 1.030, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1966 (nº 257-B-66, na Casa de origem), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao Cabo Ubiratan Potiguar Torres.

## REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.031, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1966 (nº 261-A-66, na Câmara), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 48.865 (quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros), para pagamento a The City of Santos Improvements Company Limited.

## REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.032, de

1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1966 (nº 261-B-66, na Câmara), que autoriza o Tribunal de Contas a registrar contrato celebrado, em 15 de setembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Mato Grosso.

## REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.033, de 1966) do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1966 (nº 278-A-66, na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida em sessão de 6 de outubro de 1964, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao Soldado Justo Nunes.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão, às 10 horas e 15 minutos)